

RELATÓRIO ECONÓMICO DO 3.º TRIMESTRE DE

2021

Março 2022

Largo Lumeji
N.º 11/13 Luanda
Mutamba (ex-Casa Americana)
www.cinvestec.com



Centro de Investigação
Económica da Universidade
Lusíada de Angola

Investigadores participantes:
Heitor Carvalho
Agostinho Mateus
António Estote
Cecelmo Joaquim

Índice geral resumido

ACRÓNIMOS.....	5
RESUMO.....	12
1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	20
2 INFLAÇÃO.....	44
3 ESFERA EXTERNA — BALANÇA DE PAGAMENTOS (BP).....	52
4 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.....	66
5 ANEXOS.....	116

Índice geral detalhado

ACRÓNIMOS.....	5
RESUMO.....	12
1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	20
1.1 PIB NOMINAL.....	20
1.1.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS DO CÁLCULO.....	20
1.1.2 VARIAÇÃO DO PIB NOMINAL DEFLACIONADO.....	21
1.1.3 A PROCURA INTERNA DE PRODUTOS INTERNOS.....	22
1.1.4 EXPORTAÇÕES.....	26
1.1.4.1 VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS.....	26
1.1.4.2 EXPORTAÇÕES DO SECTOR PETROLÍFERO.....	26
1.1.5 CRESCIMENTO HOMÓLOGO DO PIB EM USD DEFLACIONADOS.....	28
1.1.6 PREVISÃO DO CRESCIMENTO DO PIB E DA “PRODUÇÃO INTERNA”.....	29
1.2 SITUAÇÃO SOCIAL.....	29
1.2.1 DESEMPREGO.....	29
1.2.2 CONSUMO.....	31
1.2.3 A QUESTÃO DEMOGRÁFICA.....	33
1.3 PIB EM MEDIDAS ENCADEADAS DE VOLUME.....	34
1.3.1 VARIAÇÃO DO PIB.....	34
1.3.2 VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB) SECTORIAL, QUADROS GERAIS.....	35
1.3.3 SECTOR PETROLÍFERO.....	37
1.3.4 AGRICULTURA.....	37
1.3.5 PESCAS.....	38
1.3.6 INDÚSTRIA TRANSFORMADORA.....	39
1.3.7 OUTROS SERVIÇOS.....	40
1.3.8 CONSTRUÇÃO.....	41
1.3.9 SERVIÇOS PÚBLICOS.....	41
1.3.10 COMÉRCIO.....	42

1.3.11	RESTANTE ANÁLISE POR SECTORES.....	43
2	INFLAÇÃO.....	44
3	ESFERA EXTERNA — BALANÇA DE PAGAMENTOS (BP).....	52
3.1	VISÃO GERAL.....	52
3.2	BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL.....	52
3.2.1	EXPORTAÇÕES.....	53
3.2.2	IMPORTAÇÕES.....	58
3.3	TRANSFERÊNCIA DE RENDIMENTOS.....	60
3.4	POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL LÍQUIDO.....	62
3.4.1	ACTIVOS — INVESTIMENTO ANGOLANO NO EXTERIOR.....	62
3.4.2	PASSIVOS — INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA.....	63
3.5	PERSPECTIVA DOS ACTIVOS MONETÁRIOS.....	63
3.6	PERSPECTIVA DAS RESERVAS.....	64
3.7	RESERVAS INTERNACIONAIS.....	64
4	POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.....	66
4.1	AMBIENTE DE NEGÓCIOS.....	66
4.1.1	RESUMO.....	66
4.1.2	TRANSFORMAÇÃO DA RIQUEZA EM CAPITAL.....	67
4.1.3	CONCORRÊNCIA.....	69
4.1.4	LIBERDADE DE COMÉRCIO.....	70
4.1.5	CONFIANÇA.....	73
4.1.6	CONHECIMENTO.....	73
4.1.7	TAXA DE NATALIDADE.....	74
4.1.8	O PRIMADO DA LEI.....	75
4.1.9	SEGURANÇA PÚBLICA.....	75
4.1.10	A REFORMA DO ESTADO.....	76
4.1.11	A CORRUPÇÃO.....	76
4.1.12	ASPECTOS DESENVOLVIDOS NOUTROS CAPÍTULOS.....	77
4.2	POLÍTICA MONETÁRIA.....	78
4.2.1	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA LIQUIDEZ.....	78
4.2.1.1	BASE MONETÁRIA.....	78
4.2.1.2	TAXAS DE JURO.....	82
4.2.1.3	ABSORÇÃO E CEDÊNCIA DE LIQUIDEZ.....	83
4.2.2	EFEITOS DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DA LIQUIDEZ.....	84
4.2.2.1	CRÉDITO.....	84
4.2.2.2	AGREGADOS MONETÁRIOS.....	87
4.2.2.3	TAXAS DE CÂMBIO.....	89

4.2.2.4	TAXA DE CÂMBIO REAL FACE AO USD.....	91
4.2.2.5	RESERVAS INTERNACIONAIS.....	92
4.2.3	CONCLUSÕES.....	93
4.3	POLÍTICA FISCAL.....	95
4.3.1	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2021.....	95
4.3.1.1	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2021 — RECEITA.....	95
4.3.1.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2021 — DESPESA.....	98
4.3.1.3	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2021 — DÍVIDA.....	101
4.3.1.4	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2021 — SALDOS ORÇAMENTAIS.....	102
4.3.2	OGE DE 2022 — OGE DE 2022 FACE À EXECUÇÃO DE 2021.....	102
4.3.2.1	OGE de 2022 FACE À EXECUÇÃO DE 2021 — RECEITA.....	103
4.3.2.2	OGE de 2022 FACE À EXECUÇÃO DE 2021 — DESPESA.....	106
4.3.2.3	OGE de 2022 FACE À EXECUÇÃO DE 2021 — SALDOS ORÇAMENTAIS.....	109
4.3.3	OGE DE 2022 — FACE AO OGE DE 2021.....	109
4.3.3.1	OGE DE 2022 — FACE ao OGE de 2021 — RECEITA POR NATUREZA.....	109
4.3.3.2	OGE DE 2022 — FACE ao OGE de 2021 — DESPESA POR NATUREZA.....	112
4.3.3.3	OGE DE 2022 — FACE ao OGE de 2021 — DESPESA POR função.....	114
5	ANEXOS.....	116
5.1	ANEXO 1 — VAB DOS RESTANTES SECTORES.....	116
5.1.1	INDÚSTRIA EXTRACTIVA.....	116
5.1.2	ELECTRICIDADE E ÁGUA.....	116
5.1.3	PRODUÇÃO TOTAL DE BENS E DE SERVIÇOS.....	117
5.1.4	TELECOMUNICAÇÕES.....	117
5.1.5	INTERMEDIACÃO FINANCEIRA E DE SEGUROS.....	118
5.1.6	IMOBILIÁRIO.....	118
5.2	ANEXO 2 — VARIAÇÃO DO CRÉDITO REAL USANDO A TAXA DE INFLAÇÃO DO INE.....	118

ACRÓNIMOS

20R — 2020 Revisto. Aplica-se ao Orçamento de Estado de 2020 revisto

AGT — Administração Geral Tributária

AKZ ou AOA ou Kz — Kwanza, moeda nacional

ANPG — Agência Nacional de Petróleo e Gás

ANIESA — Autoridade Nacional de Inspecção Económica e Segurança Alimentar

AOA ou AKZ ou Kz — Kwanza, moeda nacional

BM — Banco Mundial [atender ao género (masculino) e ao contexto]

BM — Base Monetária [atender ao género (feminino) e ao contexto]

BNA — Banco Nacional de Angola

BODIVA — Bolsa de Dívida e Valores de Angola

BP — Balança de Pagamentos

BPC — Banco de Poupança e Crédito

BT — Bilhetes do Tesouro

CINVESTEC — Centro de Investigação Económica da Universidade Lusíada

Covid ou Covid-19 — Corona Virus Disease 19 (doença do coronavírus 19)

CPM — Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola

DES — Direitos Especiais de Saque

DP — Decreto Presidencial

EUA — Estados Unidos da América

Eurobonds — Obrigações emitidas em moeda estrangeira

FMI — Fundo Monetário Internacional

IC — Imposto de Consumo

IDE — Investimento Directo Estrangeiro

INE — Instituto Nacional de Estatística

INSS — Instituto Nacional de Segurança Social

IP — Imposto de Propriedade, substitui o IPU (Imposto Predial Urbano)

IPCN — Índice de Preços no Consumidor Nacional

IRT — Imposto sobre Rendimentos do Trabalho

IVA — Imposto do Valor Acrescentado

Kingila, Kinguila ou Quinguila — pessoa que negocia moeda estrangeira no mercado informal

Kwenda — Programa de fortalecimento da protecção social que consiste no cadastramento e transferência directa de verbas para os mais necessitados

Kz ou AKZ ou AOA — Kwanza, moeda nacional

Luibor — Luanda Inter-Bank Offered Rate

M1 — Agregado monetário composto pelas notas e moedas em poder do público e depósitos transferíveis

M2 — Agregado monetário composto pelo M1 e outros depósitos

M3 — Agregado monetário composto pelo M2 e outros instrumentos equiparáveis a depósitos

ME — Moeda Externa

MI ou MN — Moeda Interna ou Moeda Nacional (Kwanzas)

MinFin — Ministério das Finanças

MPME — Micro, Pequenas e Médias Empresas

OGE — Orçamento Geral de Estado

ONU — Organização das Nações Unidas

OPEP — Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OT — Obrigações do Tesouro

Overnight — Operações de troca de liquidez entre bancos com vencimento ao dia

PAC — Programa de Apoio ao Crédito

PGR — Procuradoria Geral da República

PIB — Produto Interno Bruto

PIIL — Posição de Investimento Internacional Líquido

PIP — Plano de Investimentos Públicos

PN — Polícia Nacional

PRODESI — Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações

PRR — Passivos Relacionados com Reservas

RE — Relatório de Execução

REF — Relatório de Execução Fiscal

REPO — Empréstimos com Acordos de Recompra

RF — Relatório de Fundamentação

RIB — Reservas Internacionais Brutas

RIL — Reservas Internacionais Líquidas



SINFIM — Subsídios directos à produção, Impostos directos à produção e serviços de intermediação Financeira Indirectamente Medidos

TAAG ou TAAG, linhas aéreas de Angola — Empresa de transportes aéreos de Angola

UE — União Europeia

USD — United States Dollar (dólar dos Estados Unidos da América)

VAB — Valor Acrescentado Bruto

Índice de Gráficos e tabelas

Tabela/Gráfico 1 — PIB, Procura Externa e Procura Interna de Produtos Internos em USD correntes	21
Tabela/Gráfico 2 — Crescimento homólogo da “produção interna” deflacionada através de diversos cálculos (USD de 2015)	22
Tabela/Gráfico 3 — Volume e crescimento homólogo da “produção interna” em USD deflacionados (USD de 2015)	23
Tabela/Gráfico 4 — Comparação da variação da “produção interna” e do VAB dos sectores não exportadores	24
Tabela/Gráfico 5 — Produtividade da produção interna de bens finais	25
Tabela/Gráfico 6 — Variação das exportações de bens e serviços	26
Tabela/Gráfico 7 — Evolução da produção de petróleo em milhares de barris dia	26
Tabela/Gráfico 8 — Comparação da produção de petróleo e previsões	27
Tabela/Gráfico 9 — Crescimento homólogo do PIB em USD deflacionados (USD de 2015)	28
Tabela/Gráfico 10 — Evolução do PIB deflacionado usando diversos deflatores	28
Tabela/Gráfico 11 — Evolução anual do PIB e suas componentes em USD deflacionados	29
Tabela/Gráfico 12 — Indicadores de emprego urbano	29
Tabela/Gráfico 13 — Emprego formal e informal em milhares de pessoas	30
Tabela/Gráfico 14 — Oferta ao consumo	31
Tabela/Gráfico 15 — Variação dos valores do consumo <i>per capita</i>	33
Tabela/Gráfico 16 — Variação dos valores do consumo <i>per capita</i>	34
Tabela/Gráfico 17 — Deflator implícito da “produção interna” e inflação do INE	35
Tabela/Gráfico 18 — Evolução do PIB em medidas encadeadas de volume 2018–2020	35
Tabela/Gráfico 19 — Variação homóloga do VAB por sectores	36
Tabela/Gráfico 20 — Quadro geral do peso por sectores	36
Tabela/Gráfico 21 — Evolução do VAB petrolífero	37
Tabela/Gráfico 22 — Evolução do VAB das actividades agrícolas	37
Tabela/Gráfico 23 — Produção agrícola <i>per capita</i> dos principais produtos em Kg e Cal	37
Tabela/Gráfico 24 — Evolução do VAB das actividades pesqueiras	38
Tabela/Gráfico 25 — Evolução do VAB da actividade industrial	39
Tabela/Gráfico 26 — Evolução do VAB do sector de Outros Serviços	40
Tabela/Gráfico 27 — Evolução do VAB do sector da construção	41
Tabela/Gráfico 28 — Evolução do VAB dos serviços públicos	41
Tabela/Gráfico 29 — Evolução do VAB do comércio	42
Tabela/Gráfico 30 — Variação trimestral da inflação do INE	44
Tabela/Gráfico 31 — Comparação dos índices de inflação do INE e do CINVESTEC	45
Tabela/Gráfico 32 — Preços em Dezembro de 2021, supondo um crescimento igual ao índice acumulado de inflação em Luanda e sua comparação com preços de mercado nas proximidades do Nova Vida	46
Tabela/Gráfico 33 — Variação trimestral da inflação do INE e variação cambial trimestral	48
Tabela/Gráfico 34 — Variação trimestral da inflação do INE e M2 em Kz	49
Tabela/Gráfico 35 — Balança de Pagamentos	52
Tabela/Gráfico 36 — Balança corrente e de capital	52
Tabela/Gráfico 37 — Balança de bens e serviços excluindo o sector petrolífero	53
Tabela/Gráfico 38 — Exportações por categoria de produto	53
Tabela/Gráfico 39 — Estrutura das exportações por categoria de produto	54
Tabela/Gráfico 40 — Evolução das exportações petrolíferas por produto	54
Tabela/Gráfico 41 — Evolução das exportações petrolíferas	54
Tabela/Gráfico 42 — Exportações de petróleo bruto em valor e quantidade	55

Tabela/Gráfico 43 — Variação das exportações do sector petrolífero excepto petróleo bruto.....	55
Tabela/Gráfico 44 — Variação das exportações não-petrolíferas (dados agregados).....	55
Tabela/Gráfico 45 — Variação das exportações não-petrolíferas (tabela detalhada).....	56
Tabela/Gráfico 46 — Evolução do preço e da quantidade (milhões de quilates) de exportação de diamantes.....	56
Tabela/Gráfico 47 — Exportações de bens e serviços com excepção dos sectores petrolífero e diamantífero.....	57
Tabela/Gráfico 48 — Estrutura das exportações.....	58
Tabela/Gráfico 49 — Importações de produtos e serviços, eliminando a aquisição de aeronaves e embarcações em 2019.....	58
Tabela/Gráfico 50 — Estrutura das importações, eliminando a aquisição de aeronaves e embarcações 2019.....	59
Tabela/Gráfico 51 — Estrutura das importações de bens por categorias de produto.....	59
Tabela/Gráfico 52 — Importação de serviços (milhões de USD).....	60
Tabela/Gráfico 53 — Transferências de rendimentos (milhões de dólares).....	60
Tabela/Gráfico 54 — Expatriação da rentabilidade dos capitais (milhões de dólares).....	61
Tabela/Gráfico 55 — Posição líquida do investimento internacional (milhões de dólares).....	62
Tabela/Gráfico 56 — Perspectiva dos activos monetários como saldo da BP (milhões de dólares).....	63
Tabela/Gráfico 57 — Perspectiva das reservas como saldo da BP (milhões de dólares).....	64
Tabela/Gráfico 58 — Evolução das Reservas (RIB & RIL).....	64
Tabela/Gráfico 59 — Valor das transacções da BODIVA.....	68
Tabela/Gráfico 60 — Taxa de actividade.....	73
Tabela/Gráfico 61 — Taxa de actividade 2.....	73
Tabela/Gráfico 62 — Evolução da base monetária em moeda nacional (mil milhões de Kwanzas).....	78
Tabela/Gráfico 63 — Evolução dos coeficientes de reservas obrigatórias.....	79
Tabela/Gráfico 64 — Índice de crescimento da BM em MN (2017 = 100).....	79
Tabela/Gráfico 65 — Índice de crescimento das reservas livres em MN (USD; 2017 = 100) e coeficiente de reservas obrigatórias em MN.....	80
Tabela/Gráfico 66 — Índice de crescimento da BM em ME (USD; 2017 = 100).....	80
Tabela/Gráfico 67 — Índice de crescimento das reservas livres em ME (USD; 2017 = 100) e coeficiente de reservas obrigatórias em ME.....	81
Tabela/Gráfico 68 — Percentagem das reservas em MN sobre o M2 em MN (em Kz).....	81
Tabela/Gráfico 69 — Percentagem das reservas em ME sobre o M2 em ME (em USD).....	82
Tabela/Gráfico 70 — Taxas BNA.....	82
Tabela/Gráfico 71 — Evolução das taxas Luibor.....	83
Tabela/Gráfico 72 — Operações de mercado.....	83
Tabela/Gráfico 73 — Evolução das taxas médias de juro da banca para empréstimos às empresas.....	84
Tabela/Gráfico 74 — Evolução das taxas de juro activas a mais de um ano (real e nominal).....	84
Tabela/Gráfico 75 — Peso do Estado nos activos das outras sociedades de depósitos.....	85
Tabela/Gráfico 76 — Concessão real do crédito com a inflação do CINVESTEC (mil milhões de Kwanzas).....	86
Tabela/Gráfico 77 — Crédito por ramo de actividade (em milhões de Kz).....	87
Tabela/Gráfico 78 — Evolução dos agregados em moeda nacional.....	87
Tabela/Gráfico 79 — Índice de crescimento dos agregados em MN (2017 = 100).....	88
Tabela/Gráfico 80 — Índice de crescimento dos agregados em ME em USD (2017 = 100).....	88
Tabela/Gráfico 81 — Crescimento nominal acumulado dos agregados em MN (Kz; escala principal) e em ME (USD; escala principal) e nível de dolarização (Kz; escala secundária).....	89
Tabela/Gráfico 82 — Evolução das taxas de câmbio.....	89
Tabela/Gráfico 83 — Índices das taxas de câmbio nos mercados oficial e informal.....	90
Tabela/Gráfico 84 — Taxa de câmbio real face ao USD.....	91
Tabela/Gráfico 85 — Evolução das Reservas (RIB & RIL).....	92

Tabela/Gráfico 86 — Execução de 2021 — Receita não financeira.....	95
Tabela/Gráfico 87 — Execução de 2021 — Detalhe dos impostos não-petrolíferos.....	96
Tabela/Gráfico 88 — Execução de 2021 — Despesa não financeira.....	98
Tabela/Gráfico 89 — Evolução da dívida eliminando o efeito da variação cambial.....	101
Tabela/Gráfico 90 — Execução de 2021 — Saldos.....	102
Tabela/Gráfico 91 — OGE 2022 face à execução de 2021 — Receita não financeira.....	103
Tabela/Gráfico 92 — OGE 2022 face à execução de 2021 — Rendimentos do petróleo.....	104
Tabela/Gráfico 93 — OGE 2022 face à execução de 2021 — Impostos não-petrolíferos e outros rendimentos correntes.....	104
Tabela/Gráfico 94 — OGE 2022 face à execução de 2021 — Transferências.....	106
Tabela/Gráfico 95 — OGE 2022 face à execução de 2021 — Despesa não financeira.....	106
Tabela/Gráfico 96 — OGE 2022 face à execução de 2021 — Saldos orçamentais.....	109
Tabela/Gráfico 97 — OGE 2022 face ao OGE 2021 — Receita não financeira por Natureza.....	109
Tabela/Gráfico 98 — OGE 2022 face ao OGE 2021 — Despesa não financeira por Natureza.....	112
Tabela/Gráfico 99 — OGE 2022 face ao OGE 2021 — Despesa por função.....	114
Tabela/Gráfico 100 — Evolução do VAB da actividade extractiva.....	116
Tabela/Gráfico 101 — VAB e exportações da indústria extractiva.....	116
Tabela/Gráfico 102 — Evolução do VAB do sector eléctrico e das águas.....	116
Tabela/Gráfico 103 — Evolução do VAB da produção total de bens.....	117
Tabela/Gráfico 104 — Evolução do VAB da produção de Serviços.....	117
Tabela/Gráfico 105 — Evolução do VAB dos serviços de telecomunicações.....	117
Tabela/Gráfico 106 — Evolução do VAB da intermediação financeira e de seguros.....	118
Tabela/Gráfico 107 — Evolução do VAB dos serviços imobiliários.....	118
Tabela/Gráfico 108 — Concessão real do crédito com a inflação do INE (mil milhões de Kwanzas).....	118

Nota introdutória

Este relatório visa apresentar a evolução dos principais agregados económicos nacionais, analisando os dados mais recentes publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), pelo Banco Nacional de Angola (BNA), pelo Ministério das Finanças (MinFin) e outros, cuja recolha encerrou no dia 31 de Janeiro de 2022. O 3.º Trimestre de 2021 é a data base do relatório, determinada pela publicação do PIB pelo INE; a análise refere-se sempre aos dados mais recentes, publicados até à data de corte, quer estes correspondam a datas anteriores ou posteriores à data de base.

De notar que os dados publicados pelos diversos organismos começam por ser preliminares, sofrendo, normalmente, alterações substanciais, pelo menos até ao final do 2.º Trimestre, após a sua primeira publicação. A análise dos dados preliminares poderá, portanto, estar sujeita a alterações significativas.

Todas as linhas de tendência são polinomiais de grau 3.

O relatório, incluindo o Resumo e o Anexo, mas excluindo os gráficos e espaçamento entre parágrafos, contém, menos de 73 páginas, correspondentes a cerca de 4 horas de leitura.

RESUMO**PIB**

O PIB em medidas encadeadas de volume, tal como é calculado pelo INE, não corresponde nem aos rendimentos nem à despesa nem ao valor económico da produção: o PIB real deve ser calculado expurgando o seu valor nominal do crescimento geral de preços, mas não da variação relativa dos preços. No nosso caso, o PIB não pode ser expurgado da variação relativa dos preços do petróleo, porque ela aumenta/reduz de forma muito substancial os rendimentos e o valor económico da totalidade da nossa produção.

Sem termos ainda uma explicação cabal para o que sucedeu, o valor do PIB nominal referente aos 1.º e 2.º Trimestres de 2021 foi substancialmente corrigido: +29,0% no 1.º Trimestre e +21,3% no 2.º Trimestre. Como é evidente, uma alteração de quase 30% e 20% invalida em absoluto a análise dos nossos relatórios anteriores.

Sem considerar qualquer deflator, o PIB cresceu 30% relativamente aos 3 primeiros trimestres de 2020, mas continua 9% abaixo do valor de 2019!

As exportações cresceram 54% relativamente a 2020, mas continuam 11% abaixo do valor de 2019!

A capacidade da produção interna satisfazer a procura interna cresceu 19% relativamente a 2020, mas continua 8% abaixo do valor de 2019!

Embora os números não sejam os mais adequados, sente-se alguma recuperação da actividade, impulsionada pelo ambiente de optimismo proporcionado pelos preços do petróleo.

As variações das exportações totais de bens e serviços e das exportações de petróleo bruto quase se sobrepõem, demonstrando o completo domínio deste produto. Em valor, as exportações totais aproximam-se do valor do 3.º Trimestre de 2019, puxadas pelo preço do barril de petróleo nos mercados mundiais.

Contudo, a produção petrolífera declina. Em 2019, 2020 e até Setembro de 2021, a produção efectiva situou-se 4%, 11% e 17% abaixo das previsões. A produção, até Setembro de 2021, situou-se uns meros 3% acima da média das estimativas de 2023, agravando-se substancialmente em 2021. A manter-se esta queda, a produção esgotar-se-á em menos de 8 anos; a manter-se a queda média de produção dos últimos 4 anos, a produção esgotar-se-á em 9 anos! Porém, após uma queda acentuada no 1.º Trimestre, a produção mostra alguma estabilidade em 2021, decaindo apenas cerca de 10 mil barris/dia em cada um dos trimestres seguintes.

A outra componente do PIB, a produção destinada ao consumo interno, cresceu 19% face a 2020 mas ainda se situa 8% abaixo de 2019, se ignorarmos as reservas que colocamos à correcção dos números do 1.º Semestre.

A taxa de desemprego urbano sobe constantemente desde o 4.º Trimestre de 2020, atingindo 43,4% no 3.º Trimestre de 2021! Dos menos de 60% que conseguem algum tipo de remuneração, 66% são rendimentos de actividades precárias e informais! Desde o 3.º Trimestre de 2020, mais de 88% dos habitantes das cidades com mais de 15 anos procuram um emprego, abandonando crianças e velhos à sua sorte, colocando-os sob os cuidados de adolescentes que abandonam a escola precocemente e enraizando a ideia de que o estudo é um luxo. Esta situação atingiu o máximo no 3.º Trimestre de 2021, com uma taxa de actividade de 90%!

O problema do mundo rural tradicional é a falta de mercados. O camponês tem e sempre teve capacidade técnica para produzir para o consumo da sua família e melhorar o seu nível de vida e produtividade; porém, se não há disponibilidade dos bens de que precisa, ou se estes chegam demasiado caros ao campo, deixa de haver qualquer incentivo para produzir excedentes comerciais. As reservas monetárias desapareceram, o que agrava as consequências das crises agrícolas; uma percentagem cada vez maior da população rural dedica-se à mera produção de subsistência e não tem qualquer reserva para sobreviver às crises!

Regista-se uma pequena variação negativa da população total empregada entre o 4.º Trimestre de 2020 e o 3.º Trimestre de 2021, com uma variação positiva significativa relativamente a 2019. O emprego formal estagna relativamente a 2020, mas perde cerca de 500 mil postos de trabalho para 2019! O emprego informal também estagna face ao final de 2020, mas cresce cerca de 1,2 milhões de “postos de trabalho” face a 2019. Na ausência de empregos e rendimentos, a população viu-se obrigada a “desenrascar-se” para sobreviver!

Se a produção interna de produtos finais é totalmente “consumida” a nível interno (não há praticamente exportação) e, mesmo assim, importamos bens de consumo, então, de forma aproximada, o consumo das famílias corresponde à produção interna de bens finais mais as importações de bens de consumo. Usando os dados do BNA, em USD deflacionados, o consumo representava, no 3.º Trimestre de 2021, 47% do que era em 2017! Considerando os 3 primeiros trimestres, o consumo representava, em 2019, 60% do que era no mesmo período de 2017, em 2020, caiu para 44% e subiu para 51%, em 2021!

A taxa de natalidade tem de se reduzir! O consumo por pessoa, medido em USD deflacionados, representava, no 3.º Trimestre de 2021, cerca de 40% do que era no final de 2017! O crescimento populacional e a nossa pirâmide etária acrescentam entre 500 e 600 mil pessoas por ano à população em idade de trabalhar. Se não se reduzir a taxa de natalidade, teremos de criar mais de 500 mil postos de trabalho por ano ou tornarmo-nos cada vez mais pobres uns, e miseráveis outros!

Os aumentos salariais irão aumentar a procura; a produção nacional não será capaz de responder a esse aumento e tenderá a fazer subir os preços, ainda por cima estando pressionada pelo aumento dos custos salariais; a pressão para manter os preços e a disponibilidade de divisas irão favorecer a solução das importações, pressionando ainda mais fortemente as empresas nacionais. Quando os preços do petróleo baixarem ou estagnarem, deixará de haver espaço para aumentar o consumo por via das importações e não teremos a produção interna adequada ao nível de consumo e do crescimento da população. Um novo aperto semelhante ao de 2017/2022 será necessário, e as pessoas verão os seus rendimentos decrescer drasticamente.

INFLAÇÃO

Desde o 1.º Trimestre de 2017, a média trimestral da inflação é de 5%.

O INE usou constantemente preços empolados. Para conseguir alguma consistência e correspondência com a realidade, corrigiu os preços de Dezembro de 2020, em Janeiro de 2021, reconhecendo tacitamente que os preços que estava a usar não eram os correctos. Parece que estamos a caminhar para a mesma situação, notando-se um claro desfasamento qualitativo entre a leitura do INE (inflação crescente e acima dos 27%) e a realidade dos mercados (redução da generalidade dos produtos importados devido à taxa de câmbio).

Em resumo, relativamente à inflação:

- Não parece advir qualquer perigo da componente monetária; antes pelo contrário, se o M2 se expandir por via do crédito à produção, deve haver um efeito positivo líquido, com a oferta a aumentar mais do que a procura, reduzindo-se o actual desequilíbrio.
- Para além da componente do crédito, deve aumentar-se a concorrência através da melhoria geral do ambiente de negócios.
- O BNA deve manter a estabilidade cambial, criando reservas que lhe permitam prolongá-la à medida que a produção petrolífera declina; aliviar momentaneamente a inflação não serve para absolutamente nada, porque a pressão criada para a suster de forma artificial só a fará disparar no futuro.

- Se os problemas de oferta e de concorrência não forem minimizados, o BNA ficará sem armas para combater a depreciação, e, entretanto, a produção nacional terá decaído por ser incapaz de concorrer com os preços das importações.
- A protecção à indústria nacional deve fazer-se através de uma pauta aduaneira regressiva, aumentando a pressão concorrencial sobre as margens, permitindo que a importação fixe limites aos preços internos e impedindo-os de ultrapassar os limites de razoabilidade fixados nas taxas aduaneiras. Ora, uma taxa de câmbios demasiado volátil torna completamente ineficaz a pauta aduaneira.
- É necessário abrir o investimento no comércio interno e de importação a todos os operadores, sem limitações administrativas desnecessárias, antes pelo contrário, incentivando a sua multiplicação.
- É necessário também resolver urgentemente as questões operacionais dos activos recuperados, com especial destaque para as duas grandes cadeias de hipermercados.
- É também absolutamente essencial que os dados sejam os correctos: é fundamental que os preços recolhidos pelo INE sejam publicados e explicados

CONTA EXTERNA

Verificamos uma importante melhoria geral da conta corrente, com a conta de bens a tornar-se muito positiva (143%) relativamente a 2020, embora as contas de serviços e de transferências se deteriorem 16% e 17%, respectivamente. Relativamente a 2019, a conta de bens cresce, e as contas de serviços e transferências tornam-se menos negativas, pelo que a conta corrente melhora significativamente.

Contudo, o saldo da balança externa não-petrolífera é permanentemente negativo, melhorando relativamente a 2019 (-14%), mas piorando face a 2020 (+14%). A cobertura das importações não-petrolíferas pelas exportações não-petrolíferas varia, no período de 2018 a 2021, entre os 10% e os 14%, com excepção do período atípico de 2020 em que as exportações se concentraram no 4.º Trimestre.

As exportações totais cresceram 54%; contudo, ficam 11% abaixo do valor de 2019.

As exportações de petróleo bruto, em quantidades, apresentaram uma queda de 14% e 18%, relativamente a 2020 e 2019, respectivamente, passando de 1.325 mil barris por dia, em 2019, para 1.082 em 2021.

O gás é o nosso 2.º produto de exportação em valor. Também aqui temos um decréscimo em quantidades, de 15% e 16%, relativamente a 2020 e 2019, respectivamente, que não permitiram aproveitar totalmente o crescimento exponencial dos preços (197% e 91%, respectivamente).

Os diamantes consolidam-se assim como a nossa 3.ª exportação, ganhando cada vez mais terreno ao gás. As exportações sobem de 532 para 1.153 milhões de USD entre 2019 e 2021. Os preços mostram alguma estabilidade. As exportações em quantidades crescem de 6,1 para quase 6,9 milhões de quilates relativamente a 2019.

As exportações de bens e serviços, com excepção dos sectores petrolífero e diamantífero, caem de 490 para 192 milhões de USD, com os serviços a decrescerem de 384 para 50 milhões de USD e os bens a subirem de 106 para 142 milhões, entre 2019 e 2021.

A balança de rendimentos primários situou-se em -4 mil milhões de USD, aumentando o seu saldo negativo 11% relativamente a 2020, mas melhorando 27% relativamente ao valor de 2019.

A balança de juros e lucros, a componente mais importante da balança de rendimentos primários, situou-se em -3,7 mil milhões, deteriorando-se relativamente a 2020 (+15%), mas melhorando significativamente em relação a 2019 (-29%). Os juros e lucros transferidos para o exterior sobem

53% relativamente a 2020, mas mantêm-se ainda 6% abaixo do valor de 2019. Contudo, a rentabilidade transferida fica muito próxima de 2019 (7,0 *versus* 7,3%). Somando às transferências de rendimentos de capital metade da redução do IDE petrolífero, obtemos uma rentabilidade transferida de 12,7%, superior em 0,2 p.p. à obtida em 2019.

Os investimentos angolanos no exterior aumentam 2.909 milhões de USD (9,6%), em resultado de investimentos de 3.039 milhões, quase exclusivamente provenientes do aumento do crédito a fornecedores, e de valorizações de -130 milhões de USD.

Moeda e depósitos constituem o nosso maior investimento no exterior, passando de 16,9 para 16,6 mil milhões, com uma redução de perto dos 339 mil milhões de USD (-2,0%) devido sobretudo à desvalorização dos activos detidos.

Os créditos comerciais continuam a crescer, aumentando 38%, passando de 8.191 milhões para 11.301 milhões. O crédito concedido a clientes representa 76% das exportações de bens e serviços até ao 3.º Trimestre, o que significa que estamos a conceder um crédito médio de 137 dias, aproximando-nos perigosamente dos 140 dias registados em 2020.

O investimento estrangeiro em Angola cresceu 369 milhões de USD (0,5%), resultante da redução do investimento directo (-1.712 milhões), compensado pelo aumento dos Direitos Especiais de Saque pelo FMI (995 milhões), dos empréstimos (415 milhões) e do crédito comercial (435 milhões). Os restantes 236 milhões dividem-se entre moeda e depósitos (136 milhões) e outras contas (100 milhões).

O investimento directo estrangeiro reduziu-se 1.712 milhões (9,9%), apenas 155 milhões abaixo da redução observada durante todo o ano de 2020. Contudo, em termos médios trimestrais, registou-se uma deterioração significativa (+22%).

O IDE não-petrolífero alcançou 261 milhões, contra 480 milhões em 2019! Em termos de investimento não-petrolífero, estamos ainda muito longe da recuperação.

Como conclusão geral, podemos afirmar que a atractividade do país relativamente ao investimento externo não teve evolução digna de nota, mantendo uma estrutura completamente dominada pelos empréstimos externos e pelo IDE. Do lado do investimento angolano no exterior, os investimentos são dominados pelo dinheiro em moeda estrangeira que temos lá fora, embora se observe um rápido crescimento do crédito comercial.

A cobertura das importações pelas RIL sobe de 6 meses para 9 meses entre os 2.ºs Trimestres de 2019 e 2020, devido à redução das importações, fazendo o percurso inverso a partir desse momento, até estabilizar próximo do patamar de 6 meses, a partir do 4.º Trimestre de 2020, aparentando ser este o objectivo do BNA.

Contudo, com o fluxo de divisas resultante dos actuais preços do petróleo, assiste-se a um forte crescimento das RIL até Março de 2022.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Consideramos estes os principais factores que influenciam o ambiente de negócios:

— **Transformar a riqueza em capital:** titulando terrenos e casas; criando um sistema de mercado financeiro simples com base em acções e obrigações; e formalizando os negócios informais.

— **Aumentar o número de negócios:** substituindo o licenciamento por regras simples com efectivo controlo do seu cumprimento; eliminando as assimetrias no conhecimento das regras entre os negócios e o Estado, tornando claro o que pode ser objecto de inspecção para cada código de actividade; instituindo a ANIESA como efectiva entidade única de inspecção económica do Estado; e tornando os ministros sectoriais exclusivamente responsáveis pelo número e volume de negócios do seu sector, sem quaisquer outras atribuições.

— **Liberdade efectiva de comércio:** através da promoção da actividade dos camionistas e comerciantes fora de Luanda, eliminando todos os controlos da actividade por outras entidades que

não a ANIESA; reconstrução e manutenção dos eixos rodoviários principais e ligações de todas as capitais de Província a estes eixos; e protecção da produção nacional através de uma pauta aduaneira regressiva, em substituição dos DP 23/19 e o DE 63/21.

— **Aumento dos níveis de confiança:** forçando o efectivo cumprimento dos contratos através de uma justiça rápida que compense o lesado e penalize o incumpridor, em substituição da prática de repartição dos prejuízos.

— **Aumento dos níveis de conhecimento:** retendo os alunos nos diferentes níveis; avaliando os conhecimentos em provas nacionais, corrigidas fora da escola do aluno; divulgando os resultados e criando incentivos para as melhores escolas e professores; definindo o prazo e os objectivos anuais para se atingirem os níveis de qualidade africanos; e, ao contrário do que se tem vindo a fazer, promovendo a efectiva liberdade curricular no ensino superior.

— **Adaptação da taxa de natalidade aos níveis de produção:** exigindo o cumprimento dos deveres de paternidade por ambos os progenitores, através de uma prestação extraordinária coerciva para a Segurança Social dos que não cumprirem voluntariamente com os deveres de alimentação, cuidados de saúde e educação das crianças.

— **Defesa do primado da Lei:** impedindo toda a exigência do cumprimento de normas inexistentes pelos agentes do Estado ou privados; pondo em prática políticas que criem expectativas estáveis e confiança nas empresas e consumidores; e mostrando intolerância total para com a governação por impulsos, em especial o ressuscitar de normas adormecidas, que, sem prazo nem apelo, são exigidas, de repente, lançando o pânico nas empresas e instituindo tolerância ZERO para os atropelos à Lei por parte dos agentes do Estado.

— **Promoção da segurança pública:** através da transformação do actual corpo militarizado num corpo civil, defensor dos negócios e da segurança dos cidadãos, que elimine a necessidade de gastos adicionais com seguranças privados e dê tranquilidade aos cidadãos nas suas deslocações e nas suas residências, para que a produtividade cresça.

— **Efectiva reforma económica do Estado:** definindo as funções prioritárias, os serviços públicos que devem garantir e os recursos que lhes serão destinados; e com que impostos sobre os cidadãos e empresas vão estes recursos ser pagos.

— **Combate à corrupção:** aumentando a transparência, eliminando os ajustes directos, agravados pela opacidade da informação sobre o negócio; a falta de informação detalhada sobre as rubricas de investimento financeiro na Conta Geral do Estado e o incompreensível valor dos erros e omissões na conta externa. Combate à pequena corrupção, alterando as práticas das chefias e criando sanções disciplinares duras para os prevaricadores e, especialmente, para as chefias que não cumpram as suas obrigações de controlo.

Para além destes aspectos, devem ser tidos em conta todos os que se apresentam nos capítulos da política monetária e fiscal, nomeadamente a estabilidade cambial, o crescimento do crédito à produção e o controlo da inflação.

POLÍTICA MONETÁRIA

As taxas activas da banca apresentam bastante estabilidade.

Contudo, é de registar a tendência de subida, impulsionada pelas taxas do BNA, com todas as taxas Luibor a crescerem fortemente no 3.º Trimestre. Apesar disso, em termos reais, a taxa a mais de um ano entra em terreno negativo no 3.º Trimestre de 2019, apresentando grande estabilidade, em torno de -2%.

Os negócios reclamam das elevadas taxas de juro, mas os bancos têm razão em não querer emprestar: a culpa é, evidentemente, da inflação. Com taxas de crédito malparado à volta de 20%, o negócio é duplamente ruinoso. Por isso, a banca procura margens positivas noutros negócios,

nomeadamente na dívida estatal, nos *spreads* cambiais e, agora, nas comissões e outras despesas de serviços bancários.

O peso do Estado é sempre muito significativo, absorvendo, durante todo o ano de 2021, mais de 50% dos recursos de crédito da economia!

O problema do peso do crédito ao Estado reside em oferecer taxas de juro mais elevadas com risco reduzido, permitindo à banca manter uma boa rentabilidade sem ter de enveredar pelo negócio de elevado risco e rentabilidade negativa que constitui o crédito às empresas. A liquidez para conceder mais crédito à economia continua a existir no sistema bancário angolano. Os bancos só não podem conceder crédito porque, sempre que aumenta a liquidez no sistema, o BNA imediatamente a seca com medo da inflação.

Há liquidez suficiente no sistema bancário angolano, está é toda no BNA!

O crédito real líquido à produção, usando a inflação do CINVESTEC, atingiu 367 mil milhões em 2019, foi negativo no montante de -178 mil milhões em 2020 e é completamente anémico em 2021 (35 mil milhões).

Em 2021, as taxas oficiais de câmbio apresentam tendência de descida. A evolução do diferencial para as taxas do mercado paralelo mostram que é agora o mercado oficial a comandar, com a taxa do paralelo a ajustar-se, após algum lapso de tempo, às variações do mercado oficial.

O índice da taxa de câmbio real, que mede a competitividade da produção nacional, foi sempre favorável à indústria nacional, estabilizando à volta de 60% desde há 12 trimestres. Infelizmente, o ambiente de negócios, os choques reais e a política contraccionista relativamente à liquidez e ao crédito não permitiram transferir para a economia a eficácia da política cambial.

A competitividade está agora a ser comprometida pela redução das taxas de câmbio baseada nos preços do petróleo, perdendo-se a ligação macroeconómica fundamental com a relação das taxas de inflação.

Assim sendo, os desafios da política monetária num futuro próximo continuam a ser, na nossa opinião, os seguintes:

- **Apoiar a política de desenvolvimento da produção nacional através do apoio aos instrumentos de crédito.**
- **Reduzir substancialmente a capacidade da banca gerar lucros através de operações cambiais e de crédito ao Estado.**
- **Criar fundos monetários atractivos, em Kwanzas.**
- **Simultaneamente, aproveitar a conjuntura actual para aumentar as reservas internacionais**, que sirva de estabilizador cambial quando os preços do petróleo estabilizarem ou se reduzirem num quadro inexorável de decréscimo da produção petrolífera.
- **Estabilizar a taxa de câmbio real**, não permitindo nem a penalização do consumo nem a perda de competitividade da indústria nacional.

POLÍTICA FISCAL

EXECUÇÃO DE 2021

Os rendimentos do petróleo crescem 32%, em termos reais, sendo 49% superiores ao previsto e representando 37,9% do PIB petrolífero. O peso dos rendimentos petrolíferos cresce cerca de 50%, face a 2020, e 58%, face ao OGE 21!

Os impostos e taxas não-petrolíferas crescem 3% em termos reais, pese embora uma execução 13% superior à prevista, representando apenas 11,7% do PIB não-petrolífero. O seu peso cai de 42% para 38% da receita.

As transferências, que são quase exclusivamente referentes à Segurança Social, decrescem 19% em termos reais. O seu peso na receita cai de 5% para 3%.

Os outros rendimentos têm um peso semelhante ao das transferências, crescendo 1% em termos reais, mas sendo executados apenas em 40%! O seu peso corresponde a 2% da receita e a 0,5% do PIB não-petrolífero.

O total da receita não-petrolífera cresce apenas 1% em termos reais, embora seja 6% superior ao previsto, tendo o seu peso na receita baixado de cerca de 50% para 42%. Os rendimentos não-petrolíferos representam 13,2% do PIB não-petrolífero.

O valor da despesa total cresce 14% em termos reais, com uma execução orçamental de 119%, representando 252% da receita não-petrolífera e 33,4% do PIB não-petrolífero, ou seja, a nossa receita não-petrolífera apenas dá para pagar 40% das nossas despesas; os restantes 60% são pagos com rendimentos do petróleo ou dívida!

De acordo com as previsões, a produção petrolífera deixa de ter significado em 2032; de acordo com o decréscimo efectivo da produção entre 2025 e 2030! O que faremos quando desaparecerem os rendimentos do petróleo? Reduzimos a despesa do Estado em 60%? Deixamos de pagar os juros? Despedimos os empregados do Estado? Eliminamos o investimento?

Se excluirmos a variação cambial da dívida interna indexada e da dívida externa, a dívida facial aumentou o equivalente a 4 biliões de Kwanzas entre 2018 e 2021!!! Ora, se os saldos fiscais de 2019 a 2021 somaram 1,4 biliões de Kwanzas, para que foi preciso aumentar a dívida em 4 biliões? Onde foram colocados estes 5,4 biliões de Kwanzas?

Das várias hipóteses que se podem imaginar, uma vez que não nos é dada informação fidedigna sobre a sua utilização, a mais benigna é que foram usados para capitalizar as empresas falidas do Estado e, de uma forma completamente opaca, para compensar os subsídios aos combustíveis. Destes 5,4 biliões de despesa oculta nos relatórios de execução orçamental, considerámos 2,2 biliões em 2021.

Nestas condições:

O saldo orçamental passa de -820 mil milhões em 2020 (expresso em Kwanzas de 2021) para -717, equivalentes a -2,1% do PIB não-petrolífero e a -16% da receita não-petrolífera.

O saldo primário (sem juros) passa de cerca de 1,5 para 1,6 biliões de Kwanzas, representando 5% do PIB não-petrolífero e quase 100% da receita não-petrolífera.

Porém, o saldo primário não-petrolífero (excluindo receitas e despesas petrolíferas e juros) passou de -1,9 para -4,2 biliões, representando -13% do PIB não-petrolífero e -95% da receita não-petrolífera.

OGE DE 2022

Os investimentos decrescem 5% em termos reais, passando de 5,2% para 4,8% do PIB não-petrolífero. O seu peso na despesa sobe de 15,7 para 16,3%, baixando na receita não-petrolífera de 39,7% para 36,2%. A proporção de 16,3% para 83,7% entre a despesa corrente e de investimento parece-nos agora adequada.

A Educação cresce 3,1% em termos reais, representando cerca de 3% do PIB não-petrolífero, descendo de 10,8% para 10,3% da despesa e de cerca de 25% para 23% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar de 10% para cerca de 15% da despesa!

A saúde decresce cerca de 10% em termos reais, representando menos de 3% do PIB não-petrolífero, descendo de 9% para 7,5% da despesa e de cerca de 21% para 16,7 % da receita não-

petrolífera. Não se compreende esta redução da despesa real com a saúde: pensamos que deveria passar de 7,5% para cerca de 14% da despesa!

A protecção social decresce 3,5% em termos reais, representando menos de 2% do PIB não-petrolífero, descendo de 6% para 5,3% da despesa e de cerca de 14% para 11% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar de 5,3% para cerca de 25% da despesa! Este é o principal problema do nosso Estado: tenta subsidiar e tratar de tudo em vez de transferir rendimentos para os mais necessitados!

A habitação social cresce 85% em termos reais. Cresce sempre exponencialmente em vésperas de eleições! Passa de 1,0% para 1,7% do PIB não-petrolífero, aumentando de 3,3% para 5,7% da despesa e de cerca de 8% para 12% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar dos actuais 6% para cerca de 10% da despesa!

Contudo, aqui o problema é outro, porque nenhuma da actual despesa em habitação é despesa social!

Trata-se de habitações para a classe média e para funcionários públicos que deviam ter o seu problema resolvido pelo mercado. Como o Estado não permite o acesso a terrenos e a livre actuação dos promotores e demais agentes imobiliários, não existem habitações a preço de mercado para as classes intermédias. Reconhecendo o problema, o Estado promove a sua solução, em vez de fazer habitação social destinada aos mais necessitados, que assim ficam totalmente desprovidos de condições dignas de habitação!

A segurança pública decresce 7,6% em termos reais, representando cerca de 2% do PIB não-petrolífero, descendo de 7,5% para 6,4% da despesa e de 17,5% para 14,0% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar dos actuais 6% para cerca de 10% da despesa! A segurança dos cidadãos e das empresas é um assunto muito importante para a melhoria do ambiente de negócios. É certo que o défice de dotação da segurança pública tem sido resolvido na execução. Mas não é assim que o problema se resolve.

Os assuntos económicos crescem cerca de 10% em termos reais, representando cerca de 3,3% do PIB não-petrolífero, mantendo-se em cerca de 11% da despesa e em cerca de 25% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveriam passar dos actuais 11% para cerca de 16,5% da despesa, centrando-se, nesta fase, nas infra-estruturas de transporte, energia e águas. O problema mais importante da nossa agricultura reside na falta de infra-estruturas de transporte e na inexistência de camionistas e comerciantes fora das grandes cidades. É esse o problema que temos de resolver; depois virá a produtividade agrícola, mas não antes de se resolver o problema da comercialização!

A defesa cresce 1,4%, em termos reais, representando cerca de 2% do PIB não-petrolífero, descendo de 6,6% para 6,2% da despesa e de 15,5% para 13,8% da receita não-petrolífera. Na defesa temos o problema social dos antigos militares, que deve ser resolvido, passando a despesa social das Forças Armadas para a esfera do apoio social. Após esta clarificação, a defesa não deve ultrapassar os 4% da despesa.

O grande problema do nosso OGE, depois da insuficiência do apoio social aos mais necessitados, é a monstruosidade da burocracia de Estado, que cresce quase 30%, representando cerca de 7% de toda a riqueza não-petrolífera e passando de cerca de 19% para 23% da despesa e de cerca de 44% para 50% da receita não-petrolífera. O gasto com os serviços gerais do Estado deve baixar drasticamente dos actuais 23% para não mais de 4% da despesa. É preciso fazer uma autêntica revolução antiburocrática no país. É que esta despesa, além de cara, é extremamente prejudicial à economia e à vida dos cidadãos!

1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

1.1 PIB NOMINAL

1.1.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS DO CÁLCULO

Como temos vindo a dizer, o PIB em medidas encadeadas de volume, tal como é calculado pelo INE, não corresponde nem aos rendimentos nem à despesa nem ao valor económico da produção: é apenas o índice, encadeado ano a ano, dos diferentes crescimentos do volume de produção a preços constantes do ano anterior. Não apresenta qualquer semelhança com o PIB.

O que está na origem desta confusão de termos é a ideia de que a melhor forma de medir o rendimento real é através da quantidade de produtos consumidos. Não é verdade! O valor económico relativo dos produtos (bens e serviços) muda; e essa variação é captada pela variação relativa dos preços. É por isso que o PIB real deve ser calculado expurgando o seu valor nominal do crescimento geral de preços, mas não da variação relativa dos preços. No nosso caso, a variação relativa dos preços do petróleo não pode ser expurgada do valor nominal da produção porque ela aumenta/reduz significativamente os rendimentos e o valor económico da totalidade da nossa produção.

A variação geral de preços pode ser obtida através de um método de cálculo bem aceite pela comunidade científica, como o índice de Laspeyres, que parece ser usado nos cálculos do INE. O que não se pode fazer é calcular o índice misturando mercados e moedas diferentes. O índice foi criado e é aceite pela teoria económica exclusivamente como medida de cálculo para o índice geral de preços de um dado mercado, transaccionando na mesma moeda. Não pode ser calculado, como aparentemente faz o INE, misturando os mercados interno, em Kwanzas, e externo, em USD, daí resultando um índice sem qualquer significado económico.

Também é preciso dizer que o índice não foi criado para calcular o PIB, mas apenas o índice geral de preços, que, de seguida, deve ser aplicado sobre o valor nominal das produções homogêneas de forma a obter o seu VAB, os VAB de cada sector¹ e o PIB total. Desta forma, a soma dos VAB torna-se, como se exige, igual ao PIB.

A ideia peregrina do FMI de calcular directamente o PIB a partir de um índice geral de preços conduz a uma enorme confusão teórica e à chamada perda de aditividade do PIB em medidas encadeadas de volume.

Na verdade, não há como calcular a variação geral de preços de uma produção em particular; cada variação de preços de uma dada produção é sempre uma variação relativa de preços. É através delas que o mecanismo de preços nos mostra a variação relativa das produções, a transformação que, por exemplo, uma cassette vídeo e um serviço de conteúdos *online* sofrem no mercado, de tal forma que a primeira definha e acaba por perder todo o seu valor económico (excepto como peça de colecção) e o segundo vê acrescentado valor económico à medida que se impõe no mercado. Valorizar os produtos a preços constantes faz-nos perder esta dinâmica e, portanto, torna-nos incapazes de percebê-la. A forma de o evitar é valorizar as cassetes e os conteúdos *online* pelo seu valor nominal, expurgado do índice geral de preços, que mais não é do que a variação do valor da moeda face ao conjunto de bens e serviços vendidos, comprados e produzidos numa dada economia. Ao fazê-lo, em vez de esperar pela redução da produção das cassetes vídeo, vemos imediatamente como o seu valor económico se reduziu, mesmo quando as quantidades ainda variaram muito pouco. Assim calculado, e só assim calculado, o valor da produção, da despesa e dos rendimentos são iguais; a este cálculo e só a ele se pode chamar o Produto Interno Bruto!

Em resumo, o VAB real de uma produção homogênea é o seu valor nominal — que encerra, de forma indissociável, a variação geral e relativa dos preços — expurgado da variação geral de preços, restando unicamente a variação relativa dos preços e da produção, ou seja, a variação real do seu valor económico. Como é evidente, calculando assim, o VAB (PIB) sectorial é igual à soma

¹ Ou PIB sectorial como é designado, por exemplo, pelos autores anglo-saxónicos.

dos VAB das produções homogéneas, e o PIB total igual à soma dos VAB (PIB) sectoriais. Desaparece a perda de aditividade, e o significado económico dos vários cálculos se torna perfeitamente claro. É indispensável que o FMI e o BM alterem urgentemente a sua visão excessivamente contabilística e aprovem um método de cálculo que preserve o significado económico das coisas.

Para a valorização do PIB real das exportações e a sua conversão em produtos internos equivalentes, há que deflacionar o seu valor do índice geral de preços do mercado mundial (pode também ser calculado pelo índice de Laspeyres) e dividir o valor obtido pela taxa de câmbio real. Na verdade, porque o índice externo se encontra a dividir e multiplicar neste cálculo, ambas as quantidades se anulam, e o deflator das exportações passa a ser, também, o índice de preços interno, depois de se converter o valor nominal de USD para Kwanzas.

Porém, como não temos o índice de Laspeyres bem calculado para o mercado interno, temos de usar a inflação interna como aproximação. No nosso caso, porque há muitas dúvidas quanto à taxa de inflação, preferimos deflacionar simplesmente as exportações da inflação externa, assumindo que a taxa de câmbio real é igual a 1 (o que é um pressuposto forte). Porém, apesar da incoerência teórica, este cálculo reflecte melhor o rendimento das exportações, equiparando-o à capacidade de aquisição de bens no mercado externo. Trata-se de uma aproximação grosseira, mas parece-nos melhor do que aplicar aos rendimentos obtidos em USD a taxa de inflação interna.

A influência “monopolista” dos rendimentos petrolíferos sobre a taxa de câmbio também reforça esta opção, mas não vamos fazer mais considerações teóricas neste capítulo.

1.1.2 VARIAÇÃO DO PIB NOMINAL DEFLACIONADO

Percebemos, após a publicação do último relatório, que o PIB nominal publicado pelo BNA no seu sítio é calculado pelo Ministério da Economia com base numa aplicação de previsão própria, sendo posteriormente corrigido de acordo com os dados da inflação e do crescimento do PIB real calculados pelo INE. Não conseguimos compreender como, sendo assim, há tanta incoerência com os dados do INE, como iremos demonstrar. Aguardamos resposta aos esclarecimentos solicitados ao Ministério.

Portanto, o PIB nominal não é um dado estatístico, como pensávamos.

Sem termos ainda uma explicação cabal para o que sucedeu, o valor do PIB nominal referente aos 1.º e 2.º Trimestres de 2021 foi substancialmente corrigido: +29,0% no 1.º Trimestre e +21,3% no 2.º Trimestre. Como é evidente, uma alteração de quase 30% e 20%, que nos é completamente alheia, invalida em absoluto a análise dos nossos relatórios anteriores.

Como iremos ver, esta medida passou, com estas alterações, a apresentar uma trajectória completamente errática e pouco credível.

Assim, ficámos sem qualquer referência numérica credível para a medição da produção nacional!

Tabela/Gráfico 1 — PIB, Procura Externa e Procura Interna de Produtos Internos em USD correntes

Principais indicadores macroeconómicos (PIB e Exportações em milhões de USD correntes)	2019				2020				2021			1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2020	1.º Sem. 2021	21/20	21/19
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.					
PIB	21 920	22 307	21 962	18 450	17 840	13 147	15 034	13 332	21 124	20 021	18 890	66 189	46 021	60 035	30%	-9%
Exportações	8 876	9 353	8 211	8 740	6 530	3 468	5 224	5 782	6 992	7 766	8 757	26 440	15 222	23 515	54%	-11%
Procura interna de produtos internos	13 044	12 954	13 751	9 710	11 310	9 679	9 810	7 550	14 132	12 255	10 133	39 749	30 799	36 520	19%	-8%

Fonte: BNA.

Sem considerar qualquer deflator, o PIB cresceu 30% relativamente aos 3 primeiros trimestres de 2020, mas continua 9% abaixo do valor de 2019!

As exportações cresceram 54% relativamente a 2020, mas continuam 11% abaixo do valor de 2019!

A capacidade da produção interna satisfazer a procura interna cresceu 19% relativamente a 2020, mas continua 8% abaixo do valor de 2019!

1.1.3 A PROCURA INTERNA DE PRODUTOS INTERNOS

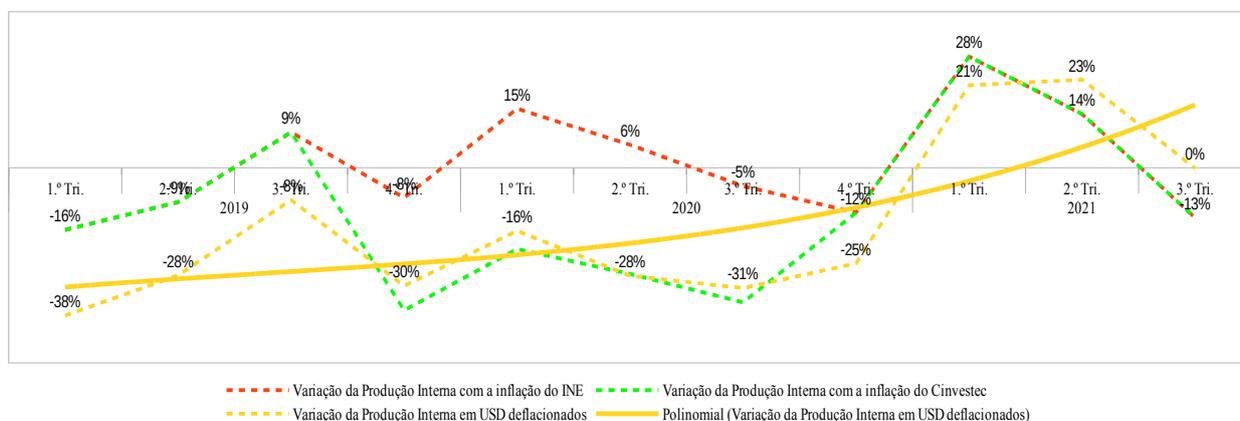
A procura interna de produtos internos é, no nosso caso concreto, em que não exportamos bens e serviços finais, a capacidade de satisfazer a procura interna com produtos nacionais. O debate económico e político foi designando, de forma pouco rigorosa mas bastante sugestiva, esta capacidade como “produção interna”. Pensamos que há utilidade em usar esta designação em vez de procura interna de produtos internos ou capacidade de satisfazer a procura interna com produtos internos. Para não perdermos o rigor, adoptámos a designação de “produção interna” colocando-a entre aspas.

Como desenvolveremos no capítulo próprio, consideramos hoje que existe uma elevadíssima probabilidade de a inflação do INE estar fortemente empolada em 2021. Observando os preços da amostra do INE, torna-se claro que existe um grave erro na recolha ou tratamento dos dados com influência sobre o cálculo da inflação. Contudo, não temos informação suficiente para a corrigir. Por isso, optámos por privilegiar a evolução das exportações e da “produção interna” em USD deflacionados.

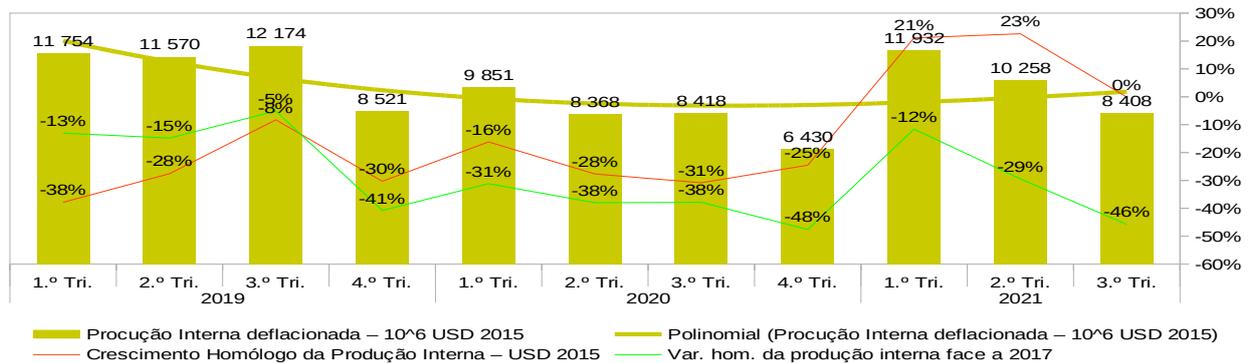
Há, contudo, um inconveniente de peso nesta opção. O enorme fluxo de divisas proveniente do petróleo e a manutenção de políticas monetária e fiscal fortemente contraccionistas têm conduzido a uma forte apreciação do Kwanza sem qualquer relação com a variação da produtividade, o que deturpa a análise. Sublinhe-se ainda que, até ao 4.º Trimestre de 2019, os valores em USD deflacionados são muito influenciados pela apreciação do USD em busca da taxa de câmbio de mercado.

Portanto, com os cuidados necessários resultantes destas incongruências cambiais e, sobretudo, da correcção absurda dos valores do 1.º Trimestre (30%) e do 2.º Trimestre (20%), apresentamos os vários cálculos efectuados, sublinhando o cálculo em USD deflacionados.

Tabela/Gráfico 2 — Crescimento homólogo da “produção interna” deflacionada através de diversos cálculos (USD de 2015)



Fontes: BNA e INE.

Tabela/Gráfico 3 — Volume e crescimento homólogo da “produção interna” em USD deflacionados (USD de 2015)


Em 2019, assiste-se a uma profunda crise da “produção interna”, aqui acentuada pelo ajuste brusco da taxa de câmbio em Outubro.

Em 2020, fruto do confinamento, esperava-se uma queda muito mais acentuada no 2.º Trimestre e uma recuperação gradual posterior. Contra a lógica da relação entre a produção e o confinamento, a evolução apresenta-se com tendência de queda ao longo de todo o ano!

Em 2021, há um salto brusco inverosímil no 1.º Trimestre, seguido de um agravamento acentuado, que cai para zero 3.º Trimestre. Esta trajectória errática e sem sentido é resultante das correcções de cerca de 30% e 20% efectuadas pelo MinEc nos valores do PIB do 1.º e 2.º Trimestres, respectivamente, e de um valor igualmente pouco credível, mas em sentido contrário, no 3.º trimestre. Muito provavelmente, após um período de queda devido às medidas sanitárias, a “produção interna” deve estar a voltar aos níveis do final de 2019. Na verdade, tem-se sentido nos mercados algum dinamismo da oferta, sobretudo depois de os negócios terem “composto” os seus lucros muito degradados à custa da inflação, em 2021.

Vamos justificar algumas das nossas afirmações. Durante o confinamento, o comércio, que é o sector que apresenta o maior valor acrescentado bruto da produção não exportada, esteve impedido de desempenhar as suas funções: as praças e lojas viram a sua actividade suspensa pela Covid-19 e, encerradas que estavam, não podiam produzir valor.

No entanto, a aplicação de estimativa do PIB do MinEc não contempla, naturalmente, parâmetros de encerramento global da actividade. Daí, que seja natural a existência de algum empolamento. Acresce o facto de duas cadeias de hipermercados, com influência decisiva no VAB comercial, terem reduzido fortemente a sua actividade, fruto da indefinição da sua gestão desde que se iniciaram os processos de recuperação de activos. Como é evidente, este parâmetro não poderia também estar presente na aplicação do MinEc.

Pensamos que não vale a pena alterar a aplicação, agora que caminhamos para a normalização da actividade e os parâmetros tradicionais voltam a funcionar bem; mas deveria ter sido emitida uma nota sobre a possível discrepância entre os valores publicados e a realidade.

O mesmo se passa com o segundo maior VAB sectorial, os serviços públicos. Tradicionalmente estes serviços são valorizados², em valor nominal, pelo montante das remunerações pagas pelo Estado: assume-se que não há lucros neste sector, e, portanto, o seu valor acrescentado são os “salários”. Ora, o confinamento alterou de forma radical este pressuposto: confinados, os servidores do Estado ganhavam, mas não produziam; contudo, contrariamente ao sector privado, onde a manutenção das remunerações sem que haja actividade afecta imediatamente, de forma negativa, os lucros, aqui, como não há lucro, nada acontece. A solução deveria ter sido considerar as

² A nosso ver, mal, mas isso é uma questão que não vamos abordar neste relatório.

remunerações em período de confinamento (os 25%, 50%, 75% de confinamento, consoante as actividades) como subsídios à produção, descontados preferencialmente no VAB do sector.

Finalmente, mas não menos importante, temos as correcções bruscas, dos valores do 1.º Semestre de 2021, que devem ser explicadas.

Posto tudo isto, os dados devem ser lidos com muita cautela.

Note-se ainda a comparação com os trimestres homólogos de 2017. Entre o 4.º Trimestre de 2020 e o 1.º Trimestre de 2021, a produção cresce do seu pico mais baixo (-48%, quase metade) para o segundo valor menos gravoso (-12%). Assim, no espaço de nada, sem aviso prévio, sem uma explicação, explodiu!

Porém, não ficamos por aqui, porque, logo de seguida, caímos de novo para -46% no 3.º Trimestre. Alguma variação da produção existe; contudo, estes movimentos radicais não são possíveis! Trata-se, certamente de problemas na parametrização da aplicação de que já adiantámos algumas sugestões.

Fica, apesar disso, a clara noção de que a “produção interna” caiu mais de 30% relativamente a 2017 devido aos sucessivos abalos que foi sofrendo.

Pensamos que podiam ter sido evitados alguns erros, como a desvalorização inicial do Kwana, nos primeiros dias de Janeiro de 2018, logo corrigida (não parece ter tido grande efeito); a inércia do BNA entre Outubro de 2018 e Outubro de 2019, deixando, inexplicavelmente, a iniciativa cambial ao mercado paralelo; a reacção demasiado brusca, em Outubro de 2019 (valorização do USD em 30% num mês); a falta de coordenação entre departamentos do Estado, com o lançamento simultâneo do IVA e da taxa de câmbios flexível, agravado, no que se refere ao IVA, pela insuficiente explicação e atitudes pouco didácticas da parte da AGT, criando o pânico e fazendo os preços crescer cerca de mais de 50%, no 4.º Trimestre de 2019³; esta crise do IVA/Taxa flexível afectou fortemente a produção, com inúmeras falências e encerramentos (não documentados), o abandono do país por parte de inúmeros empresários estrangeiros, com destaque para os pequenos empresários africanos, e a suspensão da actividade de inúmeros negócios nacionais; a crise da Covid-19, com algumas atitudes extremas de confinamento (não estamos a criticar, apenas a mostrar um facto; certo é que ninguém sabia, na altura, qual deveria ser a dose certa de confinamento); a falta de cautela com o funcionamento e preservação do valor dos activos recuperados; e, sobretudo, a quase completa inacção, excepto no capítulo jurídico, no que diz respeito ao ambiente de negócios. Haverá decerto muitas outras questões, mas estas parecem-nos ter sido as que determinaram esta queda nos volumes da produção interna que justificam os elevados níveis de inflação que temos verificado.

Tabela/Gráfico 4 — Comparação da variação da “produção interna” e do VAB dos sectores não exportadores



Fontes: INE e BNA

³ O INE apresentou a taxa de inflação mais baixa desde Julho de 2019 até hoje, exactamente no mês em que os preços mais subiram desde 2017!

Comparámos a variação da produção interna com o VAB da produção não exportada (calculado, aproximadamente, através da subtracção dos sectores petrolífero, das indústrias extractivas e dos subsídios à produção). Não compreendemos como é possível que haja tanta incoerência nos dados da variação do VAB da produção não exportada do INE e da “produção interna” do MinEc, se esta última é corrigida após a saída dos dados do PIB em medidas encadeadas do INE.

Tentámos retirar os subsídios, mas, mesmo assim, não conseguimos encontrar qualquer coerência.

Embora os números não sejam os mais adequados, sente-se alguma recuperação mínima da actividade e melhorias pontuais de alguns aspectos do ambiente de negócios, também impulsionados pelo ambiente de optimismo proporcionado pelos preços do petróleo. Escusávamos de ter perdido tanto tempo e de ter caído tanto, mas temos confiança em que o dinamismo da economia é agora positivo, apesar da inconsistência dos dados não nos permitir quantificá-lo.

Se o Governo optar por uma saída cautelosa, racional e progressiva da crise, poderemos criar um bom ambiente para os negócios e alcançar níveis de produção sustentada; se optar, como já optou com as alterações salariais, por medidas radicais, provavelmente iremos criar um turbilhão económico, com muitas incertezas que afastam o investimento, aproveitamentos oportunistas das variações bruscas e efeitos imprevisíveis após as eleições.

Tabela/Gráfico 5 — Produtividade da produção interna de bens finais

Produtividade anualizada da “produção interna” em USD deflacionados (USD 2015)	2019				2020				2021		
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	
Produção Interna mensal deflacionada – 10^6 USD 2015 – Prod. tri/3	4 706	4 743	5 254	3 121	3 725	3 452	3 441	2 762	4 786	3 927	3 001
População empregada (milhões)		9,646	9,932	9,925	10,084	10,073	10,113	10,749	10,821	10,715	10,649
Produtividade mensualizada em USD*		492	529	315	369	343	340	257	442	367	282
Produtividade anualizada em USD*		5 900	6 348	3 774	4 433	4 112	4 083	3 084	5 307	4 398	3 381
Crescimento trimestral			7,6%	-40,5%	17,4%	-7,2%	-0,7%	-24,5%	72,1%	-17,1%	-23,1%
Crescimento homólogo						-30,3%	-35,7%	-18,3%	19,7%	7,0%	-17,2%
Produtividade em milhares de Kwanzas		147	165	150	186	183	191	168	282	235	178

Fontes: Produção e câmbio médio: BNA; emprego e população: INE.

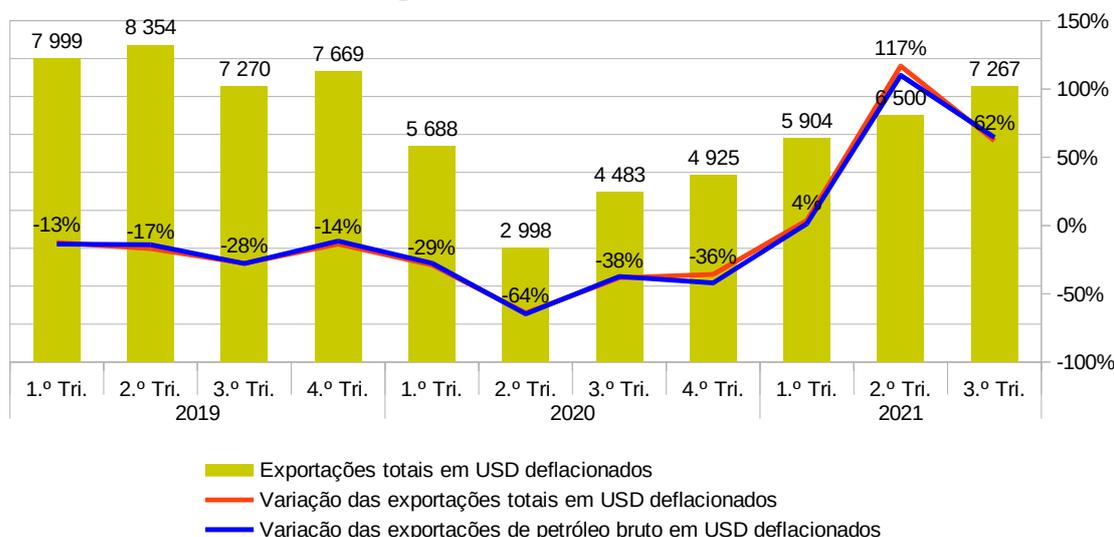
Quando se introduzem outras variáveis, torna-se claro que as alterações dos dados do 1.º Semestre não são, de todo, compatíveis com os restantes dados da série.

A “produtividade da produção interna”⁴, que rondou os 350 USD mensais entre o 4.º Trimestre de 2019 e o 3.º Trimestre de 2020, cai abruptamente para 257 USD no 4.º Trimestre de 2020 e depois salta para 442 no 1.º Trimestre de 2021, voltando a descer para os 282 no 3.º Trimestre.

Esta marcha errante da produtividade deve-se aos problemas que ainda enfrentam os dados sobre o emprego e à inconsistência dos dados referentes à produção. Provavelmente os dados iniciais da produção estavam demasiado baixos (como os do 3.º Trimestre actual); contudo, a correcção drástica (sobretudo no 1.º Trimestre) atirou os dados-os demasiado para cima. Em resumo, os dados da “produção interna” e consequentemente da “produtividade da produção interna” estão provavelmente errados.

Assumimos que a produtividade se possa ter mantido estável, melhorando ligeiramente até ao 2.º Trimestre; no 3.º Trimestre deverá ter havido uma quebra devido ao crescimento da informalidade.

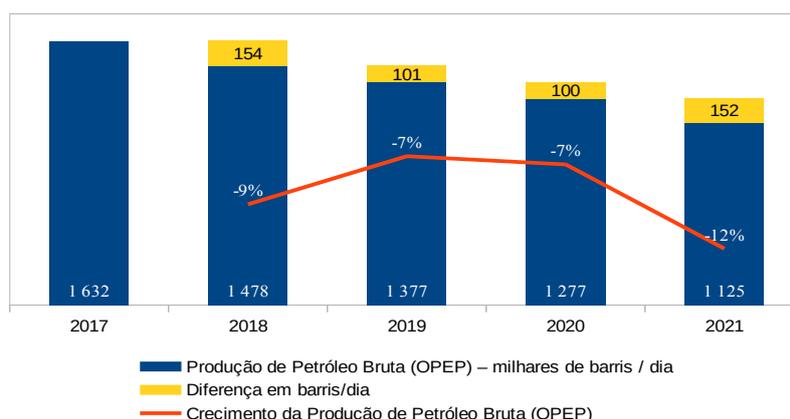
⁴ Trata-se de uma aproximação um pouco grosseira, já que dividimos a produção não exportada pelo emprego total. É evidente que a produção exportada também tem emprego, mas o seu número parece pouco significativo no conjunto do emprego nacional. Além disso, em termos de evolução, o valor absoluto é apenas ilustrativo.

1.1.4 EXPORTAÇÕES
1.1.4.1 VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS
Tabela/Gráfico 6 — Variação das exportações de bens e serviços


Fonte: BNA.

As exportações serão analisadas com maior detalhe no capítulo da Conta Externa. Aqui, iremos focar-nos na sua variação total e no peso das suas principais componentes.

A variação das exportações totais de bens e serviços (linha azul) e das exportações de petróleo bruto (linha vermelha) quase se sobrepõem, demonstrando o completo domínio deste produto. Em valor, as exportações totais aproximam-se do valor do 3.º Trimestre de 2019, puxadas pelo preço do barril de petróleo nos mercados mundiais. O declínio das exportações de bens e serviços durante o auge da pandemia é bem evidente no gráfico.

1.1.4.2 EXPORTAÇÕES DO SECTOR PETROLÍFERO
Tabela/Gráfico 7 — Evolução da produção de petróleo em milhares de barris dia


Fonte: OPEP.

Nota: Para este gráfico, foi usada a média dos trimestres de cada período. Recorde-se que estamos a comparar a média dos primeiros 3 trimestre de 2021 com a média de todos os trimestres do ano de 2020.

Desde 2018, a produção cai sucessivamente a um ritmo médio anual de -9%, equivalente a 127 mil barris/dia, agravando-se, até Setembro de 2021, para uma queda 152 mil barris/dia (-12%)!

Contudo, após a queda inicial no 1.º Trimestre, as exportações petrolíferas têm mostrado apenas um ligeiro declínio, o que é um sinal positivo.

As previsões de produção petrolífera sem reposição de reservas, constantes do Decreto Presidencial 282/20, apontam para o declínio da produção para menos de 1 milhão de barris por dia a partir de 2023, atingindo 500 mil barris em 2028 e praticamente desaparecendo em 2032 (dentro de 11 anos)! Estas previsões vêm apresentadas num gráfico com fraca definição, não permitindo uma comparação numérica. Todas as tentativas de obter a tabela que está por detrás do gráfico foram infrutíferas. Aparentemente, os dados numéricos constantes de uma Lei do país são considerados segredo de Estado por alguns servidores públicos!

Não sendo possível usar a previsão mais recente, manteremos a comparação com as duas previsões anteriores, embora todas elas sejam muito próximas a partir de 2023.

Tabela/Gráfico 8 — Comparação da produção de petróleo e previsões

Produção de petróleo Valores em milhares de Barris / dia	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2030	2035
Previsão do BNA (22 Mai 19)		1 465	1 428	1 435	1 364	1 278	1 097	951	830		
Previsão da produção – Apresentação do MinFin (1 478	1 592	1 655	1 597	1 463	1 329	1 088	948	827	310	19
Produção de Petróleo Bruta (OPEP)	1 632	1 478	1 377	1 277	1 125						
Diferença para o BNA		0,9%	-3,6%	-11,0%	-17,5%						
Diferença para o MinFin	10,5%	-7,2%	-16,8%	-20,0%	-23,1%						
Redução anual da produção (em milhares de barris/dia)		-154	-101	-100	-152						

Fontes: BNA, MinFin e OPEP.

Nota: Dados de 2021 até Junho.

Comparando a produção efectiva com as estimativas anteriores, nem sequer as previsões sem revisão das reservas foram cumpridas, ou seja, mantendo-se a tendência, a produção de crude terminará antes de 2032!

Em 2019, 2020 e até Setembro de 2021, a produção efectiva situou-se 4%, 11% e 17% abaixo da previsão feita, em 2018, pelo BNA, e 17% e 20% e 23% abaixo da previsão de 2017 do MinFin.

A produção, até Setembro de 2021, situou-se uns meros 3% acima da média das estimativas de 2023!

Observe-se ainda que a queda efectiva anual da produção se agrava substancialmente em 2021. A manter-se esta queda, a produção esgotar-se-á em menos de 8 anos; a manter-se a queda média de produção dos últimos 4 anos, a produção esgotar-se-á em 9 anos!

Contudo, após uma queda acentuada no 1.º Trimestre, a produção mostra alguma estabilidade em 2021, decaindo apenas cerca de 10 mil barris/dia no 2.º Trimestre face ao 1.º Trimestre e 6 mil barris/dia no 3. Trimestre face ao 2.º Trimestre.

Com a forte recuperação dos preços no mercado internacional, há, este ano, um crescimento do sector em valor, mas a redução das quantidades é muito preocupante.

Os preços estão hoje bem acima da nossa previsão (que era de entre 60 e 65 USD por barril). A procura está a aumentar a um ritmo elevado, mas ainda não se aproximou dos valores pré-pandemia; a OPEP+ está a fazer crescer a oferta, mas nada nos garante que os ritmos de ambas sejam iguais, sendo o da oferta muito mais rígido. Considerações de natureza geopolítica estão a determinar a oferta e os preços, tornando difícil o trabalho dos economistas. As previsões, neste particular, abandonaram o campo da economia e passaram para o da política e da luta entre superpotências.

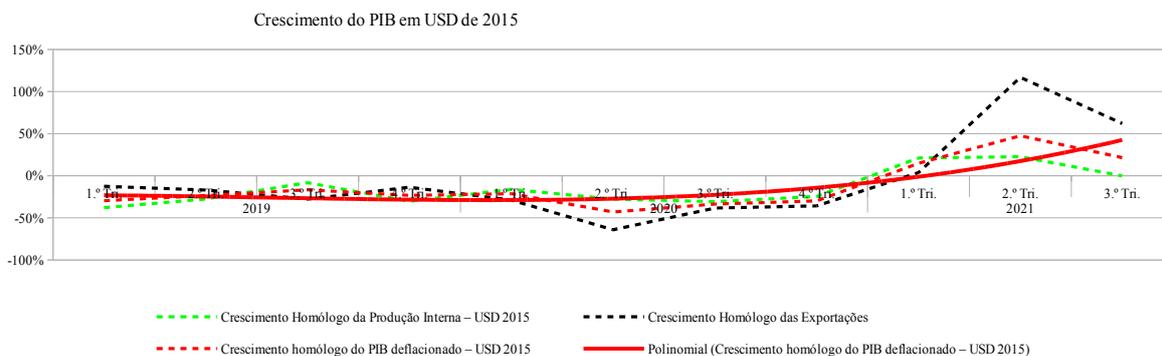
Se os deuses da política se conjurarem para manter os preços actuais até meados de 2022, o que parece estar a acontecer e até a acentuar-se, cremos que haverá um interesse renovado em investir e que as reservas adicionais poderão aparecer. Se os novos investimentos forem escassos, as novas reservas darão, quando muito, para cumprir as previsões.

Continuamos a aconselhar que se trabalhe num cenário pessimista. Se a produção efectiva for melhor do que as previsões sem novas reservas, deveremos aproveitar para equilibrar os orçamentos de Estado futuros, reduzindo a dívida.

Pensamos, contudo, que usar os excedentes em valor para aumentar a despesa do Estado quando as quantidades estão em queda é de uma enorme irresponsabilidade. Aparentemente tem prevalecido algum bom senso, mas tudo depende da execução orçamental pré-eleitoral! A falta de intervenção do BNA para sustentar a valorização do Kwanza e o aumento brusco do salário mínimo e das remunerações da função pública são sinais muito preocupantes.

1.1.5 CRESCIMENTO HOMÓLOGO DO PIB EM USD DEFLACIONADOS

Tabela/Gráfico 9 — Crescimento homólogo do PIB em USD deflacionados (USD de 2015)

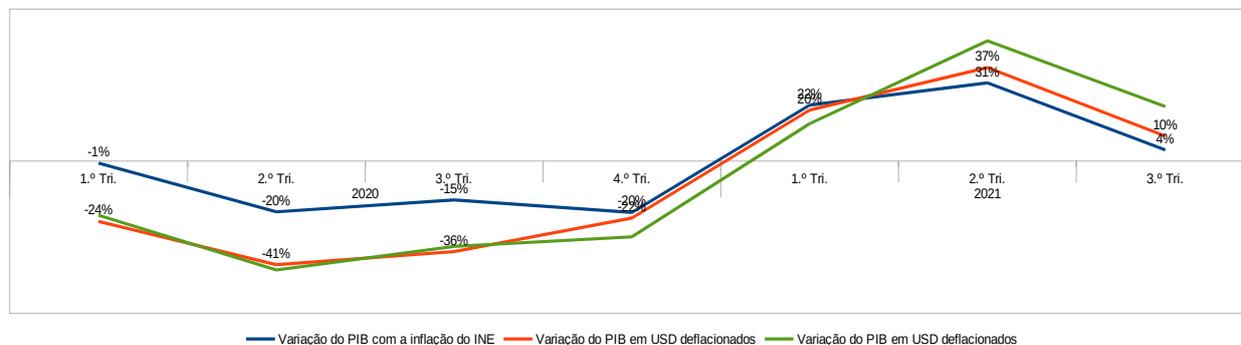


Fontes: BNA e INE.

Com a variação radical das exportações, a escala do gráfico torna-se pouco clara. Contudo, é bem visível que crescimento efectivo do PIB (tracejado vermelho) e a sua linha de tendência (vermelho a cheio) são bastante próximas. O PIB sempre se manteve em terreno negativo até ao 4.º Trimestre de 2020, alcançando terreno positivo no 1.º Trimestre, puxado pelas exportações.

A “produção interna”, com as alterações introduzidas, alcança também terreno positivo no 1.º Trimestre de 2021, mas decai para 0% no 3.º trimestre!

Tabela/Gráfico 10 — Evolução do PIB deflacionado usando diversos deflatores



Fontes: BNA, INE.

A variação do PIB com a correcção da inflação feita pelo CINVESTEC, em 2019, e o cálculo em USD deflacionados praticamente coincidem. A valorização do Kwanza, num quadro de crescimento da relação da inflação interna face à externa, origina um maior crescimento do PIB em USD deflacionados, em 2021.

Na nossa leitura, o PIB caiu fortemente em 2020, incluindo no 1.º Trimestre, devido à crise do IVA/Taxa flexível. No 2.º Trimestre de 2020, o PIB cai para o seu valor mais baixo (-40%) devido ao auge do confinamento e à crise dos preços do petróleo; no 3.º Trimestre, o PIB recupera (-35%) devido ao aumento relativo dos preços do petróleo; no 4.º Trimestre, com a saída da crise mundial, a variação do PIB aproxima-se de -20% devido à fraca recuperação das exportações.

Em 2021, após as correcções introduzidas pelo MinEc, o PIB entra em terreno positivo, crescendo mais de 30% no 2.º Trimestre. Como já dissemos estas correcções necessitam de ser explicadas,

uma vez que nada justifica crescimentos desta ordem. No 3.º Trimestre, o PIB regressa a um crescimento entre 4% e 10%, mais de acordo com o forte crescimento das exportações e os sinais mistos que vêm da “produção interna”.

Numa perspectiva anual, o PIB comportou-se, desde 2018, da seguinte forma:

Tabela/Gráfico 11 — Evolução anual do PIB e suas componentes em USD deflacionados

	2019	2020	2021 Acc. Set.
Varição do PIB em USD deflacionados	-23,6%	-32,1%	26,3%
Varição da “produção interna” em USD deflacionados	-27,1%	-24,9%	14,9%
Varição das exportações em USD deflacionados	-18,0%	-42,2%	49,4%

Fontes: INE e BNA.

A variação de 2021 foi calculada comparando os 3 primeiros trimestres de 2021 e 2020.

Usando o cálculo em USD deflacionados, o valor só passa a ter algum sentido a partir de final de 2019, após a introdução da taxa de câmbios flexível. A actividade económica cai significativamente em 2019 (fruto da queda dos preços do petróleo e do choque IVA/Taxa flexível de Outubro) e, ainda mais significativamente, em 2020 (fruto da pandemia). Em 2021, a economia entra em terreno positivo (26%), com a “produção interna” a crescer 14% e as exportações praticamente 50%.

1.1.6 PREVISÃO DO CRESCIMENTO DO PIB E DA “PRODUÇÃO INTERNA”

Considerando a informação sobre as exportações petrolíferas até Setembro e mantendo, no último trimestre, a queda ligeira das quantidades que se tem verificado, e considerando ainda um preço de 74,62 USD/barril⁵ no último trimestre, as exportações de crude crescerão, em valor nominal, cerca de 58% no 4.º Trimestre. Admitindo que as exportações totais continuem a ser proporcionais às exportações de crude, esta componente crescerá anualmente 72%.

Admitindo que a “produção interna” no 4.º Trimestre se mantenha igual à do 3.º Trimestre e que não haja correcções dos valores dos primeiros 3 trimestres, esta componente crescerá anualmente 18%.

Com estes pressupostos, prevemos que o crescimento anual do PIB face a 2020 seja de 37%, com a produção interna a crescer 18% e as exportações 72%.

Comparando com o ano de 2019, o último período completo pré-pandemia, prevemos que a “produção interna” cresça -11%, as exportações 0% e o PIB -7%!

1.2 SITUAÇÃO SOCIAL

1.2.1 DESEMPREGO

Tabela/Gráfico 12 — Indicadores de emprego urbano

Emprego	2019			2020				2021		
	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.
Taxa de actividade urbana	84,4%	83,3%	85,6%	86,5%	82,9%	87,8%	88,1%	87,4%	87,9%	89,6%
Taxa de empregabilidade urbana	50,9%	50,3%	49,1%	47,3%	44,7%	48,5%	51,4%	50,6%	50,4%	50,7%
Taxa de desemprego urbano	39,3%	41,1%	42,6%	45,3%	46,1%	44,8%	41,7%	42,1%	42,6%	43,4%
Taxa de emprego informal urbano					63,4%	66,0%	67,5%	65,9%	65,6%	67,1%

Fonte: INE.

A taxa de desemprego urbana sobe constantemente desde o 4.º Trimestre de 2020, atingindo 43,4%, no 3.º Trimestre!

Em termos práticos, mais de 40% das pessoas que desejam trabalhar nas cidades não encontram sequer um rendimento mínimo de biscateiro durante toda a série!

⁵ Média da informação mensal das exportações de Outubro a Dezembro, publicada pelo MinFin.

Dos menos de 60% que conseguem algum tipo de remuneração, 66% são rendimentos de actividades precárias e informais, situação que se mantém desde o trimestre seguinte ao início da publicação destes dados pelo INE!

Desde o 3.º Trimestre de 2020, mais de 88% dos habitantes das cidades com mais de 15 anos procuram um emprego, abandonando crianças e velhos à sua sorte, colocando-os sob os cuidados de adolescentes que abandonam a escola precocemente e enraizando a ideia de que o estudo é um luxo. Esta situação atingiu o máximo no 3.º Trimestre de 2021, com uma taxa de actividade de 90%!

A situação de emprego nas cidades é extremamente grave, e as alterações observadas são mínimas ou negativas, mantendo-se a análise qualitativa em toda a série: as condições de emprego são muito precárias, forçando quase todos os adultos a trabalhar (quase 90%), mas uma parte significativa não o consegue fazer (mais de 40%).

O desemprego rural tem uma relevância muito relativa porque, aí, quase toda a população activa se dedica à produção agrícola tradicional. Isso mesmo é ilustrado por uma taxa de actividade de 95% (não deixa sequer espaço suficiente para a população estudantil e idosos), por uma empregabilidade de 75% e por uma prevalência do emprego informal no sector primário de 98% (calculada a partir dos dados do INE). Apesar de tudo, a taxa de desemprego rural é relativamente elevada, tendo subido de 16,2% para 21,2%.

O problema do mundo rural tradicional é a falta de mercados. O camponês tem e sempre teve capacidade técnica para produzir para o consumo da sua família e para melhorar o seu nível de vida e produtividade; porém, se não há rádios, bicicletas, enlatados, peixe seco, catanas, kupapatas para comprar, ou se tudo é extremamente caro, deixa de haver qualquer incentivo para produzir excedentes comerciais!

As reservas monetárias resultantes da produção comercial desapareceram, o que agrava as consequências das crises agrícolas; uma percentagem cada vez maior da população rural dedica-se à mera produção de subsistência, não tem qualquer reserva e vive exclusivamente do que produz para comer.

O drama rural não é, portanto, como nas cidades, o desemprego, mas uma vida completamente vazia e uma extrema fragilidade perante as crises climáticas que põe em causa a sobrevivência!

Tabela/Gráfico 13 — Emprego formal e informal em milhares de pessoas

Emprego	2019	2020	
	4.º Tri.	4.º Tri.	3.º Tri.
População empregada	9,925	10,749	10,649
Emprego formal	2,531	2,064	2,009
Emprego informal	7,394	8,686	8,639
Emprego no sector primário		6,035	5,767
Emprego fora do sector primário		4,715	4,881

Fonte: INE. Cálculos do CINCESTEC com base nos números e taxas do INE.

Regista-se uma pequena variação negativa da população total empregada entre o 4.º Trimestre de 2020 e o 3.º Trimestre de 2021, com uma variação positiva significativa relativamente a 2019.

O emprego formal estagna relativamente a 2020, mas perde cerca de 500 mil postos de trabalho para 2019!

O emprego informal também estagna face ao final de 2020, mas cresce cerca de 1,2 milhões de “postos de trabalho” face a 2019. Na ausência de empregos e rendimentos, a população viu-se obrigada “desenrascar-se” para sobreviver!

O sector primário perde cerca de 250 mil postos de trabalho face a 2020, quase todos informais (200 mil), o que é contraditório com o crescimento da produção agrícola, reportado pelo INE, e com a manutenção do peso da agricultura tradicional na actividade agrícola.

Fora do sector primário há um crescimento de 160 mil postos de trabalho face a 2020, quase todos informais.

1.2.2 CONSUMO

Se a produção interna de produtos finais é totalmente “consumida” internamente (não há praticamente exportação) e, mesmo assim, importamos bens de consumo, então, de forma aproximada, o consumo das famílias corresponde à produção interna de bens finais mais as importações de bens de consumo. Como não exportamos produtos finais e consumimos tudo que não exportamos (a produção interna de bens de investimento é quase nula, excepto na construção), a parte do nosso consumo correspondente às importações é sustentada pelas rendas que cobramos às petrolíferas.

Portanto, na perspectiva de redução substancial da produção petrolífera, teremos de aumentar substancialmente a “produção interna”, se não quisermos reduzir dramaticamente os níveis de consumo! Quanto mais atrasarmos o processo, aumentando o endividamento à medida que os recursos petrolíferos se esgotam, pior será!

Considerando estes pressupostos, o consumo é composto pela “produção interna” mais as importações de bens de consumo⁶. Usando os dados do BNA, em USD deflacionados, o consumo, incluindo construção, variou como se segue:

Tabela/Gráfico 14 — Oferta ao consumo

	2020			2021			Acc. 3.º Tri 2019	Acc. 3.º Tri 2020	Acc. 3.º Tri 2021	21/20	21/19	
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.						3.º Tri.
Consumo – soma das componentes	11 183	9 484	9 648	7 804	13 193	11 790	10 011	40 935	30 315	34 994	15,4%	-14,5%
Índice homólogo (base 2017)	53	41	40	33	62	55	47	60	44	51	7	-9
“Produção interna” – deflacionada da inflação interna corrigida pelo CINVESTEC	9 851	8 368	8 418	6 430	11 932	10 258	8 408	35 499	26 636	30 598	14,9%	-13,8%
Índice homólogo (base 2017)	51	41	39	30	62	53	44	58	43	50	6	-8
Importação de bens de consumo - USD deflacionados de consumo	1 332	1 117	1 230	1 373	1 261	1 532	1 603	5 436	3 678	4 396	19,5%	-19,1%
Índice homólogo (base 2017)	66	48	49	61	62	76	79	79	54	64	10	-15
% das importações na oferta ao consumo	12%	12%	13%	18%	10%	13%	16%	13%	12%	13%		

Fontes: BNA e INE.

O consumo no 3.º Trimestre de 2021 representava 47% do que era em 2017!

Considerando os 3 primeiros trimestres, o consumo representava, em 2019, 60% do que era no mesmo período de 2017; em 2020, caiu para 44%, subindo para 51%, em 2021!

As importações no mesmo período, representavam, relativamente a 2017, 79% em 2019, 54% em 2020 e 64% em 2021!

A redução do consumo é quase exclusivamente determinada pelo declínio acentuado da “produção interna” que ocupa um lugar dominante na oferta ao consumo.⁷

Se descontarmos o exagero das correcções efectuadas ao PIB nos 1.º e 2.º Trimestres de 2021, a situação é ainda mais grave.

Como se torna evidente, a escassez foi o factor mais importante da inflação mais recente!

As medidas tomadas até 31 de Janeiro procuravam reduzir a inflação; porém, o choque salarial, com aumentos de 80% nos salários mais baixos da função pública e de 50% nos salários mínimos nacionais, tenderá a aumentar a inflação.

⁶ Do ponto de vista técnico, deveríamos considerar a construção como sendo, essencialmente, investimento. Contudo, poderá também argumentar-se que os “Serviços Imobiliários e Aluguer”, tal como são calculados, não esgotam o consumo de “habitação”, e, portanto, parte do sector da construção também é consumo. Na verdade, porque não existem dados do sector da construção a preços correntes, temos de incluir este sector no consumo. Esperemos que não desvirtue demasiado a medida. Ainda do ponto de vista técnico, a outra despesa de investimento deveria, evidentemente, ser deduzida à produção interna, e, por outro lado, deveriam ser acrescidas as importações de serviços não relacionadas com a produção. Não tendo dados para suportar esta maior precisão, postulámos que estas duas quantidades se anulem mutuamente.

⁷ Chamamos a atenção para a diferença entre a componente directa importada do consumo e a componente importada total, que incluiu todas as restantes importações de bens e serviços abrangidas na produção não exportada.

A gravidade da situação reside em que estamos apenas a usar os recursos petrolíferos para sustentar o consumo, aproveitando a feliz circunstância de os preços do petróleo estarem a aumentar. Porém, como já nos apercebemos, as receitas petrolíferas não estão a crescer significativamente. Embora haja mais moeda externa na economia, o que faz baixar a taxa de câmbio, a participação nacional no consumo apresenta tendência de perda. Substituir a “produção interna” por importações para satisfazer o consumo, numa altura em que o seu peso apresentava já indícios preocupantes, pode ser muito perigoso! Note-se que a participação das importações sempre rondou os 12%, saltando para 18% nos 4.ºs Trimestres, e que, no 3.º Trimestre de 2021, sobe para 16%!

As mais recentes políticas são uma inversão total do processo seguido durante a legislatura, desistindo-se totalmente de apoiar a “produção interna” e voltando a fazer crescer o consumo, subsidiando as importações através da redução da taxa de câmbio e da isenção de direitos aduaneiros!

A “produção interna”, a braços com uma menor produtividade e com maiores custos, fortemente agravados agora pelos custos salariais, pode ser gravemente afectada. Ninguém pode ser insensível à actual situação social. Porém, se quisermos enveredar por este caminho, teremos de subsidiar a “produção interna”, ou estaremos a preparar um futuro muito pior para os nossos filhos e netos!

A solução que preconizamos é a seguinte. Temos de manter a taxa de câmbio, pelo menos enquanto a taxa de inflação interna for superior à externa. Na verdade, para mantermos a taxa de câmbio real, a relação entre os produtos internos e externos, deveríamos depreciar o Kwanzas de forma a compensar a relação entre as taxas de inflação; não o fazer deteriora a nossa competitividade externa.

É claro que para isso precisamos de uma boa estatística, que nos informe correctamente da taxa de inflação!

Não se trata de voltar às taxas de câmbio administrativas, mas de usar mecanismos de mercado para neutralizar o efeito do acréscimo brusco e volátil dos preços do petróleo. A variação da taxa de câmbio deve corresponder à variação da nossa produtividade. O BNA deve, portanto, intervir no mercado para comprar dólares nesta altura, elevando a taxa de câmbio e criando reservas para os maus momentos, que decerto acontecerão. É a única atitude ajuizada! Aliás, o BNA devia ter como missão a esterilização, o melhor possível, dos efeitos monetários da variação dos preços do petróleo!

Não devemos eliminar qualquer taxa aduaneira. Temos de rever as taxas aduaneiras e provavelmente aumentá-las de forma que a produção interna seja mais competitiva. Há que estudar cada produção, enquanto se aplicam as actuais taxas, substituindo-as, caso a caso, por outras que protejam os melhores produtores nacionais e obriguem os restantes a melhorar; e fixar prazos para a sua redução de forma a encorajar os melhores produtores a melhorar!

Evidentemente que há também que corrigir os muitos problemas do nosso ambiente de negócios para que a produção interna se desenvolva!

O que é absolutamente óbvio é que não devemos deteriorar, com medidas de carácter monetário e fiscal, a competitividade e atractividade na produção interna!

A verdade é que estamos a fazê-lo para melhorar o nível de vida em vésperas de eleições.

Os aumentos salariais irão aumentar a procura; a produção nacional não será capaz de responder a esse aumento e tenderá a fazer subir os preços, ainda por cima estando pressionada pelo aumento dos custos salariais; a pressão para manter os preços e a disponibilidade de divisas irão favorecer a solução das importações, pressionando ainda mais fortemente as empresas nacionais. Algumas irão reduzir os seus custos salariais e a sua produção, através de despedimentos; outras irão mesmo fechar. Quando os preços do petróleo baixarem ou estagnarem, deixará de haver espaço para aumentar o consumo por via das importações e não teremos a produção interna adequada ao nível de consumo e do crescimento da população. Um novo aperto semelhante ao de 2016/2022 será

necessário, e as pessoas verão os seus rendimentos decrescerem drasticamente. Já passámos várias vezes por este sobe e desce do nível de vida; será que é o modelo que procuramos?

Será que devemos permanecer insensíveis ao drama social que vivemos? Evidentemente que não, mas o problema deve resolver-se com a transferência social de rendimentos para os mais necessitados, reduzindo drasticamente a despesa burocrática, como desenvolveremos no capítulo da política fiscal. Basear soluções permanentes em preços efémeros de recursos efémeros é que não é certamente uma solução!

Como economistas, é nosso dever alertar para o erro destas políticas do ponto de vista do interesse da economia nacional a prazo!

1.2.3 A QUESTÃO DEMOGRÁFICA

Tabela/Gráfico 15 — Variação dos valores do consumo *per capita*

Consumo per capita em USD deflacionados	2020				2021			Acc. 3.º Tri 2019	Acc. 3.º Tri 2020	Acc. 3.º Tri 2021	21/20	21/19
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.					
Consumo mensal per capita em USD deflacionados	123	103	104	84	140	124	105	152	113	123	9,1%	-18,8%
“Produção mensal Interna” per capita em USD deflacionados	108	91	91	69	127	108	88	131	99	108	8,2%	-18,0%
Importações mensais de bens de consumo per capita em USD deflacionados	15	12	13	15	13	16	17	20	13	15	15,5%	-23,9%
Índice do consumo per capita em USD (Dez 2017 = 100)	44	37	38	30	51	45	38	56	42	45	4	-11
Índice da “produção Interna” per capita em USD deflac. (Dez 2017 = 100)	43	37	36	28	51	43	35	54	41	44	3	-10

Fontes: BNA e INE.

Com um crescimento populacional da ordem de 3,1%, a variação dos valores *per capita* é, naturalmente, agravada!

Face a 2020, o consumo até ao 3.º Trimestre sobe 9%, com a “produção interna” a aumentar 8% e as importações a crescerem 15%. Face a 2019, o consumo cai 19%, com a “produção interna” a descer 18% e as importações, 24%.

Comparando com o mesmo período de 2017 (índices), a oferta ao consumo atinge um mínimo de 30% no 4.º Trimestre de 2020, melhorando para 38%, no 3.º Trimestre de 2021, apesar da queda de 7 p.p. face a 2.º Trimestre.

A “produção interna” cai, no 3.º Trimestre de 2021, para 35% do que era em Dezembro de 2017!

Apesar do declínio das importações, é a queda na produção interna de bens finais que agrava a dramática redução do consumo!

O consumo por pessoa, medido em USD deflacionados, representava, no 3.º Trimestre de 2021, cerca de um terço do que era no final de 2017!

Um crescimento populacional superior ao crescimento da economia condena a população a uma espiral de miséria. É uma das condições de melhoria social que alguma coisa seja feita, urgentemente, para reduzir a taxa de natalidade de forma a facilitar a saída desta espiral de miséria. Sobretudo, é necessário que o ambiente de negócios se altere radicalmente para permitir o crescimento da “produção interna”.

Em conclusão, a situação social atingiu proporções alarmantes, dramaticamente ilustradas, no campo, pela fome e pelo abandono das zonas de residência habitual e, nas cidades, pelo número crescente de pessoas a “visitarem” os contentores de lixo.

É urgente promover o aparecimento de novos negócios que façam crescer rapidamente a produção interna! O crescimento da produção não se faz com programas estatais (que também são importantes), mas com negócios. É esta perspectiva de foco sobre a actividade privada que parece continuar ausente nas políticas e na sua execução.

O crescimento populacional e a nossa pirâmide etária acrescentam entre 500 e 600 mil pessoas por ano à população em idade de trabalhar. Se não se reduzir a taxa de natalidade, teremos de criar mais

de 500 mil postos de trabalho por ano ou tornarmo-nos cada vez mais pobres uns, e miseráveis outros! A escolha é nossa!

1.3 PIB EM MEDIDAS ENCADEADAS DE VOLUME

1.3.1 VARIAÇÃO DO PIB

Notas sobre a apresentação dos dados: a escala do crescimento está colocada à esquerda; a do peso do sector à direita. O peso dos sectores é apresentado a vermelho. Os valores efectivos estão representados a tracejado, e as linhas de tendência a cheio.

O PIB em medidas encadeadas de volume do INE apresenta alguns problemas de concepção e, eventualmente, de recolha de informação.

Como referimos na secção anterior, o PIB petrolífero é medido em quantidades, descontando a variação relativa dos preços do petróleo quando deveria apenas descontar a variação geral de preços. O PIB em quantidades não tem qualquer sentido económico; o significado do PIB é a medida do valor criado, que não depende apenas das quantidades, mas também da variação relativa de valor das produções homogéneas.

Mais ainda: o PIB do INE, o PIB nominal do MinEc e a inflação do INE são totalmente incompatíveis.

O PIB nominal deveria ser muito próximo do PIB nominal do ano anterior, multiplicado pelo índice de crescimento real e pela inflação.

Tabela/Gráfico 16 — Variação dos valores do consumo *per capita*

PIB nominal em mil milhões de Kwanzas (PIB em USD x taxa de câmbio/1000)	2018				2019				2020				2021		
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.
PIB nominal sem exportações do período anterior	3 306	3 570	3 746	3 734	4 135	3 987	3 885	4 133	4 085	4 251	4 919	4 460	5 627	5 519	5 805
Crescimento do PIB não exportado (Soma dos VAB – Extractivas – Subsídios)	-3%	-4%	0%	7%	3%	-1%	2%	3%	1%	-12%	-12%	-5%	5%	6%	7%
PIB nominal sem exportações do período anterior com crescimento do INE	3 202	3 421	3 759	3 998	4 246	3 929	3 978	4 258	4 129	3 725	4 349	4 241	5 883	5 843	6 205
PIB nominal sem exportações do período	4 135	3 987	3 885	4 133	4 085	4 251	4 919	4 460	5 627	5 519	5 805	4 938	9 022	7 869	6 406
Deflator implícito	29%	17%	3%	3%	-4%	8%	24%	5%	36%	48%	33%	16%	53%	35%	3%
Taxa de inflação do INE	21%	20%	19%	19%	18%	17%	16%	17%	20%	23%	24%	25%	25%	25%	27%

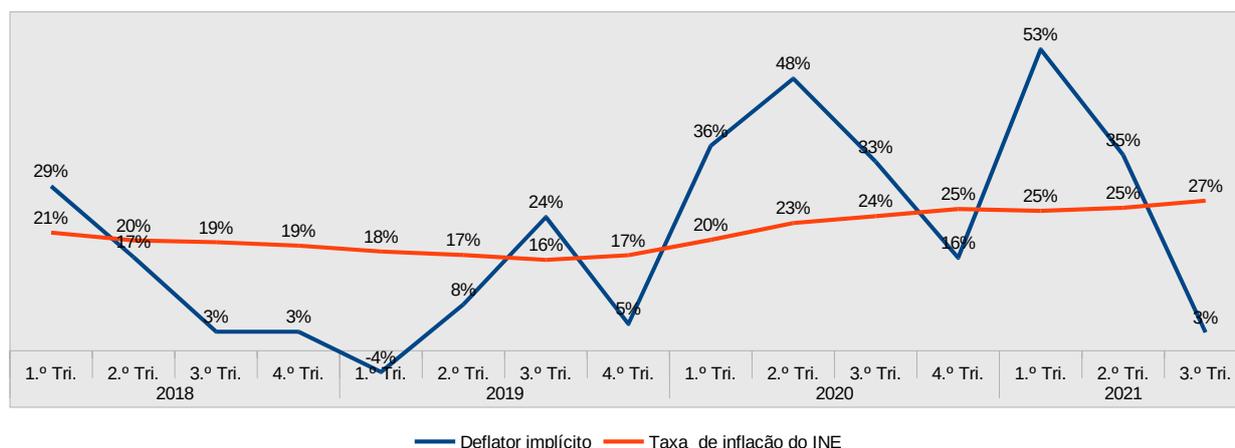
Fonte: BNA e INE.

Nesta tabela apresentamos a “produção interna”⁸ do mesmo período do ano anterior (publicada pelo BNA), o crescimento homólogo do INE para a soma de todos os VAB sectoriais não extractivos⁹ e a “produção interna” do ano (BNA). Multiplicando a “produção interna” do ano anterior pelo índice de crescimento do INE, deveria dar algo próximo da “produção interna” real do ano.

Comparando este valor com o PIB nominal do ano obtemos o deflator do PIB do mercado interno, que tem de ser muito próximo da inflação.

⁸ Recorde-se que a “produção interna” foi definida no início deste capítulo como o PIB menos as exportações.

⁹ As indústrias extractivas, sector petrolífero, diamantes, mármore e granitos, correspondem a mais de 99% das exportações e contribuem muito pouco para a procura interna (gasolina da refinaria, algumas gemas e pedras ornamentais usadas internamente). Subtraímos também os subsídios que estimamos serem maioritariamente subsídios a combustíveis. De qualquer forma, com os subsídios, a incongruência é em tudo idêntica.

Tabela/Gráfico 17 — Deflator implícito da “produção interna” e inflação do INE


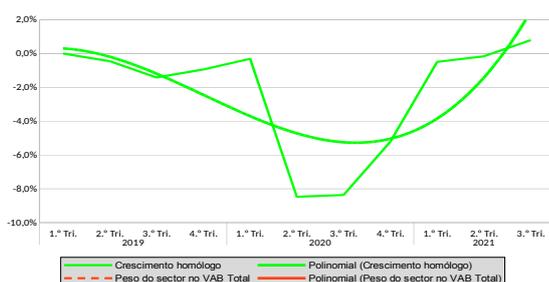
O gráfico reflecte as últimas duas linhas da tabela anterior

Como se pode verificar, o deflator implícito apresenta valores totalmente irracionais e erráticos. O problema não pode, portanto situar-se principalmente na inflação (que também tem problemas graves como veremos no capítulo que lhe é próprio), mas no PIB nominal, no crescimento do PIB real do INE ou em ambos.

Nestas condições, a análise que se segue está sujeita a fortes reservas.

Tabela/Gráfico 18 — Evolução do PIB em medidas encadeadas de volume 2018–2020

Fonte: INE.



O PIB em medidas encadeadas de volume apresenta uma variação que parece ter sido extraída de pressupostos e não de dados estatísticos. Deve ser caso único no mundo que a queda da produção com a pandemia tenha desenhado um U quase perfeito.

É também notável que, para um país que teve confinamentos brutais de comércio, serviços públicos e de toda a actividade em geral, a queda do produto não tenha ultrapassado uns meros 8%.

Esquecendo estes estranhos comportamentos, a variação desenha, como dissemos, um U quase perfeito, e a linha de tendência forma um arco convexo com mínimo em -4% e máximos em 0% e +10%.

1.3.2 VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB) SECTORIAL, QUADROS GERAIS

O INE apresenta, no mesmo quadro, os valores do PIB, em medidas encadeadas de volume, e dos VAB sectoriais, calculados a preços constantes¹⁰. Como os cálculos dos VAB e do PIB usam métodos diferentes, a soma dos VAB não é igual ao PIB. Como referimos na secção 1.1, o cálculo correcto consistiria em apurar o delator do PIB, aplicando-o, de seguida, ao valor nominal das várias produções homogéneas. O PIB seria a soma das produções homogéneas deflacionadas, e a perda de aditividade desapareceria.

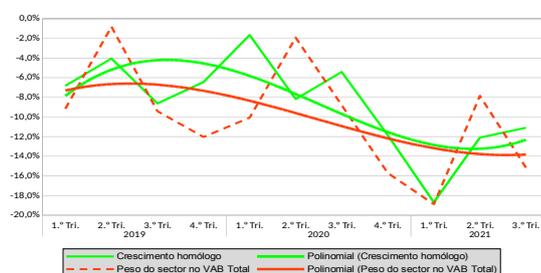
¹⁰ Não é perfeitamente claro se o INE usa o VAB a preços constantes ou se, pelo menos para alguns sectores, as actividades contribuem para um VAB sectorial total, num cálculo semelhante ao das medidas encadeadas de volume do PIB.

diferente (ver nota 10). Contudo, não deixa de ser interessante olhar para a evolução dos diferenciais em percentagem da soma dos VAB.

1.3.3 SECTOR PETROLÍFERO

Tabela/Gráfico 21 — Evolução do VAB petrolífero

Fonte: INE.



O crescimento do sector é permanentemente negativo, com a linha de tendência a descrever o ramo descendente de um arco côncavo, com uma sugestão de estagnação, a partir do 2.º Trimestre de 2021.

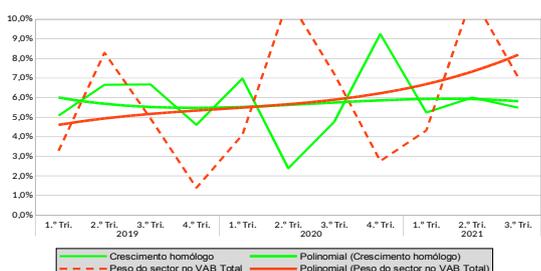
O crescimento homólogo atinge o mínimo de cerca de -15%, no 1.º Trimestre de 2021, melhorando para cerca de -12%, nos restantes 2 trimestres.

A linha de tendência do peso do VAB petrolífero na soma dos VAB apresenta alguma correlação com a linha do crescimento, descendo de quase 34% para 30% no 3.º Trimestre.

1.3.4 AGRICULTURA

Tabela/Gráfico 22 — Evolução do VAB das actividades agrícolas

Fonte: INE.



O gráfico da agricultura (agricultura, pecuária e silvicultura) mostra, com os dados actuais, uma linha de tendência quase horizontal que indicia um crescimento estável e robusto, à volta dos 6%, embora com variações trimestrais erráticas.

Este cenário contrasta com a evolução dos preços nos mercados, com a seca e com a fome! Sendo a oferta monetária muito estável e considerando o peso da

agricultura tradicional no VAB agrícola, como dizem os dados do MinAgri, a única possível explicação para o enorme crescimento dos preços dos produtos agrícolas é o decréscimo da produção. Com um crescimento estável e situado bem acima da taxa de crescimento populacional, os preços deveriam apresentar uma tendência decrescente significativa!

Os dados do INE são essenciais para medirmos a vida económica, não para a contrariar.

O INE usa os dados do Ministério da Agricultura e Pescas para calcular o PIB.

Tabela/Gráfico 23 — Produção agrícola *per capita* dos principais produtos em Kg e Cal

Produção agrícola em g e Cal per capita/dia	Totais	Cereais	Raízes	Legum.	Carnes	Peixe	Fruta
Prod em mil toneladas		3 062	11 823	607	186	400	5 579
Produção média per capita (g/dia)	1 928	273	1 053	54	17	36	497
Cal per capita /dia	2 437	403	1 316	187	49	34	447
Taxa de extração / aproveitamento sem perdas		40%	100%	100%	100%	100%	100%
Cal 100g		370	125	347	294	96	90
Ref. Para calorias		Fuba milho	Mand. cozida	Feijão	Cabrito	Cacuso	Banana
População média em 2020 (milhões fonte INE)	30,768						

Fonte: Ministério da Agricultura e Pescas.

O Ministério da Agricultura e Pescas publicou as produções agrícolas da campanha de 2020/2021. Somando os dados do mesmo ministério referentes à produção de pescado em 2020, foram produzidos quase 2 Kg de alimentos por pessoa/dia, correspondentes a cerca de 2.400 Cal *per capita*/dia, sem considerar as gorduras, a importação de alimentos e as inevitáveis falhas no registo estatístico. Também existem, evidentemente, perdas importantes quando os produtos deixam a

esfera do sector, especialmente na categoria de frutas e legumes, mas as categorias ignorados devem ser suficientes para compensar as perdas. Com uma necessidade média *per capita* de cerca de 1.750 Cal/dia (cálculo grosseiro, considerando a pirâmide etária), deveríamos estar todos obesos!

Onde está o erro? Na informação que os serviços de base prestam aos seus superiores? Na contabilização no VAB do sector dos produtos que ficam a apodrecer no campo? No tratamento dos dados?

Mais ainda, se cerca de 80% da produção é familiar, os camponeses deveriam estar fartos de tanta abundância! Como se explica, então, a fome e a má nutrição generalizadas?

Mesmo que haja uma perda considerável no comércio e no consumidor, é flagrante a contradição entre a informação e a vida. É absolutamente necessário rever os métodos de recolha e cálculo do INE!

Continuamos a considerar fundamental o comércio para o desenvolvimento da agricultura, em especial a agricultura tradicional. Se não houver produtos da cidade e de outras regiões que incentivem o camponês a produzir para além das necessidades imediatas de sustento da sua família, a produção comercial não vai aparecer. São, por isso, necessárias boas estradas e o incentivo a camionistas e comerciantes para que os camponeses desenvolvam a sua actividade e prosperem.

Relativamente à agricultura moderna, o principal problema é a lei de terras e o registo e titularização dos terrenos agrícolas, que impedem o aparecimento de novos operadores em número suficiente.

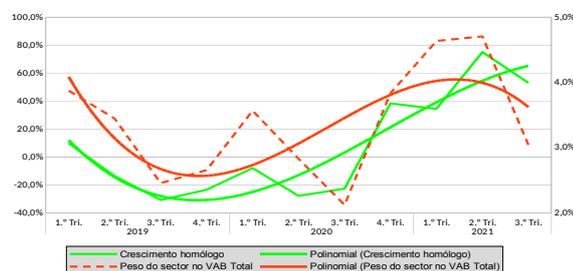
Não existem inquéritos de opinião dos operadores da agricultura. Contudo, pelo que nos apercebemos das várias intervenções nos *media*, o problema citado mais frequentemente é o crédito. Porém, parece haver também alguma dificuldade no abastecimento e no preço de sementes, adubos e outros insumos, bem como de materiais de produção (meios mecânicos, etc.) e materiais de reparação, o que tem elevado substancialmente os custos de produção. As dificuldades de transporte e comercialização são outro dos factores apontados pelos agricultores quando são entrevistados.

Em resumo, uma lei de terras facilitadora do aparecimento de novos negócios que traga mais concorrência, sistemas de crédito agrícola, estradas e operadores de logística eficientes. Tudo questões que não têm que ver directamente com a agricultura, mas que são fundamentais para o seu funcionamento.

1.3.5 PESCAS

Tabela/Gráfico 24 — Evolução do VAB das actividades pesqueiras

Fonte: INE.



Segundo o INE, há cada vez mais peixe! Que ele chegue às nossas mesas!

As pescas dão um brutal salto em frente a partir do 4.º Trimestre de 2019, totalmente indiferentes à pandemia. Na soma dos primeiros 3 trimestres, apresentam, em 2021, um crescimento de 51% e 23% relativamente a 2020 e 2019, respectivamente.

De acordo com os dados da Balança de Pagamentos, as exportações cresceram, nos mesmos períodos, 21% e 4%, respectivamente. Multiplicando estes crescimentos pelo peso das exportações, a sua influência é significativamente menor. Também nada indica que as perdas no comércio e armazenamento tenham variado significativamente.

Para onde foi então tanto peixe?

Tal como na agricultura, também nas pescas a produção cresce mas desaparece sem chegar aos mercados, qual Okawango engolido pelas areias do deserto!

Os métodos de recolha de dados do INE têm, decididamente, de ser melhorados!

O peso do sector é muito reduzido, oscilando, numa linha sinusoidal, entre os 2,5% e os 4%.

Insistimos para que se regularize a situação das pescas através da criação de pontos de descarga onde se contabilizem as capturas e preços por tipo, calibre e espécie.

Para incentivar o uso destes pontos, a acção sobre as capturas excessivas deverá, inicialmente, ser persuasiva para os pequenos e médios operadores. Simultaneamente, devem aumentar as acções de patrulhamento, impedindo descargas fora dos pontos autorizados e agravando paulatinamente as consequências da desobediência, que devem ser, desde já, muito gravosas para os grandes operadores.

Que nos desculpem os especialistas do sector, mas pensamos que as quotas de pesca devem ser distribuídas aos operadores sem custos, sendo a actividade tributada, como todas as restantes, pelos seus lucros. Não percebemos porque há-de o Estado cobrar uma renda por um recurso escasso e um bem da cesta básica, essencial para o equilíbrio alimentar das populações, encarecendo o produto final. Outra coisa são as frotas internacionais, que, essas sim, devem pagar as quotas de forma que se proteja a indústria nacional.

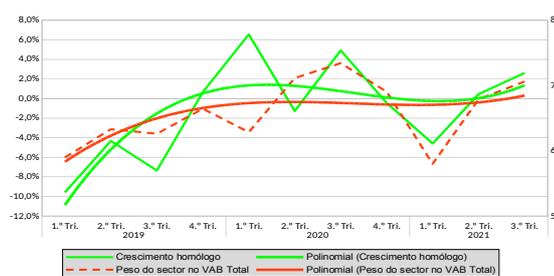
Porém, as sanções para o não cumprimento das quotas devem manter-se ou mesmo ser agravadas tendo em conta a capacidade de preservar o controlo sobre as capturas, isto é, o objectivo é o de cumprir as restrições, garantindo a sustentabilidade, e não o de se fixarem custos tão gravosos que conduzam à perda geral de controlo sobre as quantidades capturadas, fomentando o contrabando, a descarga ilegal, a corrupção dos fiscais e a outras formas de iludir as regras. Pensamos também que as actividades deliberadamente ilegais devem ver as suas sanções substancialmente agravadas.

Relativamente ao controlo no mar, defendemos um sistema baseado em embarcações rápidas sediadas nos pontos de descarga autorizados, a colaboração com os agentes do sector e a utilização dos meios de observação existentes, tanto da marinha, como da força aérea.

1.3.6 INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

Tabela/Gráfico 25 — Evolução do VAB da actividade industrial

Fonte: INE.



A trajetória do VAB da indústria transformadora mostra-se bastante errática, devendo existir problemas de transferência de dados entre trimestres.

A linha de tendência descreve um arco ascendente entre -10% e +2%, até ao 1.º Trimestre de 2020, estabilizando depois, completamente indiferente às restrições sanitárias, entre 0% e 2%.

O peso do sector cresce até ao 1.º Trimestre de 2020, de 6% para 7%, estabilizando à volta deste valor.

De acordo com o INE, “Moageiras Massas e Produtos de Padaria” representam “mais de 60% no total dos sectores industriais”. Como é possível que as indústrias de massas e panificação representem 60% da nossa produção industrial? Insistimos: é necessário que se revejam e auditem com regularidade os procedimentos de recolha a tratamento da informação do INE? Não podemos acreditar, sem provas, que a montagem de automóveis, tractores, enlatados, vestuário, carpintaria, marcenaria e todas as demais produções industriais juntas não alcancem os valores da panificação e massas¹¹!

O sentimento dos empresários (290 empresas) sai de terreno negativo, atingindo 0 no 3.º Trimestre de 2021, depois de ter atingido -40 pontos no 3.º Trimestre de 2020. Os principais constrangimentos

¹¹ O VAB das moageiras está incluído no valor final da produção destas duas indústrias

foram “[a] falta de matéria-prima e as frequentes avarias mecânicas nos equipamentos. As dificuldades financeiras, a falta de mão-de-obra especializada, água e energia também limitaram as empresas do sector”.

Este é o sector mais moderno e produtivo depois da indústria extractiva (incluindo petróleo). As suas dificuldades mostram bem os constrangimentos do ambiente de negócios.

A industrialização é um objectivo estratégico porque, apresentando melhor produtividade do que outros sectores, aumenta a produtividade geral e a competitividade do país, fazendo crescer o mercado interno para os produtos dos sectores primários.

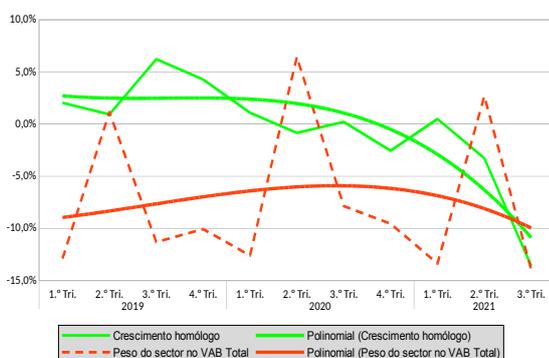
1.3.7 OUTROS SERVIÇOS

Neste sector residual, estão incluídas viagens, hotelaria e restauração, ou seja, o sector do turismo. O sector engloba uma amálgama de serviços onde se perde completamente o sentido de crescimento deste sector prioritário!

É tempo de o INE autonomizar o Turismo!

Tabela/Gráfico 26 — Evolução do VAB do sector de Outros Serviços

Fonte: INE.



A linha de tendência dos crescimentos, depois de estabilizar em cerca de +2,5%, apresenta uma forte queda com a pandemia, atingindo um valor inferior a -10% no 3.º Trimestre de 2021.

A linha de tendência do peso do sector oscila entre -10% e -6%.

A explicação desta queda no sector prende-se com a “queda substancial no serviço da hotelaria e restauração na ordem 51%” e o seu peso substancial no sector.” (INE)

Infelizmente, com a Covid-19, as perspectivas do turismo são muito negativas, embora se sinta alguma melhoria nas viagens e restauração internas, com o alívio das medidas de confinamento e o fim da cerca sanitária a Luanda, pese embora alguma confusão agora criada pela exigência¹² de apresentação dos certificados de vacina nos restaurantes e locais de diversão.

O inquérito aos empresários do turismo (216 empresas) mostra uma forte queda das expectativas com a pandemia, que não dá mostras de melhorar (cerca de -18 pontos).

“A insuficiência da procura e as dificuldades financeiras foram as principais limitações no trimestre. O excesso de burocracia, os preços de venda demasiados elevados e as dificuldades em encontrar pessoal qualificado, similarmente influíram negativamente...” (INE). Não se entende muito bem esta insistência dos empresários em referir os preços de venda elevados. O que devem querer dizer é que os preços de custo e o nível de actividade exigem níveis de preços mais elevados para sustentar os custos fixos, o que, com a estagnação da procura, torna os preços insustentáveis. A rigidez das nossas normas está a manter estruturas inadaptadas à situação actual do mercado, que só podem manter-se elevando os preços, criando uma espiral negativa insustentável. O Estado tem de ser capaz de perceber este problema com urgência!

Os constrangimentos sanitários às entradas no país e os entraves à circulação interna (estado das estradas e preocupação com a pandemia) estão a condicionar fortemente a recuperação do turismo. A percepção de que as nossas condições sanitárias e nível de vacinação são baixos e de que o nível de rigor das nossas autoridades é excessivo está hoje a ser determinante para a falta de dinamismo

¹² Não está em causa a justeza da medida, apenas as dificuldades que esta cria ao sector do turismo.

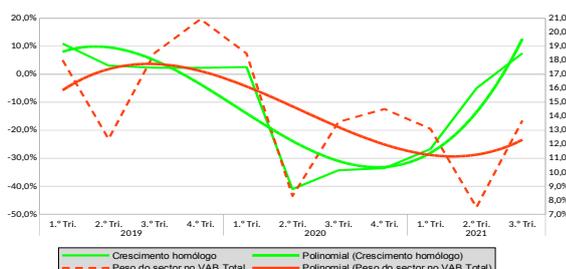
do turismo externo. Há que copiar os exemplos dos países africanos com um sector turístico mais forte.

A manutenção adequada dos pontos de interesse, segurança e liberdade para quem frequenta as zonas turísticas e de diversão e boa limpeza geral continuam a ser pontos fundamentais de melhoria.

1.3.8 CONSTRUÇÃO

Tabela/Gráfico 27 — Evolução do VAB do sector da construção

Fonte: INE.



Segundo o INE, os dados são baseados na produção e importação de cimento e clínquer.

O crescimento homólogo é fortemente afectado pela pandemia, recuperando para um crescimento robusto de 7,5% no 3.º Trimestre de 2021.

A tendência é sinusoidal, decrescendo acentuada e prolongadamente desde o 2.º trimestre de 2019 até ao 1.º Trimestre de 2021, subindo, depois,

vertiginosamente, de cerca de -35% para +10% em dois trimestres. Parece algo improvável!

No 3.º Trimestre, “[o] crescimento desta actividade foi impulsionado pelo aumento significativo da importação de materiais de construção (Cimento e Clínquer)” (INE). Mais um sector onde os métodos de recolha e tratamento da informação merecem ser revistos!

A trajectória preponderante do peso do sector é o braço descendente de uma linha sinusoidal. O peso do sector desce de cerca de 17% para 12%!

O sentimento dos 104 empresários entrevistados continua pouco superior a -20 pontos, sendo um dos sectores onde as perspectivas são mais negativas.

Dentro da amostra de 104 empresas deste sector “A falta de materiais, a insuficiência da procura e o nível elevado das taxas de juros foram as principais limitações. As dificuldades na obtenção de créditos bancários e a deterioração das perspectivas de venda também limitaram as actividades das empresas construtoras.” (INE)

Curiosamente, é quando o sector cresce devido à maior disponibilidade de materiais (contas trimestrais do INE) que os empresários do sector passam a queixar-se da sua falta (Inquéritos de conjuntura do INE).

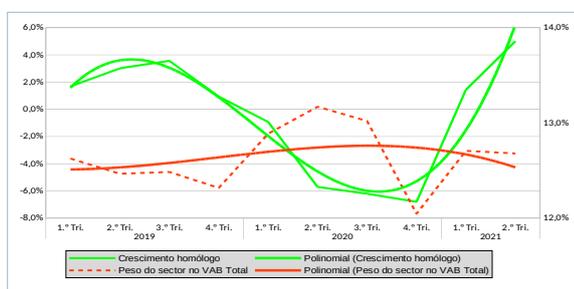
Nesta actividade, que exige forte capacidade de tesouraria, as questões relativas ao crédito ganham, naturalmente, relevância.

É fundamental que se reveja a lei de terras, a atribuição de títulos de propriedade e que se incentive o aparecimento de promotores imobiliários, transformando o monopólio estatal actual em apenas mais um concorrente. As dificuldades na obtenção de terrenos e licenças de construção têm de ser eliminadas para que esta actividade deixe de ser uma mera extensão dos serviços públicos, variando ao sabor dos gastos orçamentais e do calendário eleitoral.

1.3.9 SERVIÇOS PÚBLICOS

Tabela/Gráfico 28 — Evolução do VAB dos serviços públicos

Fonte: INE.



Os serviços públicos deveriam corresponder ao valor das remunerações dos funcionários do Estado, deflacionado do aumento salarial médio!

Durante a pandemia, as percentagens de confinamento, que ainda se mantêm, deveriam ter sido deduzidas ao

VAB porque, efectivamente, o serviço não foi prestado. As remunerações pagas por um serviço não prestado só podem constituir um subsídio à produção que deve, de acordo com os princípios que o INE segue, ser descontado no PIB. Sendo perfeitamente claro o sector a que este subsídio se refere, o VAB do sector deveria ter sido subtraído do valor dos salários pagos às pessoas enquanto elas não produziram!

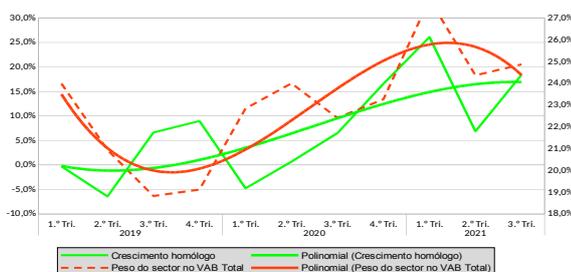
Depois de uma queda inexplicável de apenas 6% em 2020, aparece um crescimento igualmente absurdo em 2021. Na verdade, se foi descontado o período de inactividade, o valor mínimo do crescimento não pode ser -7,4% no 4.º Trimestre de 2020. O mínimo deveria ter ocorrido no 2.º Trimestre de 2020 e ter sido superior a 80% porque as escolas estiveram encerradas, os serviços gerais confinados a 75%, os serviços médicos não urgentes ou relacionados com a Covid-19 paralisados, etc.! Se não descontaram a inactividade, o crescimento deveria ter sido próximo de zero; -6% é que não tem qualquer razão de ser!

O peso deste sector era de 12,4% no 1.º Trimestre de 2020, em vésperas da pandemia; no 3.º Trimestre de 2021, depois de confinamentos sobre confinamentos, foi de 14,2%.

1.3.10 COMÉRCIO

Tabela/Gráfico 29 — Evolução do VAB do comércio

Fonte: INE.



O mais absurdo dos crescimentos reportados pelo INE durante a pandemia ocorre no sector do comércio. Este sector, fortemente afectado pela redução da oferta e fortemente confinado, apresenta crescimentos em linha quase vertical, que se iniciam com a pandemia!

Acreditando nos dados do INE, nada beneficia mais o comércio de porta aberta que um bom confinamento!

E nem o enorme abalo dos processos do Kero e do

Kandando foi suficiente para reduzir crescimentos do sector abaixo dos 15%!

Segundo a última informação do INE, o PIB do sector é determinado por um índice composto pela produção agrícola, das pescas e da indústria transformadora e das importações de bens de consumo. De acordo com o INE, o crescimento dos sectores primário e da indústria transformadora foi de 10%, nos 3 primeiros trimestres de cada ano, relativamente a 2020 e 2019, respectivamente. O que significa que o crescimento em 2020 face a 2019 foi aproximadamente nulo. O crescimento das importações de bens de consumo, nos mesmos períodos, foi de 14,3% e de -19,7%, com o crescimento de 2020 relativamente a 2019 a situar-se em -29,8%. O próprio INE afirma que “O aumento deste sector justifica-se pelo facto de, registar aumentos significativos na produção agrícola, pesca, bens manufacturados e importados.”

Porém:

Como é possível que o crescimento, em 2020, tenha sido de 0%, baseado em duas componentes de 0% e -30%? Será que as importações nada pesam?

Como é possível que o crescimento em 2021, baseado em duas componentes de 10% e 14%, tenha sido de 18%? Certamente um contributo para a ciência matemática!

Com pesos muito significativos, os sectores dos serviços públicos e do comércio têm uma grande influência global, pelo que os comportamentos inexplicáveis destes sectores deverão ter tido uma influência considerável no cômputo da marcha do PIB, exigindo que não apenas os sectores sejam corrigidos mas também o PIB.

O sentimento entre as 907 empresas do sector é agora positivo, situando-se um pouco abaixo de +20 pontos, o que pode indiciar boas perspectivas futuras (mas não corrige os erros de registo e cálculo do passado). Contudo, há que ter em conta que a redução da actividade da concorrência,

nomeadamente a das duas grandes cadeias de grandes superfícies comerciais alvo de recuperação de activos¹³, cujo peso era significativo, possa ter animado os que ficaram, distorcendo um pouco o sentimento geral do sector.

“A insuficiência da procura, a ruptura de stocks e as dificuldades financeiras, foram os principais constrangimentos [reportados no 3.º Trimestre de 2021]. O excesso de burocracia e os preços de venda demasiado elevados, também constrangeram as empresas do sector.” (INE).

Gostaríamos de perceber como é que, com as quantidades e a actividade do comércio a aumentar substancialmente, os preços de venda se mantêm demasiado elevados!

Não há qualquer consistência nos números!

1.3.11 RESTANTE ANÁLISE POR SECTORES

Para não cansar o leitor, transferimos a restante análise sectorial para o anexo.

¹³ Recuperação de activos deveria implicar, pelo menos, a manutenção do seu valor.

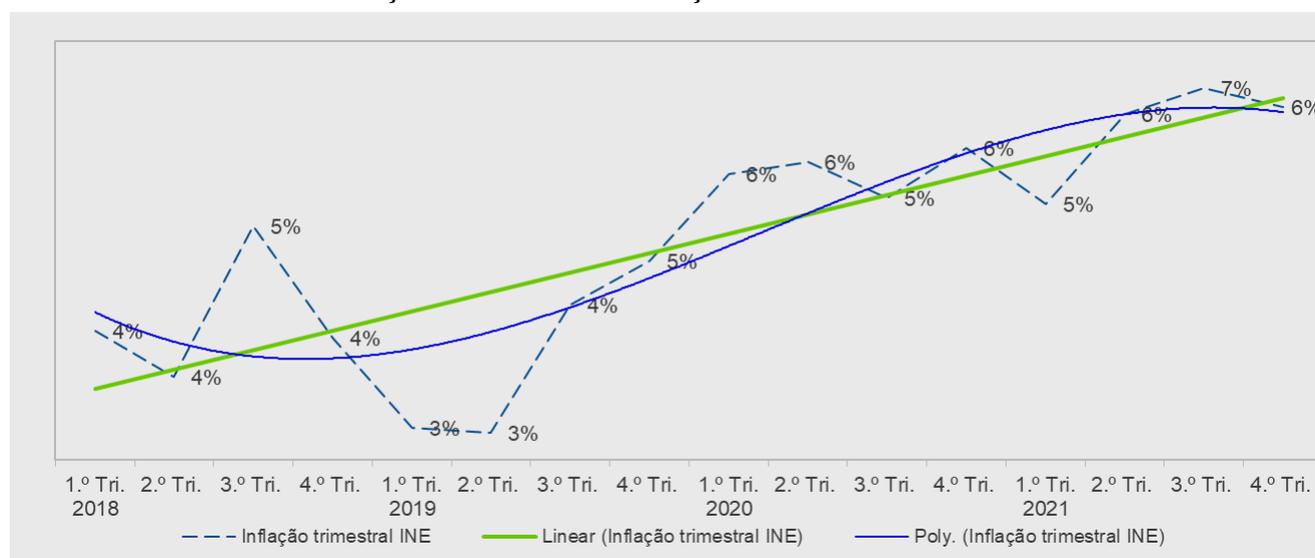
2 INFLAÇÃO

O nosso desejo de contribuir para a compreensão do processo inflacionário em Angola decorre primeiramente do facto da sua elaboração conter fortes inconsistências ou “erros”, seja pelo facto da inflação do INE em Outubro de 2019¹⁴ estar completamente desajustada da realidade dos preços no conjunto daquele ano, seja pela utilização comprovada de preços empolados pelo INE¹⁵, seja pela ausência de correspondência à realidade da premissa de operacionalização de toda política monetária, assente na ideia de que a inflação, em Angola, é essencialmente um processo monetário causado pela crescente oferta de moeda.

Continuamos a apresentar duas abordagens sobre a inflação, sendo uma publicada pelo INE e a outra calculada pelo CINVESTEC.

No plano do Índice de Preço no Consumidor em Angola, publicado pelo INE, podemos verificar um comportamento sinusoidal crescente, conforme o gráfico abaixo.

Tabela/Gráfico 30 — Variação trimestral da inflação do INE



Fonte: INE.

Desde o 1.º Trimestre de 2017, a média trimestral da inflação é de 5%, sendo a mínima de 3%, verificada no 1.º e 2.º Trimestres de 2019, e a máxima de 7%, no 3.º Trimestre de 2021.

A análise da linha de regressão linear, demonstra que cerca de 69% da inflação é autónoma de (3,49 pontos percentuais), tendo um crescimento linear por trimestre de 0,19%.

Na verdade, a variação trimestral mostra uma tendência de redução durante o ano de 2018 e no início de 2019, atingindo um mínimo de 3,3%, no 2.º Trimestre. Posteriormente, temos uma subida quase linear, até se atingir o patamar médio de 5,7%, no 1.º Trimestre de 2020. Sabemos que esta linha foi distorcida nos 3.º e 4.º Trimestres, mas estes trimestres podem ser eliminados como anomalias quando estudamos a tendência.

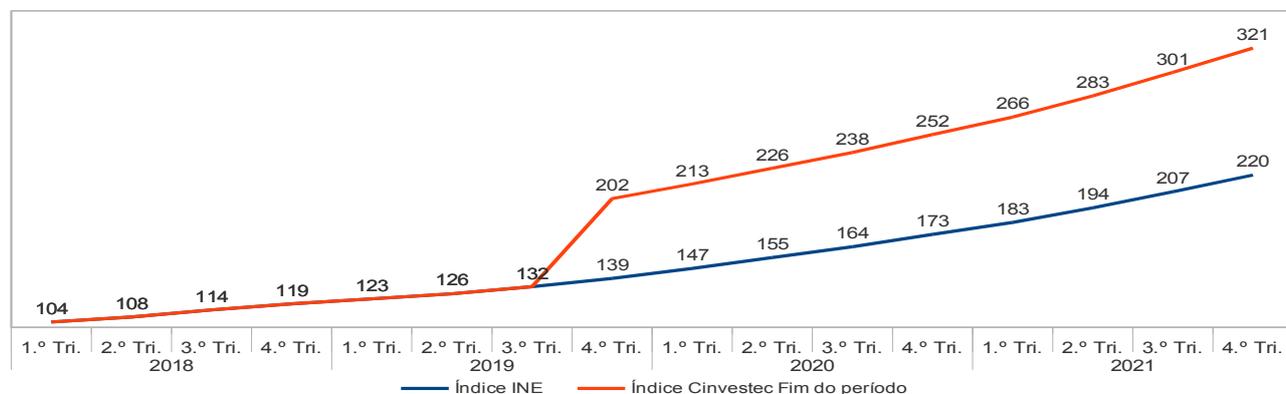
Segue-se um período de estabilidade, durante todo o ano de 2020 e no 1.º Trimestre de 2021, com as taxas a oscilar à volta de 5,7%, em média, com uma linha de tendência quase horizontal. Porém, no 2.º Trimestre de 2021, observa-se um salto para 6,3%, ligeiramente agravado para 6,5%, no 3.º Trimestre, e fechando o período com 6%, em Dezembro de 2021.

¹⁴ Em Outubro de 2019, o Executivo introduziu o IVA, e, simultaneamente, o BNA deixou desvalorizar fortemente o Kwanza para introduzir a taxa de câmbio flexível. Como resultado, os preços da generalidade dos produtos subiram fortemente. Estranhamente, o INE apresenta, em Outubro de 2019, o nível de inflação mensal mais baixo desde Junho de 2019 até hoje!

¹⁵ O cálculo da inflação depende, no essencial, dos ponderadores e dos preços. Como desenvolvemos nos relatórios anteriores, o problema estava, essencialmente, nos preços. O INE apresentava uma amostra de preços absolutamente chocante, cuja utilização só poderia resultar numa grave distorção da inflação.

No plano do Índice de Preços no Consumidor em Angola, corrigido pelo CINVESTEC, foi corrigida a inflação do mês de Outubro de 2019 devido à sua falta de correspondência com a realidade, conforme gráfico abaixo.

Tabela/Gráfico 31 — Comparação dos índices de inflação do INE e do CINVESTEC



Fonte: INE e estimativa do CINVESTEC.

A inflação média trimestral em 2018 foi de 4,4%, em 2019, para o INE foi de 4,0%, ao passo que a inflação calculada pelo CINVESTEC foi de 14%. Devido ao efeito combinado entre a introdução do IVA e do Regime de Câmbio Flexível, após este período, a inflação média trimestral ascendeu a 6%.

Sobre os preços empolados, em Janeiro de 2021 o INE reduziu pela metade os preços referentes a Dezembro de 2020, aproximando-os dos preços efectivos do mercado. Todavia, não corrigiu os preços nos anos anteriores e, por conseguinte, este erro persiste para períodos anteriores a Dezembro de 2020.

Para além de corrigir os preços, iniciou-se uma nova série, em Janeiro de 2021¹⁶, estas medidas permitiram uma correspondência, embora artificial, entre as estatísticas sobre o Índice de Preços no Consumidor e a realidade. Se não vejamos:

O pão de trigo cacete custava Kz 88,68 em Janeiro de 2017 e Kz 132,07 em Dezembro de 2020 (publicação de Dezembro 2020), portanto, um incremento de 49%.

A coxa de frango, que custava Kz 1.376,69 em Janeiro de 2017 e Kz 2.679,50 em Dezembro de 2020, um incremento de 90%.

Corrigindo o preço do pão de trigo cacete para Kz 60,00 em Dezembro de 2020 (publicação de Janeiro de 2021), temos: em Dezembro de 2020 pode comprar-se com Kz 100,00 em pão cacete o mesmo que em 2017 se comprava com Kz 147,80.

Para a coxa de frango, que custava Kz 1.376,69 em Janeiro de 2017, e corrigindo para Kz 1.200,00 em Dezembro de 2020, teríamos um Índice de Preço no Consumidor de 114,72, concluindo que em Dezembro de 2020 pode-se comprar com Kz 100,00 em coxas de frango o mesmo que em Janeiro de 2017 se comprava com Kz 114,72. Portanto, uma conclusão sem qualquer convergência com a realidade.

Como queríamos demonstrar, o INE, para conseguir alguma consistência e correspondência com a realidade das Estatísticas do IPC, corrigiu os preços de Dezembro de 2020 em Janeiro de 2021 e alterou para Dezembro 2020, como período de base para o cálculo do IPC.

¹⁶ O INE introduziu ponderadores actualizados, que apontam para um reforço do consumo de subsistência, com as principais alterações a serem, segundo o INE: “Alimentação e Bebidas não Alcoólicas, que passou de 43,95 para 55,67; Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis, que passou de 12,50 para 5,38; Vestuário e Calçado, que passou de 6,50 para 3,55.”



RELATÓRIO ECONÓMICO DO 3.º TRIMESTRE DE 2021

Em ambos os casos, correcção e actualização do período de base, não foi recalculada a inflação dos períodos anteriores, insistindo-se assim num duplo erro resultante do uso de preços incorrectos e de ponderadores desactualizados!

Não nos é possível aferir se o cálculo da inflação está a ser novamente baseado em preços errados, na medida em que, em primeiro lugar, em Abril de 2021 o INE deixou de publicar os preços da amostra seleccionada e, em segundo lugar, porque só é possível tirar conclusões quando a diferença entre a publicação do INE e os nossos registos é materialmente relevante.

Na ausência dos preços da amostra, calculámos a evolução dos preços em Luanda, como se todos os produtos da amostra do INE tivessem apresentado exactamente o crescimento do índice acumulado de preços de Luanda até ao fim do 3.º Trimestre de 2021, e fizemos a comparação com alguns dos preços no mercado, nomeadamente nas praças e hipermercados das imediações do Projecto Nova Vida, onde se esperaria que os preços fossem, em geral, superiores aos da média de Luanda, apresentados pela amostra do INE.

Tabela/Gráfico 32 — Preços em Dezembro de 2021, supondo um crescimento igual ao índice acumulado de inflação em Luanda e sua comparação com preços de mercado nas proximidades do Nova Vida

Produto	Unidade	dez-20	C/ Infl. 21	Preços Médios NV	Dif em %	Produto	Unidade	dez-20	C/ Infl. 21	Preços NV	Dif em %
Pão cacete	Um	60,00	78,26			Leite em pó	Lata de 2270g	13 100,00	17 086,33		
Farinha de trigo	*	600,00	782,58	685,00	-12%	Óleo de palma	Litro	2 200,00	2 869,46	2 290,00	-20%
Fuba de Milho	Kg ou Lata de	500,00	652,15	500,00	-23%	Óleo de soja	Litro	1 820,00	2 373,83	1 395,00	-41%
Arroz Corrente	Kg	640,00	834,75	701,67	-16%	Cebola	Kg	310,00	404,33	649,80	61%
Carne de primeira	Kg	3 950,00	5 151,99	5 449,00	6%	Jimboa	Atado	192,00	250,43		
Carne de segunda	Kg	2 999,00	3 911,60	3 899,00	0%	Tomate	Kg	445,00	580,41	1 699,50	193%
Miudezas de vaca	Monte médio	2 650,00	3 456,40			Feijão castanho	Kg	1 700,00	2 217,31	1 578,33	-29%
Costeleta de porco	Kg	3 250,00	4 238,98	3 999,00	-6%	Feijão catarino	Kg	1 000,00	1 304,30		
Carne de cabrito	Pedaço médio	2 890,00	3 769,43			Feijão amarelo	Kg	1 600,00	2 086,88		
Frango congelado		2 800,00	3 652,04	1 997,00	-45%	Batata doce	Kg	240,00	313,03		
Coxas de frango	Kg	1 200,00	1 565,16	1 080,00	-31%	Fuba de bombom	Lt 900g	282,00	367,81	250,00	-32%
Carne seca de vaca	Kg	3 850,00	5 021,56	6 980,00	39%	Açúcar branco	Kg	527,00	687,37	495,00	-28%
Peixe Cachucho	Kg	3 200,00	4 173,76			Vinho tinto	750 ml	4 500,00	5 869,35		
Peixe carapau	Kg	2 999,00	3 911,60			Cerveja nacional	220 ml	170,00	221,73	145,00	-35%
Peixe espada	Kg	2 160,00	2 817,29			Cerveja importada	330 ml	375,00	489,11		
Peixe carapau seco	Kg	2 750,00	3 586,83			Sabão	barra	1 620,00	2 112,97		
Inflação acumulada, em Luanda, em 2021 (INE)		130,43%									

Fonte: INE e CINEVISTEC

Note-se que, na maior parte dos casos, os preços das compras em praças não foram apresentados por ser difícil estabelecer uma relação clara entre a unidade de medida efectiva de compra (monte, balde) e a unidade de medida da amostra do INE.

Parece notar-se já um claro empolamento da generalidade dos preços relativamente ao que se verifica nos mercados, o que, evidentemente, distorce fortemente a inflação.

Os dados de base do INE (tipologia do local de recolha, preços e ponderador do local de recolha) devem ser publicados de forma que possam ser criticados. Há decerto qualquer coisa que não está a correr bem nesta recolha de preços, e, sem preços criteriosamente recolhidos, os números da inflação são, obviamente, deturpados!

Quais serão as condições estruturais da economia angolana que explicam as subidas do nível geral de preços associadas às mais variadas condições conjunturais? Esta questão remeter-nos-á, pelo menos, para duas dimensões. Indicaremos apenas algumas das condições estruturais de que a inflação parece constituir-se, portanto, não vamos nos aprofundar.

Quanto à **dimensão económica**, a primeira questão surge com o grau de concentração (oligopólios artificiais). As evidências indicam que, dos Agentes Registados como Importador e Exportador, apenas 34 possuem o estatuto de **Operadores Económicos Autorizados**¹⁷, que beneficiam de tratamento célere e prioritário no processo de importação, exportação e trânsito aduaneiro de

¹⁷ <https://www.agt.minfin.gov.ao/PortalAGT#!/servicos-aduaneiros//operador-economico-autorizado>.

mercadorias. O nível de concentração aumenta quando analisamos estes operadores por sector de actividade económica. Como fomos alertando, a tentativa de controlo dos importadores reduzindo-se o seu número só poderia resultar no seu contrário: na total dependência da economia de um punhado de agentes oligopolistas.

Outrossim, embora o licenciamento de importação de mercadoria vise, entre outras coisas, a efectiva aplicação das restrições de entrada e de saída de mercadorias no país¹⁸, para efeitos de controlo de qualidade e de registo estatístico, a sua ineficiente implementação revela-se em barreiras a entradas ou custos adicionais para muitos agentes económicos.

Tal situação impõe lucros elevados através da fixação de preços monopolistas/oligopolistas, nomeadamente no sector do comércio por grosso e a retalho, sendo repercutido nos preços dos demais sectores, através dos quais se vai realizando a perequação da taxa de lucro.

Ora, as hipóteses do efeito de substituição (alteração das preferências¹⁹ dos consumidores) e da inflação mundial já foram descartados como incapazes de explicar uma inflação superior a 5%.

Na nossa opinião, a inflação em 2021 explica-se unicamente pelo aumento das margens. Em economia de mercado, os preços devem ser livres, sendo a redistribuição de rendimentos feita através do apoio às famílias mais necessitadas, através dos sistemas de Apoio Social. Distorcer os preços, que são um importantíssimo instrumento de regulação da produção e do consumo, só conduz a escassez, à redução da concorrência e a um aumento exponencial de preços, como temos vindo a assistir há décadas!

Provavelmente, assistimos, em 2020, a uma retracção das margens quando os empresários procuraram segurar os seus clientes face às restrições da actividade (o mesmo já aconteceu em 2018). Em 2021, as margens ajustaram-se, sobretudo porque a pressão da concorrência é cada vez menor.

Portanto, apelamos ao Executivo para que observe os resultados do passado, deixe de procurar controlar os preços e para que, ao invés, promova o aparecimento de um grande número de negócios, que, pela pressão da produção e da concorrência, permitam a redução da inflação.

Quanto à **dimensão monetária-financeira**, o nível de concessão de crédito encontra-se desajustado das necessidades de se desenvolverem as condições necessárias para melhoria da oferta de bens e serviços nacionais, nomeadamente 38% para Construção, Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos e 22% referente aos Particulares, Administração Pública e Defesa e Segurança Social Obrigatória, contra 20% para a Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca, Indústria Extractiva e a Indústrias Transformadoras, o que impulsiona o nível geral de preços e a desvalorização da moeda nacional.

A inflação é reforçada pelo facto de as elevadas taxas de juros nominais não terem favorecido o acesso ao crédito aos sectores prioritários, mas priorizado o consumo, o que suscita a seguinte questão: Qual é o nível de crédito concedido aos Operadores Económicos Autorizados e aos Agentes Registados como Importador e Exportador?

Outrossim, as operações cambiais e com títulos de dívida pública têm atraído maior atenção do sector financeiro, sobretudo porque as taxas médias de juros reais têm sido negativas, de -5,5%, tendo em conta os níveis médios de 16,41% para taxa de juro de referência para economia nacional, “Taxa Básica BNA” e inflação anual média de 21,91% para o período de 2018 e 2021.

No plano cambial, registaram-se melhorias na liberalização do mercado, deixando o BNA de ser o principal vendedor de divisas, posição que passou a ser ocupada pelas empresas do sector petrolífero, seguidas do Tesouro Nacional e de empresas do Sector Diamantífero. Portanto, o

¹⁸ Decreto presidencial n.º 126/20, de 5 de Maio.

¹⁹ Pode chamar-se preferência ao “empurrar” do consumo para a alimentação de sobrevivência.

mercado cambial deixou de ser um monopólio para se tornar um oligopólio, liderado pelas principais empresas petrolíferas, nomeadamente, a Francesa TOTAL, a angolana Sonangol, a americana ESSO, a inglesa BP, a italiana Equinor e ENI, a Chevron e Sinopec Sonangol Internacional, tendo em conta a participação social e o nível de exportação de petróleo bruto de cada concessão petrolífera.

O efeito do preço do petróleo nos preços das importações está a ser cada vez mais evidente, embora não seja ainda muito notório nos dados do 3.º Trimestre de 2021.

Em nosso entender, o crédito é o principal instrumento para a estabilidade dos preços no médio e longo prazo, através do financiamento da produção, transporte, logística e distribuição das mercadorias, portanto, privilegiando o primado da produção e da circulação de mercadorias sobre a moeda em circulação.

Contrariamente, o Banco Nacional de Angola baseia toda operacionalização da política monetária no princípio de que existe uma relação de longo prazo entre a inflação e a quantidade de moeda, mesmo quando os monetaristas mais obstinados apenas defendem tal posicionamento numa situação de pleno emprego, exactamente ao contrário da realidade da economia nacional, seja pelas reduções sucessivas do nível de produção de bens e serviços, seja pelo impacto negativo da pandemia Covid-19.

Digamos que os preços só variam proporcionalmente à quantidade de moeda em situação de pleno emprego, algo defendido até pelos mais obstinados monetaristas.

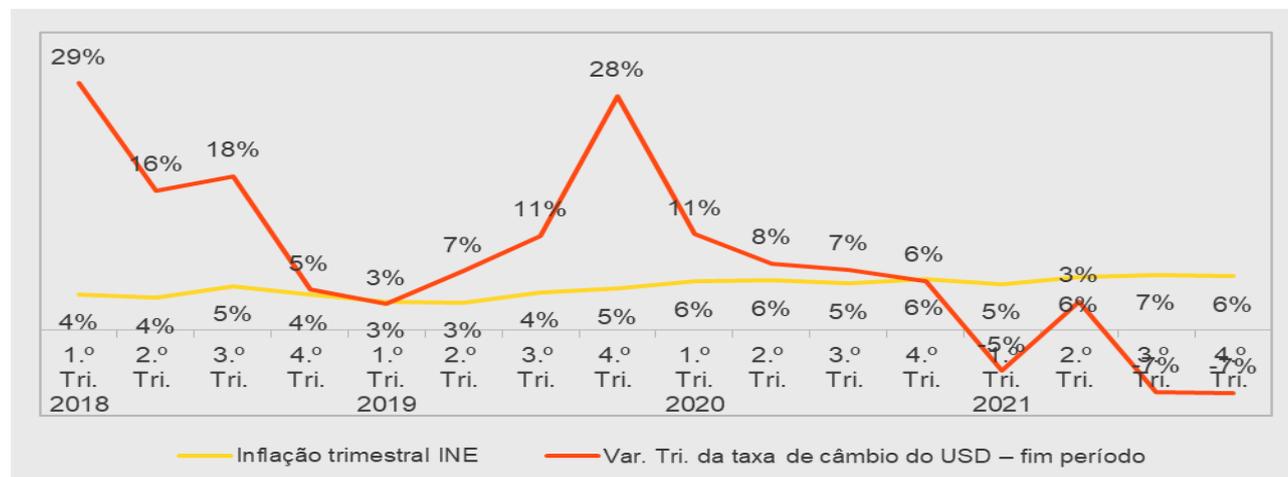
Vamos tentar procurar respostas conjunturais sobre quais foram os determinantes da inflação em 2021

Em potencialidade, dever-se-ia registar uma deflação em 2021, quando comparado o 4.º Trimestre de 2021 com o 4.º Trimestre de 2020:

1. As Notas e moedas em poder de público, Depósitos transferíveis e outros depósitos em moeda nacional, a que os economistas chamam M2, reduziram-se em 9,50%;
2. A taxa de câmbio (desvalorização do USD) apreciou-se 14,57%, de Kz 649,604 em Dezembro de 2020 para Kz 554,981 em Dezembro de 2021.
3. Não sabemos qual a oferta ao consumo no 4.º Trimestre; até ao 3.º Trimestre, o valor *per capita* cresceu 9% relativamente ao mesmo período de 2020.

Sobre a relação entre a taxa de câmbio e o nível geral de preços, o gráfico abaixo é bastante esclarecedor.

Tabela/Gráfico 33 — Variação trimestral da inflação do INE e variação cambial trimestral



Fontes: INE e BNA.

As escalas das 2 linhas são diferentes para que estas se possam ajustar melhor, observando-se a correlação.

Comparando a evolução trimestral da inflação (INE) com a taxa de variação cambial, percebe-se que, desde a introdução da taxa flexível, a correlação se perdeu completamente e que, desde há quase 2 anos, a inflação deixou de depender da depreciação cambial.

Como também dissemos, não existe qualquer correlação entre a inflação e a evolução do M2, em 2021, conforme o gráfico abaixo.

Tabela/Gráfico 34 — Variação trimestral da inflação do INE e M2 em Kz



Fontes: INE e BNA.

A semelhança entre o comportamento da taxa de câmbio e do agregado M2 deve-se ao grau de dolarização médio de 48%, sendo o mínimo de 33% atingido em Dezembro de 2017, para um máximo de 59% em Maio de 2020, fechando o período com 51%, em Dezembro de 2021.

Podemos concluir que a inflação está perfeitamente controlada nos seus mecanismos principais (monetário e cambial); a inflação é, hoje, o resultado exclusivo de decisões de gestão que reduziram a concorrência e a oferta.

Com as medidas administrativas e de política fiscal e monetária que foram sendo tomadas, o tecido empresarial existente colapsou, sobretudo como efeito da crise do IVA/Taxa flexível, de Outubro de 2019, reduzindo-se substancialmente a concorrência. Por outro lado, as medidas de protecção administrativa da produção nacional eliminaram a concorrência internacional e levaram ao abandono de muitos importadores.

Não menos importante, os processos de recuperação de activos não tiveram o cuidado suficiente de proteger o valor dos bens “confiscados”²⁰ e eliminaram o papel de duas importantes cadeias comerciais na fixação de fasquias para os preços dos produtos de grande consumo. Fomos chamando a atenção para esta consequência nos diversos relatórios que publicámos. Sem negócios, sem uma profusão de negócios, não há concorrência; e, sem concorrência, não há limite para a inflação.

A agravar a situação, tivemos a cerca sanitária a Luanda, que elevou os valores da inflação, quer pela escassez de produtos, quer pelo aumento dos custos administrativos, entre os quais os testes de Covid-19 que foram repassados ao consumidor final.

As actuais medidas de alívio das restrições administrativas às importações, de anulação das taxas aduaneiras e de valorização cambial terão algum efeito nas margens e, consequentemente, com algum lapso temporal, na inflação.

²⁰ Não sabemos exactamente qual o instituto jurídico aplicável.

Porém, a anulação das taxas aduaneiras e a valorização cambial actual do Kwanza terão efeitos muito nefastos, a prazo (após as eleições)!

A produção nacional necessita de protecção. Tornar mais baratos os produtos externos só irá deixar a produção interna menos competitiva. Como vimos no capítulo 1, sobre o PIB, a produção interna de bens finais tem vindo a decrescer ainda mais do que as importações condicionadas administrativamente. Tornar os produtos externos mais baratos só irá reduzir ainda mais a competitividade interna da nossa produção!

Neste momento, temos um grande excedente de reservas em moeda estrangeira no sistema bancário. Porém, com a redução prevista da produção, como se analisou no capítulo anterior, estas reservas serão repostas a níveis cada vez menores, tendendo a desaparecer a prazo. Se o BNA não interferir no mercado para fazer convergir as taxas de câmbio de mercado com a taxa de câmbio efectiva real da economia nacional (excluindo a indústria extractiva), através da absorção dos excedentes cambiais para futura utilização, a depreciação do Kwanza a médio prazo não poderá ser retardada.

É preciso evitar que, num futuro relativamente próximo, produzamos cada vez menos e não tenhamos mais nada para vender ao exterior, cenário agravado pelo facto de a nossa principal exportação apresentar um forte declínio das quantidades. As reservas em moeda externa irão esgotar-se, e teremos novamente uma inflação determinada pela desvalorização.

É crucial aproveitar a situação actual para aumentar a produção e a concorrência, não para a diminuir. A inflação resulta, hoje, exclusivamente, da redução da “produção interna” e da concorrência. O combate sustentável à inflação só pode ser travado através do ambiente de negócios e de um foco total do Governo e da Sociedade no aparecimento de novos negócios.

Contudo, a curto prazo, poderá haver um importante efeito na redução da inflação se as taxas de câmbio estabilizarem no actual nível ou continuarem a descer!

O Estado criou uma Reserva Estratégica Alimentar (REA) com o propósito de combater a crescente subida de preços na chamada cesta básica.

Trata-se, na nossa opinião, de corrigir um erro com outro. Não nos parece que esta seja a solução. A tentativa de controlar os importadores, reduzindo o seu número, apenas poderia ter como resultado o controlo do mercado, e consequentemente dos preços, pelo oligopólio. Ao invés de o Estado controlar os operadores, eram os operadores que controlavam, efectivamente o mercado.

Reduzir o seu número a um, mesmo que se diga que as operações serão controladas pelo Estado, é a pior das soluções.

Dominando todo o processo, o operador irá facilmente justificar o aumento dos preços e dos seus lucros. Mesmo que subsistam os outros operadores no mercado, este terá nas suas mãos suficiente poder para dominar. O domínio será subtil e difícil de contestar, mas será efectivo.

Além disso, o Estado não tem vocação para estabelecer preços. Pode correr bem nos primeiros tempos enquanto existirem os preços de mercado que o funcionário público usará como referência, ajustando-os. No entanto, quando se perder a referência, boa ou má, os funcionários do Estado tenderão a perder a capacidade de fixar preços sustentáveis, como em todas as circunstâncias em que o processo já foi experimentado. Além do mais, estarão sempre sujeitos às críticas politicamente motivadas dos seus superiores e da sociedade, o que torna a gestão de preços pelo Estado uma tarefa muito ineficaz.

Uma reserva alimentar é difícil de gerir quando apenas procura garantir o abastecimento normal, sem crises na cadeia de abastecimento (é para isso que se criam as reservas alimentares); muito mais difícil é gerir quando se procura também fixar preços e, pior ainda, quando se tenta compatibilizar preços baixos com a dinamização da produção nacional.

A fixação de preços é um importante instrumento regulador do mercado e da produção. Fixar preços administrativos irá ter graves consequências na produção internas desses produtos, acentuar a

dependência das importações e prejudicar a produção interna. A única solução para uma fixação adequada de preços é a existência de múltiplos concorrentes, grossistas e retalhistas, que, sem qualquer restrição, importem ou adquiram a produção nacional na relação preço/qualidade mais competitiva, que, naturalmente, se vão especializando na actividade grossista ou retalhista, mas que, em caso algum, estejam impedidos de importar ou comprar directamente aos produtores nacionais.

É promovendo o aparecimento de milhares de operadores no mercado que os preços se irão fixar de forma mais eficiente, reduzindo a inflação. Não há outras experiências de sucesso que nos sirvam de guia por esse mundo fora, se é que existe alguma.

Ao Estado cabe proteger a produção nacional, estabilizando a taxa de câmbio real [inflação interna/ (inflação externa x taxa de câmbio nominal)] e fixando os direitos aduaneiros que tornem a produção interna competitiva, promovendo, simultaneamente, o aumento da competitividade. Isso pode conseguir-se estabelecendo como objectivo os preços dos melhores produtores nacionais, obrigando os restantes a melhorar a competitividade e baixando sucessivamente as taxas aduaneiras à medida que os melhores produtores internos se tornem mais competitivos. Aqui, embora não seja fácil, há múltiplas experiências de sucesso que podem guiar a nossa acção.

Por isso apelamos a que se abandone a actuação atípica e se procurem as práticas mais bem estabelecidas para tratarmos das situações mais importantes (nível de vida material das pessoas) ou de crise (inflação fora de controlo), e, sobretudo, quando estes dois critérios estão presentes em simultâneo.

A REA pode ser mais um operador. Porém, se não souber resguardar-se, procurando menor protagonismo, promovendo o aparecimento de muitos operadores, observando e intervindo de forma muito cirúrgica, poderemos facilmente desacreditar mais um projecto.

Para terminar, consideramos que:

- Não parece advir qualquer perigo da componente monetária; antes pelo contrário, se o M2 se expandir por via do crédito à produção, deve haver um efeito positivo líquido, com a oferta a aumentar mais do que a procura, reduzindo-se o actual desequilíbrio.
- Para além da componente do crédito, deve aumentar-se a concorrência através da melhoria geral do ambiente de negócios.
- O BNA deve manter a estabilidade cambial, criando reservas que lhe permitam prolongá-la à medida que a produção petrolífera declina; aliviar momentaneamente a inflação não serve para absolutamente nada, porque a pressão criada para a suster de forma artificial só a fará disparar no futuro.
- Se os problemas de oferta e de concorrência não forem minimizados, o BNA ficará sem armas para combater a depreciação, e, entretanto, a produção nacional terá decaído por ser incapaz de concorrer com os preços das importações.
- A protecção à indústria nacional deve fazer-se através de uma pauta aduaneira regressiva, aumentando a pressão concorrencial sobre as margens, permitindo que a importação fixe limites aos preços internos e impedindo-os de ultrapassar os limites de razoabilidade fixados nas taxas aduaneiras.
- É necessário abrir o investimento no comércio interno e de importação a todos os operadores, sem limitações administrativas desnecessárias, antes pelo contrário, incentivando a sua multiplicação.
- É necessário também resolver urgentemente as questões operacionais dos activos recuperados, com especial destaque para as duas grandes cadeias de hipermercados.
- É também absolutamente essencial que os dados sejam os correctos: é fundamental que os preços recolhidos pelo INE sejam publicados.

3 ESFERA EXTERNA — BALANÇA DE PAGAMENTOS (BP)

3.1 VISÃO GERAL

Quando nada se disser em contrário, a análise comparará o valor acumulado dos 3 primeiros trimestres dos anos de 2019 a 2021.

Tabela/Gráfico 35 — Balança de Pagamentos

Balança de Pagamentos na perspectiva das Reservas Brutas (Milhões de USD)	Trimestral 2019				2019	Trimestral 2020				2020	Trimestral 2021			Acc. 3.º Tri 2019	Acc. 3.º Tri 2020	Acc. 3.º Tri 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri					
Conta corrente	18	1 883	1 462	1 774	5 137	1 148	-1 271	553	442	872	1 927	1 490	2 294	3 363	430	5 711	1228%	70%
Conta de capital	2	0	0	0	2	1	0	0	0	1	1	1	1	2	1	2	57%	-7%
Conta financeira	1 056	-1 738	-3 197	660	-3 219	-511	9	-99	-2 188	-2 789	-839	-1 593	-54	-3 879	-601	-2 486	313%	-36%
Reservas Brutas	-397	-19	-340	1 745	989	-1 158	-713	-177	-741	-2 789	291	-60	1 613	-756	-2 048	1 843	-190%	-344%
Eros e omissões líquidos	-1 474	-165	1 396	-689	-932	-1 795	548	-631	1 005	-873	-798	42	-628	-242	-1 878	-1 384	-26%	471%

Fonte: BNA.

Os dados obtidos apresentam a situação da conta corrente no final do 3.º Trimestre de 2021, que é positiva, apesar do decréscimo na exportação de petróleo, na ordem dos 12%, referente ao período de 2019, e a conta financeira negativa, resultante de um Investimento Directo Estrangeiro negativo, devido à repatriação de capitais resultante dos acordos de partilha de produção.

Como nota negativa em termos de controlo estatístico por parte do BNA, continua a verificar-se um valor absurdo em erros e omissões, correspondentes a quase 24% da conta corrente e 75% da conta financeira. Este desequilíbrio leva-nos a dizer, mais uma vez, que pode ocultar remessas ilegais de fundos para o exterior. O BNA pode melhorar a eficácia dos seus registos, criando ferramentas administrativas de lançamento e verificação de dados.

3.2 BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL

Tabela/Gráfico 36 — Balança corrente e de capital

Conta Corrente e de capital (milhões de USD)	Trimestral 2019				2019	Trimestral 2020				2020	Trimestral 2021			Acc. 3.º Tri 2019	Acc. 3.º Tri 2020	Acc. 3.º Tri 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri					
Conta Corrente	18	1 883	1 462	1 774	5 137	1 148	-1 271	553	442	872	1 927	1 490	2 294	3 363	430	5 711	1228%	70%
Bens e Serviços	1 906	4 242	2 944	3 789	12 881	2 492	24	1 620	1 722	5 859	3 137	3 238	3 659	9 092	4 136	10 034	143%	10%
Bens	4 009	6 073	4 933	5 583	20 599	4 062	1 354	2 838	3 141	11 394	4 460	4 859	5 494	15 015	8 253	14 813	79%	-1%
Serviços	-2 103	-1 831	-1 989	-1 794	-7 718	-1 569	-1 330	-1 218	-1 418	-5 536	-1 323	-1 621	-1 835	-5 923	-4 117	-4 779	16%	-19%
Transferências de rendimentos	-1 887	-2 359	-1 483	-2 015	-7 743	-1 344	-1 295	-1 067	-1 281	-4 987	-1 210	-1 748	-1 365	-5 729	-3 706	-4 323	17%	-25%
Rendimentos primários líquidos	-1 803	-2 307	-1 421	-1 985	-7 516	-1 302	-1 258	-1 059	-1 305	-4 924	-1 206	-1 604	-1 217	-5 532	-3 619	-4 028	11%	-27%
Rendimentos secundários líquidos	-84	-52	-61	-30	-227	-42	-37	-8	25	-63	-3	-143	-148	-197	-87	-295	238%	50%
Conta de Capital	2	0	0	0	2	1	0	0	0	1	1	1	1	2	1	2	57%	-7%

Fonte: BNA.

Verificamos uma importante melhoria geral da conta corrente, com a conta de bens a tornar-se muito positiva (143%) relativamente a 2020, embora as contas de serviços e de transferências se deteriorem 16% e 17%, respectivamente. Relativamente a 2019, a conta de bens cresce, e as contas de serviços e transferências tornam-se menos negativas, pelo que a conta corrente melhora significativamente. Apesar de o controlo das importações de bens e serviços estar a ser feito, segundo pensamos, pela via errada, pelo menos mostra eficácia. O problema é que ainda não existe aumento da produção nacional.

O BNA continua a manter uma chamada conta de Capital, que agora soma à Conta Financeira, mas que, aparentemente, nada tem que ver com capital e não apresenta qualquer materialidade. Seria conveniente eliminar esta conta e integrá-la nas Transferências de Rendimentos Secundários.

Tabela/Gráfico 37 — Balança de bens e serviços excluindo o sector petrolífero

Balança de Serviços (Milhões de USD)	Trimestral 2019				2019	Trimestral 2020				2020	Trimestral 2021			Acc. 3.º Tri 2019	Acc. 3.º Tri 2020	Acc. 3.º Tri 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri					
Balança de bens e serviços excluindo sector petrolífero	-3 849	-3 535	-3 685	-3 595	-14 663	-2 948	-2 586	-2 817	-2 593	-10 945	-2 831	-3 192	-3 493	-11 068	-8 352	-9 516	14%	-14%
Exportação de bens e serviços excepto sector petrolífero	589	396	385	445	1 815	346	167	158	749	1 420	365	412	568	1 370	671	1 345	100%	-2%
Importações de bens e serviços excepto sector petrolífero	4 438	3 931	4 069	4 040	16 478	3 294	2 753	2 975	3 342	12 365	3 197	3 604	4 061	12 438	9 022	10 861	20%	-13%
Cobertura das importações pelas exportações	13%	10%	9%	11%	11%	11%	6%	5%	22%	11%	11%	14%	11%	7%	12%	4,95	1,37	

Fonte: BNA.

O saldo da balança externa não-petrolífera é permanentemente negativo, melhorando relativamente a 2019 (-14%), mas piorando face a 2020 (+14%). Note-se que, sendo o saldo permanentemente negativo, um crescimento absoluto negativo significa que o *deficit* melhorou.

As exportações de bens e serviços decrescem (2%), quando comparadas com as do ano de 2019, mas crescem de forma exponencial (100%), relativamente a 2020.

O gasto com as importações não-petrolíferas totalizou 10.861 milhões de USD, que representam um aumento de 20%, comparando com mesmo período do ano de 2020, mas uma queda de 1.577 milhões de USD, que representa -13% em relação ao mesmo período do ano de 2019.

É notória a fraca cobertura das importações não-petrolíferas pelas exportações não-petrolíferas que oscila entre 10% e 14%, com excepção do ano de 2020, onde, devido à pandemia, as exportações se concentraram no 4.º Trimestre. Quando deixarem de existir rendimentos petrolíferos deixaremos de poder importar entre 85% e 90% do que hoje importamos!

3.2.1 EXPORTAÇÕES

Tabela/Gráfico 38 — Exportações por categoria de produto

Exportações de bens e serviços por categoria (milhões de USD)	Trimestral 2019				2019	Trimestral 2020				2020	Trimestral 2021			Acc. 3.º Tri 2019	Acc. 3.º Tri 2020	Acc. 3.º Tri 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri					
Total petróleos e Diamantes	8 676	9 173	8 102	8 630	34 580	6 486	3 435	5 163	5 570	20 654	6 913	7 703	8 707	25 950	15 084	23 324	55%	-10%
Petrolíferas	8 288	8 956	7 826	8 294	33 365	6 184	3 301	5 066	5 033	19 584	6 627	7 354	8 189	25 071	14 551	22 170	52%	-12%
Diamantíferas	388	216	275	335	1 215	302	134	97	537	1 070	286	349	518	879	532	1 153	117%	31%
Outros bens e serviços	200	180	110	110	600	44	33	61	212	350	79	62	50	490	139	192	38%	-61%
Bens	40	27	39	40	146	27	22	38	197	283	63	48	30	106	87	142	64%	34%
Serviços	161	153	70	70	455	17	12	23	15	67	16	14	20	384	52	50	-4%	-87%
TOTAL	8 876	9 353	8 211	8 740	35 180	6 530	3 468	5 224	5 782	21 004	6 992	7 766	8 757	26 440	15 222	23 515	54%	-11%

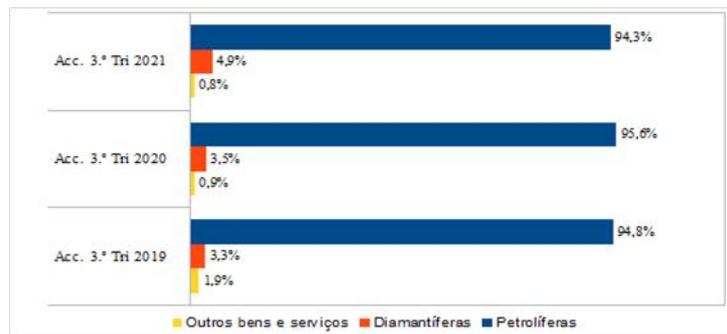
Fonte: BNA.

As exportações totais cresceram 54%, de 15 mil milhões para 23 mil milhões de USD; contudo, ficam 11% abaixo do valor de 2019.

As exportações de petróleo crescem 52%, relativamente a 2020; contudo, relativamente a 2019, reduzem-se 12%.

As exportações de diamantes crescem 117%, relativamente a 2020 e 31%, face a 2019, ou seja, as exportações de diamantes foram fortemente positivas porque, em simultâneo com os aumentos significativos dos preços no mercado mundial, a sua produção não decresceu.

As restantes exportações são fortemente afectadas pela pandemia, passando de 490 para 192 milhões de USD, com um decréscimo de 61% entre 2019 e 2021; contudo, recuperam para 38% face a 2020.

Tabela/Gráfico 39 — Estrutura das exportações por categoria de produto


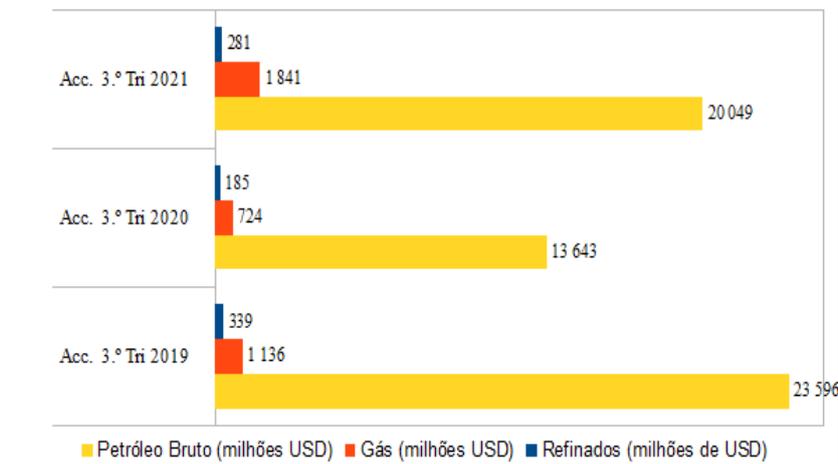
Fonte: BNA.

As exportações petrolíferas representam entre 94,8% e 95,6%, situando-se em 94,3% em 2021; as diamantíferas, entre 3,3%, em 2019, e 4,9%, em 2021, apresentando um peso sempre crescente; e todas as restantes, entre 0,8% e 1,9%, apresentando o mínimo (0,8%) em 2021.

Tabela/Gráfico 40 — Evolução das exportações petrolíferas por produto

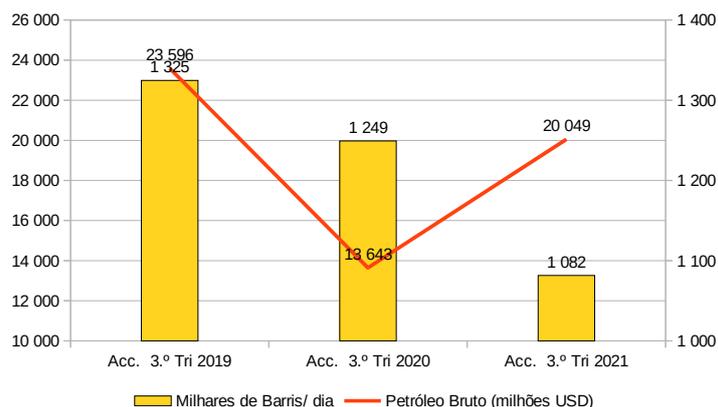
Exportações Petrolíferas	Trimestral 2019				2019	Trimestral 2020				2020	Trimestral 2021			Acc. 3.º Tri 2020	Acc. 3.º Tri 2021	21/20	21/19	
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri					
Petróleo Bruto (milhões USD)	7 707	8 510	7 379	7 800	31 396	5 775	3 101	4 767	4 654	18 297	6 080	6 725	7 243	23 596	13 643	20 049	47%	-15%
Milhões de Barris	122	123	117	120	481	119	114	110	104	446	99	98	99	362	342	295	-14%	-18%
Milhares de Barris/ dia	1 352	1 347	1 276	1 301	1 319	1 303	1 251	1 195	1 131	1 220	1 095	1 077	1 073	1 325	1 249	1 082	-13%	-18%
Preço por barril	63	69	63	65	65	49	27	43	45	41	62	69	73	65	40	68	70%	4%
Gás (milhões USD)	473	342	321	371	1 507	324	158	242	308	1 032	450	542	849	1 136	724	1 841	154%	62%
Milhões de Barris	12	13	13	13	50	12	13	12	10	47	10	11	11	38	37	31	-15%	-16%
Preço por barril	40	26	25	29	30	27	12	20	31	22	45	52	79	91	59	175	197%	91%
Refinados (milhões de USD)	107	105	127	123	462	85	43	57	71	256	97	87	97	339	185	281	52%	-17%
Mil Toneladas Métricas	251	230	286	263	1 030	243	255	178	199	875	201	169	184	767	676	554	-18%	-28%
Preço por Tonelada Métrica	427	457	443	468	449	350	168	320	359	293	481	512	529	1 327	838	1 522	82%	15%
TOTAL	8 288	8 956	7 826	8 294	33 365	6 184	3 301	5 066	5 033	19 584	6 627	7 354	8 189	25 071	14 551	22 170	52%	-12%

Fonte: BNA.

Tabela/Gráfico 41 — Evolução das exportações petrolíferas


Fonte: BNA.

As exportações de petróleo bruto representam entre 13.643 e 23.596 milhões de USD, situando-se em 20.049 milhões de USD em 2021; as do gás entre 724 e 1.841 milhões de USD, em 2021; e as dos refinados entre 185 e 339 milhões de USD, situando-se em 281 milhões de USD, em 2021.

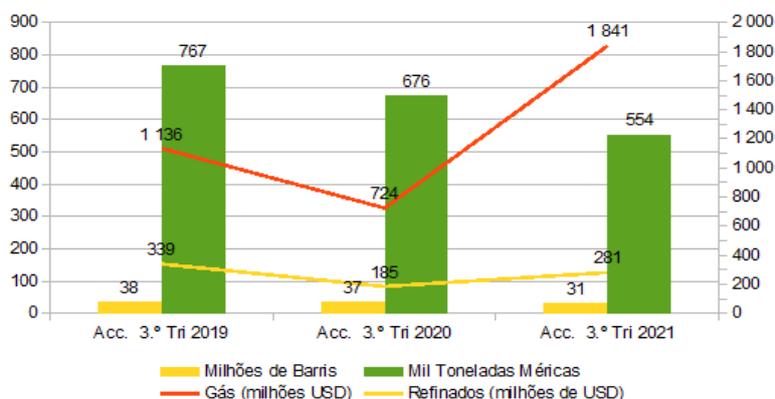
Tabela/Gráfico 42 — Exportações de petróleo bruto em valor e quantidade


Fonte: BNA.

As exportações de petróleo bruto, em quantidades, apresentaram uma queda de 14% e 18%, relativamente a 2020 e 2019, respectivamente, passando de 1.325 mil barris por dia, em 2019, para 1.082 em 2021.

O preço médio do barril de petróleo das nossas exportações passou de 65 para 68 USD por barril, entre 2019 e 2021, porém com forte tendência de crescimento nos últimos tempos, situando-se o valor médio do 3.º Trimestre em 73 USD, estimando-se que o valor médio do 4.º Trimestre se situe próximo dos 78 USD e estando os futuros cotados a 93 USD no início de Fevereiro de 2022.

Em resultado da queda das quantidades e do forte aumento dos preços, as exportações em valor cresceram 47%, relativamente a 2020, mas situaram-se 15% abaixo dos valores de 2019.

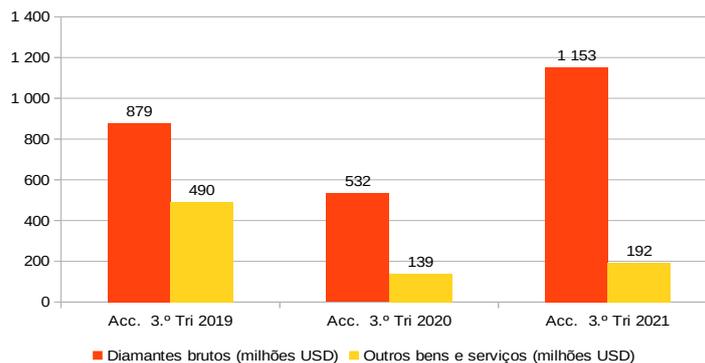
Tabela/Gráfico 43 — Variação das exportações do sector petrolífero excepto petróleo bruto


Fonte: BNA.

O gás é o nosso 2.º produto de exportação em valor. Também aqui temos um decréscimo em quantidades, de 15% e 16%, relativamente a 2020 e 2019, respectivamente, que não permitiram aproveitar totalmente o crescimento exponencial dos preços (197% e 91%, respectivamente). Contudo, com este enorme crescimento dos preços, as exportações de gás, em valor, passaram de 1.136 para 1.841 milhões de USD entre 2019 e 2021, representando um crescimento de 154% relativamente a 2020 e de 62%, relativamente a 2019.

A exportação dos refinados variou de 767 mil toneladas métricas, em 2019, para 676, em 2020, e 554 mil toneladas métricas, em 2021, apresentando uma queda sucessiva de 18% e 28% relativamente a 2020 e 2019, respectivamente. Apesar de os preços subirem 82% e 15%, relativamente a 2020 e 2019, respectivamente, a queda das quantidades não permite recuperar as exportações em valor, que caem de 339 para 281 milhões de USD (-17%)

Tabela/Gráfico 44 — Variação das exportações não-petrolíferas (dados agregados)



Fonte: BNA.

Quando excluimos o sector petrolífero, torna-se imediatamente preponderante o peso do sector diamantífero, mostrando que as exportações continuam pouco diversificadas.

Tabela/Gráfico 45 — Variação das exportações não-petrolíferas (tabela detalhada)

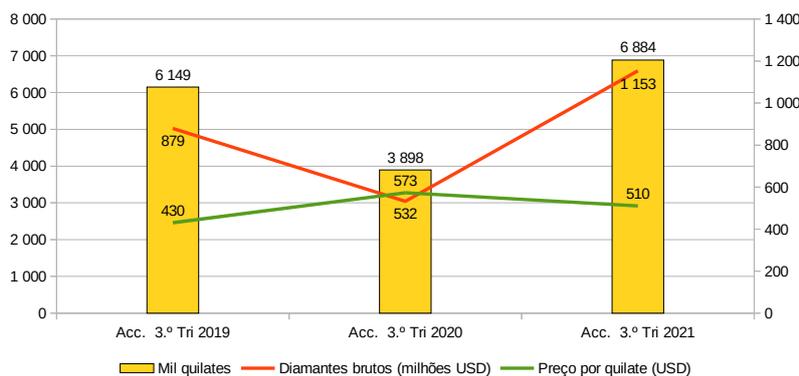
Outras exportações (US\$ milhões)	Trimestral 2019				2019	Trimestral 2020				2020	Trimestral 2021			Acc. 3.º Tri 2019	Acc. 3.º Tri 2020	Acc. 3.º Tri 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri					
Diamantes brutos (milhões USD)	388	216	275	335	1 215	302	134	97	537	1 070	286	349	518	879	532	1 153	117%	31%
Mil quilates	2 675	1 442	2 032	2 386	8 535	2 400	1 212	287	4 637	8 535	1 493	2 485	2 906	6 149	3 898	6 884	77%	12%
Preço por quilate (USD)	145	150	135	141	142	126	110	337	116	125	192	141	178	430	573	510	-11%	19%
Outros bens e serviços (milhões USD)	200	180	110	110	600	44	33	61	212	350	79	62	50	490	139	192	38%	-61%
Serviços	161	153	70	70	455	17	12	23	15	67	16	14	20	384	52	50	-4%	-87%
Madeira	11	11	7	8	37	4	5	8	75	92	13	7	6	29	18	26	0	-10%
Pescado	21	5	13	15	54	11	7	15	54	88	13	20	7	39	34	41	21%	4%
Granito	0	3	3	3	8	1	5	6	21	34	4	5	5	6	13	15	18%	160%
Bebidas	5	5	8	8	25	6	2	3	22	33	5	6	5	17	11	15	41%	-8%
Marinha e Aviação	2	3	5	3	13	3	1	1	1	5	21	3	2	10	5	26	442%	151%
Outros bens	1	0	4	3	8	2	1	4	24	31	7	6	6	5	7	19	173%	274%
TOTAL	589	396	385	445	1 815	346	167	158	749	1 420	365	412	568	1 370	671	1 345	100%	-2%

Fonte: BNA.

As exportações não-petrolíferas atingem 1.345 milhões de USD, crescendo 100% relativamente a 2020 e quase alcançando o valor de 2019 (-2%).

Apesar da queda abissal, os serviços de viagens, que passam de 350 milhões, em 2019, para apenas 50 milhões, em 2021 (-87%), continuam a ser a nossa maior exportação fora dos sectores petrolífero e diamantífero.

Tabela/Gráfico 46 — Evolução do preço e da quantidade (milhões de quilates) de exportação de diamantes

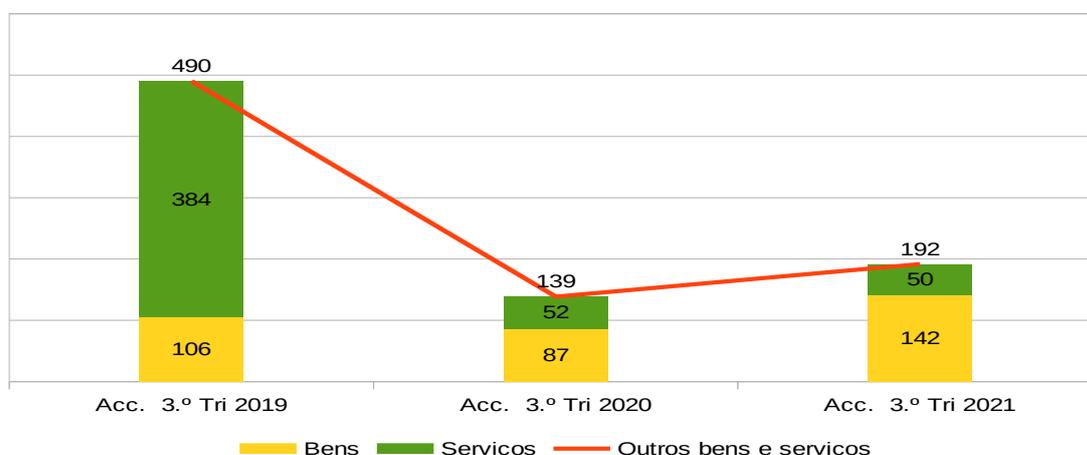


Fonte BNA.

As exportações de diamantes sobem de 532 para 1.153 milhões de USD entre 2019 e 2021. Os preços mostram alguma estabilidade, passando de um valor médio de 430 USD para 510 USD por quilate, entre 2019 e 2021, alcançando o pico de 573 USD por quilate, em 2020, apesar de este ter resultado das quantidades reduzidas (quanto menor a quantidade, maior relevo ganha a qualidade das pedras). As exportações em quantidades crescem de 6,1 para quase 6,9 milhões de quilates relativamente a 2019.

Os diamantes consolidam-se, assim como a nossa 3.^a exportação, ganhando cada vez mais terreno ao gás.

Tabela/Gráfico 47 — Exportações de bens e serviços com excepção dos sectores petrolífero e diamantífero



Fonte: BNA.

As exportações de bens e serviços, com excepção dos sectores petrolífero e diamantífero, caem de 490 para 192 milhões de USD, com os serviços a caírem de 384 para 50 milhões de USD e os bens a subirem de 106 para 142 milhões, entre 2019 e 2021. Os valores de 2020 não são muito importantes porque resultam de um factor externo não controlável e não do fraco desempenho das nossas empresas exportadoras; pensamos que o essencial é percebermos até que ponto e em que produções estamos a recuperar.

O sector do pescador ganha alguma relevância, crescendo de 39 para 41 milhões (+21% e +4%, relativamente a 2020 e 2019, respectivamente).

Segue-se o sector madeireiro, que recupera 48% relativamente a 2020, embora não tenha ainda recuperado os níveis de 2019 descendo de 29 para 26 milhões, (-10%).

A exportação de bebidas seguiu o mesmo caminho, descendo de 17 para 15 milhões (+41% relativamente a 2020, mas -8%, relativamente a 2019).

As exportações de granitos alcançam o mesmo valor das bebidas (15 milhões), mas com uma tendência de crescimento constante (+18% relativamente a 2020 e 160% relativamente a 2019). São por isso o subsector com o crescimento mais relevante das exportações.

O subsector de Marinha e aviação é uma incógnita, com 21 milhões no 1.º Trimestre de 2021 e valores que não ultrapassam os 3 milhões em quase todo o resto da série (há outra excepção de 5 milhões em 2019). Não entendemos a que se refere esta rubrica.

Angola deve procurar recuperar os níveis de serviços para pelo menos atingir a meta do ano de 2019, bem como as exportações de granito, e continuar a aumentar a produção do pescador. A pergunta que fica é porque não se criam medidas dinâmicas internas que visem estimular a produção interna? Apesar de a pandemia assolar o mundo, é bem possível continuarmos a manter a produção dos bens não perecíveis, pois estes bens vão dar sustentabilidade às nossas exportações.

Tabela/Gráfico 48 — Estrutura das exportações

Estrutura das exportações de bens e serviços	Trimestral 2019				2019	Trimestral 2020				2020	Trimestral 2021			Acc. 3.º Tri 2019	Acc. 3.º Tri 2020	Acc. 3.º Tri 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri					
Petróleo Bruto (milhões USD)	86,8%	91,0%	89,9%	89,3%	89,2%	88,4%	89,4%	91,3%	80,5%	87,1%	87,0%	86,6%	82,7%	89,2%	89,6%	85,3%	-4,36	-3,98
Gás (milhões USD)	5,3%	3,7%	3,9%	4,2%	4,3%	5,0%	4,5%	4,6%	5,3%	4,9%	6,4%	7,0%	9,7%	4,3%	4,8%	7,8%	3,07	3,53
Refinados (milhões de USD)	1,2%	1,1%	1,5%	1,4%	1,3%	1,3%	1,2%	1,1%	1,2%	1,2%	1,4%	1,1%	1,1%	1,3%	1,2%	1,2%	-0,02	-0,09
Diamantes brutos (milhões USD)	4,4%	2,3%	3,4%	3,8%	3,5%	4,6%	3,9%	1,8%	9,3%	5,1%	4,1%	4,5%	5,9%	3,3%	3,5%	4,9%	1,41	1,58
Serviços	1,8%	1,6%	0,9%	0,8%	1,3%	0,3%	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	1,5%	0,3%	0,2%	-0,1	-1,2
Madeira	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	1,3%	0,4%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	-0,01	0,00
Pescado	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,9%	0,4%	0,2%	0,3%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	-0,05	0,03
Granito	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,4%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	-0,02	0,04
Bebidas	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,4%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	-0,01	0,00
Marinha e Aviação	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,08	0,07
Outros bens	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,4%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,03	0,06

Fonte: BNA.

A variação relevante da estrutura das exportações dá-se no topo, com o petróleo bruto a descer de 89% para 85% (-4 p.p.) entre 2019 e 2021, posição esta ocupada pelo gás, que sobe de 4% para quase 8% (+3,5 p.p.), e pelos diamantes, que passam de 3,3% para 5,0% (+1,6 p.p.). Compensam esta subida de gás e diamantes a queda dos serviços de 1,5% para 0,2% (-1,2 p.p.). Todas as restantes variações são inferiores a 0,1 p.p.

3.2.2 IMPORTAÇÕES

Tabela/Gráfico 49 — Importações de produtos e serviços, eliminando a aquisição de aeronaves e embarcações em 2019

Importações em valor (milhões de USD) – corrigindo aeronaves e embarcações no 1.º Tri de 2019	Trimestral 2019				2019	Trimestral 2020				2020	Trimestral 2021			Acc. 3.º Tri 2019	Acc. 3.º Tri 2020	Acc. 3.º Tri 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri					
Bens de consumo corrente	1 946	2 072	2 070	1 943	8 030	1 529	1 292	1 433	1 612	5 866	1 493	1 830	1 931	6 087	4 254	5 255	24%	-14%
Bens de consumo intermédio	423	385	406	394	1 609	332	303	313	346	1 294	337	406	415	1 215	947	1 158	22%	-5%
Bens de capital	837	669	732	750	2 988	590	508	617	667	2 383	686	656	897	2 239	1 716	2 239	31%	0%
Serviços às petrolíferas	470	463	462	388	1 783	352	402	248	248	1 251	153	344	348	1 395	1 003	845	-16%	-39%
Outros serviços	1 794	1 522	1 597	1 477	6 389	1 234	939	993	1 185	4 352	1 186	1 292	1 507	4 912	3 167	3 985	26%	-19%
TOTAL	5 470	5 111	5 267	4 951	20 799	4 038	3 444	3 604	4 060	15 146	3 855	4 528	5 098	15 848	11 086	13 481	22%	-15%

Fonte BNA.

Excluimos 1.499 mil milhões referentes à importação extraordinária de aeronaves e embarcações, em 2019, o que distorce a evolução e estrutura das importações e poderia conduzir à ideia errada de que existiu uma fortíssima redução na importação de bens de investimento. As importações de bens e serviços crescem 22% relativamente a 2020, mas caem 15% relativamente a 2019.

A importação de bens de consumo corrente cresce 24%, embora se mantenha 14% abaixo do nível de 2019. Em termos relativos, a oferta importada cresceu, o que significa que é a redução da “produção interna” que está a determinar a inflação em 2021 e não a redução das importações.

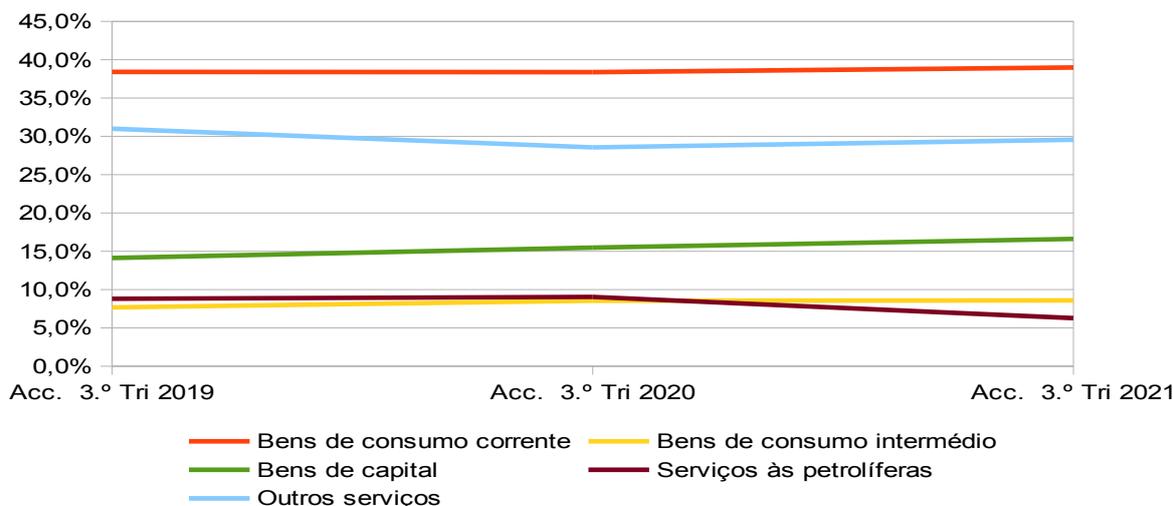
Os bens de consumo intermédio crescem +22%, relativamente a 2020, e -5%, relativamente a 2019, o que demonstra alguma preocupação com o abastecimento de matérias-primas à produção nacional, embora não completamente eficiente.

Os bens de investimento crescem 31%, relativamente a 2020, e 0%, relativamente a 2019.

Os serviços às petrolíferas caem 16% e 39%, relativamente a 2020 e 2019, respectivamente. Contudo, parte significativa desta queda ocorreu no 1.º Trimestre de 2021, havendo uma recuperação para níveis próximos em 2020 nos restantes trimestres.

A importação de serviços, excluindo os serviços às petrolíferas, sobe 26%, embora continue a situar-se 19% abaixo do valor de 2019

Tabela/Gráfico 50 — Estrutura das importações, eliminando a aquisição de aeronaves e embarcações 2019



Fonte: BNA.

As importações de bens de consumo dominam, tendo iniciado a série em 38% e estabilizado à volta dos 39%, com tendência estável.

Seguem-se os outros serviços, com uma trajectória inversa, iniciando a série um pouco acima de 30%, estabilizando à volta de 29%, mas aproximando-se novamente de 30% nos últimos trimestres.

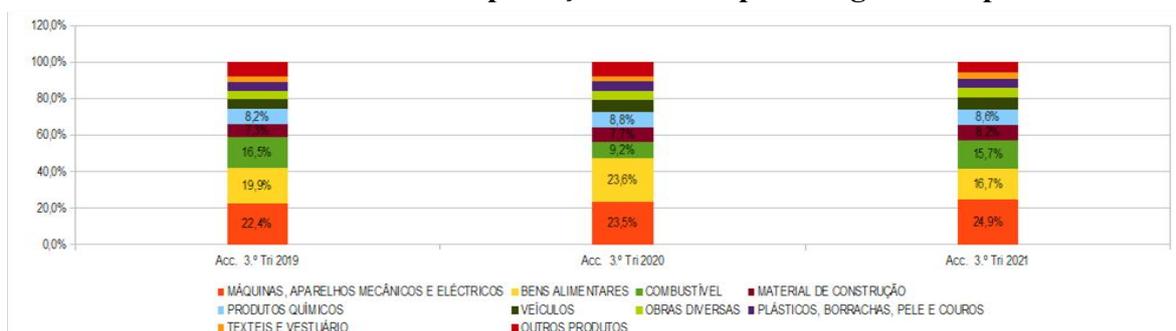
As importações de bens de capital sobem de 14% para 16%, com tendência ligeiramente crescente, mas contínua.

A importação de bens de consumo intermédios situa-se entre 7,7% e 8,6%, também com tendência crescente e contínua.

Os serviços às petrolíferas iniciam a série próximo de 8,8% em 2019, crescem até 9% em 2020 e caem fortemente para 6,3 em 2021, mas, como referimos, esta queda ocorre apenas no 1.º Trimestre

Em geral, pode dizer-se que a estrutura das importações, por natureza económica, se mantém quase completamente estagnada.

Tabela/Gráfico 51 — Estrutura das importações de bens por categorias de produto



Fonte: BNA.

A estrutura das importações de bens por categoria de produtos, depois de equalizar a importação de aeronaves, não apresenta grandes oscilações.

As máquinas, aparelhos mecânicos e eléctricos representam 24,9% das importações, crescendo 2,5 p.p. em relação ao mesmo período de 2019. Seguem-se os bens alimentares, com 16,7%, que, contudo, perdem 3,2 p.p. relativamente a 2019, e, em 3º lugar, os combustíveis, com 15,7%, perdendo 0,8 p.p. relativamente a 2019. Os restantes pesos são inferiores a 10%.

Tabela/Gráfico 52 — Importação de serviços (milhões de USD)

Serviços adquiridos ao exterior em % do total	Trimestral 2019				2019	Trimestral 2020				2020	Trimestral 2021			Acc. 3.º Tri 2019	Acc. 3.º Tri 2020	Acc. 3.º Tri 2021	21-20	21-19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri					
Serviços de manufaturação de insumos físicos detidos por terceiros	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0,04	0,04
Serviços de manutenção e reparação n.i.e.	0%	1%	2%	2%	1%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	1%	2%	1%	0%	1%	0,68	0,07
Transportes	43%	36%	36%	38%	38%	35%	32%	41%	39%	36%	41%	39%	38%	38%	36%	39%	3,24	0,63
Viagens	5%	6%	7%	6%	6%	18%	6%	9%	10%	11%	10%	9%	9%	6%	11%	9%	-2,24	3,40
Comunicações	1%	1%	0%	1%	1%	1%	1%	0%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	-0,13	0,16
Construção	14%	16%	18%	17%	16%	10%	9%	6%	10%	9%	15%	13%	12%	16%	9%	13%	4,61	-2,42
Seguros	3%	4%	4%	3%	3%	3%	6%	10%	5%	6%	9%	7%	6%	4%	6%	7%	0,63	3,21
Serviços financeiros	2%	4%	2%	2%	3%	1%	6%	4%	2%	3%	3%	2%	2%	3%	3%	2%	-1,24	-0,45
Serviços de informática e informação	2%	2%	1%	1%	1%	1%	0%	0%	5%	2%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	-0,13	-1,14
Royalties, marcas e licenças	1%	1%	2%	3%	2%	3%	1%	2%	3%	2%	1%	1%	2%	1%	2%	2%	-0,62	0,40
Outros serviços de negócios não-petrolíferos	4%	4%	2%	5%	4%	2%	4%	2%	3%	3%	3%	2%	2%	3%	3%	2%	-0,45	-0,91
Serviços de negócios petrolíferos	21%	23%	22%	21%	22%	22%	30%	20%	17%	22%	11%	21%	19%	22%	24%	17%	-6,56	-4,63
Serviços Culturais e Recreativos	2%	2%	2%	0%	2%	1%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	3%	2%	1%	2%	0,59	-0,21
Governo, n.i.e.	3%	2%	1%	1%	2%	2%	2%	4%	4%	3%	4%	3%	5%	2%	3%	4%	1,57	1,83

Fonte: BNA.

A estrutura dos serviços importados continua concentrada em: transportes, que têm um peso de cerca de 40%; serviços de negócios petrolíferos, com 17%, com uma queda 4,6 p.p. relativamente a 2019; serviços de construção, que chegaram a rondar os 16%, em 2019, caindo para 13%, em 2021 (-2,4 p.p.).

As viagens sobem de 6% para 9% entre 2019 e 2021, beneficiando do completo abandono do mercado pela TAAG. Apesar deste crescimento, há uma perda de 2,2 p.p. em relação ao seu máximo, em 2020.

Os restantes serviços representam menos de 8%.

3.3 TRANSFERÊNCIA DE RENDIMENTOS

Tabela/Gráfico 53 — Transferências de rendimentos (milhões de dólares)

Balança de transferências [Em milhões de dólares]	Trimestral 2019				2019	Trimestral 2020				2020	Trimestral 2021			Acc. 3.º Tri 2019	Acc. 3.º Tri 2020	Acc. 3.º Tri 2021	21-20	21-19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri					
Rendimentos primários (Liq.)	-1 803	-2 307	-1 421	-1 985	-7 516	-1 302	-1 258	-1 059	-1 305	-4 924	-1 206	-1 604	-1 217	-5 532	-3 619	-4 028	11%	-27%
Rendimentos de trabalho	-106	-107	-91	-86	-389	-161	-101	-133	-101	-496	-123	-107	-95	-304	-395	-325	-18%	7%
Transferências do exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências para o exterior	106	107	91	86	389	161	101	133	101	496	123	107	95	304	395	325	-18%	7%
Lucros e juros	-1 697	-2 200	-1 330	-1 899	-7 127	-1 142	-1 156	-926	-1 204	-4 428	-1 083	-1 497	-1 122	-5 228	-3 224	-3 703	15%	-29%
Transferências do exterior	110	187	224	171	693	146	136	75	179	536	96	70	77	521	357	242	-32%	-54%
Transferências para o exterior	1 808	2 387	1 554	2 070	7 820	1 288	1 293	1 001	1 383	4 964	1 179	1 567	1 199	5 749	3 581	3 945	10%	-31%
Rendimentos secundários (Liq.)	-84	-52	-61	-30	-227	-42	-37	-8	25	-63	-3	-143	-148	-197	-87	-295	238%	50%
Transferências do exterior	3	3	4	2	12	3	5	7	42	57	7	8	7	10	15	22	48%	118%
Transferências para o exterior	87	55	66	32	239	45	42	15	17	120	10	152	155	207	102	317	210%	53%

Fonte: BNA.

A balança de rendimentos primários situou-se em -4 mil milhões de USD, aumentando o seu saldo negativo 11% relativamente a 2020, mas melhorando 27% relativamente ao valor de 2019.

A balança de rendimentos de trabalho deteriora-se 7% relativamente a 2019, mas recupera relativamente ao valor de 2020, quando apresentou um valor absoluto excepcionalmente alto de quase -400 milhões de USD.

A balança de juros e lucros, a componente mais importante da balança de transferências, situou-se em -3,7 mil milhões, deteriorando-se relativamente a 2020 (+15%), mas melhorando significativamente em relação a 2019 (-29%). Note-se que, sendo os valores negativos, uma queda no valor absoluto é uma boa notícia.

Continua a não existir qualquer transferência de rendimentos de trabalho proveniente dos nossos emigrantes. Sendo esta uma fonte importante de divisas em muitos países africanos, não se entende

este completo divórcio entre a diáspora e o país. Alguma coisa deveria ser feita no sentido de atrair as suas poupanças.

A balança de rendimentos secundários deixou de ter qualquer expressão, o que demonstra, num quadro de alívio das restrições, que há uma total falta de liquidez nas famílias: as transferências para o exterior reduziram-se 210%, relativamente a 2021, e 53%, relativamente a 2019.

Tabela/Gráfico 54 — Expatriação da rentabilidade dos capitais (milhões de dólares)

Juros e lucros transferidos [Em milhões de dólares]	Trimestral 2019				2019	Trimestral 2020				2020	Trimestral 2021			Acc. 3.º Tri 2019	Acc. 3.º Tri 2020	Acc. 3.º Tri 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri					
Passivos Financeiros - Investimento estrangeiro	77 729	75 903	72 895	75 618	75 618	76 500	75 538	76 114	75 058	75 058	75 791	75 108	75 428	76 816	76 019	75 442	-1%	-2%
Lucros e juros	1 808	2 387	1 554	2 070	7 820	1 288	1 293	1 001	1 383	4 964	1 179	1 567	1 199	4 195	2 580	3 945	53%	-6%
Rendimento transferido (% do investimento) – anualizado	2,3%	3,1%	2,1%	2,7%	10,3%	1,7%	1,7%	1,3%	1,8%	6,6%	1,6%	2,1%	1,6%	7,3%	4,5%	7,0%	2,45	-0,31
Activos Financeiros - Investimento angolano	43 724	43 744	43 062	46 359	46 359	45 904	44 163	45 106	45 046	45 046	46 351	46 993	49 335	43 734	45 034	47 560	6%	9%
Lucros e juros	110	187	224	171	693	146	136	75	179	536	96	70	77	297	282	242	-14%	-18%
Rendimentos transferido (% do investimento) – anualizado	0,3%	0,4%	0,5%	0,4%	1,5%	0,3%	0,3%	0,2%	0,4%	1,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,9%	0,8%	0,7%	-0,16	-0,23
50% das saídas de investimento petrolífero	1 373	1 655	1 640	1 429	6 096	1 050	733	899	1 408	4 089	928	1 155	1 178	3 028	1 782	3 261	83%	8%
Lucros, Juros e saídas de Investimento / Capital	4,1%	5,3%	4,4%	4,6%	18,4%	3,1%	2,7%	2,5%	3,7%	12,1%	2,8%	3,6%	3,2%	12,5%	7,7%	12,7%	5,09	0,20
Saídas de Investimento directo estrangeiro petrolífero	2 745	3 310	3 280	2 857	12 192	2 099	1 465	1 798	2 815	8 177	1 857	2 309	2 357	6 055	3 564	6 523	83%	8%

Fonte: BNA.

Os juros e lucros transferidos para o exterior sobem 53% relativamente a 2020, mas mantêm-se ainda 6% abaixo do valor de 2019. Contudo a rentabilidade transferida fica muito próxima de 2019 (7,0 versus 7,3%).

As saídas de investimento directo petrolífero subiram 83% relativamente a 2020, mas decresceram 8% relativamente a 2019.

Somando às transferências de rendimentos de capital metade da redução do IDE petrolífero, que postulámos ser o valor correspondente à repatriação contratual, portanto, com uma natureza muito semelhante à transferência de juros e lucros, obtemos uma rentabilidade transferida de 12,7%, superior em 0,2 p.p. à obtida em 2019.

As transferências de juros e lucros do exterior para Angola reduziram-se 14%, relativamente a 2020, e 18%, relativamente a 2019! A rentabilidade repatriada dos nossos investimentos no exterior caiu sucessivamente de 0,9% para 0,8% e, agora, 0,7%, sendo 10,3 vezes mais baixa do que a rentabilidade dos investimentos externos que é transferida para o exterior, sem considerar a saídas de IDE (18,7 vezes se as considerarmos).

3.4 POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL LÍQUIDO
Tabela/Gráfico 55 — Posição líquida do investimento internacional (milhões de dólares)

Posição do investimento Financeiro (Milhões de USD)	2020 Final do ano				2021 3.º Trimestre				Variação	
	Posição inicial	Fluxos	Valoriz a-ção	Posição final	Posição inicial	Fluxos	Valoriz a-ção	Posição final	Valor	%
Activo - investimento angolao no exterior	29 720	635	-188	30 167	30 167	3 039	-131	33 076	2 909	9,6%
Investimento directo	3 601	91	-486	3 206	3 206	11	77	3 294	88	2,7%
Empréstimos	273	-155	0	119	119	-82	0	37	-82	-68,7%
Moeda e depósitos	16 626	389	-18	16 996	16 996	-74	-265	16 657	-339	-2,0%
Investimento de carteira	2 819	-1 640	316	1 494	1 494	15	58	1 567	73	4,9%
Derivados financeiros	51	-20	0	31	31	14	0	45	14	45,8%
Créditos comerciais e adiantamentos	6 125	2 067	0	8 191	8 191	3 110	0	11 301	3 110	38,0%
Outros	226	-96	0	130	130	44	0	174	44	34,1%
Passivo - investimento estrangeiro em Angola	75 912	-2 154	1 301	75 058	75 058	553	-184	75 428	369	0,5%
Investimento directo	19 183	-1 866	0	17 316	17 316	-1 712	0	15 604	-1 712	-9,9%
Empréstimos (Nota 1)	53 330	-1 067	1 285	53 548	53 548	587	-172	53 962	415	0,8%
Direitos especiais de saque	378	0	16	393	393	1 007	-12	1 389	995	253,1%
Moeda e depósitos	1 028	-127	0	902	902	136	0	1 038	136	15,1%
Investimento de carteira (nota 1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Derivados financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Créditos comerciais e adiantamentos	1 672	984	0	2 655	2 655	435	0	3 090	435	16,4%
Outros	322	-78	0	244	244	100	0	344	100	40,9%
Posição de Investimento Internacional líquida sem reservas	46 191	-2 789	1 489	44 891	44 891	-2 486	-53	42 352	-2 539	-5,7%
Activos de reserva	17 211	-2 789	456	14 879	14 879	1 843	-462	16 260	1 381	9,3%
Posição de Investimento Internacional líquida inc. Reservas	28 980	0	1 033	30 013	30 013	-4 330	409	26 092	-3 921	-13,1%

Fonte: BNA.

Nota: Transferimos os Eurobonds da conta de investimento de carteira para empréstimos. A balança de pagamentos de Angola deve, na nossa opinião, reflectir o ponto de vista de Angola (empréstimos) e não o dos investidores estrangeiros (“investimento de carteira”).

Angola continua a ser um país predominantemente credor, com um sistema financeiro inexistente, o que não permite que nacionais e estrangeiros apliquem os seus fundos no país.

3.4.1 ACTIVOS — INVESTIMENTO ANGOLANO NO EXTERIOR

Os investimentos angolanos no exterior aumentam 2.909 milhões de USD (9,6%) em resultado de investimentos de 3.039 milhões, quase exclusivamente provenientes do aumento do crédito a fornecedores, e de valorizações de -130 milhões de USD.

O *stock* de investimento directo angolano (IDE) no exterior sobe de 3,2 mil milhões para 3,3 mil milhões de USD (+2,7%).

Os empréstimos concedidos ao exterior reduzem-se no montante de 82 milhões (-68,7%), praticamente desaparecendo. Com a actual rentabilidade, concordamos plenamente com a liquidificação destes investimentos.

Moeda e depósitos constituem o nosso maior investimento no exterior, passando de 16,9 para 16,6 mil milhões, com uma redução de perto dos 339 mil milhões de USD (-2,0%) devido sobretudo à desvalorização dos activos detidos.

O investimento de carteira volta a crescer 73 milhões (4,9%) em resultado de investimentos de 15 milhões e de valorizações de 58 milhões, o que é bastante positivo, situando-se em cerca de 1,6 mil milhões de USD.

Os derivados financeiros crescem 45,83%, mas não têm expressão (11 milhões).

Os créditos comerciais continuam a crescer, aumentando 38%, de cerca de 8.191 milhões para 11.301 milhões. O crédito concedido a clientes representa 76% das exportações de bens e serviços até ao 3.º Trimestre, o que significa que estamos a conceder um crédito médio de 137 dias, o que se aproxima perigosamente dos 140 dias registados em 2020.

Regista-se ainda um investimento adicional de 44 milhões (+34%) em outras contas, que passam a totalizar 174 milhões.

3.4.2 PASSIVOS — INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA

O investimento estrangeiro em Angola cresceu 369 milhões de USD (0,5%), resultante da redução do investimento directo (-1.712 milhões), compensado pelo aumento dos Direitos Especiais de Saque emitidos pelo FMI (995 milhões), dos empréstimos (415 milhões) e do crédito comercial (435 milhões). Os restantes 236 milhões dividem-se entre moeda e depósitos (136 milhões) e outras contas (100 milhões).

O investimento directo estrangeiro reduziu-se 1.712 milhões (9,9%), apenas 155 milhões abaixo da redução durante todo o ano de 2020. Em termos médios trimestrais, a redução é significativamente maior (22%).

Esta redução ocorreu no sector petrolífero, onde as entradas de IDE alcançaram 4.550 milhões e as saídas 6,522 milhões, de que resultou um saldo de -1.972 milhões, contra um valor líquido de -3.938 milhões nos primeiros 3 trimestres de 2019 e de -1.008 no mesmo período de 2020. Há, portanto, uma melhoria significativa do saldo do IDE petrolífero, embora ainda se mantenha negativo.

Por sua vez, o IDE não-petrolífero alcançou 261 milhões, contra 103 milhões em 2020 e 480 milhões em 2019! Em termos de investimento não-petrolífero, estamos ainda muito longe da recuperação.

A estrutura dos investimentos externos mantém-se inalterada, com um ligeiro mas contínuo reforço dos empréstimos por contrapartida de uma redução ligeira, mas igualmente contínua perda do peso do IDE.

Como conclusão geral, podemos afirmar que a atractividade do país relativamente ao investimento externo não teve evolução digna de nota, mantendo uma estrutura completamente dominada pelos empréstimos externos e pelo IDE (que se reduz).

Do lado do investimento angolano no exterior, os investimentos são dominados pelo dinheiro em moeda estrangeira que temos lá fora, embora se observe um rápido crescimento do crédito comercial

3.5 PERSPECTIVA DOS ACTIVOS MONETÁRIOS

Tabela/Gráfico 56 — Perspectiva dos activos monetários como saldo da BP (milhões de dólares)

Balança de Pagamentos na perspectiva dos Activos Monetários Brutas (Milhões de USD)	Trimestral 2019				2019	Trimestral 2020				2020	Trimestral 2021			Acc. 3.º Tri 2019	Acc. 3.º Tri 2020	Acc. 3.º Tri 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri					
Conta corrente	18	1 883	1 462	1 774	5 137	1 148	-1 271	553	442	872	1 927	1 490	2 294	3 363	430	5 711	1228%	70%
Conta de capital	2	0	0	0	2	1	0	0	0	1	1	1	1	2	1	2	57%	-7%
Conta financeira	164	-1 915	-2 965	-400	-5 116	-262	740	-198	-2 823	-2 542	-651	-1 809	-404	-4 716	281	-2 865	-1120%	-39%
Activos monetários	-1 290	-196	-107	684	-909	-908	18	-275	-1 377	-2 542	478	-276	1 263	-1 593	-1 165	1 465	-226%	-192%
Erros e omissões líquidos	-1 474	-165	1 396	-689	-932	-1 795	548	-631	1 005	-873	-798	42	-628	-242	-1 878	-1 384	-26%	471%

Fonte: BNA.

Caso não existissem discrepâncias, a conta real deveria ser exactamente igual à conta financeira. Isolando os activos monetários, o seu saldo seria o resultante da soma algébrica dos investimentos financeiros não monetários com a conta real.

A conta corrente foi positiva em 5.711 milhões de USD, representando um crescimento de mais de 1000% relativamente a 2020 e de 70% relativamente a 2019. Há muito tempo que não tínhamos uma conta corrente tão positiva.

A conta financeira foi negativa em -2.865, representando também uma deterioração de mais de 1000% relativamente a 2020 e uma melhoria de 39% relativamente a 2019.

Os activos monetários deveriam ter crescido 2.849 milhões de USD. Na realidade apenas cresceram 1.465 milhões porque não se sabe exactamente o que aconteceu aos 1.284 milhões registados em discrepâncias estatísticas. Esta circunstância é ainda mais inexplicável no quadro de controlo pormenorizado de todas as transacções externas pelo BNA: no nosso país, as discrepâncias deveriam ser quase nulas. Seria importante que o BNA explicasse a razão destas diferenças.

3.6 PERSPECTIVA DAS RESERVAS

Isolando os activos de reserva (activos financeiros do BNA), o seu saldo deveria ser o resultante da soma algébrica dos investimentos financeiros sem reservas com a conta real.

Tabela/Gráfico 57 — Perspectiva das reservas como saldo da BP (milhões de dólares)

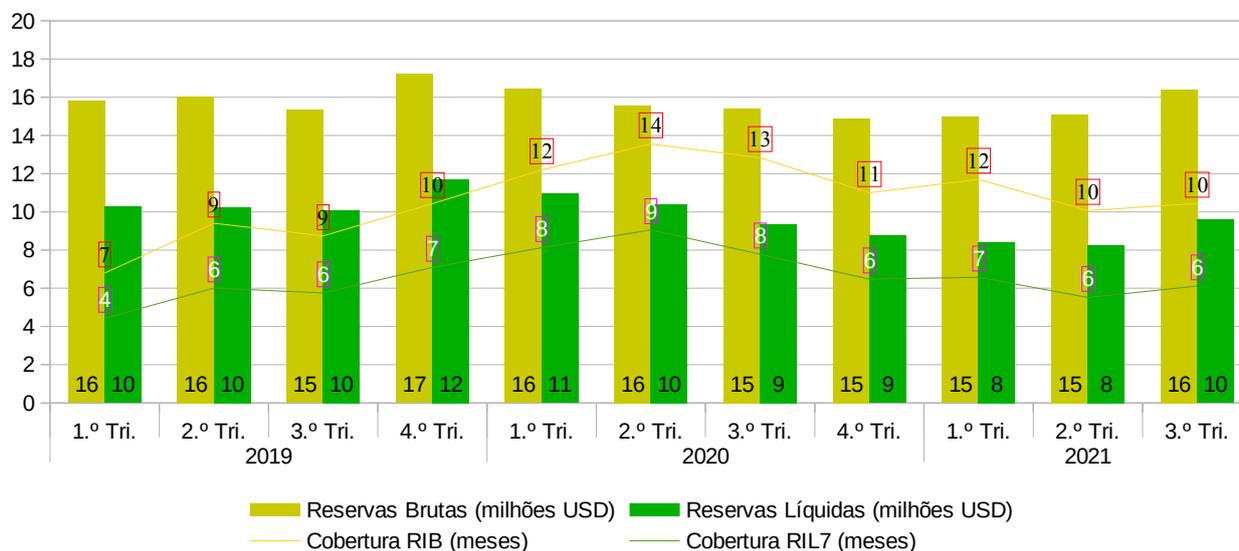
Balança de Pagamentos na perspectiva das Reservas Brutas (Milhões de USD)	Trimestral 2019				2019	Trimestral 2020				2020	Trimestral 2021			Acc. 3.º Tri 2019	Acc. 3.º Tri 2020	Acc. 3.º Tri 2021	21/20	21/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri		1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri					
Conta corrente	18	1 883	1 462	1 774	5 137	1 148	-1 271	553	442	872	1 927	1 490	2 294	3 363	430	5 711	1228%	70%
Conta de capital	2	0	0	0	2	1	0	0	0	1	1	1	1	2	1	2	57%	-7%
Conta financeira	1 056	-1 738	-3 197	660	-3 219	-511	9	-99	-2 188	-2 789	-839	-1 593	-54	-3 879	-601	-2 486	313%	-36%
Reservas Brutas	-397	-19	-340	1 745	989	-1 158	-713	-177	-741	-2 789	291	-60	1 613	-756	-2 048	1 843	-190%	-344%
Erros e omissões líquidos	-1 474	-165	1 396	-689	-932	-1 795	548	-631	1 005	-873	-798	42	-628	-242	-1 878	-1 384	-26%	471%

Fonte: BNA.

A conta-corrente não é alterada com a mudança de perspectiva. A conta financeira sem reservas passa a ser de -2.844 milhões, pelo que as reservas brutas deveriam ter crescido 3.227 milhões de USD. Na verdade, só tiveram um fluxo positivo de 1.843 milhões devido ao já referido valor de 1.384 milhões de discrepâncias estatísticas. De qualquer forma, um crescimento de quase 1.850 milhões de USD nas reservas internacionais brutas é uma excelente notícia.

3.7 RESERVAS INTERNACIONAIS

Tabela/Gráfico 58 — Evolução das Reservas (RIB & RIL)



Fonte: BNA.

Durante o ano de 2019, assiste-se a um crescimento das RIB, quer em valor, quer em cobertura das importações. Em 2020, assistimos ao processo inverso, em valor, estabilizando-se à volta dos 15 mil milhões de USD. Com a redução das importações, a cobertura aumenta até aos 14 meses, no 2.º Trimestre de 2020, estabilizando à volta de 12 meses, a partir do 3.º Trimestre de 2020.

Em 2021, assiste-se a um crescimento das RIB no 3.º Trimestre, em resultado da emissão dos direitos especiais de saque (DES) pelo FMI. Em termos de cobertura das importações, o valor estabiliza em 10 meses.

As RIL mantêm-se no patamar dos 10 mil milhões de USD até ao 3.º Trimestre de 2019, subindo depois para 12 mil milhões no 4.º Trimestre e caindo, de seguida, de forma constante, até 8 mil milhões no 2.º Trimestre de 2021, acompanhando posteriormente o crescimento das RIB com os DES do FMI.

Ignorando o valor do 1.º Trimestre de 2019, a cobertura das importações pelas RIL sobe de 6 meses para 9 meses entre os 2.ºs Trimestres de 2019 e 2020, devido à redução das importações, fazendo o percurso inverso a partir desse momento, até estabilizar entre próximo do patamar de 6 meses, a partir do 4.º Trimestre de 2020, aparentando ser este o objectivo do BNA.

O BNA conseguiu uma boa estabilidade cambial e susteve a degradação das reservas brutas. Deveríamos assistir a uma estabilização, aproveitando-se o crescimento dos preços do petróleo bruto para aumentar as reservas.

Porém, com a subida exponencial dos preços do crude e o fluxo extraordinário de divisas deles decorrente, tem-se assistido a uma forte apreciação do Kwanza, o que baixa extraordinariamente o preço relativo das importações face à produção interna. Se, de um lado, poderemos ter uma forte redução da inflação, de outro, ela resultará da alavancagem das importações através dos preços efémeros do petróleo, tornando, simultaneamente, a produção nacional menos competitiva.

Pensamos que o BNA não deveria ter deixado baixar a taxa de câmbio, através da intervenção no mercado, comprando USD e constituindo reservas para fazer face à redução de divisas que ocorrerá quando os preços estabilizarem, devido à redução das quantidades, e que será fortemente agravada quando os preços se reduzirem.

Uma política prudente a médio prazo aconselharia a aproveitar a actual situação para aumentar as reservas internacionais, comprando USD, o que o BNA não quer fazer, mais por medo do aumento da liquidez em Kwanzas do que da variação cambial.

A produção nacional necessita de ser protegida e de crescer a um ritmo pujante para contrariar a redução da produção petrolífera, que parece inexorável. Proteger a produção nacional não é proteger os operadores económicos existentes, é favorecer o aumento substancial do número de operadores, a competitividade e a produção, que a política de condicionamento da importação prejudica. A solução para os problemas da política proteccionista anterior não é deixar de apoiar a produção interna, liberalizando administrativamente as importações e permitindo a descida da taxa de câmbio devido ao preço do petróleo; é fazê-lo bem, através de uma pauta aduaneira que tenha em conta as diferenças de produtividade, mas que promova a sua aproximação.

4 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

4.1 AMBIENTE DE NEGÓCIOS

4.1.1 RESUMO

Para que se possa perceber melhor a mensagem de conjunto, vamos começar por apresentar os principais factores que influenciam o ambiente de negócios, de forma resumida, para, posteriormente, desenvolvermos, cada um deles:

— **Transformar a riqueza em capital:** titulando terrenos e casas; criando um sistema de mercado financeiro simples com base em acções e obrigações; e formalizando os negócios informais.

— **Aumentar o número de negócios:** substituindo o licenciamento por regras simples com efectivo controlo do seu cumprimento; eliminando as assimetrias no conhecimento das regras entre os negócios e o Estado, tornando claro o que pode ser objecto de inspecção para cada código de actividade; instituindo a ANIESA como efectiva entidade única de inspecção económica do Estado; e tornando os ministros sectoriais exclusivamente responsáveis pelo número e volume de negócios do seu sector, sem quaisquer outras atribuições.

— **Liberdade efectiva de comércio:** através da promoção da actividade dos camionistas e comerciantes fora de Luanda, eliminando todos os controlos da actividade por outras entidades que não a ANIESA; reconstrução e manutenção dos eixos rodoviários principais e ligações de todas as capitais de Província a estes eixos; e protecção da produção nacional através de uma pauta aduaneira regressiva, em substituição dos DP 23/19 e o DE 63/21.

— **Aumento dos níveis de confiança:** forçando o efectivo cumprimento dos contratos através de uma justiça rápida que compense o lesado e penalize o incumpridor, em substituição da prática de repartição dos prejuízos.

— **Aumento dos níveis de conhecimento:** retendo os alunos nos diferentes níveis; avaliando os conhecimentos em provas nacionais, corrigidas fora da escola do aluno; divulgando os resultados e criando incentivos para as melhores escolas e professores; definindo o prazo e os objectivos anuais para se atingirem os níveis de qualidade africanos; e, ao contrário do que se tem vindo a fazer, promovendo a efectiva liberdade curricular no ensino superior.

— **Adaptação da taxa de natalidade aos níveis de produção:** exigindo o cumprimento dos deveres de paternidade por ambos os progenitores, através de uma prestação extraordinária coerciva para a Segurança Social dos que não cumprirem voluntariamente com os deveres de alimentação, cuidados de saúde e educação das crianças.

— **Defesa do primado da Lei:** impedindo toda a exigência do cumprimento de normas inexistentes pelos agentes do Estado ou privados; pondo em prática políticas que criem expectativas estáveis e confiança nas empresas e consumidores; e mostrando intolerância total para com a governação por impulsos, em especial o ressuscitar de normas adormecidas, que, sem prazo nem apelo, são exigidas, de repente, lançando o pânico nas empresas e instituindo tolerância ZERO para os atropelos à Lei por parte dos agentes do Estado.

— **Promoção da segurança pública:** através da transformação do actual corpo militarizado num corpo civil, defensor dos negócios e da segurança dos cidadãos, que elimine a necessidade de gastos adicionais com seguranças privados e dê tranquilidade aos cidadãos nas suas deslocações e nas suas residências, para que a produtividade cresça.

— **Efectiva reforma económica do Estado:** definindo as funções prioritárias, os serviços públicos que devem garantir e os recursos que lhes serão destinados; e com que impostos sobre os cidadãos e empresas vão estes recursos ser pagos.

— **Combate à corrupção:** aumentando a transparência, eliminando os ajustes directos, agravados pela opacidade da informação sobre o negócio; a falta de informação detalhada sobre as rubricas de investimento financeiro na Conta Geral do Estado e o incompreensível valor dos erros e omissões na conta externa. Combate à pequena corrupção, alterando as práticas das chefias e criando sanções

disciplinares duras para os prevaricadores e, especialmente, para as chefias que não cumpram as suas obrigações de controlo.

Para além destes aspectos, devem ser tidos em conta todos os que se apresentam nos capítulos da política monetária e fiscal, nomeadamente a estabilidade cambial, o crescimento do crédito à produção e o controlo da inflação.

4.1.2 TRANSFORMAÇÃO DA RIQUEZA EM CAPITAL

A riqueza continua estagnada e quase sem serventia!

O Estado tem dificuldade em transformar a enorme riqueza existente em capital!

Tanto por via da titularidade dos terrenos e das casas como por via do mercado financeiro simples, da formalização dos negócios ou de qualquer outra forma.

Como temos vindo a afirmar, e porque até é bastante visível, grande parte da riqueza do país está concentrada na propriedade imobiliária e fundiária. Logo, a titularidade dessa riqueza a transformaria em capital e influenciaria positivamente o mercado imobiliário, o crédito e toda a economia; resultaria num elevado acréscimo da liquidez e mobilidade da riqueza.

O impacto na economia, no âmbito dos Programas “Minha Terra” e “Massificação do Registo Predial”, criados no sentido de se promover o registo e cadastramento de alguns terrenos e habitações, não é visível. Acreditamos que isso ocorre porque os direitos eventualmente concedidos continuam pouco claros e, em alguns casos, não são concedidos de forma que possam ser transmitidos livremente e possam ser facilmente divisíveis, enquanto títulos de propriedade. A propriedade tem de se liquidificar, de se tornar fungível, de ser um equivalente próximo do dinheiro.

Os terrenos e construções continuam a ter, até ao momento, um regime de propriedade mais próximo da simples posse do que da propriedade, completamente subordinado aos “direitos” do Estado e atribuído de forma precária. Nomeadamente, diz o n.º 1 do Art.º 18.º da Lei de Terras (limites ao exercício dos direitos fundiários) que “o exercício dos direitos fundiários sobre as terras pelos seus titulares está subordinado ao fim económico e social que justificou a sua atribuição”. Esta subordinação “socialista” do direito de propriedade ao Estado, que atribui e controla o uso da terra, impede que os terrenos se tornem verdadeiramente riqueza, muito menos que se possam transformar em capital.

Quando se consulta a página oficial do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, quase não se encontra informação estatística que permita algum acompanhamento e análise. Mas, quando se consulta a página da AGT, já há alguma informação!

É preciso que esse processo de registo e cadastramento não se limite à necessidade de alargamento da base tributária em sede do IP. A necessidade de titularidade dessa riqueza vai além disso. As empresas e as famílias precisam urgentemente de capital. Contudo, a base do IP é um indicador da sua eficácia. Só em Luanda, há mais de 8.800.000 habitantes: considerando uma família média de 6 pessoas, dá mais de 1.466.000 habitações. De acordo com a informação disponibilizado pela AGT, a quantidade acumulada de imóveis inscritos até 2021 é de apenas 370.388 imóveis (podem estar aqui incluídos casas e terrenos). Um número bastante irrisório para o impacto necessário ao ambiente de negócios. Se comparado com a quantidade de imóveis estimada aleatoriamente em 1.466.000 imóveis (casas), seriam 25%.

E a enorme quantidade de terra ocupada? Quantos terrenos e casas faltarão registar? Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, o país tem 58 milhões de hectares de terras aráveis. Quantos hectares estão titulados? Afirma-se que, nesse ano de 2021, o Estado entregará 32.800 títulos de concessão de terras agrícolas. Quantos hectares representarão esses títulos?

Quanto ao mercado de capitais, foi negociado o primeiro conjunto de acções no final de 2021, o que denota um grande passo. Falta provar se é eficaz a forma atípica de negociação, como que adaptada à nossa realidade específica, para que de alguma forma se conseguisse dar início a uma actividade que faz falta ao nosso ambiente de negócios.

Como temos vindo a reiterar, não precisamos de uma bolsa financeira internacional de Luanda. Necessitamos de começar a exercer, de forma gradual, a actividade bolsista, criando capital.

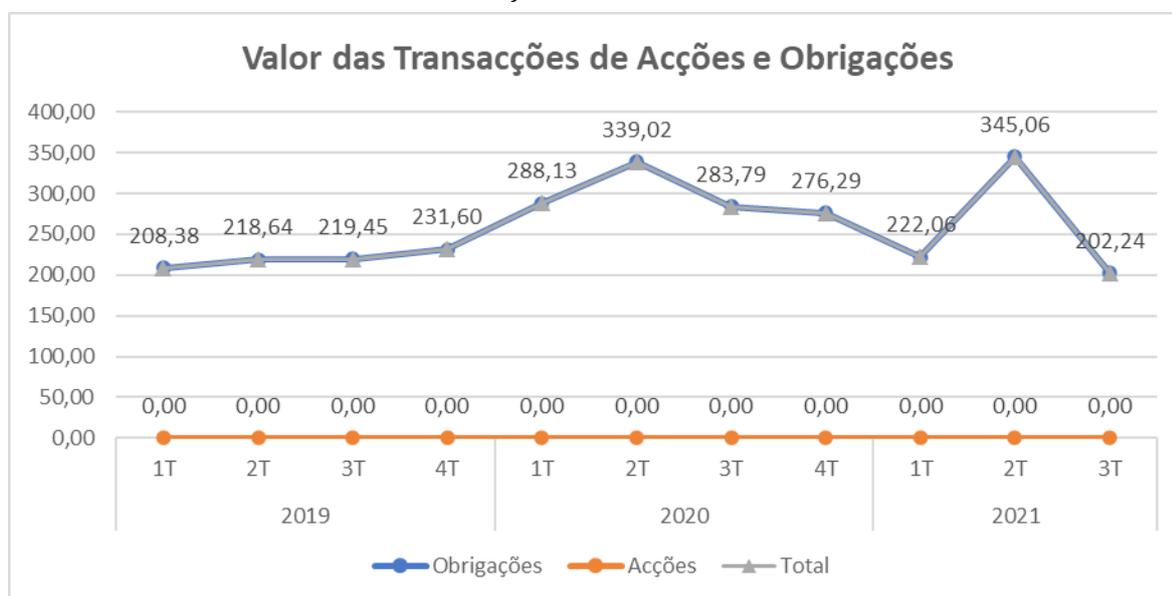
No final do 2.º Trimestre de 2021, conforme referenciado na sua página oficial, a BODIVA apresentou no “Workshop — BODIVA e INAPEM — Financiamento das PME’S via Mercado de Capitais” uma proposta de requisitos para criação de um segmento para o enquadramento das PME, mas, para já, continua a ser apenas mais um programa sem objectivos e prazos, pois não apresenta nenhum desenvolvimento.

Reiteramos que é urgente que a BODIVA crie critérios simples de acesso ao mercado de capitais, à medida da actual realidade angolana. A segmentação do mercado para enquadramento das MPME é apenas um passo; é necessário que se crie algo como uma “janela única”, onde as MPME possam se dirigir e contratar todos os serviços necessários à abertura do seu capital. A PME não tem conhecimento nem condições para realizar *roadshows*; portanto, deixar esse passo sob a sua responsabilidade seria um factor impeditivo.

É importante que se dinamize o mercado financeiro. Nos 2.º e 3.º Trimestres de 2021, 6 dos 7 sectores inquiridos pelo INE no âmbito da conjuntura económica às empresas continuaram a considerar as dificuldades financeiras como um dos três principais factores que limitam a actividade das empresas daqueles sectores.

É urgente que as empresas disponham de outras formas de financiamento e que os agentes superavitários tenham a possibilidade de conhecer e de se aproximar “directamente” dos agentes deficitários.

Tabela/Gráfico 59 — Valor das transacções da BODIVA



Fonte: BODIVA.

Tal como nos trimestres anteriores, aproximadamente 100% das transacções foram de Obrigações e Unidades de Participação. No 3.º Trimestre de 2021, as Obrigações privadas representaram 0,004% das transacções.

O montante médio trimestral transaccionado foi de 315 mil milhões de Kwanzas, sendo que o máximo continua a ser o ocorrido no 2.º Trimestre de 2021, no montante de 345 mil milhões.

A tendência foi estável até ao 3.º Trimestre de 2019. Do 4.º Trimestre de 2019 ao 2.º Trimestre de 2020, registou-se um crescimento acentuado, por um lado, devido a apetência do Estado em financiar-se por meio de títulos e, por outro, ao sentido de oportunidade das instituições financeiras em fazerem aplicações livres de risco em detrimento da concessão de crédito à economia. Do 2.º Trimestre de 2020 até ao 1.º Trimestre de 2021, a tendência passou a ser decrescente devido, em parte, à redução da subscrição dos títulos de dívida pública não indexada e ao vencimento de grande parte dos títulos de dívida indexada que não foram substituídos. Nesse período, a maior parte dos titulares de dívida indexada estacionaram os excedentes sob a forma de depósitos a prazo, não subscrevendo outras obrigações.

Do 1.º ao 2.º Trimestre de 2021, devido a uma nova apetência do Estado por financiamento via mercado de capitais, registou-se um crescimento acentuado na ordem dos 15% fortemente influenciado pelo aumento da subscrição de novos títulos de dívida de longo prazo, cuja representatividade subiu de 36,5% no 1.º Trimestre para 46% no 2.º Trimestre.

Porém, do 2.º ao 3.º Trimestre, registou-se uma queda acentuada na ordem de 41%, descendo de 341,06 mil milhões de Kwanzas para 202,24 mil milhões de Kwanzas, com relação ao trimestre anterior, e de 29%, descendo de 289,79 mil milhões de Kwanzas, com relação ao período homólogo, devido à redução na procura desses instrumentos.

O mercado de capitais continua a ser por excelência um meio de financiamento do Estado em seu próprio prejuízo e em prejuízo das empresas e das famílias.

A formalização dos negócios informais, agora mais publicitada no âmbito do PREI, parece estar a acontecer.

Há indicação de terem sido formalizadas até ao final de 2021 cerca de 40 mil actividades.

No entanto, não se conhecem as métricas para que se possa avaliar a sua eficácia, nem foram publicados dados como: Das mais de 40 mil actividades já formalizadas, quantas estão activas? Quantas estão cadastrados como micro-negócios? Quantos estão enquadrados como trabalhadores por conta própria? O que tem sido feito para a protecção desses negócios? Que valor acrescentaram à economia? Etc.

O modelo usado para a atracção da formalização da actividade desses micro e pequenos empreendedores, mormente os relacionados com a simplificação dos actos e com o financiamento, parece-nos uma via aceitável e necessária. No entanto, insistimos que, na nossa opinião, é sobretudo no reconhecimento e protecção dos negócios que reside o segredo da sua formalização. Salientamos ainda que essa formalização não deve representar, no imediato, um incentivo à tributação, assim como não o deve ser no caso da titularidade da propriedade imobiliária e fundiária. A formalização dos negócios precisa de ir muito além disso.

A tributação deverá ser consequência do reconhecimento e da protecção dos negócios pelo Estado. Para que estes paguem os impostos, precisam antes de ter a oportunidade e liberdade de produzir sem os constrangimentos causados pelo conjunto complexo de regras e normas existente, que impede cerca de 80% das empresas criadas de alguma vez iniciarem actividade e que empurra os negócios para a informalidade.

4.1.3 CONCORRÊNCIA

Para que haja concorrência, é preciso que haja negócios. Muitos negócios!

É protecção dos negócios por parte do Estado que cria o ambiente necessário para a permanência dos negócios e a criação e entrada de novos no mercado formal. Caso contrário, porque preferiria um negócio operar no mercado informal, sujeitando-se a vários tipos de extorsões?

Nos dados sobre a conjuntura económica às empresas, referentes ao 3.º Trimestre de 2021, o indicador de clima económico permaneceu desfavorável. As poucas empresas formais activas continuam a viver momentos de sérias dificuldades para a manutenção dos negócios.

Num mercado onde a concorrência é quase inexistente devido à exiguidade de empresas nos mais variados sectores da economia, é preciso que se protejam os negócios, sejam eles formais ou informais, estejam eles aguardando o início da actividade ou já em actividade.

Por considerarmos oportuno, mantemos nesse relatório os pontos abaixo:

1. O número de negócios não parece estar a aumentar. Embora não haja dados sobre o encerramento efectivo da actividade, a percentagem das empresas criadas que iniciou actividade tem vindo a decrescer, de acordo com os dados do INE, de 30% para 20%.

2. Destas que iniciam a actividade, a maioria enfrenta grandes dificuldades de manutenção do negócio. De acordo com o Boletim Estatístico do 1.º Semestre de 2021 da AGT das 214.267 empresas e instituições registadas (1.2 — Número de Contribuintes Colectivos), apenas 26.577 apresentaram declarações de Imposto Industrial (6.1 Declarações do Imposto industrial) e, destas, apenas 17.606 apresentaram actividade, o que corresponde a 8,2% das empresas registadas.

É preciso que o Estado assuma que esta gigantesca ineficácia é da sua responsabilidade!

E que passe a desempenhar o seu papel no reforço do tecido empresarial e da sua qualidade, por um lado, através da eliminação do conjunto extenso de regras confusas, contraditórias, dispersas, não cumpridas, que impedem a sobrevivência das empresas e, **sobretudo**, substituindo-as por regras claras, exequíveis e efectivamente cumpridas que incentivem o surgimento de novos negócios, promovendo assim a concorrência e a consequente melhoria da produtividade.

Aqui, os seus departamentos ministeriais têm um papel relevante, pois são eles que criam as regras de entrada e funcionamento das empresas no seu sector e têm a responsabilidade de ajudar e promover as actividades das mesmas.

Por tal, propomos que os seus agentes sejam avaliados EXCLUSIVAMENTE pelo número de empresas ou pequenos negócios criados e pelo volume de facturação e valor acrescentado que lhes correspondam, eliminando todas as restantes responsabilidades, que, na maior parte dos casos, são prejudiciais.

1. Pensamos que o programa Simplifica poderá vir a constituir um importante factor de melhoria, embora esteja ainda demasiado vocacionado para os procedimentos. Há que apostar também na simplificação das normas de controlo, listando o conjunto disperso de regras e expurgando as desnecessárias ou inoportunas. Estas últimas devem inequivocamente ter o seu cumprimento “suspenso” até que o poder legislativo as elimine.

2. Contudo, pensamos também ser necessário combater a contra-ofensiva burocrática que procura proteger os interesses instalados e que tem anulado efectivamente, até agora, os benefícios do programa.

3. Apoiamos o muito que já se fez no Simplifica. Mas é necessário aprofundá-lo eliminando a burocracia desnecessária e, sobretudo, disponibilizando os instrumentos de medida da sua eficácia. Como aumentou o comércio e a construção civil? Quantos cidadãos ainda não possuem BI? Quanto tempo se demora (incluindo os retornos) a fazer um registo ou alteração num documento? Etc. É importante que o programa apresente critérios de medida para que possa ser avaliado.

4.1.4 LIBERDADE DE COMÉRCIO

A manutenção em vigor do DP 23/19 limita e condiciona as importações e acaba por reduzir administrativamente a concorrência e a oferta ao consumo, provocando escassez e uma inflação totalmente artificial, que, ao que parece, o Estado procura agora controlar com a constituição da reserva alimentar estratégica.

A liberdade efectiva de comércio condicionada pela pandemia tem vindo a melhorar. Contudo, continua a ser extremamente difícil exercer a actividade de camionista e comerciante fora das cidades. O estado das estradas continua a limitar, em grande medida, a liberdade de trocas

comerciais entre o mundo rural e o urbano. Embora haja o desejo dos empresários e das famílias, as trocas interprovinciais não são feitas no nível desejado.

Os eixos rodoviários mais importantes ainda não estão a funcionar plenamente, causando atrasos, desastres e danificação do material: como a manutenção é deficiente, ora se arranja um troço, ora se estraga outro, e as vias não funcionam perfeitamente, concorrendo para o aumento da inflação e a falta de competitividade nacional.

Insistimos que a resolução desta situação, que constitui o principal entrave ao crescimento da produção agrícola, é uma prioridade. É necessário construir e reconstruir estradas duradouras nos eixos fundamentais e deixar que o sector privado se dinamize para a criação do parque de automóveis necessários à transportação das mercadorias, ao invés de ser o Estado a providenciar os equipamentos de trabalho.

A função do Estado consiste na liberdade de comércio, não nos seus instrumentos. O cumprimento dessa função mede-se pelo número de negócios criados e mantidos, pelo seu volume de facturação e pelo seu valor acrescentado.

Assim, espera-se a intervenção do Estado nas infra-estruturas e na dinamização das questões estruturantes.

Insistimos que o DP 23/19 que prevê a protecção da produção interna de forma administrativa é um factor limitante do comércio. Voltamos a manter os pontos apresentados no relatório anterior para evidenciar os aspectos que, na nossa opinião, continuam a enfermar esse processo:

1. O processo é administrativo, isto é, exige um contacto directo entre o importador e o funcionário do Ministério: isto é, depende da análise, capacidade de entendimento e honestidade do agente do Estado. Ora, nas economias capitalistas, os processos são tão mais eficazes quanto mais dependerem de regras gerais que os agentes privados interpretam à medida dos seus interesses. Perante uma taxa aduaneira que coloca um produto importado a um determinado preço, o grossista decide se terá mercado para o importar ou se a oferta de produção interna a um preço menor o impedirá de fazer um bom negócio ao importar. As diferentes decisões de muitos importadores com estratégias diferentes determinarão a quantidade importada, não a decisão de um único agente do Estado.

Ao Estado cabe, no entanto, definir a taxa aduaneira e, através dela, a defesa dos interesses nacionais. A taxa deve ser fixada no ponto em que promover o crescimento rápido da produção nacional, reduzindo as importações, sem deixar que a inflação dispare.

2. É ao Estado que cabe, em primeiro lugar, a defesa do conjunto dos cidadãos, o que, no que diz respeito ao comércio, se traduz em consumidores. O dever do Estado é manter níveis de inflação baixos de forma a não agravar as condições de vida dos cidadãos. Quando se substitui a livre importação pelo licenciamento, não existe qualquer limite para o preço fixado pelos produtores nacionais, que deixam de ter a concorrência dos produtos estrangeiros. A solução consiste normalmente em tentar fixar limites aos preços com mais medidas administrativas e mais controlo. Temos uma experiência de 45 anos de controlo de preços, cujo resultado tem sido sempre o aumento descontrolado da inflação. De quanto mais tempo precisaremos para nos convenceremos de que, em economia de mercado, só podem funcionar soluções de mercado? A subida de preços combate-se com concorrência, com medidas para atrair mais agentes económicos, não com medidas punitivas e de controlo.

3. Pelo contrário, as medidas de controlo administrativo são caras, exigindo pessoal, impressos, sistemas, etc. Por isso, quanto mais exigentes forem as medidas administrativas, maior será a tendência para se reduzirem os operadores privados com quem há que lidar, tendo em conta os recursos limitados da administração pública. Foi exactamente o que aconteceu.

O Comércio lançou um processo de acreditação dos importadores, reduzindo o seu número, quando o que deveria ter acontecido era a liberalização da actividade de importação, promovendo o crescimento do número de importadores. Como resultado, em vez de um grande número de

importadores em concorrência, ficámos com um pequeno número de importadores oligopolistas: o Estado, em vez de controlar melhor a importação, ficou nas mãos dos importadores.

Do lado dos restantes comerciantes aconteceu o mesmo: o fecho e a saída de operadores foram proporcionais à redução da sua capacidade de abastecimento através das importações — como sabemos, o resultado foi a maior subida da inflação dos últimos tempos.

Tentar controlar preços através de medidas administrativas é algo que está mais do que provado não ter qualquer eficácia. Como todos sabemos, o único controlo eficaz de preços é feito pela concorrência, quando cada operador sabe que se vender o seu produto acima dos concorrentes ficará sem clientes. Há toda a história do capitalismo a comprovar que assim é.

4. Uma taxa aduaneira traz consigo, de forma directa, um limite para o aumento dos preços dos produtores nacionais. Um produto com uma dada qualidade não poderá ser vendido acima do limite do preço dos melhores produtores estrangeiros mais a taxa. Se tentarem fazê-lo, a concorrência externa deixa-os sem capacidade de vender.

Por outro lado, informa imediatamente os consumidores sobre qual é o sacrifício que lhes está a ser pedido pelo Executivo para proteger a produção nacional.

Cabe ao Estado garantir, não um, mas dois objectivos contraditórios: de um lado, aumentar a produção e o emprego; de outro, manter o controlo sobre os preços. Uma taxa aduaneira demasiado baixa deixa os produtores nacionais desprotegidos, e o produto e o emprego não crescem; uma taxa demasiado alta obriga os consumidores a pagarem um enriquecimento imoral dos empresários nacionais à custa dos consumidores.

5. A produção nacional é mais cara do que a estrangeira: é menos produtiva devido à nossa tecnologia e conhecimento, não beneficia de grandes economias de escala porque pouco se exporta, e o nosso mercado é muito limitado e tem custos de contexto consideráveis: estradas em mau estado, necessidade de compra de água de cisterna, uso de geradores para produção de energia eléctrica, custos com seguranças privados, etc. Supõe-se que todos estes aspectos vão melhorando, e, por isso, falamos em taxas aduaneiras regressivas, isto é, que se vão reduzindo ao longo do tempo, obrigando o Estado a reduzir os custos de contexto e a melhorar o conhecimento geral, e os empresários a investir em tecnologia, organização e exportação, para ganharem economias de escala.

Pelo contrário, o licenciamento nada faz pela competitividade, antes acomoda os empresários a nada investir e o próprio Estado a não melhorar.

6. A reacção dos operadores a alterações do mercado é muito mais rápida com um regime de taxas. Por exemplo, quando há seca, importa-se; quando é época de colheita, a produção nacional elimina ou reduz a importação. Esta capacidade de reacção imediata aos choques externos (clima, crises internacionais, etc.) é um importante mecanismo de estabilização de preços.

A ideia de substituir estes mecanismos pela criação de uma reserva gerida pelo Estado é outro dos erros sistematicamente repetidos, mas que, ao que parece, procura-se corrigir com a cedência da gestão a um ente privado. Contudo, lembremo-nos que a gestão de uma reserva alimentar nacional é cara e tem de ser paga. Se não pagarmos nos produtos, pagaremos nos impostos, mas não tenhamos qualquer dúvida de que seremos nós, os cidadãos, a pagá-la.

7. O controlo administrativo das importações distorce os objectivos do Estado, focando a medida do êxito dos programas na redução das importações. Se proibimos que se importe, as importações diminuem. Dizer que o programa correu bem porque as importações decresceram não é uma análise do programa. A eficácia da política de substituição das importações mede-se pela quantidade total da oferta (importações + produção interna) e pela variação dos preços, ou seja, pela inflação.

4.1.5 CONFIANÇA

A falta de qualquer indicação de uma melhoria da qualidade e rapidez das decisões sobre conflitos económicos continua a manter os níveis de confiança extremamente baixos.

A sociedade de negócios constitui um sistema complexo de relacionamentos, onde todos os intervenientes desejam ver os seus direitos e garantias preservados e poder cumprir com os seus deveres e obrigações sem dificuldades. O poder judicial tem de ser absolutamente intransigente e rápido face aos incumprimentos dos contratos.

Mesmo entre as empresas em actividade, a falta de confiança é grande! O índice de clima económico referente ao 3.º Trimestre de 2021, publicado pelo INE, indica uma grande falta de confiança das empresas activas, sendo que, entre as principais razões, se aponta justamente as limitações provocadas pelas instituições do Estado através do excesso de burocracia e regulamentações. Citam-se os sectores do turismo, comunicação e transportes.

Essa não é uma boa referência para quem está a ser convidado a investir. É preciso melhorar esse índice.

4.1.6 CONHECIMENTO

Em razão da própria actividade de ensino e aprendizagem ser de execução anual, pouco ainda temos para avaliar. No entanto, o novo ano lectivo começou com a preocupação quase única de gerir os episódios de Covid-19 nas escolas, não deixando muito espaço para outras preocupações. A agravar a situação, arrancou a greve dos docentes do ensino superior das universidades públicas, que já leva mais de meio semestre lectivo. Teremos, provavelmente, mais um ano de estagnação ou retrocesso.

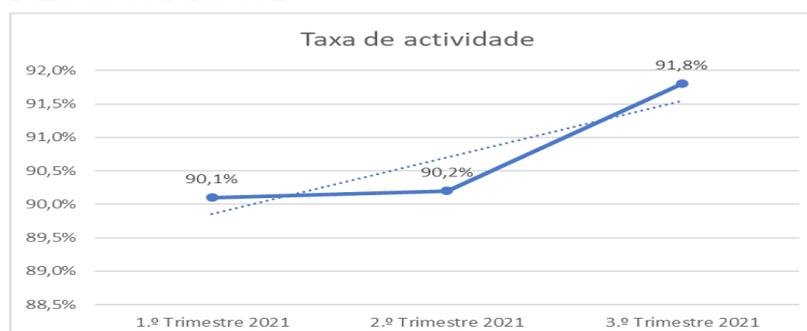
Tabela/Gráfico 60 — Taxa de actividade

Inquérito ao Emprego em Angola - IIIº Trimestre 2021						
Indicador	3.º Trimestre 2020	1.º Trimestre 2021	2.º Trimestre 2021	3.º Trimestre 2021	Varição Trimestral (%)	Varição Homóloga (%)
Taxa de actividade	90,4%	90,1%	90,2%	91,8%	1,8%	1,5%

Fonte: INE.

De acordo com o resultado do IEA publicado pelo INE, a taxa de actividade no 3.º Trimestre de 2021 cresceu cerca de 1,8% com relação ao trimestre anterior e cerca de 1,5%, se comparada com o período homólogo. Tais variações indicam que há um número crescente de pessoas à procura de trabalho precocemente e que, portanto, o número de pessoas com idade escolar fora de sistema de ensino, por razões de sobrevivência, está a aumentar, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Tabela/Gráfico 61 — Taxa de actividade 2



Fonte: INE.

A linha de tendência apresenta um sentido ascendente com uma inclinação bastante acentuada. Com uma taxa de natalidade acima do crescimento do PIB, ter um número cada vez mais elevado de indivíduos a entrar no mercado de trabalho precocemente (geralmente no mercado informal), em detrimento do sistema de ensino, é um perigo. É preciso que se estanque essa tendência; que se inverta a situação com melhor formação a partir do ensino primário.

Um indivíduo bem formado no ensino primário, em especial aquele com idade acima dos 14 anos, estará em melhores condições de encarar uma formação técnico-profissional de nível básico e, numa progressão natural dentro da sua área profissional, de enfrentar com sucesso uma formação técnico-profissional de nível médio. Aliás, é preciso que se comece a criar uma política séria de comunicação, publicidade, posicionamento e valorização dessas formações, pois também são muito importantes para o crescimento do país; senão não se estaria a conceder vistos de trabalho a mecânicos, carpinteiros, trolhas, electricistas de automóveis, electromecânicos e outros.

Contudo, é preciso dar-se atenção ao nosso ensino primário. O grupo que consegue manter-se no sistema de ensino, pelo menos no ensino primário, termina-o com inúmeras deficiências, pois o sistema em vigor tolera à passagem de classe sem os conhecimentos adequados. É urgente que o Estado se vire para a qualidade fazendo testes nacionais corrigidos fora da escola frequentada pelo aluno, premiando as escolas e os professores com melhores resultados.

Continuamos a insistir ser fundamental que o Estado defina o serviço público de educação. Pretende-se garantir que todos os alunos consigam completar o 6.º ano? Temos condições para criar escolas para esse objectivo? Deve o Estado recorrer ao apoio social de algumas famílias para garantir o ensino gratuito até esse nível, usando os recursos dos colégios privados? Deve o Estado apoiar os alunos com material? Qual o critério? Qual é o apoio que é possível dar aos níveis superiores: 9.º ano, ensino médio e ensino superior.

É fundamental que sejam definidos objectivos anuais de aproximação aos níveis de qualidade africanos de ensino e que se estabeleçam métricas de aferição do seu cumprimento.

A falta de mão-de-obra qualificada (conhecimento) é um dos principais constrangimentos do mercado. O modelo de formação superior existente retarda a entrada dos jovens no mercado de trabalho porquanto continua-se a ter apenas um modelo de formação superior longo, independentemente do objectivo profissional do formando.

À semelhança do que já acontece com êxito em vários países e até mesmo em alguns da região austral do nosso continente, como na África do Sul e na Namíbia, é preciso começar a pensar numa formação superior profissionalizante de curta duração, menos de 3 anos, especializada e totalmente virada para o mercado de trabalho, conferindo um grau académico equivalente a uma licenciatura técnica.

A esse respeito, consideramos ser fundamental a criação de um relacionamento de respeito, de contratação, e não de imposição, como se tem verificado com as universidades privadas. As universidades precisam da liberdade necessária para a criação dos cursos, das suas grades curriculares e dos seus preços.

4.1.7 TAXA DE NATALIDADE

Nesse quesito, além de uma simples previsão publicada em resultado do censo realizado em 2014, continua a não haver qualquer debate ou sequer a publicação de dados estatísticos sobre a taxa de natalidade.

Reiteramos a necessidade de saber o que se está a passar e de reduzir o exército de desempregados sem qualificações que a elevada taxa de natalidade está a agravar!

Continuamos convictos de que o tema do controlo de natalidade deve ser debatido com abertura e sem preconceitos para conseguirmos equilibrar economia e natalidade. De outra forma, estaremos a

colocar no mundo gerações de desempregados, a aumentar os índices de miséria no país e, conseqüentemente, a fazer perigar a segurança e a estabilidade futuras.

Um crescimento populacional superior ao crescimento da economia condena a população a uma espiral de miséria. É uma das condições de melhoria social que alguma coisa seja feita, urgentemente, para reduzir a taxa de natalidade de forma a facilitar a saída desta espiral de miséria.

O crescimento populacional e a nossa pirâmide etária acrescentam entre 500 e 600 mil pessoas por ano à população em idade de trabalhar. Se não se reduzir a taxa de natalidade, teremos de criar mais de 500 mil postos de trabalho por ano ou tornarmo-nos cada vez mais pobres, uns, e miseráveis, outros! A escolha é nossa!

4.1.8 O PRIMADO DA LEI

As leis devem garantir que os direitos de todos sejam respeitados e, conseqüentemente, a estabilidade em todas as vertentes da vida em sociedade.

Porém, continua a notar-se sinais mistos quanto à defesa do primado da Lei e à criação de estabilidade na regulação da actividade.

Por um lado, foram criadas algumas garantias processuais na justiça criminal (o que tem sempre influência positiva sobre a justiça económica), mas, aparentemente, continuam a ser detidas pessoas por infracções de natureza comercial.

Os diversos órgãos do Estado continuam a oscilar entre o cumprimento da lei e a defesa de teses “justicialistas”, em que se vêem como instrumentos de uma qualquer moral e princípios que não são reconhecidos na Lei. Ao Estado cabe exclusivamente cumprir a Lei porque é esse o limite do mandato que lhe é conferido pelos cidadãos. A função das pessoas que trabalham para o Estado, desde o chefe do Executivo ao mais simples dos funcionários, não é dirigir a sociedade, mas executar o mandato que os cidadãos lhes concedem através da Lei.

Isto implica que o grau de exigência do respeito pelo primado da Lei deve ser maior para os agentes munidos de autoridade. Ao agente do Estado que se excede, sejam quais forem as circunstâncias, tem de ser aplicado maior rigor do que aos cidadãos em geral. Ora, o que se observa é exactamente o contrário, justificando alguns excessos dos funcionários públicos com o incumprimento dos empresários ou cidadãos. Essa prática tem obrigatoriamente de mudar se queremos ter um bom ambiente de negócios e investimento. Deve haver tolerância ZERO para a tentativa de aplicação de normas inexistentes ou qualquer excesso dos agentes do Estado!

4.1.9 SEGURANÇA PÚBLICA

Garantir a segurança dos cidadãos e das organizações é função da Polícia Nacional (PN). É para isso que ela existe e é a isso que ela devia estar adstrita.

Contudo, na nossa opinião, o 3.º Trimestre apresentou um quadro semelhante ao do semestre anterior: continuamos a observar sinais mistos relativos à desmilitarização da segurança pública, com melhorias no relacionamento no casco urbano de Luanda, mas sem melhorias visíveis no interior do país e nos bairros da capital.

Os dados sobre a criminalidade não revelaram melhorias, tendo-se mesmo agravado com o aumento da miséria. Os episódios constantes de luta entre bandos rivais que acontecem na cidade de Luanda estão a criar uma escola de marginalidade extremamente perigosa que a PN deve eliminar.

Continuamos a observar quotidianamente mais acções de inspecção a quem está a trabalhar (taxistas, camionistas, etc.) do que acções de combate ao banditismo. Quando os episódios violentos acontecem, a PN regular desaparece até chegar a PIR. É necessário que este quadro se altere.

As populações continuam assustadas e recorrem com frequência à justiça pelas próprias mãos, o que é um enorme retrocesso civilizacional e afasta os investidores.

As empresas continuam a nem pensar em começar a pensar em prescindir dos serviços de segurança privados.

Se há coisa que os empresários valorizam é a segurança dos seus investimentos sem prepotências, no quadro de uma polícia civil que actue para os proteger sob as mais diversas circunstâncias, sem nunca interferir nos seus negócios!

É necessário que se continue o processo de formação dos agentes da polícia para que, mesmo na periferia, no interior do país ou na acção sobre determinadas pessoas, possam prestar um serviço cada vez melhor ao cidadão e esse confie mais na polícia e colabore com os serviços.

4.1.10 A REFORMA DO ESTADO

A reforma económica do Estado, até agora continua limitada ao aumentar da receita e ao reduzir da despesa o mais possível!

Por se tratar de um assunto do nosso futuro, um assunto dos nossos filhos, continuamos a insistir que a reforma deve ser amplamente debatida nos *media* e aprovada na Assembleia Nacional. Esse não é assunto de um Executivo!

A reforma do Estado é definir as funções prioritárias, os serviços públicos que devem garantir e os recursos que lhes serão destinados e com que impostos sobre os cidadãos e empresas vão estes recursos ser pagos.

Nesse contexto, é preciso que se crie uma clara estratégia de transição de um orçamento dependente do petróleo para um orçamento dependente dos impostos: a distribuição da receita por tipo de imposto; a distribuição da despesa por função; a clarificação dos serviços a prestar pelo Estado; os meios necessários para a sua efectivação; o seu custo e como a despesa será paga com os impostos que desejamos. O petróleo um dia acabará; o que se fará a seguir?

Continuamos a insistir ainda que a verdadeira reforma do Estado no campo económico deve incluir o registo e titularidade da propriedade, a substituição do sistema de licenças por normas de aplicação geral e directa (sem contacto com os agentes do poder de Estado) e uma clara aposta na educação, saúde, segurança pública e segurança jurídica. Uma verdadeira reforma do Estado deve incluir a gestão de infra-estruturas, nomeadamente vias de comunicação (com prioridade para as estradas), água, electricidade e saneamento, para que os custos de contexto (água de cisterna, geradores, desgaste no material rolante, etc.) se reduzam, a economia nacional seja mais competitiva, os direitos dos consumidores e das empresas possam cumprir-se e a economia prospere.

4.1.11 A CORRUPÇÃO

Não foram notados grandes avanços quanto a corrupção nos primeiros 3 trimestres de 2021.

Não obstante, o combate à grande corrupção tem registado progressos, sendo hoje claro que os cargos governamentais, pelo menos até ao nível de secretário provincial, não conferem qualquer imunidade. Contudo, na nossa opinião, seria necessário que a PGR estendesse a sua acção às pessoas cujo nível de riqueza não é compatível com as remunerações auferidas durante todo o seu percurso profissional. É necessário desencorajar a tendência para o peculato e para o branqueamento de capitais dentro da administração do Estado e, por arrasto, fora dela.

É sobretudo necessário que a transparência aumente: que as adjudicações directas se tornem a excepção; que em todas as adjudicações, directas ou por concurso, sejam publicitadas as condições do negócio; que se reduza o nível de discrepâncias na conta externa; e que a execução orçamental não tenha zonas cinzentas, percebendo-se para onde vai a dívida contratada.

Apesar de uma maior publicidade dos serviços da ANIESA e do SIC, a pequena corrupção tem vindo a piorar. Grande parte das chefias locais dos serviços não é activa na exigência de elevados padrões de produtividade, o que continua a deixar espaço aos maus funcionários para criarem

entraves e sistemas de favores que, até hoje, têm conseguido deixar a milhas os poucos sistemas de controlo e simplificação que foram implementados.

Sem o reforço do sistema de controlo sobre a execução das tarefas dos funcionários públicos, todos os esforços de simplificação e desburocratização continuarão a ser, efectivamente, boicotados!

4.1.12 ASPECTOS DESENVOLVIDOS NOUTROS CAPÍTULOS

Outros factores determinantes da qualidade do nosso ambiente de negócios são a taxa de câmbio, as políticas de crédito, a inflação e a dívida pública, que serão desenvolvidas em secções próprias.

4.2 POLÍTICA MONETÁRIA

A 31 de Janeiro de 2022, data do corte de informação para este relatório, não tinha ainda sido publicada informação monetária relevante relativa ao 4.º Trimestre. Assim, contrariamente ao que temos seguido até agora, o capítulo de política monetária alinhará cronologicamente com os restantes, referindo-se, neste caso, ao 3.º Trimestre de 2021.

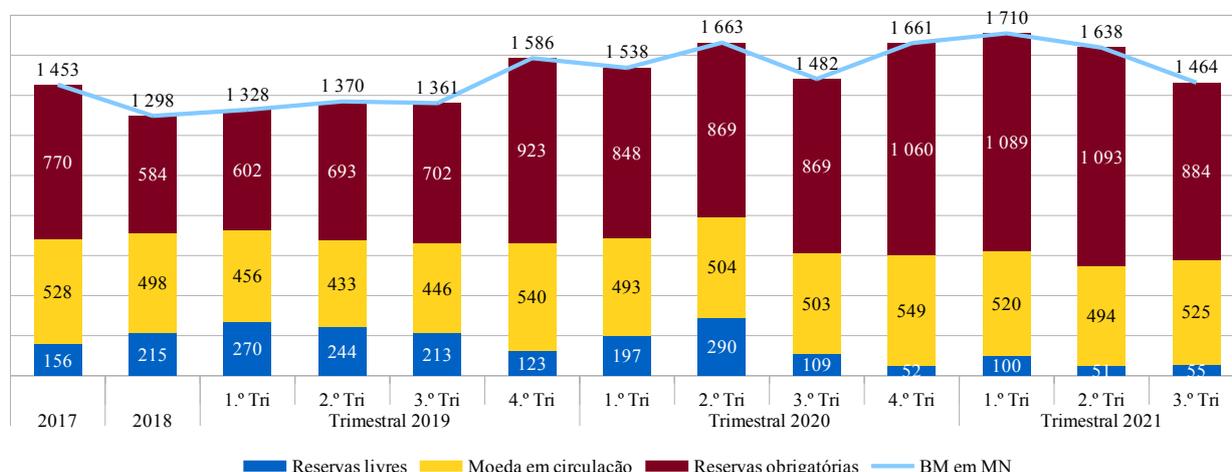
Como esta análise já tinha sido feita, vamos apenas apresentar uma versão revista do que escrevemos no relatório anterior, acrescentando uma secção sobre a taxa de câmbio real.

Tentaremos acelerar a análise, encurtando as datas de corte de informação, mantendo este alinhamento nos relatórios futuros.

4.2.1 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA LIQUIDEZ

4.2.1.1 BASE MONETÁRIA

Tabela/Gráfico 62 — Evolução da base monetária em moeda nacional (mil milhões de Kwanzas)

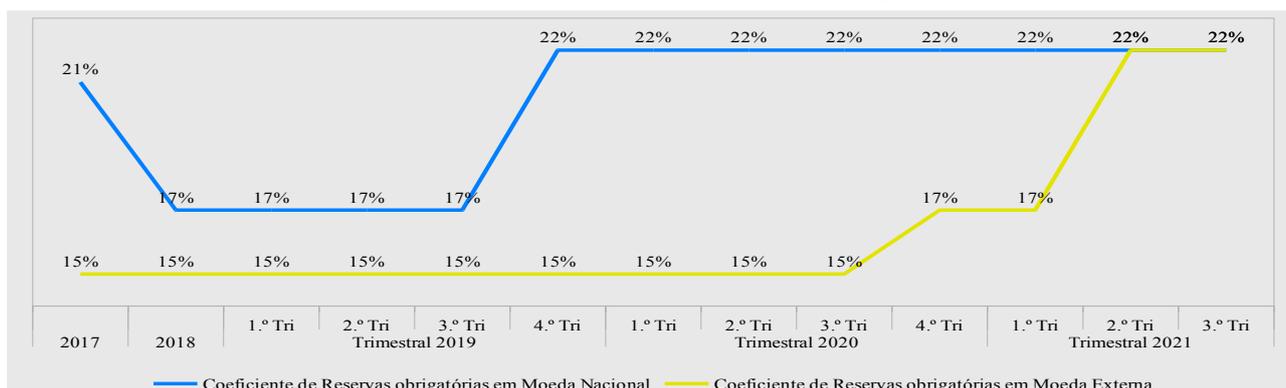


Fonte: BNA.

A Base Monetária (BM) mantém-se no patamar de 1,3 biliões de Kwanzas, até à introdução da taxa flexível (4.º Trimestre de 2019). Nessa altura, o coeficiente de reservas obrigatórias passa de 17% para 22% com o objectivo de reduzir a oferta de moeda nacional no mercado cambial, que mostrava sinais de grande agitação. As reservas obrigatórias passaram do patamar de 700 para o de 900 mil milhões, fazendo subir a BM, primeiro para 1,5 biliões e depois para o patamar de 1,6 biliões.

No 4.º Trimestre de 2020, o BNA sobe o coeficiente de reservas em moeda estrangeira de 15% para 17%, mas obriga a que o diferencial seja constituído em MN, cujos *stocks* tinham aumentado com o pagamento pelo tesouro de elevados montantes de OT indexadas. As reservas obrigatórias sobem para o patamar de 1 bilião de Kwanzas, mas a BM mantém-se à custa da redução das reservas livres. No 2.º Trimestre de 2021 (28 de Maio), o coeficiente de reservas em ME sobe de 17% para 22%, e cessa a obrigatoriedade de constituição das reservas em Moeda Nacional (MN), efeito que se sentiu apenas no 3.º Trimestre, com as reservas obrigatórias em MN a decrescerem do patamar de 1.100 para 884 mil milhões de Kwanzas (-19%).

Tabela/Gráfico 63 — Evolução dos coeficientes de reservas obrigatórias



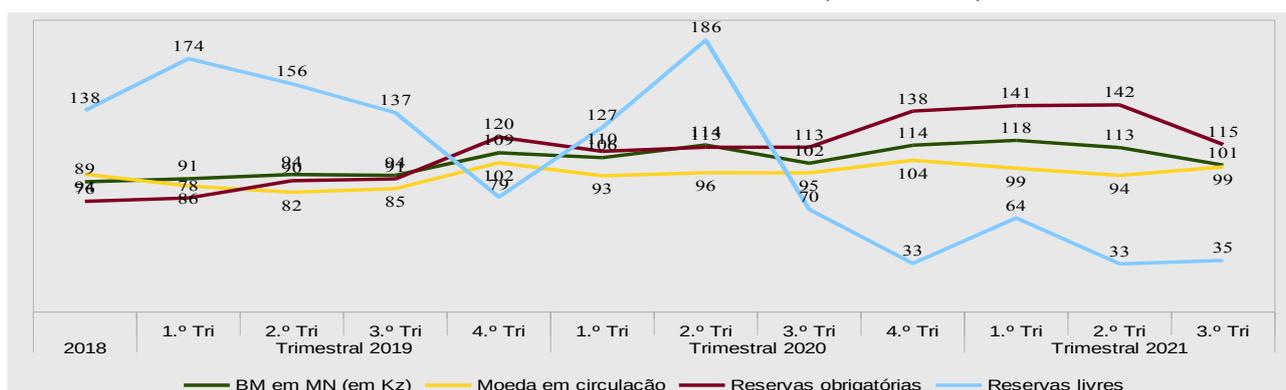
Fonte: BNA.

O BNA aplica uma política menos restritiva a partir de Junho de 2018, baixando os coeficientes de reservas para 19% e, posteriormente, para 17% (Agosto), o que é compensado por um controlo muito estrito da variação das taxas de câmbio. Este controlo das taxas de câmbio tem como consequência o alargamento do diferencial entre as taxas oficiais e do mercado paralelo, sobretudo entre Outubro de 2018 e Setembro de 2019. O afastamento entre as taxas de câmbio oficial e do mercado paralelo acentua-se, e o Banco Central provoca um forte deslize cambial (30% em Outubro de 2019), introduzindo, a 23 de Outubro, o regime de taxa de câmbio flexível. Para manter o equilíbrio cambial, aperta a política monetária, aumentando o coeficiente de reservas em MN para 22%.

O coeficiente de reservas em ME mantém-se inalterado até ao final de 2020, data em que o BNA contrai a MN através do esquema pouco ortodoxo de aumentar os coeficientes de reservas de ME, mas obrigando a que o diferencial seja constituído em MN.

Em 2021, o BNA alivia, na prática, o coeficiente em MN ao aumentar o coeficiente de reservas em ME para 22%, mas cessando a obrigatoriedade de constituição da reserva em MN. A forte redução das reservas obrigatórias, no 3.º Trimestre de 2021, não conduziu a qualquer aumento das reservas livres, mostrando que existia uma grande falta de liquidez em MN sob o controlo da banca nacional. Simultaneamente, o BNA reage ao aumento das reservas livres em ME, que tinham atingido níveis excessivos, “matando dois coelhos de um só tiro”.

Tabela/Gráfico 64 — Índice de crescimento da BM em MN (2017 = 100)



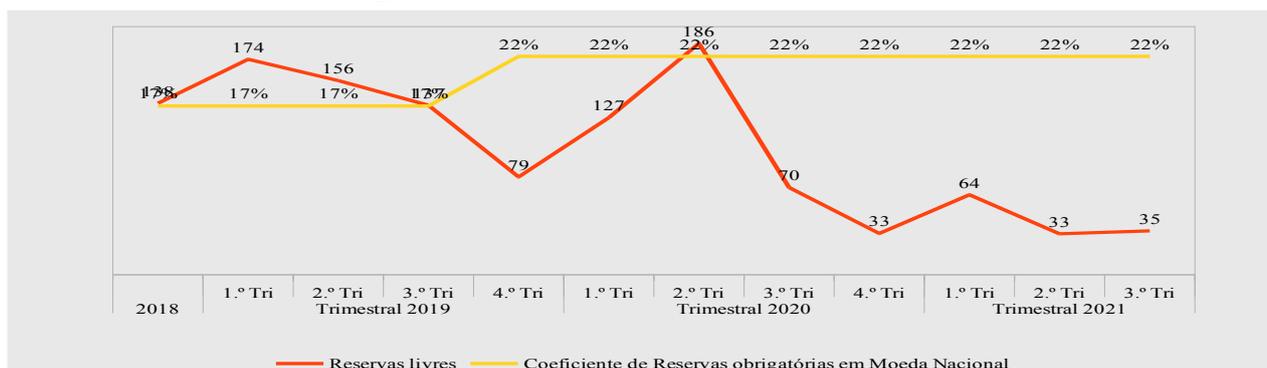
Fonte: BNA.

A BM regressa, no 3.º Trimestre de 2021, ao nível de 2017, impulsionada pelas reservas obrigatórias (índice 115), mas estrangida pela redução das reservas livres (índice 35). As reservas obrigatórias variam por patamares, determinados pelos coeficientes do BNA, terminando o 2.º Trimestre de 2021 42% acima do nível de 2017, o que mostra bem a intensidade da política restritiva do BNA nesta legislatura. Contudo, com o cessar da obrigatoriedade de constituição do

aumento do coeficiente em ME, usando MN, as reservas obrigatórias caem significativamente do índice 142 para o índice 115.

A moeda em circulação desce ligeiramente (-1%), desde 2017, e as reservas livres reduzem-se significativamente, representando 35% do valor no final de 2017. Eliminando os desvios no 4.º Trimestre de 2019 e no 2.º Trimestre de 2020, as reservas livres caem sucessivamente de um índice 137 para 127 e 70, parecendo querer estabilizar à volta do índice 35 nos 2.º e 3.º Trimestres deste ano.

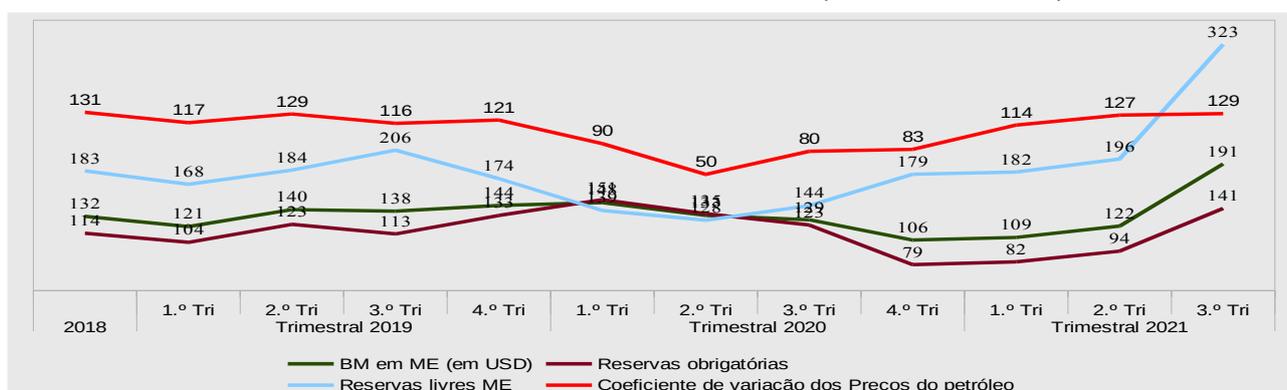
Tabela/Gráfico 65 — Índice de crescimento das reservas livres em MN (USD; 2017 = 100) e coeficiente de reservas obrigatórias em MN



Fonte: BNA.

A eficácia da secagem de liquidez pelo BNA está bem patente na redução das reservas livres dos bancos.

Tabela/Gráfico 66 — Índice de crescimento da BM em ME (USD; 2017 = 100)



Fonte: BNA.

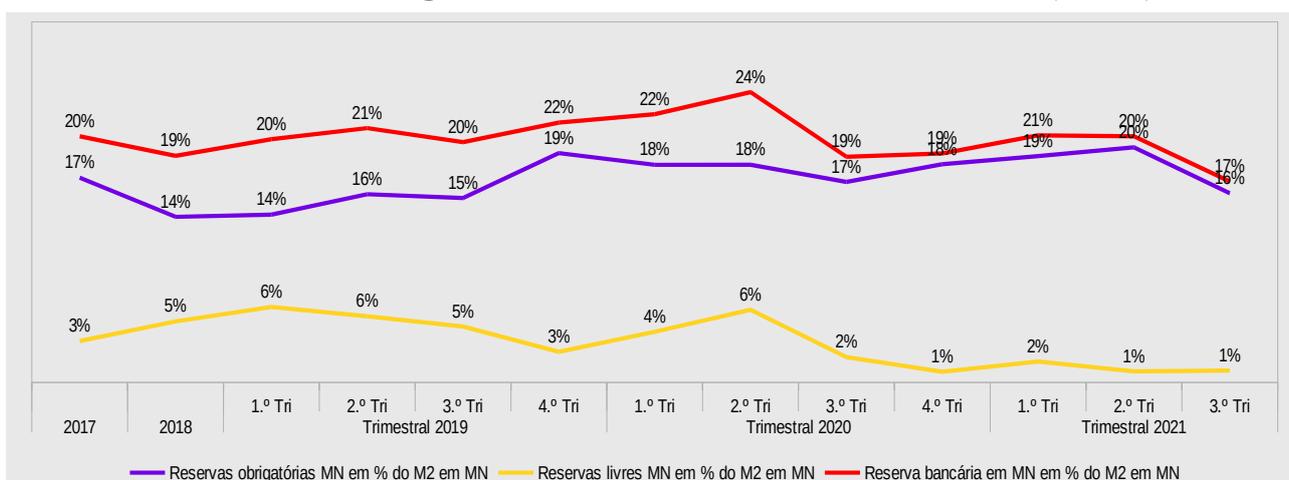
A BM em USD flutua entre 30% e 40% acima do valor de 2017, até ao 3.º Trimestre de 2020, caindo posteriormente para +6% no 4.º Trimestre de 2020 e subindo até ao índice 191 (+91%) no 3.º Trimestre de 2021. A variação dos coeficientes de reserva, no 3.º Trimestre de 2020, não afectou os índices de crescimento da BM em ME, mas em MN, por as reservas adicionais terem sido obrigatoriamente constituídas na moeda interna. A alteração do coeficiente para 22%, a 28 de Maio de 2021, sendo agora constituído em ME, ficou bem marcada, com as reservas obrigatórias a subirem, de 94 (6% abaixo do índice de 2017), no 2.º Trimestre, para 141, no 3.º Trimestre de 2021! A variação das reservas livres em USD apresenta uma correlação razoável com os preços do petróleo (note-se que a escala dos preços é diferente das restantes para maior ajuste visual à variação das reservas livres).

Tabela/Gráfico 67 — Índice de crescimento das reservas livres em ME (USD; 2017 = 100) e coeficiente de reservas obrigatórias em ME


Fonte: BNA.

No que diz respeito à BM em ME, o aumento do coeficiente de reservas obrigatórias parece ser uma resposta ao crescimento das reservas livres da banca.

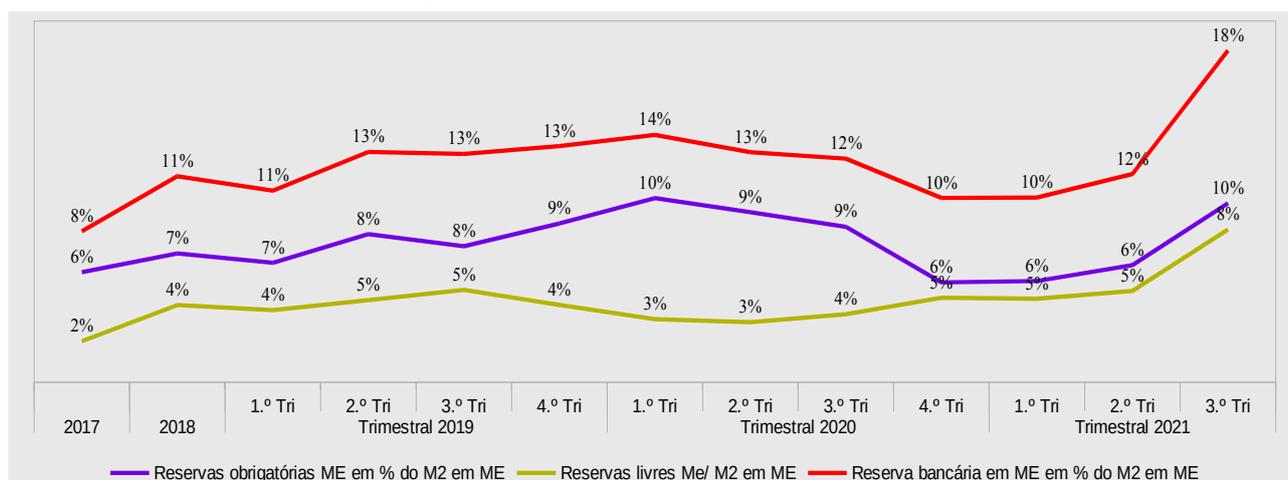
O Tesouro vendeu ME no mercado cambial, no final de 2020 (principalmente no 4.º Trimestre), para fazer face aos compromissos resultantes do vencimento da dívida interna indexada. Os bancos ficaram com mais reservas de USD; o BNA tratou de secar esta liquidez através da subida do coeficiente de reservas obrigatórias para 22%. Estas poderão constituir uma importante almofada para a estabilização cambial futura.

Tabela/Gráfico 68 — Percentagem das reservas em MN sobre o M2 em MN (em Kz)


Fonte: BNA.

As reservas obrigatórias em MN oscilam à volta de 20% do M2 em MN, atingindo o ponto mais baixo da série (17%) no 3.º Trimestre de 2021, em resultado do fim da obrigatoriedade de constituição em MN de parte das reservas obrigatórias sobre os *stocks* de moeda estrangeira.

A subida das reservas obrigatórias é compensada pela redução das reservas livres, levando as reservas totais a oscilar entre 14% e 20%, atingindo, no 3.º Trimestre de 2021, um dos seus pontos mais baixos (16%), mostrando haver pouca liquidez na banca comercial, mas suficiente liquidez no sistema (incluindo as reservas obrigatórias).

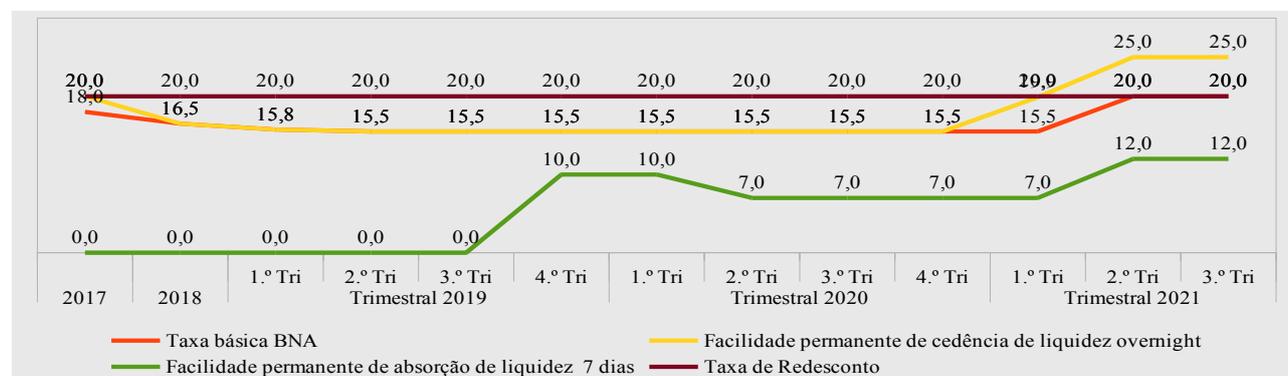
Tabela/Gráfico 69 — Percentagem das reservas em ME sobre o M2 em ME (em USD)


Fonte: BNA.

A reserva bancária total em ME, em percentagem do M2 em ME, apresenta uma constante tendência de crescimento até à pandemia, descendo para valores inferiores a 2018 no 4.º Trimestre de 2020, subindo vigorosamente de 12% para 18% no 3.º Trimestre de 2021. A reserva obrigatória cresce de 6% para 10% em função do aumento do coeficiente de 17% para 22% e de ter cessado a obrigatoriedade de constituição de parte destas reservas em MN.

Há uma enorme liquidez em ME no sistema, o que, conjugado com a redução da liquidez em MN, deverá pressionar no sentido de uma forte valorização do Kwanza. O aumento dos preços do petróleo veio acentuar ainda mais esta pressão.

4.2.1.2 TAXAS DE JURO

Tabela/Gráfico 70 — Taxas BNA


Fonte: BNA.

A taxa mais importante é, evidentemente, a taxa BNA, que desce muito ligeiramente no início da série, mostrando a tímida tentativa de enveredar por uma política monetária expansionista, terminando com uma subida drástica de 5 pontos percentuais (+33%), no final de Maio de 2021, em resposta ao crescimento da inflação.

A taxa de cedência de liquidez *overnight*, fundamental para a gestão da liquidez dos bancos, sobe de 15,5% para 25% (cerca de 66%) desde o final de 2020, forçando o aumento das reservas bancárias.

Embora mexendo na taxa BNA e na taxa de cedência *overnight*, a taxa de redesconto manteve-se inalterada (20%), porém sem qualquer utilidade prática, uma vez que não houve operações desta natureza desde Setembro de 2019.

A facilidade permanente de absorção de liquidez inicia o seu percurso a 0%, seguida de um período a 10%, de uma redução para 7%, ambos sem relação com as restantes taxas, e de uma subida para 12%, no 2.º Trimestre de 2021, desta vez acompanhando a evolução das restantes taxas.

Aparentemente, o BNA está ainda a iniciar o processo de absorção de liquidez, sobretudo a dos bancos mais sólidos, através deste mecanismo, o que ainda não mostrou grande eficácia, uma vez que a liquidez é muito reduzida devido aos elevados coeficientes de reservas obrigatórias.

Tabela/Gráfico 71 — Evolução das taxas Luibor



Fonte: BNA.

As taxas Luibor, taxas interbancárias que também servem de referência para as taxas de crédito bancário, a 3 e a 9 meses, apresentam uma tendência de relativa estabilidade em baixa até ao 1.º Trimestre de 2021, mostrando a reacção do mercado face à crise e à redução do crédito. A taxa *overnight* é mais volátil, com uma tendência decrescente mais marcada, mas também maiores picos.

A partir do 2.º Trimestre e por influência do FMI, o BNA aumentou as suas taxas de referência com consequências bem visíveis na subida das taxas interbancárias, com a taxa *overnight* a subir de 5,4% para 17,4%, a taxa a 3 meses a subir de 12,4% para 19,9% e a taxa a 9 meses a subir de 15,3% para 23,1%! Como se pretende que o crédito cresça com uma política fortemente restritiva do crédito?

4.2.1.3 ABSORÇÃO E CEDÊNCIA DE LIQUIDEZ

Tabela/Gráfico 72 — Operações de mercado

Mil Milhões de Kwanzas	2017	2018	2019	2020	2021*
Absorção de Liquidez pelo BNA			63	465	1 580
Cedência de liquidez pelo BNA	3 834	3 449	269	1 709	119
Operações de mercado aberto – absorção	1 688	1 643	1 886	4 210	3 771
Operações de mercado aberto – cedência	118	53	510	115	306
Permuta de liquidez interbancária	2 354	9 068	3 751	9 865	3 229

* Até Set

Fonte: BNA.

A absorção e a cedência de liquidez pelo Banco Central apresentam valores trimestrais muito irregulares e reduzidos, como pode deduzir-se da sua evolução anual.

De notar apenas o aumento substancial da absorção de liquidez pelo BNA nos meses de Fevereiro e Março através da utilização do instrumento de facilidade de absorção de liquidez a 7 dias. Contudo, a partir dessa data, as operações cessam totalmente. Também as operações de cedência se interrompem praticamente a partir de Maio, tendo, a partir dessa data, representado apenas 6,5 dos 119 mil milhões de Kwanzas do ano de 2021 (até Setembro).

Não existem operações de redesconto desde 2019!

As operações de mercado aberto têm ainda uma importância muito relativa, aliás como todas as operações de mercado em geral, apresentando, contudo, uma boa evolução em 2020 e 2021 (note-se que a informação de 2021 não inclui o 4.º Trimestre). Regista-se também aqui uma forte actividade de absorção de liquidez por parte do BNA, atingindo cerca de 4 biliões de Kwanzas por ano, nos últimos dois anos.

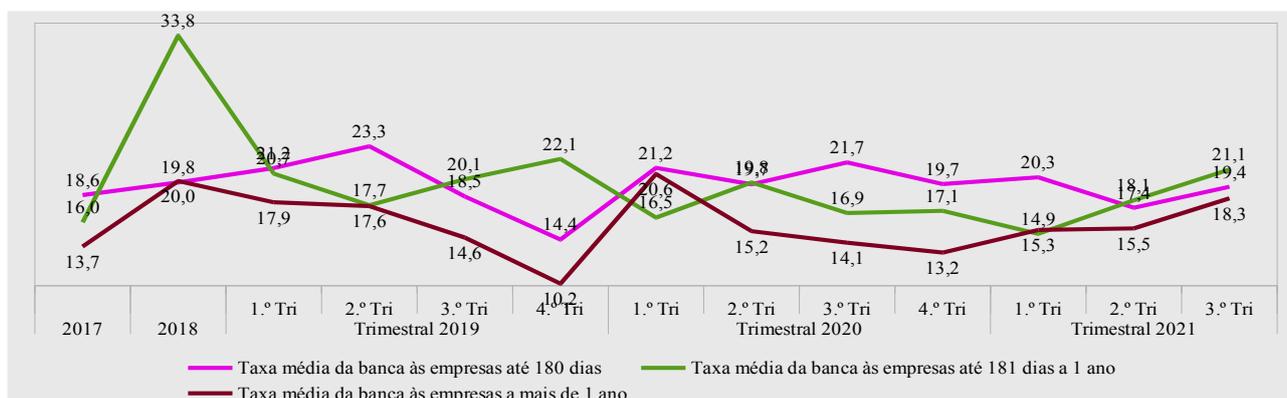
A permuta de liquidez interbancária não parece apresentar uma tendência bem definida, parecendo oscilar entre os 3 os 9 biliões, sem aparente lógica. Aguardemos pelo valor final de 2021, mas, aparentemente, os instrumentos criados este ano pelo BNA tiveram pouco efeito, tendo sido absorvidos pela acção directa do BNA sobre o mercado.

A política monetária está ainda muito “atada” à fixação administrativa de taxas de juro e coeficientes de reservas obrigatórias, com especial destaque para este último instrumento.

4.2.2 EFEITOS DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DA LIQUIDEZ

4.2.2.1 CRÉDITO

Tabela/Gráfico 73 — Evolução das taxas médias de juro da banca para empréstimos às empresas



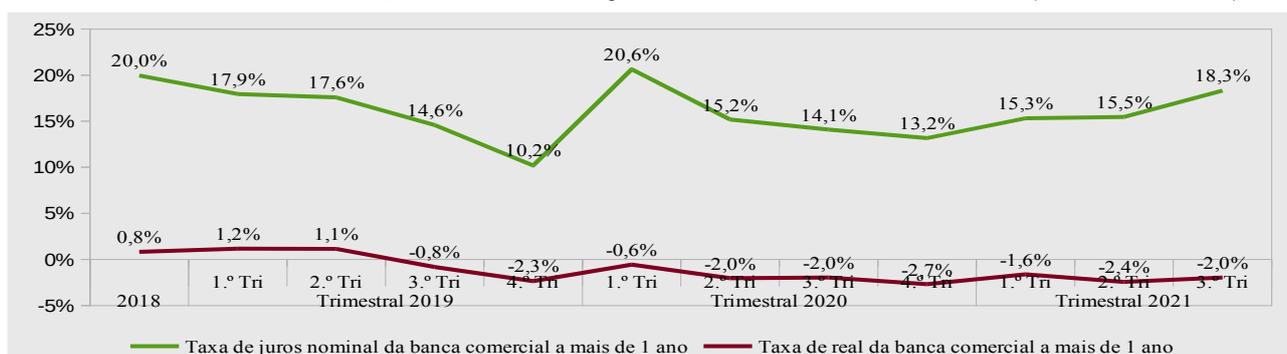
Fonte: BNA.

As taxas activas da banca apresentam bastante estabilidade.

Contudo, é de registar a tendência de subida, impulsionada pelas taxas praticadas pelo BNA, com a taxa até 180 dias a subir entre o 2.º e o 3.º Trimestre, de 17,4 para 19,4% (20,3% no 1.º Trimestre), a taxa entre 180 dias e um ano a subir de 14,9% para 21,1%, entre os 1.º e 3.º Trimestres, e a taxa a mais de um ano a subir de 13,2% para 18,3%, entre o 4.º Trimestre de 2020 e o 3.º Trimestre de 2021.

O crédito, em termos nominais, está cada vez mais caro.

Tabela/Gráfico 74 — Evolução das taxas de juro activas a mais de um ano (real e nominal)



Fonte: BNA.

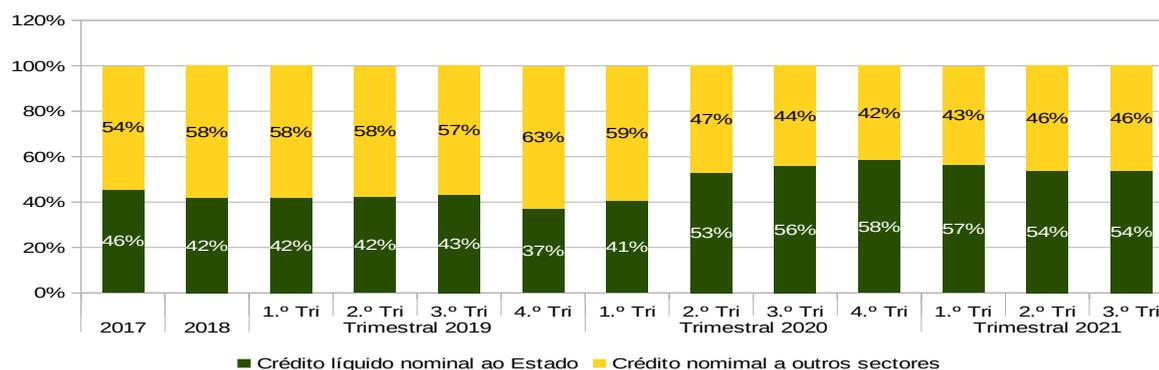
Retirando a situação anómala no final de 2019 e o seu reflexo simétrico no 1.º Trimestre de 2020, a taxa a mais de um ano (a que tem mais influência no investimento) apresenta grande estabilidade, com a moda a situar-se no patamar dos 15%, subindo fortemente para 18%, no 3.º Trimestre deste ano.

Em termos reais (calculando a taxa trimestral dividindo a taxa anual por 4 e subtraindo-lhe a inflação trimestral), a taxa a mais de um ano entra em terreno negativo no 3.º Trimestre de 2019, apresentando grande estabilidade, em torno de -2%.

Os negócios reclamam das elevadas taxas de juro, mas os bancos têm razão em não querer emprestar: a culpa é, evidentemente, da inflação. Apesar de tudo, os negócios parecem estar em melhor posição no que diz respeito ao custo dos empréstimos. Se é certo que pagarão taxas nominais elevadas, também é verdade que, até agora, os seus preços de venda, em média, têm aumentado mais rapidamente. Taxas de juros negativas deveriam ser atractivas para os negócios, mas não são. Na verdade, estas aumentam a incerteza porque o empresário não sabe se os seus preços irão acompanhar a inflação, limitando, desta forma, a procura de crédito.

Para os bancos, emprestar dinheiro à economia com taxas negativas é uma actividade ruínoza: quanto mais emprestam, mais deterioram o seu capital. Com taxas de crédito malparado à volta de 20%, o negócio é duplamente ruínozo. Por isso, a banca procura margens positivas noutros negócios, nomeadamente na dívida estatal, nos *spreads* cambiais e, agora, nas comissões e outras despesas de serviços bancários.

Tabela/Gráfico 75 — Peso do Estado nos activos das outras sociedades de depósitos



Fonte: BNA.

O peso do Estado é sempre muito significativo, rondando os 40% até ao 2.º Trimestre de 2020. A partir do 2.º Trimestre de 2020, há um aumento substancial do peso do Estado, passando de um patamar de 40% para 60%, descendo, contudo, a partir do 2.º Trimestre de 2021, para o nível de 54%. O Estado absorve mais de 50% dos recursos de crédito da economia!

Não nos parece contudo correcta a ideia de que o Estado concorra com a economia para a concessão de crédito, esgotando recursos escassos. Os recursos estão lá, embora bastante reduzidos pelo crescimento desmesurado das reservas bancárias junto do BNA. O problema do peso do crédito ao Estado reside em oferecer taxas de juro mais elevadas (entre 24% e 25%, em 2021) com risco reduzido, permitindo à banca manter uma boa rentabilidade sem ter de enveredar pelo negócio de elevado risco e rentabilidade negativa que constitui o crédito às empresas. Por outro lado, a liquidez para conceder mais crédito à economia existe no sistema bancário angolano. Os bancos só não podem conceder crédito porque, sempre que aumenta a liquidez no sistema, o BNA imediatamente a seca com medo da inflação.

Há liquidez suficiente no sistema bancário angolano, está é toda no BNA!

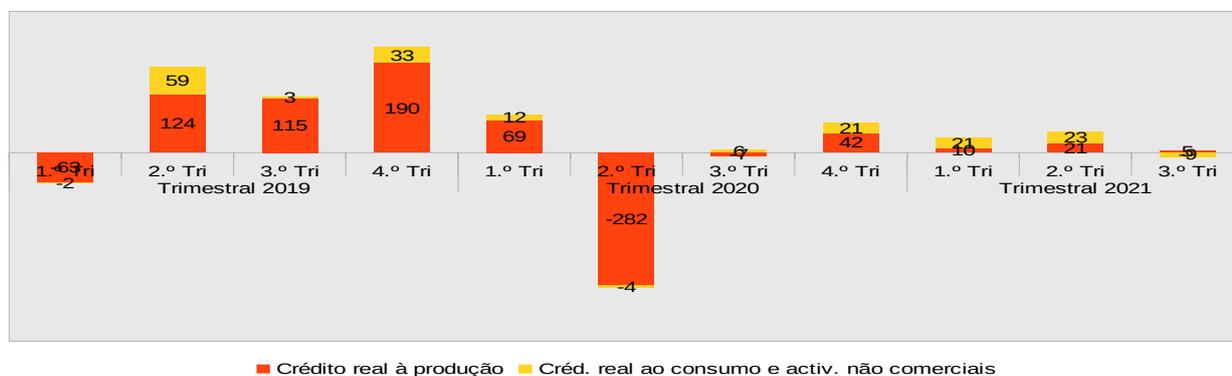
No relatório anterior apresentámos um gráfico com o crédito nominal e deflacionado. Analisando, concluímos que o *stock* total de crédito deflacionado tinha pouco significado económico. Uma vez concedido, o crédito é convertido em bens naquele período, pelo que não faz qualquer sentido deflacioná-lo no futuro. O que, sim, deve ser deflacionada é a concessão líquida de crédito.

Assim, subtraímos os valores sucessivos do *stock* nominal de crédito à actividade apresentados pelo BNA para obter o valor líquido concedido no período, deflacionando-o do índice de inflação do período. A utilização do índice de inflação do INE ou do CINVESTEC dá uma leitura semelhante, excepto para o 4.º Trimestre de 2019, onde o índice do CINVESTEC parece mais conforme com o que se passou.

Para quem quiser aprofundar a diferença, apresentamos, no Anexo 2, a leitura do mesmo gráfico usando a inflação do INE.

Devemos ainda lembrar que o BNA apresenta uma nova série de dados a partir de 2021 e que existe uma diferença entre no valor total do crédito em ambas as séries (4 587 e 4.601 mil milhões de Kwanzas, na série antiga e nova, respectivamente).

Tabela/Gráfico 76 — Concessão real do crédito com a inflação do CINVESTEC (mil milhões de Kwanzas)



Fonte: BNA.

O crédito real à produção usando a inflação do CINVESTEC atingiu 367 mil milhões em 2019 (tinha sido de 371 em 2018), foi negativo no montante de -178 mil milhões em 2020 e é completamente anémico em 2021 (35 mil milhões).

O crédito ao PRODESI não é o crédito à actividade económica; é o crédito a um programa muito interessante, mas que deve ser olhado como impulsionador e exemplo, não como O PROGRAMA. A atenção deve centrar-se no crédito total à produção, que desceu em valor nominal desde a pandemia!

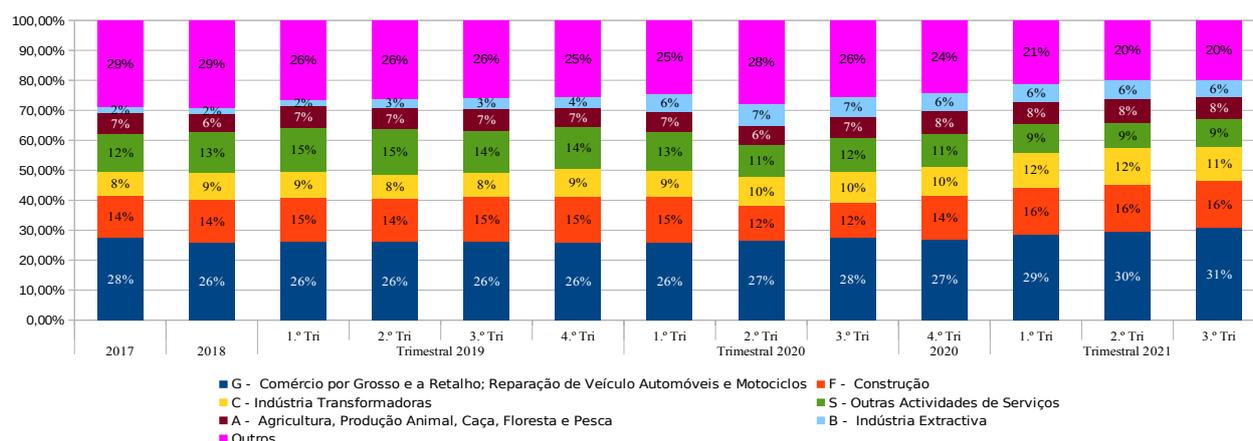
A banca parece mais interessada em conceder crédito ao consumo, cujas taxas são, tradicionalmente, um pouco mais elevadas, e, sobretudo, porque envolve menor risco; contudo, o crédito ao consumo agrava o *deficit* de oferta e promove a inflação.

A banca privilegia sobretudo o crédito ao Estado porque tem taxas mais elevadas e risco reduzido!

O BNA seca efectivamente toda a liquidez na banca para que não haja crédito; não pode, pois, queixar-se quando não há crédito à economia: a banca está apenas a responder aos “estímulos” do BNA (sobretudo através do aumento das reservas obrigatórias, mas também das taxas de juro).

Enquanto estas condições se mantiverem, não haverá crédito à economia.

Tabela/Gráfico 77 — Crédito por ramo de actividade (em milhões de Kz)



Fonte: BNA.

O BNA lançou uma nova série para a contabilização do crédito à actividade, com início em Dezembro de 2020, sem ter feito a redistribuição do crédito nos períodos anteriores, o que pode acarretar algumas distorções na comparação dos dados que apresentamos. Parámos na indústria extractiva (5,5%); embora existam outros sectores com peso semelhante [O — Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (5,4%) — e J — Actividade de Informação e de Comunicação (4,9%)], não é clara a sua correspondência na série anterior.

A estrutura do crédito é estática. Os 3 sectores de maior peso crescem constantemente: comércio, de 28% para 32% (quase 1/3); construção, de 14% para 16%; indústria transformadora, de 8% para 11% (12% em 2020). Também a indústria extractiva sobe significativamente, de 2% para 6%.

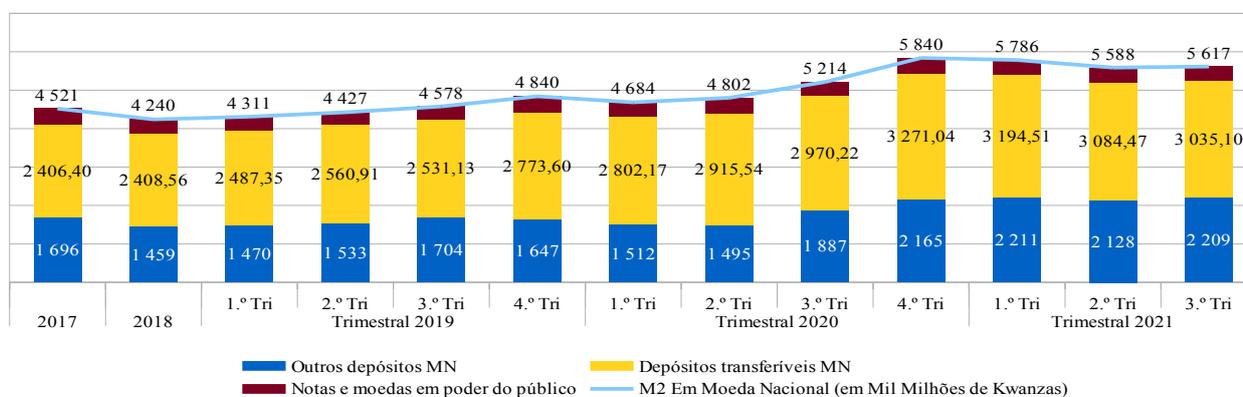
A produção agrícola sobe ligeiramente, de 7% para 8%, demonstrando que uma coisa é o discurso ou as boas intenções, outra a realidade.

As outras actividades de serviços caem de 12% para 9%, embora isso se possa dever à separação de algumas delas.

A soma de todas as outras actividades reduz-se de 29% para 20%, mostrando uma tendência para a concentração e não para a diversificação do crédito.

4.2.2.2 AGREGADOS MONETÁRIOS

Tabela/Gráfico 78 — Evolução dos agregados em moeda nacional



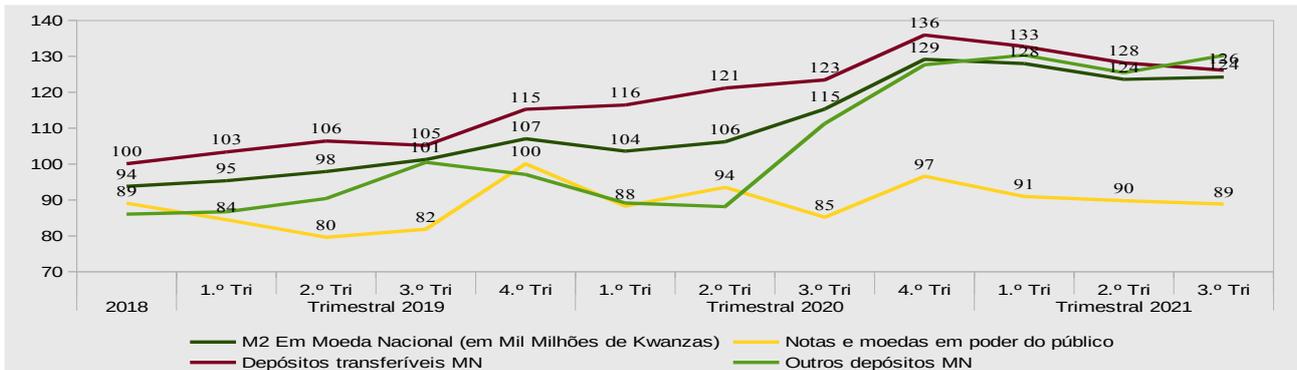
Fonte: BNA.

Nota-se um forte crescimento nominal entre os 2.º e 4.º Trimestres de 2020, que poderá ter tido origem no vencimento das OT indexadas. Parte dos montantes recebidos manteve-se estática, sob a forma de depósitos à ordem, aguardando o aparecimento de instrumentos financeiros mais

atractivos. Esta circunstância deve ter reduzido a velocidade de circulação monetária, anulando, por essa via, o efeito do crescimento dos *stocks* monetários sobre a inflação. Em 2021, o M2 em moeda nacional, que é o principal determinante da componente monetária da inflação, apresenta tendência decrescente.

Pouco sabemos sobre o outro determinante da componente monetária, a velocidade de circulação. Apenas poderemos dizer que, devido às circunstâncias, deve ter caído no final de 2020, mantendo-se estacionária em 2021.

Tabela/Gráfico 79 — Índice de crescimento dos agregados em MN (2017 = 100)



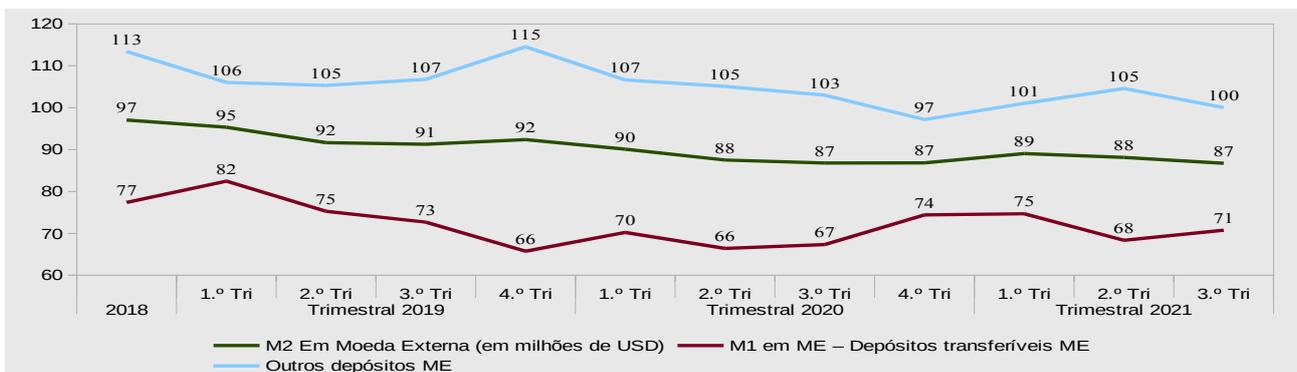
Fonte: BNA.

Embora com trajectórias diferentes, os índices de crescimento dos depósitos transferíveis e de outros depósitos são, a partir do 4.º Trimestre, muito semelhantes entre si e com o índice do M2. Este atinge um máximo de 136, no 4.º Trimestre de 2020, descendendo depois até atingir 124, no 2.º Trimestre de 2021. Como é notório, um crescimento de 24% no M2, desde 2017, é claramente insuficiente para explicar a nossa inflação!

De forma muito clara, a origem da inflação em Angola não é monetária!

Note-se, ainda, a variação negativa das notas e moedas em poder do público face a 2017.

Tabela/Gráfico 80 — Índice de crescimento dos agregados em ME em USD (2017 = 100)



Fonte: BNA.

Os agregados em ME devem ser medidos em USD e não em Kwanzas, como é evidente, tendo em conta a forte separação entre os dois mercados!

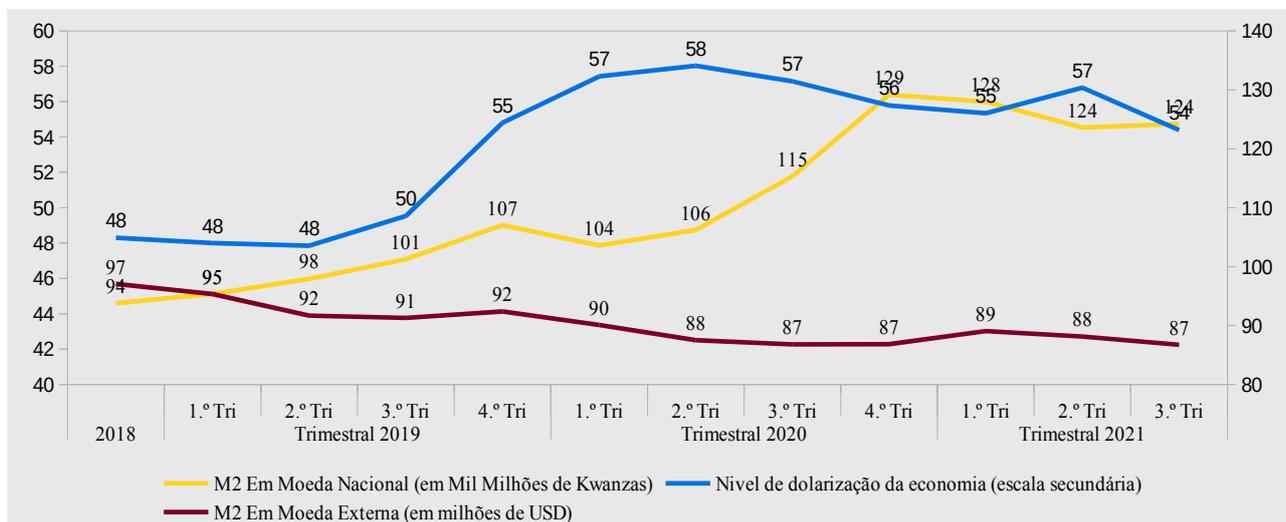
Há uma tendência de queda constante do M2 em ME desde finais de 2017 até ao 2.º Trimestre de 2020, estabilizando, a partir daí, próximo de 88 (-12% relativamente a 2017), sobretudo devido à queda dos depósitos transferíveis. Aparentemente, muitos agentes económicos foram obrigados a desfazer-se dos seus *stocks* em moeda estrangeira devido à conjuntura desfavorável. Contudo, observa-se uma ligeira recuperação desta rubrica desde o 4.º Trimestre de 2020.

Os outros depósitos, embora apresentem uma tendência geral decrescente com alguns picos (4.º Trimestre de 2019 e 2.º Trimestre de 2021), mantêm-se acima do índice 100 em quase toda a série,

atingindo um dos valores mais baixos no 3.º Trimestre de 2021 (o mesmo que em 2017 – índice 100).

Há mais moeda estrangeira no sistema bancário, mas em poder dos bancos (ver a secção anterior sobre as reservas bancárias), não em poder dos agentes económicos!

Tabela/Gráfico 81 — Crescimento nominal acumulado dos agregados em MN (Kz; escala principal) e em ME (USD; escala principal) e nível de dolarização (Kz; escala secundária)



Fonte: BNA.

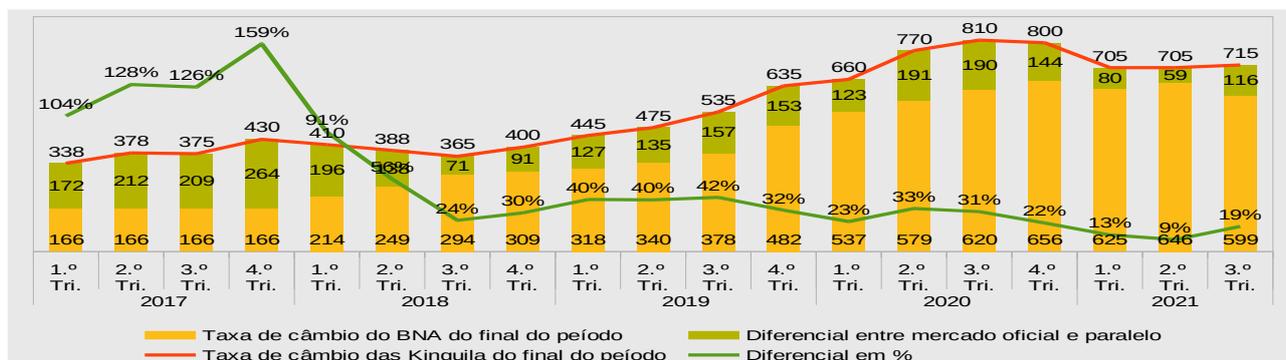
Torna-se bastante claro através do gráfico que o nível de dolarização da economia é determinado pela crise do 4.º Trimestre de 2019, apresentando agora uma tendência ligeiramente decrescente. Note-se o contraste entre os depósitos em ME e a base monetária em moeda externa. Os bancos estão com um enorme excedente de liquidez em ME.

Note-se ainda a trajetória fortemente ascendente do M2 em MN em 2020, resultante do vencimento de uma enorme quantidade de dívida indexada, que fez crescer os depósitos a prazo em MN e as reservas bancárias em ME.

A trajetória do M2 em ME apresenta, como dissemos, uma tendência permanentemente negativa.

4.2.2.3 TAXAS DE CÂMBIO

Tabela/Gráfico 82 — Evolução das taxas de câmbio



Fonte: BNA.

Em 2017, o diferencial entre o mercado oficial e paralelo tinha atingido mais de 100% do valor do mercado oficial! Não era possível manter essa situação!

As taxas de câmbio oficial e informal crescem acentuadamente, sobretudo entre o final de 2019 e o 3.º Trimestre de 2020. O diferencial em valor começa por se reduzir até ao 3.º Trimestre de 2018

(24%), para depois se voltar a afastar, até atingir sensivelmente o valor do início da série (157 contra 172 Kwanzas), no 3.º Trimestre de 2020, subindo para 42%.

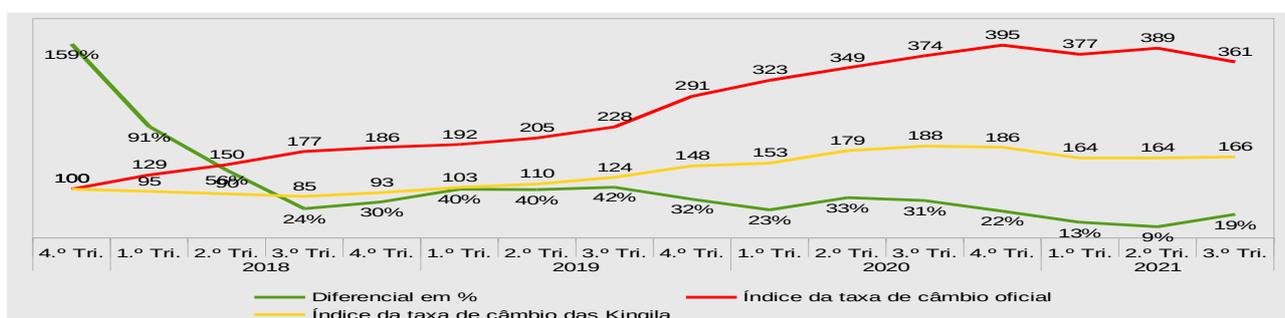
O BNA tirou um ano sabático entre Outubro de 2018 e Outubro de 2019, deixando a iniciativa ao mercado paralelo! Falta ainda fazer a história deste processo!

O aumento do diferencial fez soar os alarmes no BNA, conduzindo à necessidade de introduzir a taxa de câmbio flexível, infelizmente lançada de forma totalmente descoordenada com a introdução do IVA, o que conduziu a uma crise grave na nossa economia.

O pico é atingido no 4.º Trimestre de 2020, já com sinais de se ter atingido o equilíbrio no 3.º Trimestre (pico do mercado paralelo).

Em 2021, as taxas oficiais de câmbio apresentam tendência de descida. O diferencial para as taxas do mercado paralelo atingem um mínimo no 2.º Trimestre, mas voltam a crescer no 3.º (passando de 9% para 19%). Os dados posteriores mostram que é agora o mercado oficial a comandar, com a taxa do paralelo a ajustar-se, após algum lapso de tempo, às variações do mercado oficial.

Tabela/Gráfico 83 — Índices das taxas de câmbio nos mercados oficial e informal



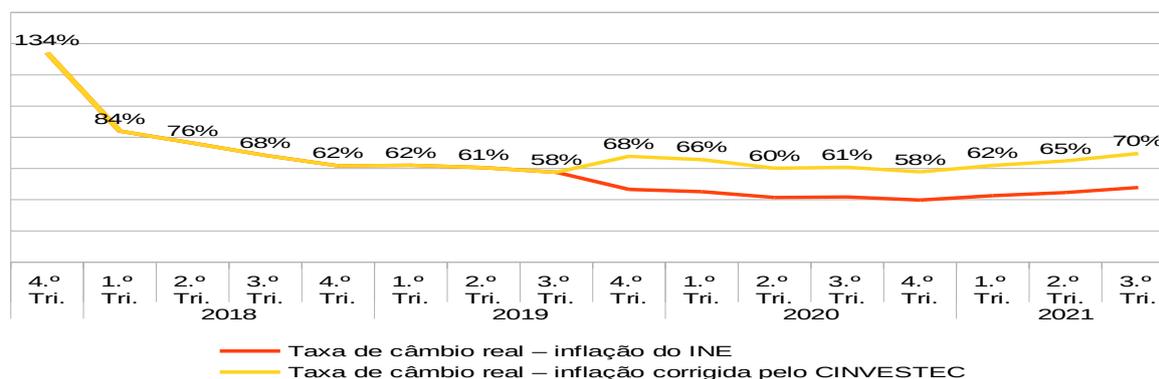
Fonte: BNA.

A taxa de câmbio oficial do USD cresceu 261% desde 2017, contra uma apreciação do USD nas Kingila de apenas 66%.

O índice do mercado paralelo é muito mais estável, demonstrando que estava bastante mais próximo da taxa de mercado. Inicialmente, desce até 85, mostrando alguma sobrevalorização no final de 2017. Posteriormente, com o abandono da iniciativa por parte do BNA, cresce regularmente até ao 2.º Trimestre de 2020, estabilizando a partir dessa data, próximo do patamar de 165.

Ao contrário, o índice oficial tende a estabilizar demasiado depressa, vendo-se obrigado a ceder a partir do 4.º Trimestre de 2019, alcançando o patamar de estabilidade no 3.º Trimestre de 2020, mas mantendo uma certa inércia de crescimento até ao 4.º Trimestre, que depois corrige em baixa, em 2021, parecendo querer acomodar-se num patamar próximo de 360.

A diferença, em percentagem, entre o câmbio oficial e o informal passa de 91% para 24% entre os 1.º e 3.º Trimestres de 2018, subindo depois para 42%, no 3.º Trimestre de 2019, o que obriga à forte desvalorização do Kwanza no 4.º Trimestre desse ano. O diferencial cai para 23% no 1.º Trimestre de 2020, subindo até um pouco acima de 30% no 3.º Trimestre e depois caindo contínua e acentuadamente até um mínimo de 9% no 2.º Trimestre de 2021, subindo por fim para 19% no 3.º Trimestre. Os dados posteriores mostram uma tendência de adaptação do índice do mercado paralelo ao do mercado oficial.

4.2.2.4 TAXA DE CÂMBIO REAL FACE AO USD
Tabela/Gráfico 84 — Taxa de câmbio real face ao USD


Fontes: INE, CINVESTEC, BNA e Statista

O índice da taxa de câmbio real, que mede a competitividade da produção nacional, é calculado dividindo o índice de inflação interno pelo índice de inflação externo multiplicado pelo índice de variação da taxa de câmbio, ou seja, mede quanto variaram os preços nacionais face à variação dos preços externos convertidos em moeda nacional. Dito de outra forma, sendo dada uma relação de troca entre os produtos nacionais e estrangeiros, a taxa de câmbio real mede como variou essa relação de troca ao longo do tempo. Uma vez que o índice no período de base é 1 (ou 100, como se queira), valores inferiores a 1 indicam que a relação de troca melhorou; superiores a 1, que piorou e iguais a 1, que se manteve estável.

Relativamente ao período de base (4.º Trimestre de 2017), a taxa foi sempre favorável à indústria nacional, estabilizando à volta de 60%, se usarmos a inflação do CINVESTEC. Porém, se usarmos a taxa de inflação do INE, há uma inexplicável e brusca melhoria do desempenho no 4.º Trimestre de 2019, totalmente ao contrário do que se verificou naquela data, o que demonstra, mais uma vez, que o ajuste feito pelo CINVESTEC aproxima os indicadores da observação qualitativa.

Face à situação calamitosa do final da legislatura anterior, onde subsistia uma sustentação artificial do consumo baseada numa política de subsídio às importações através do dinheiro do petróleo e da dívida, a produção nacional beneficiou de um período de estabilidade bastante longo (12 trimestres).

A partir dessa data, a taxa estabiliza em 60%, ou seja, tornamo-nos 40% mais competitivos do que éramos em 2017, o que deveria ter impulsionado a produção interna. Infelizmente, os choques reais e a política contraccionista relativamente à liquidez e ao crédito não permitiram transferir para a economia a eficácia da política cambial.

A competitividade está agora a ser comprometida pela redução das taxas de câmbio baseada nos preços do petróleo, perdendo-se a ligação macroeconómica fundamental com a relação das taxas de inflação.

A principal característica da política cambial actual do BNA é a de deixar actuar o mercado. Já entre Outubro de 2018 e Outubro de 2019, deixou actuar o “mercado” com as consequências conhecidas. É certo que o “mercado” não era o mercado, porque nele só actuavam os bancos, que, por sua vez, condicionavam administrativamente (por indicação do BNA) a procura de USD por parte dos clientes; porém, agora também não é o mercado, porque a oferta de USD é determinada, não pelo conjunto dos produtores nacionais, mas apenas por dois sectores e 3 produções (crude, diamantes e gás), cuja dinâmica não depende em nada da sua produtividade ou aumento de produção (que têm ambas diminuído no sector petrolífero), mas exclusivamente de uma conjuntura política e sanitária mundial complexa, que se exacerbou com a recente situação de guerra. Dito de outra forma, não é nada que dependa de nós e que dominemos: tal como se apresenta agora favorável, amanhã poderá voltar a ser extremamente desfavorável!

Nestas circunstâncias, seria prudente esterilizar o mais possível os efeitos das variações de preços nos mercados internacionais, criando reservas nos momentos de alta e usando-as nos momentos de crise.

Contudo, parece que nos está na massa do sangue viver o presente em festa ou em desgraça e deixar o futuro ao “Deus dará”!

O BNA deveria estar a comprar USD, estabilizando o mercado cambial, protegendo a produção nacional de uma taxa de câmbio com que não consegue competir e criando um fundo de estabilização cambial para usar em tempo de crise. A consequente disponibilidade de moeda nacional nos bancos poderia, com taxas de juro mais dinâmicas, que acompanhassem a inflação, servir de base para o aumento do crédito à produção.

O BNA não o faz porque tem horror à liquidez em MN. Como resultado, não vamos promover a produção através do crédito, antes vamos penalizá-la com uma concorrência externa desleal. Quando os preços do crude baixarem, não teremos nem produção interna nem divisas para sustentar o consumo e voltaremos a uma grande explosão cambial e de preços (nunca reconhecida pelo INE) como a de Outubro de 2019!

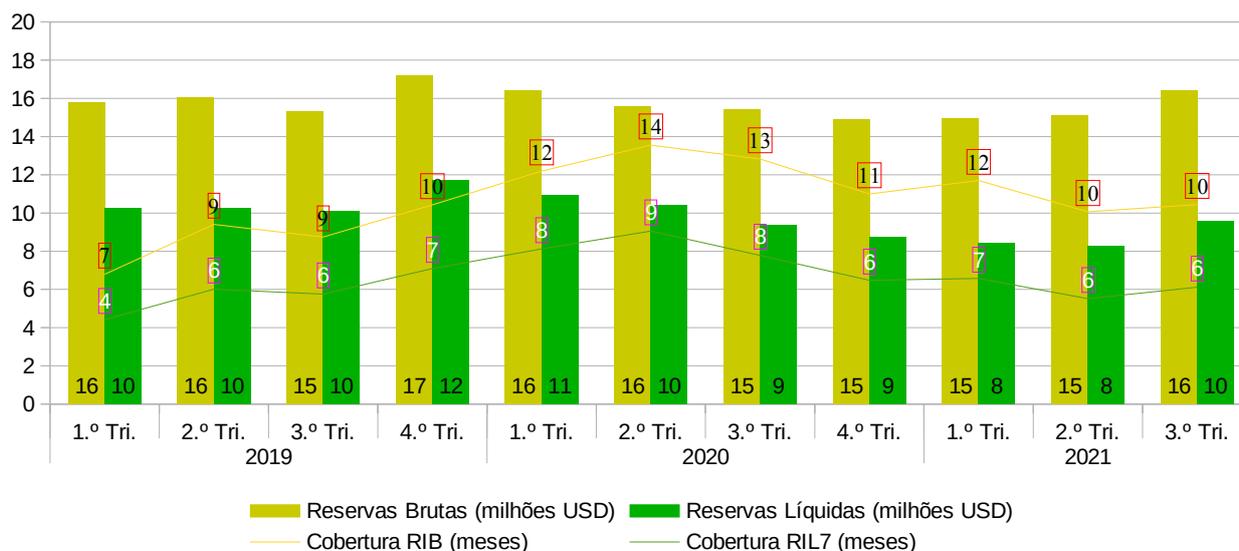
É preciso que fique bem claro que as empresas nacionais estão agora a sofrer uma concorrência absolutamente desleal dos produtores externos. A sua perda de competitividade não se deve a qualquer diferencial de produtividade para o exterior (que também irá acontecer com o choque dos aumentos salariais de Janeiro de 2022), mas porque o petróleo está a condicionar as taxas de câmbio: estamos novamente a usar o petróleo para subsidiar as importações!

O BNA não pode escudar-se no mercado. O mercado onde são fixados os preços do crude (e do gás e diamantes) não é o mercado nacional que o BNA devia ter a missão de proteger! Infelizmente, a missão do BNA está muito mal definida para um contexto de grande volatilidade e dependência dos mercados externos. O BNA devia ter como missão a estabilização a longo prazo dos preços e dos câmbios, protegendo o mercado nacional através de instrumentos de mercado!

4.2.2.5 RESERVAS INTERNACIONAIS

Nota: Esta subsecção encontra-se também no capítulo referente à Balança de Pagamentos.

Tabela/Gráfico 85 — Evolução das Reservas (RIB & RIL)



Fonte: BNA.

Durante o ano de 2019, assiste-se a um crescimento das RIB, quer em valor, quer em cobertura das importações. Em 2020, assistimos ao processo inverso, em valor, estabilizando-se à volta dos 15 mil

milhões de USD. Com a redução das importações, a cobertura aumenta até aos 14 meses, no 2.º Trimestre de 2020, estabilizando à volta de 12 meses, a partir do 3.º Trimestre de 2020.

Em 2021, assiste-se a um crescimento das RIB no 3.º Trimestre, em resultado da emissão dos direitos especiais de saque (DES) pelo FMI. Em termos de cobertura das importações, o valor estabiliza em 10 meses.

As RIL mantêm-se no patamar dos 10 mil milhões de USD até ao 3.º Trimestre de 2019, subindo depois para 12 mil milhões no 4.º Trimestre e caindo, de seguida, de forma constante, até 8 mil milhões no 2.º Trimestre de 2021, acompanhando posteriormente o crescimento das RIB com os DES do FMI.

Ignorando o valor do 1.º Trimestre de 2019, a cobertura das importações pelas RIL sobe de 6 meses para 9 meses entre os 2.ºs Trimestres de 2019 e 2020, devido à redução das importações, fazendo o percurso inverso a partir desse momento, até estabilizar entre próximo do patamar de 6 meses, a partir do 4.º Trimestre de 2020, aparentando ser este o objectivo do BNA.

O BNA conseguiu uma boa estabilidade cambial e susteve a degradação das reservas brutas. Deveríamos assistir a uma estabilização, aproveitando-se o crescimento dos preços do petróleo bruto para aumentar as reservas.

Porém, com a subida exponencial dos preços do crude e o fluxo extraordinário de divisas deles decorrente, tem-se assistido a uma forte apreciação do Kwanza, o que baixa extraordinariamente o preço relativo das importações face à produção interna. Se, de um lado, poderemos ter uma forte redução da inflação, de outro, ela resultará da alavancagem das importações através dos preços efêmeros do petróleo, tornando, simultaneamente, a produção nacional menos competitiva.

Pensamos que o BNA não deveria ter deixado baixar a taxa de câmbio, através da intervenção no mercado, comprando USD e constituindo reservas para fazer face à redução de divisas que ocorrerá quando os preços estabilizarem, devido à redução das quantidades, e que será fortemente agravada quando os preços se reduzirem.

Uma política prudente a médio prazo aconselharia a aproveitar a actual situação para aumentar as reservas internacionais, comprando USD, o que o BNA não quer fazer, mais por medo do aumento da liquidez em Kwanzas do que da variação cambial.

A produção nacional necessita de ser protegida e de crescer a um ritmo pujante para contrariar a redução da produção petrolífera, que parece inexorável. Proteger a produção nacional não é proteger os operadores económicos existentes, é favorecer o aumento substancial do número de operadores, a competitividade e a produção, que a política de condicionamento da importação prejudica. A solução para os problemas da política proteccionista anterior não é deixar de apoiar a produção interna, liberalizando administrativamente as importações e permitindo a descida da taxa de câmbio devido ao preço do petróleo; é fazê-lo bem, através de uma pauta aduaneira que tenha em conta as diferenças de produtividade, mas que promova a sua aproximação.

4.2.3 CONCLUSÕES

Assim sendo, os desafios da política monetária num futuro próximo continuam a ser, na nossa opinião, os seguintes:

- **Apoiar a política de desenvolvimento da produção nacional através do apoio aos instrumentos de crédito**, nomeadamente contribuindo para a resolução dos problemas de apresentação formal dos projectos, formalizando a propriedade para permitir a garantia dos créditos e usando a política orçamental (outros gastos de capital) para a bonificação dos juros à produção.
- **Reduzir substancialmente a capacidade da banca gerar lucros através de operações cambiais e de crédito ao Estado**, que constituem o principal entrave ao desenvolvimento do crédito à economia.

- **Criar fundos monetários atractivos, em Kwanzas**, que permitam reduzir a procura de USD como moeda de refúgio, e incentivar as operações de emissão de títulos de dívida e de acções das empresas comercializados directamente ao público através da bolsa, com o apoio da banca.
- **Simultaneamente, aproveitar a conjuntura actual para aumentar as reservas internacionais**, que sirva de estabilizador cambial quando os preços do petróleo estabilizarem ou se reduzirem num quadro inexorável de decréscimo da produção petrolífera.
- **Estabilizar a taxa de câmbio real**, não permitindo nem a penalização do consumo nem a perda de competitividade da indústria nacional.

4.3 POLÍTICA FISCAL

4.3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2021

Para apurar os valores em Kwanzas de 2021, usámos o valor do IPCN do INE (27,03%).

Não havendo Relatórios de Execução Fiscal posteriores ao 2.º Trimestre de 2021, todos os valores foram retirados da Tabela 9 do Relatório de Fundamentação do OGE de 2022, com excepção dos referentes ao desdobramento dos impostos não-petrolíferos, que foram extraídos da informação publicada pelo *Expansão* a 17 de Janeiro de 2021. Para os valores orçamentais deste desdobramento, fomos buscar os dados à tabela anexa, Receita por Natureza. Os valores que aparecem em “outros impostos e taxas” são o resultado da diferença entre o valor dos impostos não-petrolíferos, constante de tabela 9 do Relatório de Fundamentação, e a soma dos diversos impostos desdobrados. Consequentemente, o valor do total dos impostos não-petrolíferos é o constante da tabela 9.

4.3.1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2021 — RECEITA

Tabela/Gráfico 86 — Execução de 2021 — Receita não financeira

Valores em 10 ⁹ Akz	Exec 2020	Exec 20 Ac. em Akz 21	OGE 2021	Exec 2021	Exec. 21/Exec 20	% Exec. Do OGE	% Rubric na Exec			% do PIB não-petrolífero
							Exec. 20	OGE 21	Exec. 21	
Receitas Não financeiras	7 051	8 957	8 260	10 475	17%	127%	100%	100%	100%	21,2%
Receitas Correntes	7 051	8 957	8 260	10 462	17%	127%	100%	100%	100%	21,2%
Rendimentos do Petróleo	3 612	4 589	4 059	6 043	32%	149%	51%	49%	58%	37,9%
Impostos e Taxas Petrolíferas	1 315	1 670	1 273	1 636	-2%	129%	19%	15%	16%	10,3%
Direitos da concessionária	2 298	2 919	2 787	4 407	51%	158%	33%	34%	42%	27,6%
Impostos Não-petrolíferos	2 993	3 802	3 480	3 933	3%	113%	42%	42%	38%	11,7%
Transferências	322	409	330	328	-20%	99%	5%	4%	3%	1,0%
Outros rendimentos correntes: patrimoniais, de serviços, etc	124	157	391,4	158	1%	40%	2%	5%	2%	0,5%
Rendimentos de Capital (não financeiros)	0	0	0	13	-		0%	0%	0%	0,0%
Por memória: Rendimentos Não Petrolíferos	3 439	4 369	4 201	4 432	1%	106%	49%	51%	42%	13,2%

Fonte: MinFin.

A coluna “% da rubrica na execução” refere-se à execução sobre o total da receita não financeira.

As receitas não financeiras crescem 17%, em termos reais, sendo 27% superiores ao previsto e correspondendo a 21,2% do PIB.

As receitas correntes representam 100% das receitas não financeiras, sendo as receitas de capital meramente residuais.

Os rendimentos do petróleo crescem 32%, em termos reais, sendo 49% superiores ao previsto e representando 37,9% do PIB petrolífero. O peso dos rendimentos petrolíferos cresce cerca de 50%, face a 2020, e 58%, face ao OGE 21!

O crescimento dos rendimentos do petróleo é puxado pelos rendimentos da concessionária, que sobem 51% em termos reais, contra os impostos petrolíferos, que apresentam uma queda em valor real de 2%. Esta situação é bem demonstrada pela participação na receita dos impostos petrolíferos, que cai de 19% para 16%, em linha com o OGE, e pelo crescimento dos rendimentos da concessionária, que crescem de 33% (34% no OGE) para 42%, evidenciando os ganhos de rentabilidade das petrolíferas no ambiente de preços elevado em que vivemos.

Os impostos e taxas não-petrolíferas crescem 3% em termos reais, pese embora uma execução 13% superior à prevista, representando apenas 11,7% do PIB não-petrolífero. O seu peso cai de 42% para 38% da receita.

As transferências, que são quase exclusivamente referentes à Segurança Social (mais de 99% no OGE), decrescem 19% em termos reais (embora subam de 320 para 328 mil milhões de Kwanzas em termos nominais), correspondendo exactamente ao previsto (o que é quase impossível) e apenas a 1% do PIB não-petrolífero. O seu peso na receita cai de 5% para 3% (4% no OGE).

Os outros rendimentos têm um peso semelhante ao das transferências, crescendo 1% em termos reais, mas sendo executados apenas em 40%! O seu peso corresponde a 2% da receita (0,5% no OGE) e a 0,5% do PIB não-petrolífero.

O total da receita não-petrolífera cresce apenas 1% em termos reais, embora seja 6% superior ao previsto, tendo o seu peso na receita baixado de cerca de 50% para 42%. Os rendimentos não-petrolíferos representam 13,2% do PIB não-petrolífero.

Tabela/Gráfico 87 — Execução de 2021 — Detalhe dos impostos não-petrolíferos

Valores em 10 ⁹ Akz	Exec 2020	Exec 20 Ac. em Akz 21	OGE 2021	Exec 2021	Exec. 21/ Exec 20	% Exec. Do OGE	% Rubric na Exec			% do PIB não-petrolífero
							Exec. 20	OGE 21	Exec. 21	
Impostos Não-petrolíferos	2 993	3 802	3 480	3 933	3%	113%	42%	42%	38%	11,7%
Impostos sobre rendimento	1 583	2 010	1 655	1 944	-3%	117%	22%	20%	19%	5,8%
Rendimento do trabalho	623	791	639	851	8%	133%	9%	8%	8%	2,5%
Rendimentos de capitais	157	200	190	211	5%	111%	2%	2%	2%	0,6%
Imposto industrial	803	1 020	826	883	-13%	107%	11%	10%	8%	2,6%
Impostos sobre a Propriedade – IPU	44	56	67	48	-15%	71%	1%	1%	0%	0,1%
Impostos sobre a produção e transacções	815	1 035	1 065	1 132	9%	106%	12%	13%	11%	3,4%
Imposto sobre a produção de Diamantes	47	60	28	73	22%	258%	1%	0%	1%	0,2%
Imposto de consumo	16	20	49	9	-54%	19%	0%	1%	0%	0,0%
IVA	751	955	988	1 050	10%	106%	11%	12%	10%	3,1%
Impostos sobre a importação e emolumentos aduaneiros	364	462	281	387	-16%	138%	5%	3%	4%	1,2%
Outros impostos e taxas	188	239	412	422	76%	102%	3%	5%	4%	1,3%

Fonte: MinFin e AGT, citada pelo semanário *Expansão*.

Detalhando os impostos não-petrolíferos, vemos que os referentes aos rendimentos do trabalho apresentam um crescimento real de 8%, o que mostra um importante ganho de eficiência, uma vez que os salários não variaram. Admitindo a estagnação dos salários e não tendo havido alterações significativas na base de incidência patrimonial (como aconteceu em 2019/2020), o aumento nominal de 37% no IRT deve ter resultado da extensão da base tributável!

A execução situou-se 33% acima do previsto no OGE, mas representa apenas 2,5% do PIB não-petrolífero, mostrando, portanto, um elevado potencial para a melhoria da eficiência. Este imposto baixa a sua participação na receita de 9% para 8%, em linha com o OGE.

O imposto de rendimentos de capitais, embora tenha aumentado 5% em termos reais e tenha uma execução de 111%, representa apenas 0,6% do PIB não-petrolífero e cerca de ¼ do IRT, pelo que tem um longo caminho de eficiência a percorrer. O imposto de capitais representa apenas 2% da receita.

Já o imposto industrial cai 13% em termos reais, o que demonstra que, apesar de terem subido os preços, as empresas não conseguiram manter a rentabilidade ou a AGT foi menos eficiente na cobrança do imposto. Apesar disso, a execução é 11% superior ao orçamento. O imposto industrial representa uma percentagem de 2,6% do PIB não-petrolífero, quase igual à do IRT, o que reforça a ideia de que o tecido empresarial formal conhece graves dificuldades. A participação deste imposto na receita baixa de 11% para 8%, situando-se também abaixo da estimativa orçamental de 10%.

Em conjunto, os impostos sobre os rendimentos descem 3% em termos reais, apesar de uma execução 17% acima da orçamentada, representando 5,8% do PIB não-petrolífero. O seu peso na receita total cai de 22% para 19% (abaixo peso orçamentado de 20%).

O IPU é ridiculamente baixo e apresenta uma queda em termos reais de 15%. Embora esta receita não seja proporcional à inflação, o crescimento nominal de 8%, num quadro de completa ausência de registo e cobrança de impostos sobre a propriedade, é absolutamente ridículo. A lei não ajuda, e a recente alteração da mesma, como analisámos na altura, de pouco ou nada serviu; a eficiência da AGT quando se trata de tributar os ricos e poderosos é completamente nula! Perdoem-nos os agentes da AGT, porque sabemos que a culpa não é de quem se esforça por cobrar; a culpa é de um sistema legal e de influências que isenta os ricos do pagamento de impostos e tributa os trabalhadores e as empresas. A riqueza paga no nosso sistema tributário 0,1%! ZERO VÍRGULA UM POR CENTO do PIB não-petrolífero!!! Há que ter vergonha!

Os impostos sobre a produção e transacções, onde agregámos os impostos sobre os diamantes, o IC e o IVA, representam 3,4% do PIB não-petrolífero, dos quais o IVA representa 3,1%, e o imposto sobre os diamantes 0,2%. Na verdade, o IVA é já o único imposto sobre as transacções, não se percebendo qual a justificação para a manutenção do IC.

Os impostos sobre a produção (principalmente diamantes) são residuais, crescendo 22% em termos reais, mas com um peso no PIB não-petrolífero de 0,1% e de 1% da receita.

Somando ao imposto sobre a produção de diamantes o imposto industrial sobre os diamantes (no OGE 21 é de cerca de metade do imposto sobre a produção), percebe-se como é quase nula a contribuição desta produção para a receita do Estado. Considerando os inúmeros constrangimentos à actividade e ao emprego nas zonas diamantíferas, esta produção tem sido socialmente negativa e vale apenas como geradora de divisas, pelo que se exige uma avaliação mais cuidada da situação, uma vez que, na verdade serve principalmente as empresas diamantíferas e não as populações, cuja participação nos rendimentos tem de crescer!

O IVA cresce 10% em termos reais, com uma execução 6% superior ao orçamento e um peso sobre o PIB não-petrolífero de 3,1%, sendo o imposto mais importante do nosso quadro fiscal não-petrolífero, deixando já a alguma distância o IRT e o II, ambos representando cerca de 2,5%. Estes 3 impostos representaram 71% da receita não-petrolífera em 2021. Contudo, o IVA perdeu ímpeto neste ano, baixando a sua participação na receita total de 11% para 10% (12% no OGE), devido ao crescimento dos rendimentos petrolíferos.

Os impostos sobre a importação e as taxas e emolumentos aduaneiros caem 16% em termos reais num quadro de aumento efectivo das importações, o que se justifica, talvez, pela redução da taxa de câmbio. Estes impostos representam 1,2% do PIB e, na nossa opinião, não são os adequados.

Pensamos que só se justificam para a protecção da produção nacional, não como fonte de receita do Estado. Nessa conformidade, devem ser simplificados, eliminando-se todas as demais custas, subsistindo apenas a pauta aduaneira, que deve corresponder ao agravamento do preço das importações de forma que os melhores produtores nacionais, efectivos ou potenciais, sejam competitivos e que os restantes sejam compelidos a imitá-los. A pauta aduaneira deve ser dinâmica, definindo prazos e indexadores que promovam a aproximação da produtividade nacional à produtividade externa e a introdução de novas indústrias nacionais.

Noutros impostos e taxas, deixámos todos os impostos e demais receitas fiscais sem materialidade. Este conjunto cresceu 76% em termos reais, com uma execução de 102%. Embora possa ser o resultado de uma informação deficiente, parece haver indícios da introdução de alguma complexidade desnecessária na máquina fiscal, que pode comprometer a sua eficiência.

4.3.1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2021 — DESPESA
Tabela/Gráfico 88 — Execução de 2021 — Despesa não financeira

Valores em 10 ⁹ Akz	Exec 2020	Exec 20 Ac. em Akz 21	OGE 2021	Exec 2021	Exec. 21/ Exec 20	% Exec. Do OGE	% Rubric na Exec			% da receita não-petrolífera	% do PIB não-petrolífero
							Exec. 20	OGE 21	Exec. 21		
Despesas não financeiras	7 700	9 781	9 439	11 192	14%	119%	100%	100%	100%	252,5%	33,4%
Despesas Correntes	5 928	7 530	8 013	9 418	25%	118%	77%	85%	84%	212,5%	28,1%
Remuneração de empregados	2 067	2 626	2 484	2 484	-5%	100%	27%	26%	22%	56,0%	7,4%
Juros	2 300	2 921	2 802	2 328	-20%	83%	30%	30%	21%	52,5%	6,9%
Internos	1 292	1 641	1 670	1 108	-32%	66%	17%	18%	10%	25,0%	3,3%
Externos	1 008	1 281	1 132	1 220	-5%	108%	13%	12%	11%	27,5%	3,6%
Bens e Serviços	966	1 227	1 257	1 512	23%	120%	13%	13%	14%	34,1%	4,5%
Subsídios e transferências correntes	595	756	1 470	3 094	309%	210%	8%	16%	28%	69,8%	9,2%
Subsídios	48	61	210	210	246%	100%	1%	2%	2%	4,7%	0,6%
Transferências para as famílias	547	695	685	685	-2%	100%	7%	7%	6%	15,4%	2,0%
Transferências de capital		0	576	2 200	-	382%	0%	6%	20%	49,6%	6,6%
Despesas de Capital não financeiro	1 772	2 251	1 425	1 774	-21%	124%	23%	15%	16%	40,0%	5,3%
Investimentos	1 762	2 238	1 425	1 759	-21%	123%	23%	15%	16%	39,7%	5,2%
Outras	11	13	0	16	17%		0%	0%	0%	0,4%	0,0%

Fonte: MinFin.

A coluna “% da rubrica na execução” refere-se à execução sobre o total de despesa não financeira.

O valor da despesa total cresce 14% em termos reais, com uma execução orçamental de 119%, representando 252% da receita não-petrolífera e 33,4% do PIB não-petrolífero, ou seja, a nossa receita não-petrolífera apenas dá para pagar 40% das nossas despesas; pagamos 60% da nossa despesa fiscal com rendimentos do petróleo ou dívida!

De acordo com as previsões, a produção petrolífera deixa de ter significado em 2032; de acordo com o decréscimo efectivo da produção, em 2030! Aceitemos, que os actuais preços possam conduzir a algum investimento que retarde o desaparecimento da produção para 2032. Temos 10 anos!

Os actuais preços, comparados com os preços da crise da Covid-19, fizeram crescer momentaneamente os rendimentos do petróleo. Porém, a partir 2023 (e provavelmente ainda em 2022), a redução das quantidades tornar-se-á determinante para a evolução dos rendimentos petrolíferos.

O que faremos quando desaparecerem os rendimentos do petróleo? Reduzimos a despesa do Estado a 40% da actual? Deixamos de pagar os juros? Despedimos os empregados do Estado? Eliminamos o investimento? Quando, em vez de irmos reduzindo o desequilíbrio, aumentamos a dívida, o problema agrava-se naturalmente!

As remunerações decrescem 5% em termos reais e apresentam uma execução a 100%, representando 7,4% do PIB não-petrolífero. O seu peso na despesa desce de 27% para 22%, representando 56% dos impostos, contribuições e taxas que pagamos ao Estado. O crescimento nominal de 20% nas remunerações não é convenientemente explicado. Se não houve alterações salariais, de onde vem este aumento? Será que os efectivos aumentaram o equivalente a 20% do total de funcionários públicos, militares e polícias, assumindo um beneficiário representativo que ganhe o equivalente ao salário médio? O Estado tem de explicar de forma mais completa estas variações para que todos saibamos para onde vai o nosso dinheiro.

Os juros decrescem 20% em termos reais. Contudo, como não há relação entre juros e inflação, é conveniente analisar esta despesa em termos nominais. Os juros totais crescem 1%, em termos nominais, com os juros internos a decrescer 14% e os externos a crescer 21%.

Note-se que os juros externos em USD cresceram ainda mais porque o valor em Kwanzas beneficiou da redução da taxa de câmbio. Estamos a aumentar a dependência face à moeda externa para continuarmos a pagar os juros que devemos.

A execução orçamental dos juros atinge 83%, não sendo explicada a razão deste decréscimo, que se refere, sobretudo, aos juros internos (66%) (?). A participação dos juros na despesa desce de 30% para 21%, representando 52,5% (mais de metade) dos nossos “impostos” e quase 7% do PIB não-petrolífero.

O decréscimo dos juros permite que os salários voltem a ser a despesa mais importante do orçamento. Porém, no OGE de 2022, os juros voltam a ganhar primazia, saltando para 3 biliões de Kwanzas, contra 2,7 biliões das remunerações. Porém, como nesse orçamento as remunerações apenas crescem 7,7%, o que é totalmente incompatível com os aumentos salariais aprovados, os juros e as remunerações continuarão uma dança para a cadeira da primazia, assistindo nós alegremente ao facto de ambas representarem mais do que todos os impostos que pagamos (108,5% em 2021)! Como poderemos sustentar uma situação como esta!

Bens e serviços crescem 23% em termos reais! Apesar de não termos o desdobramento entre bens e serviços, parece que, finalmente, se percebeu que o problema da qualidade dos serviços públicos resulta em grande parte da sub-dotação dos serviços com verbas para o seu funcionamento. Parabéns!

A execução desta rubrica situa-se 20% acima do previsto no OGE, representando 4,5% do PIB não-petrolífero e 34% da receita não-petrolífera. O seu peso na despesa salta, e bem, de 13% para 14%!

Os subsídios crescem 246% em termos reais, com uma execução exactamente igual ao orçamento, o que é, no mínimo, estranho, representando 4,7% dos nossos impostos. Contudo, são pouco relevantes, representando apenas 0,6% da produção não-petrolífera e 2% da despesa. Não deixa, porém, de ser curioso que se fale tanto da redução dos subsídios quando eles aumentam 246%!

Olhando para o OGE de 2021, e assumindo que foram todos executados de forma idêntica, os 210 mil milhões correspondem a 167.4 mil milhões de subsídios a preços, 8,2 mil milhões de subsídios para cobertura de custos operacionais de empresas e 34 mil milhões de subsídios a bancos do Estado ineficientes!

Como se tem dito, os subsídios são uma forma de distorcer preços e promover a ineficiência. É importante que se substituam por transferências directas para os mais necessitados. De referir ainda que não se encontram ainda incluídos os subsídios aos combustíveis.

As transferências para as famílias caem 2% em termos reais, com uma execução de 100%, exactamente igual ao OGE. Parece muito estranho que a execução orçamental tenha 3 rubricas importantes, remunerações, subsídios e transferências social, exactamente iguais ao valor orçamentado.

As transferências representam 2% da produção não-petrolífera e 15% dos impostos, taxas e contribuições que pagamos. A taxa de execução significa que a redução efectiva do apoio às famílias, em termos de poder de compra, foi consciente e deliberada, não o resultado de qualquer vicissitude não prevista da execução ou da inflação. O seu peso desce ligeiramente de 7% para 6% da despesa. Pensamos que esta rubrica, somada com a habitação social deva saltar para cerca de 35% da despesa, o que significa que continua a ser, de momento, insignificante!

Os nossos OGE apresentam sempre valores muito elevados nas rubricas “42 — transferências de capital” e “49 — Outras Despesas De Capital”. No OGE 21, estas rubricas atingem 576 mil milhões

de Kwanzas, ou seja, 1,7% do PIB não-petrolífero e 6% da Despesa. Estas rubricas correspondem, no OGE 21, a transferências para fundos autónomos (215 mil milhões), transferências de capital para empresas (204 mil milhões) e outras transferências e despesas de capital não discriminadas (156 mil milhões). Pela natureza das rubricas discriminadas, trata-se obviamente de transferências de verbas do OGE para o funcionamento dos fundos autónomos e das empresas estatais. Nenhuma empresa estatal foi criada ou aumentou a sua capacidade produtiva de forma que estas transferências pudessem ser consideradas um investimento; estes fundos foram destinados a cobrir prejuízos decorrentes da insuficiente capacidade de cobrir as despesas das empresas estatais com as receitas geradas. São, pois, despesas de funcionamento e, conseqüentemente, despesa fiscal. Pela sua natureza, decidimos colocá-las como uma sub-rubrica da rubrica subsídios e transferências, de acordo com a natureza do gasto que lhes corresponde.

Contudo, no Tabela 9 dos relatórios de fundamentação, estas rubricas aparecem como aquisição de activos financeiros (fora da despesa e do saldo fiscal) e são, pura e simplesmente, omitidas em toda a informação de execução (Relatórios de Execução Fiscal e Conta Geral do Estado). Contudo, aparecem na Tabela 9 dos RF, misturadas com despesa e receita de natureza verdadeiramente financeira na rubrica denominada “financiamento interno líquido – activos”. Temos, portanto de estimar o seu valor, expurgando-as dos fluxos de natureza financeira. Para o efeito, assumimos os seguintes pressupostos: em 2020, uma vez que o crescimento facial da dívida foi de cerca de 765 mil milhões de Kwanzas e o saldo fiscal de -650 mil milhões, “sobraram” 115 mil milhões; considerando que está registada uma redução dos activos financeiros de 1.673 mil milhões, considerámos como nula a rubrica de transferências; em 2021, sendo o crescimento facial da dívida de cerca de 3 biliões, o saldo fiscal na Tabela 9 do RF de 1,5 biliões e o aumento dos activos financeiros de 2,2 biliões, considerámos as transferências de capital iguais a 2,2 biliões, assumindo que os restantes 2,3 biliões pudessem compensar os 1,7 biliões de fundos financeiros usados em 2020, sem apresentarmos justificação para os restantes 500 mil milhões. Trata-se de uma estimativa que decorre da insuficiência de informação. Porém, montantes desta natureza, que são efectivamente despesa de funcionamento, não podem ser completamente omissos; mais vale algum erro na estimativa do que ignorá-los.

Pela natureza das coisas e pelos pressupostos usados para a estimativa, parece que as transferências de capital em 2020 foram, de certa forma, transferidas para 2021, sendo, portanto, pouco relevante a comparação. Contudo, é importante sublinhar que corresponderam, em 2021, a 6,6% da riqueza não-petrolífera criada no país, a 20% da despesa e a cerca de 50% da receita não-petrolífera! Mesmo que dividamos esta despesa igualmente por 2020 e 2021, continua a representar 3,3% do PIB, 10% da despesa total do Estado e 25% do total dos impostos, contribuições e taxas pagas pelos cidadãos e empresas!

Os investimentos públicos decrescem 21% em termos reais. Finalmente, percebeu-se que não se podem fazer investimentos sem um ajuste correspondente do nível de despesa corrente? No OGE de 22, esta tendência reforça-se. Parabéns!

Embora advogemos uma distribuição de 1/6 para o investimento e de 5/6 para a despesa corrente, tal como está consagrado no OGE 22, esta relação de 1/5 para o investimento e de 4/5 para o investimento já é mais eficiente do que a que se vinha verificando. Mais uma vez, parabéns!

Fazemos votos para que o fervor inauguracionista que caracteriza o período eleitoral não venha estragar, na execução, a relação consagrada no OGE de 2022!

Apesar da melhoria da relação, os investimentos continuaram a ser executados acima do OGE (23%), representando 5,2% do PIB e quase 40% da receita não-petrolífera. Contudo, o seu peso na despesa total reduz-se de 21% para 16%.

Não existe qualquer informação sobre a despesa por função, o que não nos permite fazer a sua análise, que é mais importante do que a da despesa por natureza!

Para explicar melhor o que se disse sobre a rubrica de transferências de capital vamos analisar a evolução da dívida facial.

4.3.1.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2021 — DÍVIDA

Tabela/Gráfico 89 — Evolução da dívida eliminando o efeito da variação cambial

Câmbios	308,607	482,227	656,225			554,981				
Dívida Governamental em biliões Kwanzas de 2021	2018	2019			2020			2021		
		Valor	Cresc.	% Cresc.	Valor	Cresc.	%	Valor	Cresc.	%
Stock da dívida interna	9,390	10,948	1,557	17%	11,495	0,547	5%	11,190	-0,304	-3%
OT MN	6,600	8,700	2,100	32%	8,331	-0,369	-4%	8,027	-0,304	-4%
OT Indexadas	1,804	1,726	-0,077	-4%	1,730	0,004	0%	1,730	0,000	0%
BT	0,582	0,225	-0,357	-61%	1,031	0,806	358%	1,031	0,000	0%
Mútuo e diferenças	0,405	0,296	-0,109	-27%	0,403	0,106	36%	0,403	0,000	0%
Stock de dívida externa	23,678	24,755	1,077	5%	24,973	0,218	1%	28,299	3,326	13%
Total	33,068	35,703	2,635	8%	36,468	0,765	2%	39,489	3,022	8%

Fontes: MinFin e BNA.

Infelizmente, não há informação fidedigna sobre a dívida a 31 de Dezembro de 2017.

Embora o MinFin use a taxa de câmbio de compra para converter a dívida em moeda externa para Kwanzas, fomos obrigados a usar a taxa média, porque o BNA não publicou a taxa de compra de 31 de Dezembro de 2021. Assim, para não distorcer, usámos sempre as taxas médias a 31 de Dezembro. Qualquer que seja a taxa escolhida, a distorção é mínima se for consistente.

Os valores da dívida estimados pelo Ministério para o final de 2021 no Plano de Endividamento para 2022 representam 79,9% do PIB total de 2021, o que se aproxima da estimativa do peso de 81,2% referida no relatório de fundamentação (Gráfico 12). Porém, se considerarmos este valor e a variação cambial, a dívida facial externa teria aumentado o equivalente a 3 biliões de Kwanzas ou 5,5 mil milhões de USD em 2021!!! Ora, a informação do BNA relativamente à dívida pública externa (incluindo as empresas estatais, nomeadamente Sonangol e TAAG), mostra uma variação de “apenas” 926 milhões de USD!

A dívida total, após correcção da variação cambial, aumentou 2,6 biliões de Kwanzas em 2019, 765 mil milhões em 2020 e um valor indeterminado entre 500 mil milhões (convertendo os 926 milhões de USD da informação do BNA) e 3 biliões (usando a informação do Plano de Endividamento e as taxas de cambio médias do BNA). No mínimo, a dívida aumentou, em valor facial, cerca de 4 biliões de Kwanzas, entre 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2021!

Ora, se os saldos fiscais de 2019 a 2021 foram de +596, -646 e +1.483 mil milhões de Kwanzas, respectivamente, totalizando um valor facial de cerca de 1,4 biliões de Kwanzas, para que foi preciso aumentar a dívida em 4 biliões?

Somando os 4 biliões do aumento da dívida com os 1,4 biliões que sobraram dos saldos orçamentais, obtemos 5,4 biliões de Kwanzas em 3 anos. Onde foi colocado este dinheiro?

Das várias hipóteses que se podem imaginar, uma vez que não nos é dada informação fidedigna sobre a sua utilização, a mais benigna é que foi usado para capitalizar as empresas falidas do Estado e, de uma forma completamente opaca, para compensar os subsídios aos combustíveis. Deixamos para a PGR a imaginação sobre as eventuais hipóteses menos benignas!

Portanto, teremos, em 2021, uma despesa oculta entre 2 e 4,5 biliões de Kwanzas, ou seja, uma despesa que representa entre 45% e 100% da receita não-petrolífera do Estado! Na ausência de informação, considerámos que 2.200 mil milhões dos 2.257,3 mil milhões de aumento de activos financeiros corresponderam a transferências de capital para cobertura de funcionamento de despesas de funcionamento da máquina estatal, incluindo os subsídios às empresas estatais, quer sob a forma mais transparente de subsídios, quer sob a modalidade opaca de aumentos de capital.

Temos 10 anos para reduzir a despesa, aumentar os impostos e aproveitar os poucos rendimentos do petróleo que nos restam para reduzir fortemente a dívida e pagar os juros!

Se a informação do MinFin estiver correcta, a dívida representa, em 2021, 118% do PIB não-petrolífero. Para que desça para um valor aceitável de 70% do PIB não-petrolífero, teremos de reduzi-la em cerca de 1,6 biliões por ano, ou seja, 27% dos rendimentos petrolíferos actuais. Se somarmos os juros actuais, teremos mais 38%, totalizando 65% dos rendimentos presentes do petróleo. Os restantes 35% dos rendimentos petrolíferos terão de equilibrar o orçamento enquanto se reduz drasticamente a despesa e se aumentam os impostos. Se não o fizermos e continuarmos a aumentar alegremente a dívida, dentro de 10 anos estaremos sem qualquer solução! Será esta a herança que queremos deixar aos nossos filhos e netos?

Para não terminar este capítulo de forma tão depressiva, apresentamos a evolução dos saldos fiscais.

4.3.1.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2021 — SALDOS ORÇAMENTAIS

Tabela/Gráfico 90 — Execução de 2021 — Saldos

Valores em 10 ⁹ Akz	Exec 2020	Exec 20 Ac. em Akz 21	OGE 2021	Exec 2021	Exec. 21/ Exec 20	% Exec. Do OGE	% da receita não-petrolífera	% do PIB não-petrolífero
Saldo Orçamental Não financeiro	-649	-824	-1 178	-717	-13%	61%	-16,2%	-2,1%
Saldo primário	1 563	1 985	1 624	1 611	-19%	99%	36,3%	4,8%
Saldo primário não petrolífero	-1 873	-2 380	-2 296	-4 225	78%	184%	-95,3%	-12,6%

Fonte: MinFin.

O saldo orçamental passa de -820 mil milhões em 2020 (expresso em Kwanzas de 2021) para -717, equivalentes a -2,1% do PIB não-petrolífero e a -16% da receita não-petrolífera.

O saldo primário (sem juros) passa de cerca de 1,5 para 1,6 biliões de Kwanzas, representando 5% do PIB não-petrolífero e quase 100% da receita não-petrolífera.

Porém, o saldo primário não-petrolífero (excluindo receitas e despesas petrolíferas e juros) passou de -1,9 para 4,2 biliões, representando -13% do PIB não-petrolífero e -95% da receita não-petrolífera.

4.3.2 OGE DE 2022 — OGE DE 2022 FACE À EXECUÇÃO DE 2021

A comparação entre a execução e o OGE é feita em termos reais, depois de inflacionar os valores da execução de 2021 com o índice de inflação do OGE (1,18): cada Kwanza efectivamente executado em 2021 vale 1,18 Kwanzas em 2022, ou seja, com a inflação esperada, os Kwanzas de 2022 valem menos 18% do que os Kwanzas de 2021.

O crescimento do PIB é o apresentado na Tabela 9.

4.3.2.1 OGE DE 2022 FACE À EXECUÇÃO DE 2021 — RECEITA
Tabela/Gráfico 91 — OGE 2022 face à execução de 2021 — Receita não financeira

Valores em 10 ⁹ Akz	OGE 2021	OGE 2021 em Akz de 2022	OGE 2022	Variação Relativa	% sobre OGE 2021	% sobre OGE 2022	% sb receita não-petrolífera 2021	% sb a receita não-petrolífera 2022	% sb o PIB não-petrolífero 2021	% sb o PIB não-petrolífero 2022
Receitas Não financeiras	10 475	12 361	11 546	-6,6%	100,0%	100,0%			21,2%	21,2%
Receitas Correntes	10 462	12 345	11 544	-6,5%	99,9%	100,0%			21,2%	21,2%
Rendimentos do Petróleo	6 043	7 130	6 118	-14,2%	57,7%	53,0%			37,9%	44,3%
Impostos Não-petrolíferos	3 933	4 641	4 568	-1,6%	37,5%	39,6%	88,7%	84,1%	11,7%	11,2%
Transferências	328	387	247	-36,1%	3,1%	2,1%	7,4%	4,6%	1,0%	0,6%
Outros rendimentos correntes	158	187	611	226,9%	1,5%	5,3%	3,6%	11,3%	0,5%	1,5%
Rendimentos de Capital (não financeiros)	13	15	2	0,0%	0,1%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%
Por memória: Rendimentos Não Petrolíferos	4 432	5 230	5 428	3,8%	42,3%	47,0%	100%	100%	13,2%	13,3%
Por memória Impostos não-petrolíferos+ outros rendimentos correntes	4 091	4 828	5 179		39,1%	44,9%	92%	95%	12,2%	12,7%

Fonte: MinFin.

O detalhe na execução orçamental é muito limitado. Os dados detalhados da receita foram retirados da informação da AGT publicada pelo *Expansão* a 17 de Janeiro de 2021, lançando para “outros” a diferença entre os valores da Tabela 9 do RF do OGE 22 e a soma do detalhe apresentado.

Relativamente ao OGE, foram registados os dados constantes do quadro auxiliar, receitas por natureza: em transferências, as receitas das contribuições sociais e outras transferências e, em outros rendimentos correntes, as rubricas 12 — Receita Patrimonial, 13 – Receita de Serviços e 19 — Receitas Correntes Diversas. Os dados diferem substancialmente da reclassificação feita na Tabela 9 do RF do OGE. Retirámos das receitas fiscais as receitas da rubrica 122 — Rendimentos de Participações.

As receitas reais esperadas decrescem 7%, mantendo a percentagem em relação ao PIB (21%). Destas, as receitas correntes representam 99,9% da Execução e 100% do OGE, sendo os rendimentos de capital não financeiro meramente residuais.

Os rendimentos do Petróleo decrescem, em termos reais, 14%, descendo o seu peso na receita total de 57% para 53%, e a sua eficácia sobre a produção petrolífera passa de 37% para 44%. Este aumento inusitado da eficácia dos rendimentos petrolíferos não parece ter qualquer justificação, parecendo decorrer do crescimento do PIB petrolífero no OGE 22, que representa -13,3% em termos nominais e -26,5%, em termos reais, relativamente ao PIB efectivo (dados preliminares) de 2021.

Esta variação decorre de o preço médio do petróleo ter sido de 67,5, enquanto o OGE é elaborado com um preço previsto de 59 (-12,6%), e do decréscimo previsto das quantidades. A variação dos rendimentos petrolíferos previstos no OGE não parece ter tido em conta todas as implicações da variação do PIB. Contudo, a forte incerteza em relação aos preços do petróleo e do gás, com os preços do petróleo a situarem-se, em meados de Fevereiro, acima dos 93 USD, torna inútil esta discussão. A receita efectiva vai depender da evolução de factores completamente imprevisíveis, como a guerra na Europa e a vontade da OPEP+ quanto à recuperação efectiva da produção. Para já, aproveitemos o bom momento proporcionado pelos preços do petróleo.

A informação da execução não é precisa no que diz respeito à distribuição da maioria dos impostos e outros rendimentos correntes, sendo preferível analisar estas duas rubricas em conjunto, como se fará adiante.

As transferências apresentam um crescimento negativo de 36%, que aparece convenientemente disfarçado na tabela 9 do RF do OGE. Na verdade, a rubrica mais importante é a das contribuições sociais, que determinam essa queda nas transferências. Assinala-se ainda que a importância das transferências na receita baixa, passando de 7,4% para 4,6% da receita não-petrolífera e de 1% para 0,6% do PIB-não-petrolífero.

A nível da execução, torna-se difícil distinguir o que são outros impostos e outras receitas correntes, pelo que optámos por analisá-los conjuntamente no final do detalhe dos impostos não-petrolíferos.

Ficam aqui os dados numéricos na tabela apenas como referência.

Uma análise mais pormenorizada poderá lançar alguma luz sobre algumas rubricas.

Tabela/Gráfico 92 — OGE 2022 face à execução de 2021 — Rendimentos do petróleo

Valores em 10 ⁹ Akz	OGE 2021	OGE 2021 em Akz de 2022	OGE 2022	Variação Relativa	% sobre OGE 2021	% sobre OGE 2022	% sb receita não-petrolífera 2021	% sb a receita não-petrolífera 2022	% sb o PIB não-petrolífero 2021	% sb o PIB não-petrolífero 2022
Rendimentos do Petróleo	6 043	7 130	6 118	-14,2%	57,7%	53,0%			37,9%	44,3%
Impostos e Taxas Petrolíferas	1 636	1 930	2 069	7,2%	15,6%	17,9%	27,1%	33,8%	10,3%	15,0%
Direitos da concessionária	4 407	5 200	4 049	-22,1%	42,1%	35,1%	72,9%	66,2%	27,6%	29,3%

Fonte: MinFin.

Os impostos e as taxas petrolíferas sobem 7%, em termos reais, enquanto os direitos da concessionária descem 22%, descendo mesmo em termos nominais, o que não é, de todo, credível. Os rendimentos do petróleo estão claramente mal calculados, mas, como dissemos, de pouco adianta discutir o problema, dado que o seu valor efectivo dependerá de factores muito instáveis, sobre os quais não temos um mínimo controlo. De qualquer modo seria conveniente que os cálculos tivessem sido outros ou que, pelo menos, se usasse o relatório de fundamentação para fundamentar os números que aparecem no OGE. É para isso que se fazem relatórios de FUNDAMENTAÇÃO!

Tabela/Gráfico 93 — OGE 2022 face à execução de 2021 — Impostos não-petrolíferos e outros rendimentos correntes

Valores em 10 ⁹ Akz	OGE 2021	OGE 2021 em Akz de 2022	OGE 2022	Variação Relativa	% sobre OGE 2021	% sobre OGE 2022	% sb receita não-petrolífera 2021	% sb a receita não-petrolífera 2022	% sb o PIB não-petrolífero 2021	% sb o PIB não-petrolífero 2022
Impostos Não-petrolíferos	3 933	4 641	4 568	-1,6%	37,5%	39,6%	88,7%	84,1%	11,7%	11,2%
Impostos sobre rendimento	1 944	2 294	2 432	6,0%	18,6%	21,1%	43,9%	44,8%	5,8%	6,0%
Rendimento das pessoas singulares (IRT e IAC)	1 061	1 252	1 262	0,8%	10,1%	10,9%	23,9%	23,3%	3,2%	3,1%
Rendimento das pessoas colectivas (I.Lnd. e IEJ.)	883	1 041	1 170	12,3%	8,4%	10,1%	19,9%	21,6%	2,6%	2,9%
Impostos sobre a Propriedade	48	56	49	-12,5%	0,5%	0,4%	1,1%	0,9%	0,1%	0,1%
IPU	48	56	28	-49,6%	0,5%	0,2%	1,1%	0,5%	0,1%	0,1%
Sisa		0	16	#DIV/0!	0,0%	0,1%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%
Outros		0	4	#DIV/0!	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
Impostos sobre a produção e transacções	1 132	1 336	1 325	-0,8%	10,8%	11,5%	25,5%	24,4%	3,4%	3,3%
Imposto sobre a produção	73	86	71	-17,2%	0,7%	0,6%	1,6%	1,3%	0,2%	0,2%
Impostos sobre transacções internas (IC e outros)	9	11	82	637,6%	0,1%	0,7%	0,2%	1,5%	0,0%	0,2%
IVA	1 050	1 239	1 172	-5,4%	10,0%	10,2%	23,7%	21,6%	3,1%	2,9%
Impostos sobre o comércio internacional	387	457	331	-27,6%	3,7%	2,9%	8,7%	6,1%	1,2%	0,8%
Outros impostos e taxas (Selo ...)	422	498	430	-13,7%	4,0%	3,7%	9,5%	7,9%	1,3%	1,1%
Outros rendimentos correntes	158	187	611	226,9%	1,5%	5,3%	3,6%	11,3%	0,5%	1,5%
Por memória Impostos não-petrolíferos+ outros rendimentos correntes	4 091	4 828	5 179	7,3%	39,1%	44,9%	92%	95%	12,2%	12,7%

Fonte: MinFin.

Os impostos não-petrolíferos decrescem 1,6%, em termos reais,

Os impostos sobre os rendimentos crescem 6%, subindo muito ligeiramente em relação ao PIB não-petrolífero (de 5,8% para 6,0%) e em relação à receita total (18,6% contra 21,1%) e à receita não-petrolífera (43,9% contra 44,8%).

Os impostos sobre os rendimentos das pessoas — Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (IRT) e Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) — crescem ligeiramente em termos reais (+0,8%), de 3,2% para 3,1% do PIB, o que significa que não se prevê qualquer aumento da eficácia destes impostos (maioritariamente IRT) ou o crescimento da participação dos rendimentos do trabalho no PIB em resultado do aumento do salário mínimo, o que deveria ser explicado. A sua participação na

despesa total sobe de 10,1% para 10,9%, mas desce na receita não-petrolífera, de 23,9% para 23,3%.

Os impostos sobre os rendimentos das pessoas colectivas, onde o Imposto Industrial é dominante, têm uma previsão de crescimento real de 12,3%, passando o seu peso sobre o PIB não-petrolífero de 2,6% para 2,9%. O seu peso na receita total sobe de 8,4% para 10,1% e na receita não-petrolífera, de 19,9% para 21,6%. A previsão é, portanto bastante optimista, embora se possa ainda considerar dentro dos limites da razoabilidade.

Os dados da execução são confusos porque a informação refere, taxativamente, o Imposto de Propriedade (IP). Porém, os números parecem indicar que incluem todos os impostos sobre a propriedade. Apesar da indefinição, parece-nos mais adequado analisar pelo total.

Os impostos sobre a propriedade decrescem 12,5%, em termos reais, mantendo o peso de 0,1% sobre o PIB e descendo de 0,5% para 0,4% sobre a receita total e de 1,1% para 0,9% da receita petrolífera.

A riqueza paga menos de 1% dos impostos não-petrolíferos e representa apenas 0,1% da riqueza não-petrolífera produzida. É forçoso multiplicar este imposto por 20, passando a representar, no mínimo, 2% sobre o PIB não-petrolífero, por todas as razões que apontámos no capítulo sobre o ambiente de negócios, também pela necessidade de equilibrar o saldo fiscal não-petrolífero e sobretudo por um imperativo moral mínimo. O Estado não pode desvincular-se desta forma da tributação da riqueza material!

Os impostos sobre a produção referem-se quase exclusivamente à produção de diamantes, cujo crescimento real esperado é de -17%, o que está em total contradição com os preços e quantidades actuais. É também de destacar a fraca participação dos diamantes na receita do Estado, que se mantém em 0,2% do PIB não-petrolífera. A importância dos diamantes é muito reduzida. Note-se contudo que não estão aqui incluídos os impostos sobre lucros das companhias diamantíferas, mas que representam menos de metade do imposto aqui analisado.

Apesar da falta de materialidade, não se compreende o crescimento previsto para o IC. O mais provável é que a informação sobre a execução não esteja completa.

O imposto dominante na rubrica dos impostos sobre a produção e as transacções é o IVA, que tem um crescimento esperado de -5,4%, em termos reais, passando de 3,1% para 2,9% do PIB não-petrolífero! O IVA, um dos mais importantes impostos para o equilíbrio orçamental, vai reduzir-se?! Como é evidente, um imposto cuja taxa média é de 7% das transacções mas representa apenas 3% do PIB não-petrolífero devia crescer em eficácia. Torna-se difícil perceber os pressupostos usados para o cálculo deste imposto. A participação deste imposto na receita total sobe de 10,0% para 10,2%, mas o seu peso na receita não-petrolífera desce de 23,7% para 21,6%!

Os impostos sobre o comércio externo caem 27,6% em termos reais (descem mesmo em termos absolutos), o que é algo completamente inconsistente com a actual fase de crescimento do comércio externo. Não cremos que as alterações e isenções das taxas sejam suficientes para justificar o valor orçamentado. Esperávamos que o relatório de fundamentação fundamentasse os números do orçamento. Qual o dado de base de que se partiu e quais os efeitos que se esperam (reduções das taxas, aumento da actividade, etc.). É para isso que se fazem relatórios de fundamentação!

Como já referimos a nível da execução, torna-se difícil distinguir o que são outros impostos e outras receitas correntes, pelo que optámos por analisá-los conjuntamente.

A soma dos impostos e outros rendimentos correntes tem uma previsão de crescimento real de 7%. O seu peso no total da receita sobe de 39% para 45% e na receita não-petrolífera de 92% para 95%, em virtude da queda das transferências, passando de 12,2% para 12,7%, relativamente ao PIB não-petrolífero. Considerando o crescimento real de 3,1% do PIB não-petrolífero no OGE, há aqui uma melhoria da eficácia fiscal de cerca de 4% que pode ser ligeiramente exagerada, mas é aceitável.

Tabela/Gráfico 94 — OGE 2022 face à execução de 2021 — Transferências

Valores em 10 ⁹ Akz	OGE 2021	OGE 2021 em Akz de 2022	OGE 2022	Variação Relativa	% sobre OGE 2021	% sobre OGE 2022	% sb receita não-petrolífera 2021	% sb a receita não-petrolífera 2022	% sb o PIB não-petrolífero 2021	% sb o PIB não-petrolífero 2022
Transferências	328	387	247	-36,1%	3,1%	2,1%	7,4%	4,6%	1,0%	0,6%
Segurança Social	328	387	240	-38,1%	3,1%	2,1%	7,4%	4,4%	1,0%	0,6%
Outras transferências (doações+outras receitas)		0	8	#DIV/0!	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%

Fonte: MinFin.

Não sabemos o que foi inscrito sob a rubrica “contribuições sociais” da Tabela 9 do RF do OGE 22. Nos quadros anexos ao OGE, torna-se perfeitamente claro que as contribuições sociais se referem exclusivamente à rubrica 1141 — Contribuições Sociais, cujo valor inscrevemos na coluna do OGE. Porém, a Tabela 9 do RF, que é a nossa única referência para a execução, refere 335,6 mil milhões, ou seja, temos uma diferença de 88,4 ou 96,0, consoante se incluam ou não as rubricas 1142 — Contribuições Económicas e 155 — Doações e Ajudas, que registámos em outras transferências. Não conseguimos perceber a que se refere esta diferença.

Usando os dados disponíveis, as contribuições sociais descem 38% em termos reais (decrecendo em termos nominais de 328 para 240 mil milhões de Kwanzas), o que é totalmente inexplicável. De qualquer forma, o peso das contribuições sociais orçamentadas no PIB (0,6%), na receita total (2,1%) e na receita não-petrolífera (4,4%), é ridiculamente baixo, sendo exigível um plano claro para o aumento da eficácia destas contribuições.

Em conclusão, a maior parte das rubricas da receita encontra-se insuficientemente explicada e provavelmente contém erros que seria necessário apurar ou, em contrapartida, demonstrar que essas rubricas estão correctas, apresentando os correspondentes pontos de partida e pressupostos utilizados.

4.3.2.2 OGE DE 2022 FACE À EXECUÇÃO DE 2021 — DESPESA

Tabela/Gráfico 95 — OGE 2022 face à execução de 2021 — Despesa não financeira

Valores em 10 ⁹ Akz	OGE 2021	OGE 2021 em Akz de 2022	OGE 2022	Variação Relativa	% sobre OGE 2021	% sobre OGE 2022	% sb receita não-petrolífera 2021	% sb a receita não-petrolífera 2022	% sb o PIB não-petrolífero 2021	% sb o PIB não-petrolífero 2022
Despesas não financeiras	11 192	13 206	12 059	-8,7%	100,0%	100,0%	253%	222%	33,4%	29,6%
Despesas Correntes	9 433	11 131	10 092	-9,3%	84,3%	83,7%	213%	186%	28,2%	24,8%
Remuneração de empregados	2 484	2 931	2 677	-8,7%	22,2%	22,2%	56,0%	49,3%	7,4%	6,6%
Juros	2 328	2 746	3 021	10,0%	20,8%	25,1%	52,5%	55,7%	6,9%	7,4%
Internos	1 108	1 307	1 268	-3,0%	9,9%	10,5%	25,0%	23,4%	3,3%	3,1%
Externos	1 220	1 439	1 753	21,8%	10,9%	14,5%	27,5%	32,3%	3,6%	4,3%
Bens e Serviços	1 512	1 785	2 330	30,6%	13,5%	19,3%	34,1%	42,9%	4,5%	5,7%
Subsídios e transferências correntes	3 110	3 670	2 064	-43,7%	27,8%	17,1%	70,2%	38,0%	9,3%	5,1%
Subsídios a preços	210	248	820	231,2%	1,9%	6,8%	4,7%	15,1%	0,6%	2,0%
Transferências para as famílias	685	808	567	-29,8%	6,1%	4,7%	15,4%	10,5%	2,0%	1,4%
Outros subsídios e transferências	16	18	148	702,4%	0,1%	1,2%	0,4%	2,7%	0,0%	0,4%
Transferências de capital	2 200	2 596	530	-79,6%	19,7%	4,4%	49,6%	9,8%	6,6%	1,3%
Investimentos	1 759	2 075	1 967	-5,2%	15,7%	16,3%	39,7%	36,2%	5,2%	4,8%

Fonte: MinFin.

A nossa análise difere fundamentalmente da descrita na Tabela 9 do RF porque, nesta, as rubricas 42 — Transferências de Capital e 49 — Outras Despesas de Capital estão inscritas como despesa não fiscal quando, na nossa opinião, se referem a despesas fiscais.

A rubrica 42, no valor de 523 mil milhões, refere-se a transferências para fundos autónomos (261 mil milhões) e transferências para empresas (105 mil milhões) e outras transferências de capital (157 mil milhões) que não podem ser confundidas, de forma alguma, com aplicações financeiras de curto prazo. A rubrica 49 — Outras Despesas de Capital (6 mil milhões), embora não seja clara, não tem qualquer sugestão de que possa ser uma aplicação financeira. Estas são, portanto, despesas fiscais e não despesas financeiras.

Ficou em despesa financeira a rubrica 431 — Aplicação em Activos Financeiros (53,2 mil milhões), embora, mesmo relativamente a estas, seja duvidoso que sejam verdadeiros investimentos financeiros.

Por outro lado, na execução, estas despesas não aparecem, embora seja possível chegar a elas através da observação do crescimento do saldo facial da dívida, que, somado aos saldos fiscais e subtraído da verdadeira despesa financeira, deveria mostrar-nos o montante desta despesa oculta.

Não havendo dados claros sobre a composição da dívida a 31 de Dezembro de 2021, não é possível calcular correctamente o montante desta despesa oculta. Considerámos que, do montante de 2,257,3 mil milhões apresentados na execução de 2021 na Tabela 9 como aquisição de activos financeiros, 2.200 mil seriam despesa fiscal, e os restantes 57,3 mil milhões investimentos financeiros em linha com os 53,2 mil milhões previstos para 2022.

Como é evidente, a rubrica reservas, que foi arbitrariamente somada aos bens e serviços na Tabela 9, não pertence à despesa, antes constituindo parte do saldo fiscal.

Tendo isto em consideração, analisaremos agora as rubricas da despesa fiscal.

A despesa total decresce 9%, caindo de cerca de 253% para 222% da receita não-petrolífera e de 33% para 30% do PIB não-petrolífero. É extraordinariamente importante fixarmos estes números: 222% da receita não-petrolífera e 30% do PIB não-petrolífero. Se a produção petrolífera desaparecesse, teríamos de subir os impostos que pagamos em 122% para pagar esta despesa! Cerca de 30% da riqueza criada pelo trabalho e do capital angolano (a nossa participação no sector petrolífero é mínima) são gastos pelo Estado!

A despesa corrente apresenta um decréscimo real de 9%, passando de 28% para 25% do PIB não-petrolífero, representando cerca de 84% da despesa e baixando de 213% para 186% da receita não-petrolífera).

As remunerações caem 9%, indiciando que os aumentos salariais não estão contemplados no OGE. Na verdade, embora não tenhamos qualquer detalhe sobre a execução, o montante global das remunerações subiu, em termos nominais, nos anos sem aumentos da função pública desta legislatura (2018, 2020 e 2021), 12%, 3,4% e 20,1%, respectivamente, com um valor médio de 12%. O ano de 2019, com aumentos salariais percentuais de cerca de $\frac{1}{3}$ dos que agora são considerados, foi de 18,3%. Ora, o crescimento nominal do OGE 22 face à execução de 2021 é de 7,8%, o que torna quase impossível que os aumentos estejam já previstos no OGE, sobretudo quando também estão anunciados significativos crescimentos dos efectivos na área da saúde e educação e o crescimento da população exigirá um aumento dos efectivos policiais. Ou há algum milagre escondido nos números do OGE ou os aumentos salariais da função pública não estão contemplados: as duas hipóteses são graves. A primeira porque os pressupostos do OGE devem ser claros para que possamos perceber para onde vai o dinheiro de todos nós; a segunda porque, aparentemente, a sustentabilidade dos aumentos permanentes dos salários assenta sobre uma subida efémera dos preços de um recurso efémero em vias de esgotamento. Ou seja, o *deficit* relativamente à receita não-petrolífera e o peso da despesa no PIB não-petrolífero vão agravar-se.

Os aumentos são importantes, mas há que saber onde se irá reduzir para não agravarmos ainda mais o *deficit* não-petrolífero!

Sem aumentos, a massa salarial passa de 7,4% para 6,6% do PIB não-petrolífero, representando 49% da receita não-petrolífera (56% em 2021) e mantendo um peso de 22% da despesa.

Os juros crescem 10% em termos reais, embora haja um decréscimo real dos juros internos que é mais do que compensado pelo aumento de 22% dos juros externos. Os juros totais passam de 6,9 para 7,4% do PIB, 20,8% para 25% da despesa e 52,5% para 55,7% da receita não-petrolífera. São necessários mais de metade dos nossos impostos para pagar o nível actual de juros! Sem os aumentos salariais, os juros tornam-se a despesa mais importante do OGE!

Infelizmente, não existe detalhe da execução de bens e serviços. Os bens deveriam crescer, e os serviços reduzir-se para que aumentasse a eficácia na utilização do pessoal, mas não temos informação sobre o que aconteceu. Aliás, na Tabela 9, os bens ou serviços (não sabemos qual das rubricas) são acrescentados da reserva orçamental, o que não tem qualquer cabimento!

A rubrica bens e serviços cresce 30,6% em termos reais, passando de 4,5% para 5,7% do PIB não-petrolífero e subindo de 13,5% para mais de 19% da despesa e de 34% para 43% da receita não-petrolífera. Era fundamental o aumento proporcional desta rubrica para que os serviços públicos se tornassem eficazes, acabando-se com os eternos, “não há cartões”, “não há medicamentos”, “não há comida para os doentes”, etc. Infelizmente, nem este aumento parece ser suficiente.

A rubrica subsídios e transferências decresce significativamente com a redução prevista da despesa fiscal oculta, apresentada aqui na sub-rubrica transferências de capital. A sua análise como um todo não tem grande sentido.

Os subsídios a preços crescem 231%, aparentemente por se ter assumido parte dos subsídios aos combustíveis, embora, mais uma vez, nada se explique no relatório-que-devia-ser-de-fundamentação. Diz-se que os subsídios aos combustíveis rondarão os 1,3 a 1,5 biliões de Kwanzas pelo que um aumento líquido real de 570 mil milhões nos subsídios a preços representará menos de metade daquele montante.

Com o valor apresentado no OGE, os subsídios a preços representam 2% da riqueza não-petrolífera criada, 7% da despesa total e 15% da receita não-petrolífera.

As transferências para as famílias caem 30% em termos reais (descem mesmo em valor absoluto), passando de 2,0% para 1,4% do PIB não-petrolífero, de 6% para menos de 5% da despesa e de cerca de 15,5% para 10,5% da receita não-petrolífera. O apoio aos mais necessitados não é claramente, pela análise destes números, uma prioridade!

As transferências de capital decrescem quase 80%, passando de 6,6% para 1,3% do PIB não-petrolífero. Porém, na execução, são sempre muito superiores ao que estava orçamentado. Na verdade, no OGE de 2021 estavam orçamentados 333,0 mil milhões, e, pelo que se percebe da Tabela 9, o seu valor real ultrapassou os 2,2 biliões, como aliás tem acontecido em todos os anos desta legislatura. Tratando-se de despesa que não é reportada nos Relatórios de Execução Fiscal sob o pretexto de ser despesa de natureza financeira, há um colossal montante de fundos que escapa totalmente ao escrutínio quer dos jornalistas quer da maior parte dos analistas. É necessário pôr cobro a esta situação GRAVÍSSIMA!

Os investimentos decrescem 5% em termos reais, passando de 5,2% para 4,8% do PIB não-petrolífero. O seu peso na despesa sobe de 15,7 para 16,3%, baixando na receita não-petrolífera de 39,7% para 36,2%. A proporção de 16,3% para 83,7% entre a despesa corrente e de investimento parece-nos agora adequada, embora parte dela se deva ao valor dos subsídios a preços e transferências de capital, que, pura e simplesmente, não deveriam existir, pelo que a proporção se aproximaria mais de 18%/82%, um pouco acima do ideal, mas no limite do aceitável.

4.3.2.3 OGE DE 2022 FACE À EXECUÇÃO DE 2021 — SALDOS ORÇAMENTAIS
Tabela/Gráfico 96 — OGE 2022 face à execução de 2021 — Saldos orçamentais

Valores em 10 ⁹ Akz	OGE 2021	OGE 2021 em Akz de 2022	OGE 2022	Variação Relativa	% sb receita não-petrolífera 2021	% sb a receita não-petrolífera 2022	% sb o PIB não-petrolífero 2021	% sb o PIB não-petrolífero 2022
Saldo Fiscal	-717	-846	-513	-39,3%	-16,2%	-9,5%	-2,1%	-1,3%
Saldo Primário	1 611	1 901	2 508	31,9%	36,3%	46,2%	4,8%	6,2%
Saldo Fiscal não petrolífero	-6 760	-7 976	-6 429	-19,4%	-152,5%	-118,4%	-20,2%	-15,8%

Fonte: MinFin.

O saldo fiscal efectivo (incluindo a despesa oculta) em 2021 rondará os -700 mil milhões negativos. Todos os saldos fiscais, quer este quer os anteriores, são negativos, uma vez considerada a despesa financeira, que na verdade corresponde a transferências para empresas estatais para cobrir prejuízos e não investimento financeiro. O saldo fiscal decresce 38% em termos reais, para cerca de 500 mil milhões, representando uma descida de -2,1% para -1,3% do PIB não-petrolífero e de cerca de -16% para -10% da receita não-petrolífera.

O saldo primário (sem juros) cresce cerca de 32%, passando de cerca de 5% para 6% do PIB não-petrolífero e 36% para 46% da receita não-petrolífera.

O saldo não-petrolífero decresce, em termos reais, 19,4%, para -6,4 biliões, passando de cerca de -20% para -16% do PIB não-petrolífero e de cerca de -152% para -118% da receita não-petrolífera.

Se é certo que o Estado está a viver à custa do petróleo, poderemos argumentar que há que aproveitar a benesse desse recurso natural. Por um lado, é imoral que a geração actual se considere dona dos recursos petrolíferos, consumindo este recurso e nada deixando para os angolanos do futuro. Porém, aí já pouco há a fazer, não vamos deixar nada para os nossos filhos e netos! Mas pelo menos não lhes deixemos, além desse nada, uma situação negativa insustentável com uma despesa muito superior ao que é possível pagar. A produção de petróleo está em constante queda acelerada desde 2014. As inúmeras tentativas de atracção de investimento ainda não tiveram qualquer sucesso, e a produção tem caído a um ritmo superior ao das previsões sem novas reservas, devendo esgotar-se entre 2030 e 2032. O actual rendimento do petróleo é efémero porque as condições para a manutenção do preço são meramente conjunturais, e a queda das quantidades tem sido irreversível.

Temos 8 anos para passar de uma situação catastrófica, em que a despesa representa 222% da receita não-petrolífera, para uma situação equilibrada, próxima dos 100%. Pelos nossos cálculos, isso corresponde a um ponto de equilíbrio à volta de 19% do PIB não-petrolífero. É necessário subir a receita não-petrolífera dos actuais 13,3% para 19% do PIB não-petrolífero, o que representa um agravamento de impostos de cerca de 40% e uma redução da despesa de cerca de 30% para 19% do PIB não-petrolífero, o que representa uma redução de cerca de 35% da despesa (28%, se eliminarmos os subsídios a preços e as transferências de capital que não têm qualquer justificação para se manter).

Gostaríamos de perceber qual é a parte desta equação que os comentadores, técnicos e políticos dos vários quadrantes continuam a não entender!

4.3.3 OGE DE 2022 — FACE AO OGE DE 2021
4.3.3.1 OGE DE 2022 — FACE AO OGE DE 2021 — RECEITA POR NATUREZA
Tabela/Gráfico 97 — OGE 2022 face ao OGE 2021 — Receita não financeira por Natureza

Valores em 10 ⁹ Akz	OGE 2021	OGE 2021 em Akz de 2022	OGE 2022	Variação Absoluta	Variação Relativa	% sobre OGE 2021	% sobre OGE 2022	% sb a receita não-petrolífera 2022	% sb o PIB não-petrolífero 2022
Receitas Não financeiras	8 260,4	9 747,3	11 546	1 798,7	18,5%	100,0%	100,0%		21,2%
Receitas Correntes	8 260,4	9 747,3	11 544	1 796,5	18,4%	100,0%	100,0%		21,2%
Rendimentos do Petróleo	4 059,2	4 789,9	6 118	1 328,1	27,7%	49,1%	53,0%		44,3%
Impostos e Taxas Petrolíferas	1 272,5	1 501,6	2 069	567,5	37,8%	15,4%	17,9%	33,8%	15,0%
Imposto sobre Rendimentos de Indústrias Petr	865,2	1 020,9	1 404	383,5	37,6%	10,5%	12,2%	23,0%	10,2%
Direitos da concessionária	2 786,7	3 288,3	4 049	760,6	23,1%	33,7%	35,1%	66,2%	29,3%
Impostos Não-petrolíferos	3 479,9	4 106,3	4 568	461,3	11,2%	42,1%	39,6%	84,1%	11,2%
Impostos sobre rendimento	1 655,3	1 953,2	2 432	479,3	24,5%	20,0%	21,1%	44,8%	6,0%
Rendimento das pessoas singulares (IRT e IAC	829,1	978,3	1 262	284,2	29,0%	10,0%	10,9%	23,3%	3,1%
Rendimento das pessoas colectivas (LInd. e IE	826,2	974,9	1 170	195,1	20,0%	10,0%	10,1%	21,6%	2,9%
Impostos sobre a Propriedade	66,7	78,7	49	-29,7	-37,7%	0,8%	0,4%	0,9%	0,1%
IPU	55,2	65,2	28	-37,0	-56,7%	0,7%	0,2%	0,5%	0,1%
Sisa	9,1	10,7	16	5,7	52,8%	0,1%	0,1%	0,3%	0,0%
Outros	2,4	2,8	4	1,6	57,4%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
Impostos sobre a produção e transacções	1 064,8	1 256,5	1 325	69,0	5,5%	12,9%	11,5%	24,4%	3,3%
Imposto sobre a produção	28,3	33,3	71	38,0	113,8%	0,3%	0,6%	1,3%	0,2%
Impostos sobre transacções internas (IC e outr	48,8	57,6	82	24,2	42,0%	0,6%	0,7%	1,5%	0,2%
IVA	987,7	1 165,5	1 172	6,9	0,6%	12,0%	10,2%	21,6%	2,9%
Impostos sobre o comércio internacional	280,7	331,2	331	-0,5	-0,1%	3,4%	2,9%	6,1%	0,8%
Outros impostos e taxas (Selo ...)	412,4	486,7	430	-56,8	-11,7%	5,0%	3,7%	7,9%	1,1%
Transferências	329,9	389,3	247	-142,1	-36,5%	4,0%	2,1%	4,6%	0,6%
Segurança Social	328,0	387,1	240	-147,5	-38,1%	4,0%	2,1%	4,4%	0,6%
Outras transferências (doações+outras receitas)	1,9	2,2	8	5,4	242,7%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%
Outros rendimentos correntes	391,4	461,9	611	149,2	32,3%	4,7%	5,3%	11,3%	1,5%
Rendimentos de Capital (não financeiros)	0,0	0,0	2	2,2	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Por memória: Rendimentos Não Petrolíferos	4 201,2	4 957,4	5 428	470,6	9,5%	50,9%	47,0%	100%	13,3%

Fonte: MinFin.

Para apurar os valores em Kwanzas de 2022, usámos o crescimento do índice de inflação do ano de 2022.

A receita não financeira cresce, em termos reais, cerca de 19% com relação ao ano de 2021, bastante influenciado pelos rendimentos do petróleo, que crescem cerca de 28%, representando 53% da receita não financeira e 44% do PIB petrolífero.

O imposto sobre os rendimentos da indústria petrolífera, com um crescimento previsto de 38%, +383,5 mil milhões de Kwanzas, em termos reais, e os direitos da concessionária, 23%, +760,6 mil milhões de Kwanzas, mostram-se preponderantes para a execução efectiva da receita.

Com relação ao orçamento de 2021, os impostos não-petrolíferos em 2022 apresentam uma variação absoluta positiva de +461,3 mil milhões de Kwanzas, em termos reais, e relativa de +11%. No entanto, a sua participação sobre a receita não financeira cai 2 p.p. quando comparada com o período transacto, em função da previsão mais optimista sobre os rendimentos do petróleo.

Os impostos não-petrolíferos representam cerca 84% da receita não-petrolífera e 11% do PIB não-petrolífero.

Nessa rubrica, enquanto os impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e colectivas, bem como sobre a produção e transacções, crescem, cerca de 25% e 6%, respectivamente, com relação ao ano de 2021, o imposto sobre a propriedade cai, em termos reais, -30 mil milhões de Kwanzas, cerca de -38%.

Os impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e colectivas têm um peso elevado, pois representam mais de 1/3 da receita não-petrolífera prevista e 6% do PIB não-petrolífero.

Neste ano, em termos reais, o Estado espera arrecadar das pessoas singulares cerca de 284 mil milhões de Kwanzas a mais do que no ano passado e das pessoas colectivas (empresas) cerca de 195 mil milhões de Kwanzas a mais do que no ano de 2021.

No entanto, o Relatório de Fundamentação do OGE 2022 não indica claramente como se procederá para aumentar a arrecadação a esses níveis. Aventavam-se as hipóteses de essas receitas virem dos

milhares de postos de trabalho criados na função pública, dos milhares de negócios que têm sido formalizados, etc. Nenhum órgão competente do Estado se pronunciava, e pouca ou nenhuma discussão havia entre os especialistas, até que surgiu o anúncio sobre o aumento do salário mínimo nacional!

Talvez pela rapidez na arrecadação desses impostos, mantém-se a apetência pela tributação dos rendimentos e das transacções em detrimento da propriedade: quem possui muitas propriedades quase nada paga; e em 2022 pagará ainda menos, em termos reais.

A participação do imposto sobre a propriedade na receita cai de 2%, em 2019, para 0,4%, em 2022, não atingindo sequer 1% da receita não-petrolífera e representando apenas 0,1% do PIB não-petrolífero! É preciso tributar a propriedade! Titulem a propriedade!

Devido às medidas de alívio fiscal, embora o IVA continue a apresentar-se como o “carro chefe” dos impostos sobre a produção e transacções, o seu peso sobre as receitas cai 2 p.p. quando comparado com o ano de 2021.

No global, as receitas resultantes das transferências decrescem, em termos reais, -142 mil milhões de Kwanzas, cerca de -37%, comparativamente com 2021; representam aproximadamente 5% da receita não-petrolífera e menos de 1% do PIB não-petrolífero.

A contribuição da Segurança Social cai, em termos reais, -147,5 mil milhões de Kwanzas, cerca de -38%, em parte devido à inflação. Porém, o comportamento dessa rubrica também é pouco claro! Se há uma previsão de aumento na arrecadação de impostos sobre as pessoas singulares na ordem de 29%, sendo certo que grande parte desse imposto (74%) provém do IRT por conta de outrem e que as remunerações até 70 mil Kwanzas estão isentas de IRT mas não isentas da contribuição para a Segurança Social, porque é que a Segurança Social decresce?

Os outros rendimentos correntes crescem 32%, cerca de +149 mil milhões de Kwanzas, com relação ao ano de 2021, representando 11% das receitas não-petrolíferas e cerca de 2% do PIB não-petrolífero. O peso dessa conta na receita não financeira mantém-se nos 5%.

Os rendimentos não-petrolíferos somam 5,4 biliões de Kwanzas, em 2022, representando um acréscimo, em termos reais, de +470,6 mil milhões de Kwanzas, comparativamente ao ano de 2021.

A previsão da receita ora apresentada indica alguma prudência no que se refere aos proventos do petróleo. No entanto, é preciso que tal prudência não resvale no conformismo; no vamos gerindo até onde der, sob pena de colocar em risco a solvabilidade do Estado, no médio/longo prazo. Quando comparada a participação das rubricas entre um período e outro, verifica-se uma estagnação ou redução das mesmas, com excepção da rubrica rendimentos do petróleo, cujo comportamento independente vai alterando para mais ou menos a participação das demais rubricas. E quando o petróleo acabar?

Conforme discutido na parte sobre o ambiente de negócios, a transformação da riqueza em capital é de suma importância para a dinamização da economia. Há riqueza. Mas está estagnada. Precisa ser titulada para que se transforme em capital e gere rendimentos tributáveis. É com receitas provenientes da tributação não-petrolífera que o Estado deve procurar manter-se para que o que for obtendo do petróleo seja canalizado para o bom investimento e o serviço da dívida.

4.3.3.2 OGE DE 2022 — FACE AO OGE DE 2021 — DESPESA POR NATUREZA
Tabela/Gráfico 98 — OGE 2022 face ao OGE 2021 — Despesa não financeira por Natureza

Valores em 10 ⁹ Akz	OGE 2021	OGE 2021 em Akz de 2022	OGE 2022	Variação Absoluta	Variação Relativa	% sobre OGE 2021 em Akz 2022	% sobre OGE 2022	% sb a receita não-petrolífera 2022	% sb o PIB não-petrolífero 2022
Despesas não financeiras	9 438,6	11 137,5	12 059	921,9	8,3%	100,0%	104,4%	222%	29,6%
Despesas Correntes	8 013,2	9 455,6	10 092	636,8	6,7%	84,9%	83,7%	186%	24,8%
Remuneração de empregados	2 483,6	2 930,7	2 677	-253,7	-8,7%	26,3%	22,2%	49,3%	6,6%
Juros	2 802,2	3 306,6	3 021	-285,6	-8,6%	29,7%	25,1%	55,7%	7,4%
Internos	1 132,3	1 336,1	1 268	-68,5	-5,1%	12,0%	10,5%	23,4%	3,1%
Externos	1 669,9	1 970,5	1 753	-217,0	-11,0%	17,7%	14,5%	32,3%	4,3%
Bens e Serviços	1 257,3	1 483,6	2 330	846,3	57,0%	13,3%	19,3%	42,9%	5,7%
Bens	339,6	400,7	820	418,9	104,6%	3,6%	6,8%	15,1%	2,0%
Serviços excepto taxa de supervisão	778,4	918,5	1 308	389,4	42,4%	8,2%	10,8%	24,1%	3,2%
Taxas de supervisão	139,3	164,4	202	38,0	23,1%	1,5%	1,7%	3,7%	0,5%
Subsídios e transferências correntes	1 470,1	1 734,8	2 064	329,7	19,0%	15,6%	17,1%	38,0%	5,1%
Subsídios a preços	175,6	207,3	820	612,6	295,6%	1,9%	6,8%	15,1%	2,0%
Transferências para as famílias	595,8	703,0	567	-135,8	-19,3%	6,3%	4,7%	10,5%	1,4%
Outros subsídios e transferências	123,0	145,1	148	2,6	1,8%	1,3%	1,2%	2,7%	0,4%
Transferências de capital	575,7	679,4	530	-149,8	-22,0%	6,1%	4,4%	9,8%	1,3%
Investimentos	1 425,3	1 681,9	1 967	285,1	17,0%	15,1%	16,3%	36,2%	4,8%
Construção de Imóveis	184,1	217,3	229	11,2	5,2%	2,0%	1,9%	4,2%	0,6%
Construção de infraestruturas e instalações	823,8	972,1	1 137	164,8	17,0%	8,7%	9,4%	20,9%	2,8%
Meios e Equipamentos de transportes	84,4	99,6	116	16,1	16,2%	0,9%	1,0%	2,1%	0,3%
Outros Investimentos	333,0	393,0	486	92,9	23,6%	3,5%	4,0%	9,0%	1,2%
Por memória: Rendimentos Não Petrolíferos	4 045,7	4 773,9	5 428						

Fonte: MinFin.

Para apurar os valores em Kwanzas de 2022, usámos o crescimento do índice de inflação do ano de 2022.

Comparativamente com o ano de 2021, a despesa não financeira cresce, em termos reais, +922 mil milhões de Kwanzas, cerca de +8%, correspondendo a cerca de 30 % do PIB não-petrolífero.

Em 2022, a despesa com remuneração dos empregados cresce, em termos nominais, +8%, saindo de 2.484 mil milhões de Kwanzas em 2021 para 2.677 mil milhões de Kwanzas em 2022 e apresentando uma variação de 193 mil milhões de Kwanzas. Porém, decresce, em termos reais, -9% em parte devido a inflação, representando uma perda de -254 mil milhões de Kwanzas quando comparada com o ano de 2021.

No entanto, essa rubrica também fica pouco clara quando correlacionada com as receitas provenientes do IRT e da Segurança Social.

Supondo que este remanescente de 193 mil milhões Kwanzas, em termos nominais, seja a parcela para acomodar o aumento do salário mínimo da função pública e os ajustes nos escalões intermédio e alto, quanto, deste aumento, contribuiria para a receita em sede do IRT por conta de outrem cujo acréscimo com relação ao ano de 2021, em termos nominais, se prevê ser de 316 mil milhões de Kwanzas, sendo certo que os salários até 70 mil Kwanzas estão isentos do IRT? E quanto contribuiria para a Segurança Social?

O adiamento do pagamento de parte do serviço da dívida, agora até 2023, continua a afectar positivamente essa despesa. Os juros decrescem, em termos reais, -9%, representando 25% da despesa não financeira, 7% do PIB não-petrolífero e mais de 55% da receita total não financeira. Contudo, face aos actuais preços do petróleo, o adiamento que acabámos de referir irá provavelmente terminar este ano.

O peso dessa rubrica no total da despesa não financeira decresce cerca de -5 p.p., comparativamente com o ano de 2021.

Estamos convictos de que os juros não devem ultrapassar mais de 10% da receita. Para que este equilíbrio se possa alcançar, assumindo que as taxas de juros sobre a dívida se mantiverem, teríamos

de reduzir o volume da dívida, que não deveria ultrapassar 30% do PIB não-petrolífero, em mais de 80%!

Este esforço revela-se já muito difícil de alcançar, pelo que teremos, provavelmente, de optar por um equilíbrio intermédio, destinando mais recursos ao pagamento de juros, reduzindo a despesa primária e aumentando os impostos.

Uma abordagem sobre esse tema pode ser encontrada na secção sobre a estratégia fiscal, no relatório do 1.º Semestre de 2021, disponível no *site* do CINVESTEC.

As rubricas de Bens e Serviços crescem, em termos gerais, 57%, (+846 mil milhões Kwanzas), representando 19% da despesa não financeira e correspondendo a 6% do PIB não-petrolífero.

Comparativamente com o ano de 2021, o peso dessa rubrica na despesa total não financeira passou de 13% para 19%. Esse crescimento de cerca de 6 p.p. é bastante positivo. Esta despesa representa 43% da receita não-petrolífera.

Esse crescimento foi muito influenciado pela conta de Bens, que apresenta uma variação absoluta positiva de +419 mil milhões de Kwanzas, correspondendo a um crescimento de cerca 105%, comparativamente com o ano de 2021, representando 9% da despesa não financeira e mais de 15% da receita não-petrolífera.

A conta de Serviços também cresceu, em termos gerais, +42%, com relação ao ano de 2021.

Obviamente, não é possível ainda ver-se o efeito desses aumentos nas infra-estruturas e nos serviços do Estado. Aguardamos a execução. No entanto, na nossa opinião, é preciso que os valores não sejam rateados para tentar resolver todos os problemas de uma só vez. Definam a prioridade, foquem-se e solucionem o problema. O cidadão precisa de sentir a qualidade dos serviços fornecidos pelo Estado, nem que seja pelo menos em algumas instituições.

Os Subsídios e Transferências Correntes crescem, em termos reais, 19%, com uma participação acima de 17% sobre as despesas não financeiras, representando 38% da receita não-petrolífera e cerca de 5% do PIB não-petrolífero.

Contudo, o apoio social directo às famílias decresce tanto em termos nominais, -5%, como em termos reais, -19%, não obstante a crise humanitária resultante da Covid-19 e não só!

O peso dessa conta na despesa total não financeira recua cerca de 2 p.p. (de 6,3% para 4,7%), quando comparado com o ano de 2021. Embora represente 11% da receita total não financeira, representa apenas 1,4% do PIB não-petrolífero. O apoio social em 2022 prevê-se mais reduzido.

Já os subsídios a preços sobem cerca de 296%, representando 7% da despesa não financeira, 2% do PIB não-petrolífero e 15% da receita total não-petrolífera.

Não identificamos no relatório de fundamentação do OGE 2022 nenhuma referência clara a essa despesa que sai de 207 mil milhões de Kwanzas, em 2021, para 820 mil milhões de Kwanzas, em 2022, resultando num acréscimo de +613 mil milhões de Kwanzas, em termos reais, mas é provável que se trate da orçamentação, pelo menos parcial, dos subsídios a combustíveis.

A despesa de Capital/investimentos não financeiro cresce, em termos reais, 17%, representando 16% da despesa total não financeira, 36% da receita não-petrolífera e 5% do PIB não-petrolífero.

Destaca-se nesta despesa o investimento em construção de infra-estruturas e instalações, com um aumento, em termos reais, de +165 mil milhões de Kwanzas, comparativamente com o ano de 2021.

A construção de infra-estruturas e instalações cresce em termos reais 17%, correspondendo a cerca de 9% da despesa não financeira, 21% da receita não-petrolífera e 3% do PIB não-petrolífero.

4.3.3.3 OGE DE 2022 — FACE AO OGE DE 2021 — DESPESA POR FUNÇÃO
Tabela/Gráfico 99 — OGE 2022 face ao OGE 2021 — Despesa por função

Valores em 10 ⁹ Akz	OGE 2021	OGE 2021 em Akz de 2022	OGE 2022	Variação Relativa	% sobre OGE 2021	% sobre OGE 2022	% sb receita não-petrolífera 2021	% sb a receita não-petrolífera 2022	% sb o PIB não-petrolífero 2021	% sb o PIB não-petrolífero 2022
Sector Social e Segurança pública	3 514,6	4 147,2	4 338,4	4,6%	37,2%	36,0%	86,9%	79,9%	11,0%	10,6%
Educação	1 023,1	1 207,3	1 244,8	3,1%	10,8%	10,3%	25,3%	22,9%	3,2%	3,1%
Saúde	851,1	1 004,3	905,5	-9,8%	9,0%	7,5%	21,0%	16,7%	2,7%	2,2%
Protecção social	561,1	662,1	639,2	-3,5%	5,9%	5,3%	13,9%	11,8%	1,8%	1,6%
Habitação e serviços comunitários	314,3	370,9	684,6	84,6%	3,3%	5,7%	7,8%	12,6%	1,0%	1,7%
Segurança pública	709,0	836,6	773,4	-7,6%	7,5%	6,4%	17,5%	14,2%	2,2%	1,9%
Outros:	56,0	66,1	90,9	37,6%	0,6%	0,8%	1,4%	1,7%	0,2%	0,2%
Recreação, cultura e religião	45,5	53,7	77,0	43,4%	0,5%	0,6%	1,1%	1,4%	0,1%	0,2%
Protecção ambiental	10,5	12,4	13,9	12,2%	0,1%	0,1%	0,3%	0,3%	0,0%	0,0%
Assuntos económicos	1 046,7	1 235,1	1 362,9	10,3%	11,1%	11,3%	25,9%	25,1%	3,3%	3,3%
Combustíveis e energia	402,3	474,7	418,4	-11,9%	4,3%	3,5%	9,9%	7,7%	1,3%	1,0%
Transportes	318,3	375,6	517,7	37,8%	3,4%	4,3%	7,9%	9,5%	1,0%	1,3%
Agricultura	274,3	323,7	324,4	0,2%	2,9%	2,7%	6,8%	6,0%	0,9%	0,8%
Outros	51,8	61,1	102,4	67,5%	0,5%	0,8%	1,3%	1,9%	0,2%	0,3%
Defesa	627,2	740,1	750,6	1,4%	6,6%	6,2%	15,5%	13,8%	2,0%	1,8%
Serviços públic. gerais e Assuntos Ec. gerais, comerciais e laborais	1 801,2	2 125,4	2 740,1	28,9%	19,1%	22,7%	44,5%	50,5%	5,6%	6,7%
Total	6 989,7	8 247,8	9 192,0	11,4%	74,1%	76,2%	172,8%	169,3%	21,9%	22,6%

Fonte: MinFin.

Somámos a segurança pública com as despesas sociais porque parte significativa dela é destinada à função social de protecção dos cidadãos. Não gostamos de ver a segurança pública junto com a defesa, que, essa sim, é um organismo de protecção do Estado, enquanto a primeira é um organismo de defesa dos cidadãos. Sabemos que não é assim que o nosso Estado e a CRA vêm a função de segurança pública; mas por isso mesmo não nos cansamos de repetir que é assim que ela deveria ser vista.

Esta soma cresce, em termos reais, 4,6%, representando perto de 11% do PIB não-petrolífero, descendo de 37,3% para 36% da despesa e de cerca de 87% para 79% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar de 36% para cerca de 75% da despesa!

A Educação cresce 3,1% em termos reais, representando cerca de 3% do PIB não-petrolífero, descendo de 10,8% para 10,3% da despesa e de cerca de 25% para 23% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar de 10% para cerca de 15% da despesa!

A saúde decresce cerca de 10% em termos reais, representando menos de 3% do PIB não-petrolífero, descendo de 9% para 7,5% da despesa e de cerca de 21% para 16,7% da receita não-petrolífera. Não se compreende esta redução da despesa real com a saúde: pensamos que deveria passar de 7,5% para cerca de 14% da despesa!

A protecção social decresce 3,5% em termos reais, representando menos de 2% do PIB não-petrolífero, descendo de 6% para 5,3% da despesa e de cerca de 14% para 11% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar de 5,3% para cerca de 25% da despesa! Este é o principal problema do nosso Estado: tenta subsidiar e tratar de tudo em vez de transferir rendimentos para os mais necessitados!

A habitação social cresce 85% em termos reais. Cresce sempre exponencialmente em vésperas de eleições! Passa de 1,0% para 1,7% do PIB não-petrolífero, aumentando de 3,3% para 5,7% da despesa e de cerca de 8% para 12% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar dos actuais 6% para cerca de 10% da despesa!

Contudo, aqui o problema é outro, porque nenhuma da actual despesa em habitação é despesa social!

Trata-se de habitações para a classe média e para funcionários públicos que deviam ter o seu problema resolvido pelo mercado. Como o Estado não permite o acesso a terrenos e a livre actuação

dos promotores e demais agentes imobiliários, não existem habitações a preço de mercado para as classes intermédias. Reconhecendo o problema político e social que é a falta de habitação para a classe média, o Estado promove a sua solução, em vez de fazer habitação social, destinada aos mais necessitados, que assim ficam totalmente desprotegidos e desprovidos de condições dignas de habitação. É necessário que o Estado deixe o mercado actuar e que dirija os seus esforços para garantir uma habitação minimamente condigna para os mais pobres!

A segurança pública decresce 7,6% em termos reais, representando cerca de 2% do PIB não-petrolífero, descendo de 7,5% para 6,4% da despesa e de 17,5% para 14,0% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar dos actuais 6% para cerca de 10% da despesa! A segurança dos cidadãos e das empresas é um assunto muito importante para a melhoria do ambiente de negócios. É certo que o *deficit* de meios da segurança pública tem sido resolvido na execução. Mas não é assim que o problema se resolve.

Os outros serviços sociais crescem 37%, mas são meramente residuais, representando cerca de 0,2% do PIB não-petrolífero, subindo de 0,6% para 0,8% da despesa e de 1,4% para 1,7% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar dos actuais 0,8% para cerca de 1,5% da despesa!

Os assuntos económicos crescem cerca de 10% em termos reais, representando cerca de 3,3% do PIB não-petrolífero, mantendo-se em cerca de 11% da despesa e em cerca de 25% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveriam passar dos actuais 11% para cerca de 16,5% da despesa, centrando-se, nesta fase, nas infraestruturas de transporte, energia e águas. O problema mais importante da nossa agricultura reside na falta de infraestruturas de transporte e na inexistência de camionistas e comerciantes fora das grandes cidades. É esse o problema que temos de resolver; depois virá a produtividade agrícola, mas não antes de se resolver o problema da comercialização!

A defesa cresce 1,4%, em termos reais, representando cerca de 2% do PIB não-petrolífero, descendo de 6,6% para 6,2% da despesa e de 15,5% para 13,8% da receita não-petrolífera. Na defesa temos o problema social dos antigos militares, que deve ser resolvido, passando a despesa social das Forças Armadas para a esfera do apoio social. Após esta clarificação, a defesa não deve ultrapassar os 4% da despesa.

O segundo grande problema do nosso OGE, depois da insuficiência do apoio social aos mais necessitados, é a monstruosidade da burocracia de Estado, que cresce quase 30% (as eleições poderão justificar parcialmente este aumento), representando cerca de 7% de toda a riqueza não-petrolífera e passando de cerca de 19% para 23% da despesa e de cerca de 44% para 50% da receita não-petrolífera. O gasto com os serviços gerais do Estado deve baixar drasticamente dos actuais 23% para não mais de 4% da despesa. É preciso fazer uma autêntica revolução antiburocrática no país. É que esta despesa, além de cara, é extremamente prejudicial à economia e à vida dos cidadãos!

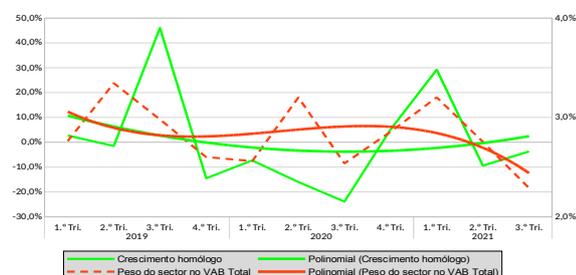
5 ANEXOS

5.1 ANEXO 1 — VAB DOS RESTANTES SECTORES

5.1.1 INDÚSTRIA EXTRACTIVA

Tabela/Gráfico 100 — Evolução do VAB da actividade extractiva

Fonte: INE.

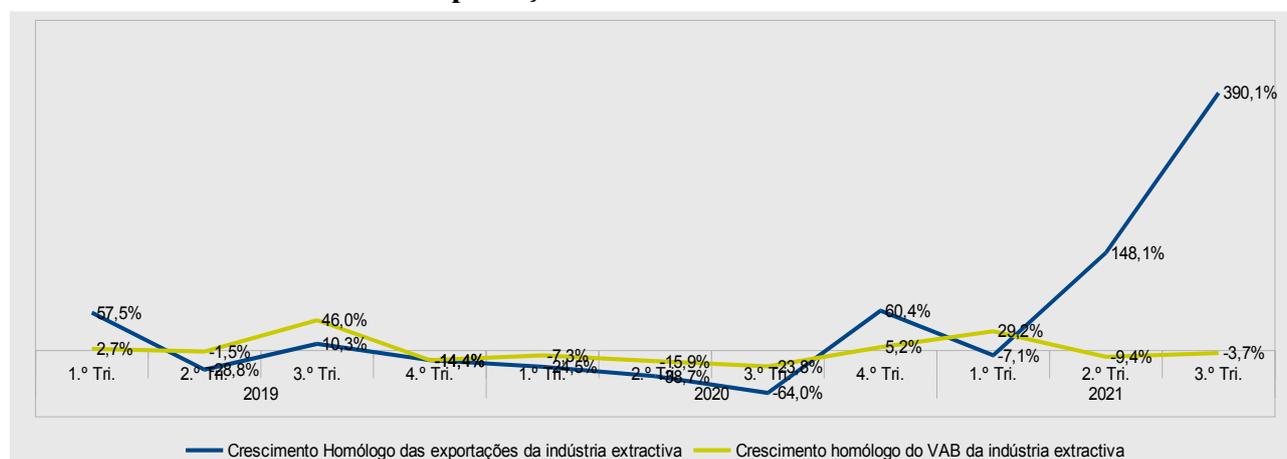


Este sector é composto, maioritariamente, pela produção de diamantes brutos para exportação.

Ignorando o pico do 3.º Trimestre de 2019, a curva do crescimento homólogo desce acentuada e regularmente entre +5% e -24% até ao 3.º Trimestre de 2020, recuperando depois para 5%, no 4.º Trimestre de 2020.

Em 2021, assistimos a um movimento irregular, com um pico de +29% no 1.º Trimestre e quedas de -9% e -4% nos 2.º e 3.º Trimestres, respectivamente.

Tabela/Gráfico 101 — VAB e exportações da indústria extractiva



Fontes: INE e BNA.

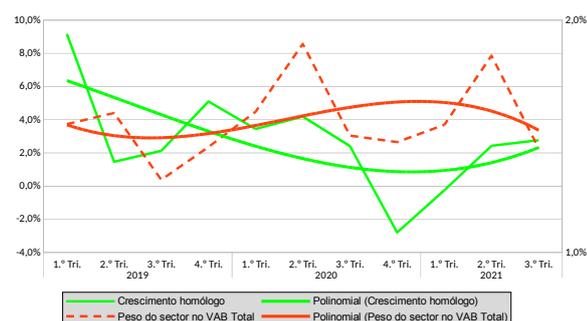
Comparando a evolução do VAB com a das exportações da indústria extractiva (diamantes, mármore e granitos), verificamos, mais uma vez, a incapacidade do cálculo do INE em apreender o VAB do sector, mostrando o seu crescimento em termos de produção e não em valor económico medido através do conjunto de produtos nacionais a que corresponde. Os rendimentos do sector crescem quase 400%, no 3.º Trimestre de 2021, mas o INE reconhece uma queda de -4%!

O peso do sector é irrisório, com uma linha de tendência quase horizontal, próxima de 3% até ao 2.º Trimestre de 2021, mas com queda para próximo de 2,5% no 3.º Trimestre.

5.1.2 ELECTRICIDADE E ÁGUA

Tabela/Gráfico 102 — Evolução do VAB do sector eléctrico e das águas

Fonte: INE.



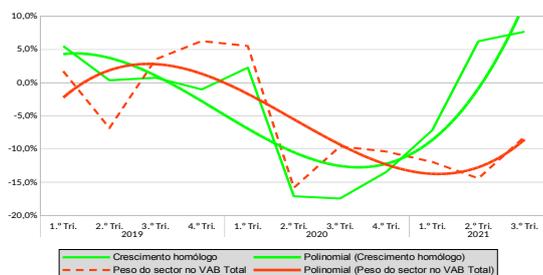
Após um crescimento de 10%, no 1.º Trimestre de 2019, os crescimentos estabilizam à volta de 4% entre os 2.ºs Trimestres de 2019 e 2020, baixando com a pandemia até -2%, no 4.º Trimestre, e recuperando para +2,4% e 2,8%, nos 2.º e 3.º Trimestres de 2021. A linha de tendência descreve agora uma curva convexa com mínimo no final de 2020.

O peso do sector é muito reduzido, situando-se próximo em 1,5%. Não se entende muito bem o que significa este sector, uma vez que a distribuição de energia e água sempre apresentou um crescimento significativo, que deveria estar aqui patente.

5.1.3 PRODUÇÃO TOTAL DE BENS E DE SERVIÇOS

Tabela/Gráfico 103 — Evolução do VAB da produção total de bens

Fonte: INE.



A inconsistência dos dados dos VAB do INE depois da pandemia expressa-se nos gráficos da produção total de bens e de serviços, que, obviamente, apresentam variações quase simétricas.

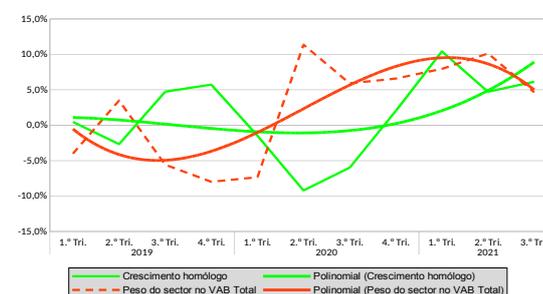
A produção total de bens apresenta variações positivas contínuas, embora com tendência para a estagnação, entre os 1.º e 4.º Trimestres de 2019. O VAB da produção de bens entra em terreno negativo mesmo antes da pandemia, caindo acentuadamente até -17,5%,

no 3.º Trimestre de 2020, e recuperando depois em flecha ascendente até 6,2% e 7,7%, nos 2.º e 3.º Trimestres de 2021. Ao contrário de todos os países do mundo, a nossa produção cai suavemente e recupera estrondosamente. Sempre um país atípico!

O peso da produção de bens cai com a pandemia, de 39% para 36%!

Tabela/Gráfico 104 — Evolução do VAB da produção de Serviços

Fonte: INE.



Os serviços, cujo crescimento rondava os 5% no final de 2019, caem no 1.º Trimestre de 2020 para -10%, no auge da pandemia (2.º Trimestre de 2020), mas crescem vigorosamente para +10%, no 1.º Trimestre de 2021, e depois 5% nos trimestres seguintes.

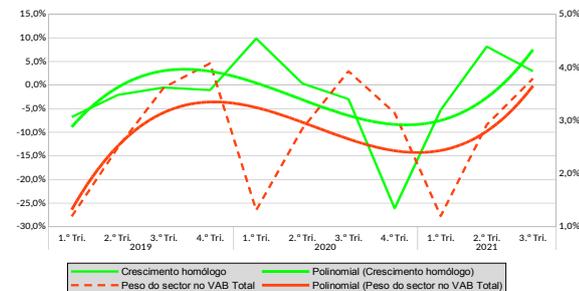
O peso dos serviços cresce de 61% para 65% com a pandemia. Os sectores mais confinados e que envolvem maior interacção pessoal ganham peso relativamente à produção de bens, que se desenvolve

em ambiente controlado e sem interacção com o público. Só visto!

5.1.4 TELECOMUNICAÇÕES

Tabela/Gráfico 105 — Evolução do VAB dos serviços de telecomunicações

Fonte: INE.



As telecomunicações são fortemente afectadas pela pandemia, com variações sempre negativas a partir do 2.º Trimestre de 2020, e crescem com a saída da crise. Confirma-se: somos um país completamente atípico!

A linha de tendência é sinusoidal, variando entre os +5% e os +10%.

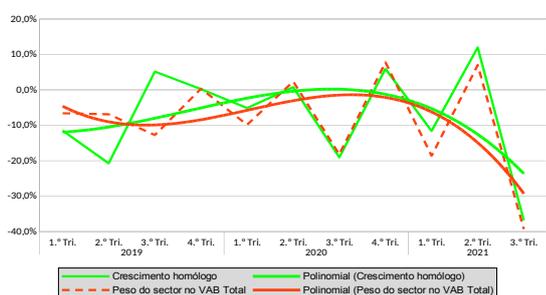
O peso do sector é completamente errático, com a linha de tendência próxima dos 3% e uma tendência crescente para próximo de 4% no 3.º Trimestre de

2021.

5.1.5 INTERMEDIACÃO FINANCEIRA E DE SEGUROS

Tabela/Gráfico 106 — Evolução do VAB da intermediação financeira e de seguros

Fonte: INE.



É notória a irregularidade do crescimento trimestral, embora a tendência oscile entre os -5% e os -10%.

Como é que, estando todos os sectores a crescer, a intermediação financeira e os seguros decrescem de forma cada vez mais acentuada!

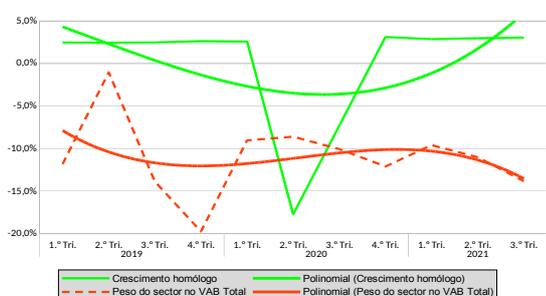
O peso do sector é muito reduzido, oscilando à volta de 2%, com tendência fortemente decrescente nos últimos tempos!

Mais um mistério!

5.1.6 IMOBILIÁRIO

Tabela/Gráfico 107 — Evolução do VAB dos serviços imobiliários

Fonte: INE.



Os dados deste sector pecam por defeito, por haver muitos arrendamentos e serviços de intermediação imobiliária sem qualquer contrato e registo.

Mesmo assim, o peso do sector é significativo, com a tendência a situar-se próximo dos 9%.

Os crescimentos eram absolutamente constantes (3%), caindo para -18%, no 2.º Trimestre de 2020, apenas para recuperarem imediatamente para os mesmos 3%, no 3.º Trimestre daquele ano.

Devia ser caso de estudo!

Os dados do INE são muito pouco credíveis, quer quando sobem, quer quando descem ou se mantêm estáveis!

Seria importante fazer uma discussão séria sobre os métodos de recolha e tratamento da informação juntamente com a academia para que se reduzisse o desfasamento entre a estatística e a realidade!

5.2 ANEXO 2 — VARIAÇÃO DO CRÉDITO REAL USANDO A TAXA DE INFLAÇÃO DO INE

Tabela/Gráfico 108 — Concessão real do crédito com a inflação do INE (mil milhões de Kwanzas)



■ Crédito real à produção ■ Créd. real ao consumo e activ. não comerciais

Fontes: BNA e INE.



O crédito real à produção, usando a inflação do CINEVISTEC, atingiu 367 mil milhões em 2019 (tinha sido de 371 em 2018), foi negativo, no montante de -178 mil milhões, em 2020, e é completamente anémico em 2021 (35 mil milhões).

O crédito real à produção, usando a inflação do INE, atingiu 453 mil milhões em 2019 (tinha sido de 371 em 2018), foi negativo, no montante de -259 mil milhões, em 2020, e é completamente anémico em 2021 (52 mil milhões).

A análise qualitativa não se altera com a alteração do deflator.